

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Mestrado em Museologia e Patrimônio

Vítor Frühauf de Oliveira

**PRÁTICAS DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO UNIVERSITÁRIO
EDIFICADO
A experiência da UFRGS**

Porto Alegre

2019

Vítor Frühauf de Oliveira

**PRÁTICAS DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO UNIVERSITÁRIO
EDIFICADO**
A experiência da UFRGS

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Museologia e Patrimônio pelo Programa de pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Luísa Gertrudis Durán Rocca

Porto Alegre

2019

Vítor Frühauf de Oliveira

**PRÁTICAS DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO UNIVERSITÁRIO
EDIFICADO
A experiência da UFRGS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Museologia e Patrimônio pelo Programa de pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Luísa Gertrudis Durán Rocca

Aprovado em: Porto Alegre, 29 de agosto de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Goelzer Meira
Examinadora Externa do MPArqUrb/ UNISINOS

Prof. Dr. João Farias Rovati
Examinador Externo do PROPUR /UFRGS

Prof^a. Dr^a. Zita Rosane Possamai
Examinadora interna do PPGMUSPA/ UFRGS

Dedico este trabalho aos meus avós, Ruth,
Hedwig, Avelino e José, *in memoriam*, pelo
carinho e exemplo.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa faz parte de um projeto de dois anos. Um trabalho desta envergadura nunca seria possível sem apoio externo.

Gostaria de iniciar os agradecimentos pela minha família. Meus pais - Vera e José -, e meus irmãos - Débora, Carmem, Marco e Elisa -, que sempre acreditaram e apoiaram minhas escolhas, o que torna qualquer desafio mais fácil e alegre. Agradeço especialmente a Elisa, pelo exemplo e suporte em momentos chave desta jornada.

A minha companheira Cristiane, e sua família, por todo o apoio e esforço empenhados, direta e indiretamente, no decorrer do desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos amigos, tanto os de longa data que me acompanham desde muito cedo, quanto aqueles que foram agregados durante o caminho. Agradeço especialmente ao Anderson, que além de sua amizade e exemplo me presenteou com uma afilhada e uma segunda mãe.

Aos discentes e docentes do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA), por toda a parceria e aprendizado durante essa jornada. Agradeço especialmente à Luísa Durán, minha professora desde os tempos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, exemplo de profissional e orientadora desta pesquisa.

Aos meus ex-colegas do SPH, em especial aos que contribuíram diretamente para esse trabalho com suas pesquisas, devidamente creditadas nas referências.

Um último agradecimento especial à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) pelo apoio financeiro a este projeto.

RESUMO

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) possui um dos maiores conjuntos de prédios históricos destinados à educação do Brasil, localizado no centro de Porto Alegre. Em 2000, após a criação do Projeto Resgate do Patrimônio Histórico da UFRGS, a gestão do seu patrimônio edificado passou a ser realizada por uma unidade especializada denominada Secretaria do Patrimônio Histórico (SPH). O objetivo deste estudo é refletir acerca das ações de preservação do patrimônio edificado da UFRGS, diretas e indiretas, realizadas pela SPH. Assim, a dissertação documenta e analisa os processos de gestão do patrimônio edificado da Universidade, através da atuação da SPH, entre os anos 2000 e 2017. A pesquisa analisa fontes institucionais como relatórios de atividades e de gestão, publicações oficiais do SPH e da UFRGS. Também conta com a análise de planos diretores, instrumentos legislativos municipais, estaduais e federais, além de resoluções e deliberações normativas de órgãos de proteção do patrimônio que incidiram na gestão e conformação do espaço físico dessa Universidade. Nessa perspectiva, a pesquisa ressalta a relevância da atuação de um serviço especializado de gestão do patrimônio universitário da UFRGS, sua atuação especificamente acerca do patrimônio edificado da Universidade, assim como sua importância para a correta identificação, valoração, conservação e promoção desse patrimônio.

Palavras-chave: Patrimônio Universitário. Edificado. Conjuntos Históricos. UFRGS. Campus Centro.

ABSTRACT

The Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) holds one of the most extensive collections of historic buildings, located at the city centre of Porto Alegre. From 2000, after the creation of the project Resgate do Patrimônio Histórico da UFRGS, the management of built heritage has been done by a specific sector named Sectoraria do Patrimônio Histórico (SPH). This study aims to assess both direct and indirect preservation initiatives on the UFRGS built heritage accomplished by SPH from 2000 to 2017. Thus, institutional sources, such as management reports, official publications from SPH and UFRGS, are scrutinised, as well as master plans, municipal, state and federal laws, and regulations from heritage protection agencies that have brought about the spatial arrangement of the University. In doing so, this study underscores the paramount importance of a specific sector dedicated to managing the university heritage as exemplified by the pivotal role of SPH in identifying, valuing, preserving and promoting the UFRGS built heritage.

Keywords/Palabras-clave/Mot-clet: Academic Heritage. Edificado. Conjuntos Históricos. UFRGS. Campus Centro.

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 - A Rotunda: composta por três pavimentos, possui salas de aula, auditórios e a biblioteca universitária. Fonte: BLANCO, Javier Rivera – Declaración de Alcalá sobre la protección, conservación y difusión del patrimonio universitario. Madrid: UAH, 2013.	44
Fig. 2 - Plano em “U” da Vila Acadêmica com seus dez pavilhões e a Rotunda como ponto focal. Fonte: UNIVERSITY OF VIRGINIA. Disponível em: https://www.virginia.edu/visit . Acesso em: 30 de julho de 2019.	44
Fig. 3 - Universidade da Virgínia, Rotunda e gramado. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit.	44
Fig. 4 - Vista do lado leste, pavilhões e colunatas. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit. ..	44
Fig. 5 - Planta da cidade universitária de Alcalá de Henares e seus edifícios mais importantes no período entre os séculos XVI e XVIII. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit.	46
Fig. 6 - Fachada atual do Colegio Mayor de San Ildefonso. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit.	46
Fig. 7 - Vista aérea do Colegio de Mínimos restaurado. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit.	46
Fig. 8 - Vista aérea do Colegio de Trinitarios y Málaga restaurado. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit.	46
Fig. 9 - Vista aérea do Colegio de Caracciolos restaurado. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit.	46
Fig. 10 - Vista aérea de Coimbra, 2003. Fonte: UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Universidade de Coimbra: Alta e Sofia: candidatura a património mundial. Coimbra: UC, 2011. Disponível em: http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1387.pdf . Acesso em: 16 de maio de 2018.	48
Figura 11 - Alta Universitária, 2006. Fonte: UNIVERSIDADE DE COIMBRA., 2011, op. cit.	48
Figura 12 - Vista aérea de Coimbra, 2003. Fonte: UNIVERSIDADE DE COIMBRA., 2011, op. cit.	48
Figura 13 – Vista aérea do Paço das Escolas, 2009. Fonte: UNIVERSIDADE DE COIMBRA., 2011, op. cit.	48

Fig. 14 – Universidad Central de Venezuela – Ciudad Universitaria. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit.....	50
Fig. 15 – Vista do Campus e a cidade de Caracas ao fundo. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit.....	50
Fig. 16 – Interior da Aula Magna, um grande auditório com as <i>Nubes</i> acústicas de Alexander Calder de 1953. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit.	50
Fig. 17 – Vista do Campus. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit.....	50
Fig. 18 – Vista aérea do Campus Central da Cidade Universitária da UNAM. Fotografia tirada durante uma partida entre o Politécnico e a UNAM em 8 de outubro de 1955. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit.....	52
Fig. 19 – Panorâmica do Campus, a esquerda a <i>Torre de Rectoría</i> na UNAM, a direita a Biblioteca Central e ao fundo o estádio. Atrás a Cidade do México. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit.....	52
Fig. 20 – Biblioteca Central da UNAM: seu exterior está decorado com o mural <i>Representación histórica de la cultura</i> , do artista mexicano Juan O’Gorman. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit.	52
Fig. 21 – Mural colossal <i>La vida, la muerte, el mestisaje y los cuatro elementos</i> feito por Francisco Eppens Helguera em 1953 em uma das empenas da Faculdade de Medicina. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit.....	52
Fig. 22 – Faculdade de Direito da UFRJ. Fonte: Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Faculdade_de_Direito_da_UFRJ.jpg . Acesso em: 23 de julho de 2019.....	57
Fig. 23– Palácio Universitário. Antigo Hospício Pedro II. Campus da Praia Vermelha da UFRJ. Fonte: Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:UFRJ_-_Campus_da_Praia_Vermelha.jpg . Acesso em: 23 de julho de 2019.....	57
Fig. 24 – Vista aérea da Cidade Universitária da Ilha do Fundão, 1968. Fonte: Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vista_aérea_da_Cidade_Universitária_do_Rio_de_Janeiro.tif . Acesso em: 23 de julho de 2019.....	57
Fig. 25 - Vista aérea da Cidade Universitária da Ilha do Fundão, 2012. Prédios do Hospital, CCS, IPPMG e EEFD. Fonte: Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cidade_Universitária_UFRJ.jpg . Acesso em: 23 de julho de 2019.....	57

Fig. 26 – Museu Nacional, patrimônio da UFRJ e da sociedade brasileira. Fonte: Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Museu_Nacional_UFRJ.jpg . Acesso em: 23 de julho de 2019.....	57
Fig. 27 – Faculdade de Direito. Fonte: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2005, op. cit.....	61
Fig. 28 – Faculdade de Medicina. Fonte: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2005, op. cit.....	61
Fig. 29 – Cidade Universitária. Fonte: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2005, op. cit.	61
Fig. 30 – Vista da Cidade Universitária com a Marginal Pinheiros e a cidade ao fundo. Fonte: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2005, op. cit.	61
Fig. 31 – Museu Paulista. Fonte: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Centro de Preservação Cultural. Cidades Universitárias: patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP. São Paulo: Edusp; Imesp, 2005.....	61
Fig. 32 – Planta de Porto Alegre 1888. Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS. Disponível em: https://prati.com.br/fotosantigas . Acesso em: 22 de julho de 2019.	70
Fig. 33 – Campo da Redenção, 1901. Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS. op. cit.....	70
Fig. 34 – Circo de Touradas (Plaza de Toros). Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS. op. cit.....	70
Fig. 35 – Velódromo. Sede da União Velocipédica. Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS. op. cit.....	70
Fig. 36 – Fundos da Escola de Engenharia, 1901 Fonte: Acervo SPH – base digital.	74
Fig. 37 – Fachada Escola de Engenharia. Calegari. Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS, op. cit.....	74
Fig. 38 – Escola de Engenharia com o Conjunto do Largo Paganini ao fundo. Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS, op. cit.	74
Fig. 39 – Conjunto do Largo Paganini: Castelinho (esq.), Observatório Astronômico (centro) e Chateau (dir.). Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS, op. cit.	74
Fig. 40 – Observatório Astronômico (esq.) e Castelinho (dir.). Fonte: Banco de Imagens SPH.	74
Fig. 41 – Colégio Júlio de Castilhos, década de 1910. Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS, op. cit.....	78

Fig. 42 – Faculdade de Agronomia, 1913. Fonte: Acervo Fotográfico do Museu universitário.....	78
Fig. 43 – Faculdade de Direito. Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Universitário..	78
Fig. 44 – Avenida João Pessoa, década de 1930. À esquerda, Colégio Júlio de Castilhos em primeiro plano e Faculdade de Direito ao fundo. Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS, op. cit.	78
Fig. 45 – Faculdade de Direito (dir.) e Colégio Júlio de Castilhos (esq.), década de 1920. Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS, op. cit.	78
Fig. 46 – Instituto Eletrotécnico, década de 1910. Fonte: Acervo SPH – base digital.	81
Fig. 47 – Instituto Eletrotécnico com a primeira ampliação. Década de 1910. Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS, op. cit.	81
Fig. 48 – Instituto Parobé. Fonte: Séries Prédios Históricos Da Ufrgs – Instituto Parobé. Disponível em: https://www.ufrgs.br/patrimoniohistorico/2018/04/21/series-predios-historicos-da-ufrgs-instituto-parobe/ . Acesso em 28 de julho de 2019.	81
Fig. 49 – Laboratório de Resistência dos Materiais. Fonte: Séries Prédios Históricos Da Ufrgs – Instituto Parobé. Disponível em: https://www.ufrgs.br/museu/museu/ . Acesso em 28 de julho de 2019.	81
Fig. 50 – Faculdade de Medicina, década de 1920. Fonte: UFRGS. Invisíveis lugares: serestarficar (catálogo da exposição organizada pelo Museu da UFRGS). Porto Alegre: UFRGS, 2009.	81
Fig. 51 - Seção de Meteorologia . Fonte: ARQUIVO POA. Disponível em: http://arquivopoa.blogspot.com/2011/05/ . Acesso em: 29 de julho de 2019.	84
Fig. 52 – Instituto de Química Industrial, década de 1920. Fonte: UFRGS, 2009, op. cit.....	84
Fig. 53 - Instituto de Educação Doméstica e Rural. Fonte: ARQUIVO POA, op. cit..	84
Fig. 54 – Quarteirões universitários no Campo da Redenção. Década de 1940. Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS, op. cit.	84
Fig. 55 - Adição do terceiro pavimento no Instituto Eletrotécnico. Década 1950. Fonte: UFRGS, 2009, op. cit.	88
Fig. 56 - Adição do terceiro pavimento na Escola de Engenharia. Década 1950. Fonte: UFRGS, 2009, op. cit.	88
Fig. 57 – Adição das alas laterais no Instituto de Química industrial. Década de 1940. Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Universitário.....	88

Fig. 58 – Ampliação ala direita da Faculdade de Medicina. Década de 1930. Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS.....	88
Fig. 59 – Ampliação nas alas esquerda e direita. Década de 1950. Fonte: Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Universitário.....	88
Fig. 60 – Instituto de Ciências Naturais. Década de 1950. Fonte: UFRGS, 2009, op. cit.....	99
Fig. 61 – Faculdade de Filosofia. Década de 1950. Fonte: UFRGS, 2009, op. cit.	99
Fig. 62 – Faculdade de Filosofia (ao fundo), Centro Acadêmico e Auditório. Interior do quarteirão. Década de 1950. Fonte: UFRGS, 2009, op. cit.....	99
Fig. 63 – Pavilhão de Tecnologia ao centro e Colégio de Educação (Atual Faculdade de Educação) à esquerda. Década de 1960. Fonte: UFRGS, 2009, op. cit.....	99
Fig. 64 – Faculdade de Ciências Econômicas. Década de 1950. Fonte: UFRGS, 2009, op. cit.....	99
Fig. 65 – Faculdade de Arquitetura. Década de 1950. Fonte: UFRGS, 2009, op. cit.	102
Fig. 66 – Reitoria (esq.) e ICN (dir.). Década de 1960. Fonte: UFRGS, 2009, op. cit.	102
Fig. 67 – Vista aérea do Auditório e Reitoria. Década de 1950. Fonte: UFRGS, 2009, op. cit.....	102
Fig. 68 – Engenharia Nova. Década de 1960. Fonte: UFRGS, 2009, op. cit.	102
Fig. 69 – Projeto Centro Cultural. Implantação geral. Fonte: UFRGS, 1987, op. cit.	129
Fig. 70 - Projeto Centro Cultural. Perspectiva geral. Cyrillo Severo Crestani. Fonte: UFRGS, 1987, op. cit.	129
Fig. 71 - Projeto Centro Cultural. Perspectiva segundo quarteirão. Cyrillo Severo Crestani. Fonte: UFRGS, 1987, op. cit.....	129
Fig. 72 - Projeto Centro Cultural. Perspectiva primeiro quarteirão. Cyrillo Severo Crestani. Fonte: UFRGS, 1987, op. cit.....	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRACOR – Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais

C&T – Ciência e Tecnologia

CCU – Comissão do Campus Universitário

CONSUN – Conselho Universitário

COPLAD – Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento

COPRED – Conselho de Preservação e Desenvolvimento da UCV

CPC – Centro de Preservação Cultural

CPD – Centro de Processamento de Dados

DIPHE – Divisão do Patrimônio Histórico Edificado

DAU – Departamento de Assuntos Universitários

EEA – Estação Experimental Agrônômica

ETUB - Escritório Técnico da Universidade do Brasil

ETU – Escritório Técnico do Campus

FAS – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social

FAURGS – Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ICN – Instituto de Ciências Naturais

ICOM – Conselho Internacional de Museus

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

ICBS - Instituto de Ciências Básicas da Saúde

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ICN – Instituto de Ciências Naturais

IPaHC – Instituto do Patrimônio Histórico-Cultural

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IR – Imposto de Renda

LIC – Leis de Incentivo à Cultura

MEC – Ministério da Educação

MINC – Ministério da Cultura

NORIE - Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PcD – Pessoa com Deficiência
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PF – Pessoa Física
PJ – Pessoa Jurídica
PREMESU – Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações do Ensino Superior
PRPHC – Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS
PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura do Ministério da Cultura
PROEXT – Pró-Reitoria de Extensão
PROPESP – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
RAAI – Relatório de Autoavaliação Institucional
REMAM – Rede de Museus e Acervos de Museológicos
RGS – Rio Grande do Sul
RUAS – Recriar a Universidade, Alta e Sofia
SEDETEC – Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico
SEFAZ – Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul
SPH – Secretaria do Patrimônio Histórico
SPH/SUINFRA – Setor de Patrimônio Histórico
SUINFRA – Superintendência de Infraestrutura
SUPEF – Superintendência de Espaço Físico
UAH – Universidade de Alcalá
UC – Universidade de Coimbra
UCV – Universidade Central da Venezuela
UDF – Universidade do Distrito Federal
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UMAC – Comitê para Museus e Coleções Universitárias
UNAM – Universidade Nacional Autônoma do México
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPA – Universidade de Porto Alegre

UPM – Universidades Patrimônio Mundial

URGS – Universidade do Rio Grande do Sul

URJ – Universidade do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

UVA – Universidade de Virgínia

VGT – Visita Guiada Teatralizada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Tema e objeto de estudo	18
1.2 Justificativa.....	23
1.3 Objetivos	23
1.4 Metodologia e estrutura.....	24
1.5 Estado da arte.....	26
2 UNIVERSIDADE COMO PATRIMÔNIO	34
2.1 A emergência do patrimônio universitário.....	34
2.2 Experiências de gestão do patrimônio edificado em universidades.....	41
2.2.1 Cenário internacional: Grupo de Universidades Patrimônio Mundial	41
2.2.2 Cenário nacional: Universidades Federais com Patrimônio Edificado de relevância nacional.....	51
3 PRÁTICAS DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO UNIVERSITÁRIO EDIFICADO DA UFRGS.....	64
3.1 Acerca da formação da ufrgs e da conformação do seu patrimônio.....	65
3.2 De acervo a patrimônio.....	108
3.3 Os planos de salvaguarda e gestão	121
3.3.1 A Comissão da História da UFRGS	122
3.3.2 O Museu da UFRGS	124
3.3.3 O Projeto do Centro Cultural	127
3.3.4 O Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS	131
4 A GESTÃO DA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA UFRGS.....	138
4.1 Captação de recursos.....	150
4.2 Projetos de intervenção e execução de obras.....	155
4.3 Educação patrimonial	159
4.4 Gestão documental	164
4.5 Comunicação.....	165

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
------------------------------------	------------

REFERÊNCIAS.....	179
-------------------------	------------

ANEXO A – LISTA DE EDIFICAÇÕES DE INTERESSE HISTÓRICO DA UFRGS.....	187
--	------------

ANEXO B – <i>MAGNA CHARTA UNIVERSITATUM</i> (1988).....	188
--	------------

ANEXO C – DECLARAÇÃO DE HALLE (2000).....	191
--	------------

ANEXO D – RECOMENDAÇÃO REC(2005)13.....	193
--	------------

ANEXO E – DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (2008).....	203
--	------------

ANEXO F – DECLARAÇÃO DE ALCALÁ (2013).....	207
---	------------

ANEXO G – DECLARAÇÃO DO MÉXICO (2015).....	212
---	------------

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se originou da atuação do autor como bolsista no Setor de Patrimônio Histórico (SPH/SUINFRA), entre 2013 e 2017, durante sua formação em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura da UFRGS. A experiência no Departamento de Projetos do SPH/SUINFRA teve grande importância na sua formação profissional, despertando seu interesse pelo campo patrimonial. Orientada pela professora Dra. Luísa Durán Rocca, a pesquisa pretendeu analisar a atuação do SPH como serviço especializado de gestão do patrimônio edificado da Universidade, entre os anos de 2000 e 2017. Para tanto, precisou revisitar a história da Universidade, retratar o perfil do seu conjunto edificado, assim como o processo que o elevou a condição de patrimônio.

Dotada de um conjunto edificado que começou a ser constituído há pouco mais de um século, a história da UFRGS remonta ao início do ensino superior no Rio Grande do Sul. Originada nas Escolas Livres, a Universidade passou por diversas fases até consolidar-se como a melhor Universidade Federal do Brasil. Ao longo de sua história construiu um dos primeiros campi universitários do país, atualmente, completamente integrado à paisagem urbana e a vida cultural de Porto Alegre.

Elevado à categoria de patrimônio, o conjunto arquitetônico do chamado Campus Centro sobreviveu às muitas expansões da Universidade, tornando-se palco de sua história, e ajudando a fortalecer os vínculos entre a universidade e a sociedade. No entanto, as marcas deixadas não só pelo uso, mas por constantes reformas e ampliações, reflexo dos avanços tecnológicos e as novas demandas de infraestrutura, colocaram em risco a continuidade desse patrimônio fazendo com que a Instituição tomasse providências no sentido da reabilitação e preservação desse conjunto. As três décadas que antecederam a criação do SPH foram um período de aumento consciência em relação ao patrimônio da Universidade - tanto internamente através da criação de planos de salvaguarda, quanto externamente através da institucionalização de ações de salvaguarda do patrimônio cultural no país - sedimentando o caminho que favoreceu a criação desse serviço especializado no âmbito da UFRGS.

Além dessas reflexões, o estudo faz um esforço no sentido de destacar o Patrimônio Universitário como um campo à parte nos estudos patrimoniais

identificando os valores que o diferenciam dos demais. Para tanto, foram analisados casos exemplares em Universidades Patrimônio Mundial, assim como casos de destaque em outras universidades brasileiras.

A intenção desta pesquisa é ressaltar a importância e singularidade do patrimônio das universidades, bem como, a necessidade de sua gestão através de serviços especializados que garantam a correta preservação desses bens culturais.

1.1 Tema e objeto de estudo

A gestão do patrimônio edificado no âmbito das universidades, tema deste trabalho, é matéria emergente em estudos no campo patrimonial. Aqui tratado como especificidade¹, o patrimônio universitário apresenta relevante significado histórico e sociocultural, requerendo instrumentos adequados para que possa ser identificado, classificado, valorizado e protegido.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) possui um patrimônio constituído desde o final do século XIX tendo sua trajetória intimamente ligada à história de Porto Alegre e de seus habitantes. Seu patrimônio é produto do trabalho de várias gerações e “[...] reúne uma gama de significados que podem ser identificados em todas as realizações da arte, ciência, conhecimento e política da sociedade gaúcha e do contexto brasileiro”².

Esse reconhecimento, obtido tanto pela sociedade quanto pelos órgãos de educação, também foi concedido por órgãos responsáveis pela preservação do Patrimônio Cultural no Brasil, através do registro, inventário e tombamento de seus prédios históricos.

Uma das mais antigas universidades federais do Brasil³, a história da UFRGS remonta à criação do ensino superior no Estado e a criação das Escolas Livres. Oficialmente, sua fundação data de 1934, quando o então governador do Estado,

¹ A especificidade do Patrimônio Universitário tem sido abordada em escala internacional desde a década de 1980, como se verá mais adiante.

² HENNEMANN, José Carlos Ferraz. Apresentação. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Patrimônio Histórico. **Manuais do Patrimônio Histórico Edificado da UFRGS: cartas patrimoniais e legislação**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007, p.9.

³ A mais antiga universidade federal do Brasil é a Universidade Federal do Rio de Janeiro (1920), seguida pela Universidade Federal de Minas Gerais (1949). A federalização da UFRGS data de 1950, juntamente com a Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/linhatempo-ifes.pdf>. Acesso em: 2 de julho de 2018.

Flores da Cunha, criou a Universidade de Porto Alegre (UPA), formada a partir da integração da Universidade Técnica (1931), com suas Escolas de Engenharia (1896) e Agronomia e Veterinária (1895); da Faculdade de Medicina (1898), com suas Escolas de Odontologia e Farmácia; da Faculdade Livre de Direito (1900), com sua Escola de Comércio; do Instituto de Belas Artes (1908); além da Faculdade de Educação, Ciências e Letras (1936)⁴. Sua federalização ocorre no dia 4 de dezembro de 1950, durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra⁵.

Atualmente, a estrutura física da UFRGS distribui-se entre os municípios de Porto Alegre, Gramado, Eldorado do Sul, Tramandaí, Imbé e Capão da Canoa. Em Porto Alegre, a Universidade organiza-se em quatro campi: Campus Centro, Campus Olímpico, Campus Saúde e Campus do Vale. No Campus Centro, encontra-se um conjunto edificado dos mais significativos no contexto urbano e sociocultural local, regional e nacional. Nele convivem duas gerações históricas e artísticas de edificações dos séculos XIX e XX.

A primeira geração, compreendida entre 1898 e 1928, denominada pela Secretaria do Patrimônio Histórico (SPH) como “Prédios Históricos”, é composta por doze edifícios. Esse conjunto arquitetônico possui características arquitetônicas do Ecletismo⁶ e do *Art Nouveau*⁷. Essas edificações estão localizadas no Campus Centro, exceto a Faculdade de Agronomia situada no Campus do Vale.

⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um dia, um outro tempo. In: OLIVEIRA, Carmem Regina; LICHT, Flavia Boni (Org.). **UFRGS 70 anos**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p.47.

⁵ Através da Lei Federal nº 1.254/50 que dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1254.htm. Acesso em: 2 de julho de 2018.

⁶ Considerando Ecletismo na arquitetura como o uso livre de elementos de vários períodos históricos, inclusive num mesmo edifício, cujo auge foi alcançado como uma expressão do Historicismo na arquitetura da segunda metade do século XIX. O Ecletismo foi valorizado na segunda metade do século XX, como parte da revisão crítica ao Movimento Moderno sendo fundamental para o Pos-modernismo. (ENCYCLOPEDIA of 20th-Century Architecture. New York: Abrams, 1987, p.85).

⁷ Considerando *Art Nouveau* o movimento que surge no fim do século XIX, como uma “arte nova” e de conteúdo romântico em reação aos movimentos historicistas. Manifestou-se primeiramente nas artes aplicadas. Na arquitetura, as obras *Art Nouveau (França)*, *Arte nova (Portugal)* e *Judgen Style (Alemanha)* se propõem a acabar com a imitação de referências do passado, produzindo uma arquitetura florida que explora o artesanato, os materiais coloridos e os revestimentos exóticos, utilizando linhas curvas na forma das aberturas e elementos decorativos (ENCYCLOPEDIA of 20th-Century Architecture. New York: Abrams, 1987, p.19-21).

A segunda geração é composta por edifícios construídos entre 1951 e 1964, com características do *Art Déco*⁸ e da Arquitetura Moderna⁹.

Além das edificações da primeira e segunda geração, há ainda a Capela de São Pedro (1893), localizada na Estação Experimental Agronômica (EEA) em Eldorado do Sul. Mesmo contemporânea às edificações da primeira geração (1898-1929), a “Capelinha”, como também é conhecida, possui características arquitetônicas diferentes dessas, apresentando um caráter local ou regional, empregando em sua construção materiais e recursos do próprio local onde foi construída, assemelhando-se a uma arquitetura vernacular¹⁰.

Todos os prédios da primeira geração são protegidos por lei, mediante ato de tombamento ou outra forma de acautelamento, seja nas esferas municipal, estadual ou federal. Fazem parte do inventário de bens imóveis do patrimônio cultural de Porto Alegre¹¹ e do Rio Grande do Sul¹², o prédio Centenário da Escola de Engenharia, o antigo prédio da Faculdade de Medicina (ICBS), o *Château*, o Castelinho, o prédio do antigo Instituto Eletrotécnico, o prédio do antigo Laboratório de Resistência dos Materiais (Museu da Universidade), o prédio da antiga Seção de Meteorologia do

⁸ Considerando *Art Déco* o movimento cujo nome evoca a Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas em Paris, de 1925, e que se tornou um fenômeno mundial, atingindo as áreas do design, decoração de interiores e arquitetura. Como uma forma sintética de estilização, mediando entre a vanguarda e a tradição, absorveu os impulsos do Cubismo, Futurismo, Expressionismo e de outros movimentos de vanguarda. (ENCYCLOPEDIA of 20th-Century Architecture. New York: Abrams, 1987, p.18). Na arquitetura, o Déco se manifestou de maneiras diferentes pelo mundo. Sua essência se baseia na racionalização e simplificação dos volumes e da ornamentação, no rigor geométrico com aproximação a formas aerodinâmicas e inspiração nas culturas antigas. Considerada funcional e moderna, a arquitetura *Art Déco* buscou superar o Historicismo, atuando como uma transição para a arquitetura moderna, entre as décadas de 1920 e de 1940. No Brasil é comumente conhecido como proto-modernismo por anteceder ao movimento moderno.

⁹ O Movimento Moderno foi uma proposta artística e cultural que iniciou na Europa e se difundiu no Brasil na década de 1920 e, notoriamente, a partir da Semana de Arte Moderna de 1922. Alinhada com as vanguardas construtivas, a arquitetura moderna possui como bases da estratégia projetual o racionalismo e o funcionalismo, com o uso de formas geométricas puras. Utilizando a tecnologia do concreto armado, os “Cinco pontos” da Nova Arquitetura de Le Corbusier são soluções comuns na arquitetura moderna.

¹⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Setor de Patrimônio Histórico. Capela de São Pedro. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/patrimoniohistorico/capela-de-sao-pedro/>. Acesso em: 15 de julho de 2018.

¹¹ LEI COMPLEMENTAR 275/92. Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural do Município de Porto Alegre. Disponível em: http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/lei_complementar.doc. Acesso em: 15 de julho de 2018.

¹² LEI 11.525/2000. Declara integrantes do patrimônio cultural do Estado os prédios históricos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/11.525.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2018.

Instituto Astronômico e Meteorológico (Rádio da Universidade), o prédio do antigo Instituto de Química Industrial (Centro Cultural), o prédio do antigo Instituto Parobé, o prédio da Faculdade de Agronomia, o Observatório Astronômico e o prédio da Faculdade de Direito. Esses dois últimos são tombados em nível federal¹³, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no ano de 1998¹⁴. Entretanto, a UFRGS ainda conta com um valioso acervo de edifícios do século XX até então sem o devido reconhecimento. A SPH elaborou uma lista de 42 edificações de interesse histórico¹⁵ distribuídas entre os quatro campi de Porto Alegre e a EEA.

Esse patrimônio, capital cultural e legado para as próximas gerações, representa a memória e a identidade tanto da comunidade acadêmica quanto da sociedade porto-alegrense. Sua preservação é de suma importância para a preservação da memória social da Universidade e a história do desenvolvimento urbano e sociocultural da cidade de Porto Alegre. Segundo Rodrigues:

Os prédios históricos da UFRGS são referência para as memórias coletivas de milhares de indivíduos - alunos, ex-alunos, servidores públicos, sociedade porto-alegrense, dentre outros. Ademais, muitas destas edificações foram construídas graças ao esforço da comunidade rio-grandense e dos seus fundadores. Tanto que parte dos recursos foi captada em quermesses, bailes, livros de ouro, campanhas de doativos e doados por outros municípios. Por consequência, este patrimônio cultural edificado é permeado e envolto de significados simbólicos, fazendo reviver memória e despertar sentimentos de identidade e de pertencimento¹⁶.

Com o objetivo de preservar as significações do patrimônio material e imaterial desta Universidade, no ano de 1998 foi elaborado o Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS. Em 1999, o Ministério da Cultura (MINC) aprovou sua inclusão no Programa Nacional de Apoio à Cultura do Ministério da Cultura (PRONAC). O projeto também é reconhecido pelas Leis de Incentivo à Cultura (LIC e Rouanet) e pela Assembleia Legislativa do Estado¹⁷. Para executar as tarefas exigidas

¹³ DECISÃO DE TUTELA ESPECIAL (processo de tombamento nº 1.438-T-98). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=2893. Acesso em: 15 de julho de 2018.

¹⁴ TONIOLI, Renata Manara. **Cidade e Universidade: Arquitetura e configuração urbana do Campus Centro da UFRGS**. 2014. 238 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014, p.97-100.

¹⁵ Ver “Anexo A – Lista de Edificações de Interesse Histórico da UFRGS”.

¹⁶ RODRIGUES, Noêmia Fátima. **Contribuições da Lei Rouanet para o Projeto Resgate do Patrimônio Histórico da UFRGS: Estudo de caso**. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) Centro Universitário La Salle, Canoas, 2015, p.129.

¹⁷ LEI 11.525/2000, op. cit..

pelo Projeto Resgate foi criada a Secretaria do Patrimônio Histórico (SPH)¹⁸. Suas atribuições são divididas entre quatro setores específicos: Secretaria Executiva, Departamento de Projetos, Departamento de Obras e Setor de Documentação. Após mais de doze anos de trabalho contínuo, reconhecido através de diversos prêmios nacionais e internacionais¹⁹, em outubro de 2012 a SPH perdeu o status de Secretaria²⁰ e passou a ser uma dependência da Superintendência de Infraestrutura (SUINFRA). Desde então, denominada como Setor de Patrimônio Histórico (SPH/SUINFRA).

¹⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Patrimônio Histórico. **Manuais do Patrimônio Histórico Edificado da UFRGS**: cartas patrimoniais de legislação. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007a, p.11-12.

¹⁹ Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade do IPHAN, nos anos 2000, 2001, 2002 e 2006* (apenas em 2006 a nível nacional); o IV Prêmio Joaquim Felizardo da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de Porto Alegre, em 2010; e o VII Prêmio Internacional Rainha Sofia de Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural, em 2011. Ver mais no Capítulo 4 (*A gestão da Secretaria do Patrimônio Histórico da UFRGS*).

²⁰ De acordo com o organograma da UFRGS, uma Secretaria está diretamente ligada à Reitoria, com status equivalente a uma Pró-reitoria. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/organograma>. Acesso em: 15 de julho de 2018.

1.2 Justificativa

Embora as universidades sejam guardiãs de um patrimônio histórico, artístico e cultural de valor inestimável, a especificidade do Patrimônio Universitário ainda é um tema emergente. Esta especificidade se evidencia pela natureza da criação e gestão dos campi, dadas suas características arquitetônicas e tipológicas resultantes de um programa de necessidades educacional. O tema do Patrimônio Universitário tem sido abordado em escala internacional desde a década de 1980, como se verá mais adiante. No entanto, há poucos trabalhos acadêmicos que documentem e analisem a gestão do patrimônio edificado das universidades no contexto nacional.

A criação da SPH, em 2000, como uma secretaria específica para colocar em prática o Projeto Resgate do Patrimônio Histórico da Universidade, foi uma iniciativa pioneira e inédita no contexto nacional. Passados quase 20 anos desde sua criação, há uma imperiosa necessidade de sistematizar e analisar os antecedentes e a trajetória da SPH, desde o campo específico do patrimônio e destacando também a especificidade do patrimônio universitário no âmbito das universidades públicas.

Os trabalhos acadêmicos disponíveis acerca do espaço cultural da UFRGS se centram na história urbana, na história da arquitetura ou em aspectos da gestão cultural. Evidencia-se a pertinência do presente trabalho, mais ainda no atual contexto político.

1.3 Objetivos

Esta pesquisa tem como objetivo principal, relatar, valorizar, e fazer um balanço crítico acerca da gestão do patrimônio arquitetônico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Para tanto, foi preciso documentar e analisar as ações de intervenção e salvaguarda realizadas pela SPH no espaço construído do Campus Centro, por ser este o lugar que congrega os edifícios mais antigos e representativos desta Universidade. As ações de intervenção podem ser diretas ou indiretas. Por ações de intervenção (diretas) entende-se: a manutenção, a conservação, a reabilitação, a adequação, a restauração, a liberação e as demolições parciais. As ações de salvaguarda (indiretas) compreendem: a identificação, com estudos e documentação;

as medidas de proteção legal, como arrolamento, inventário e tombamento; a promoção; a divulgação; a gestão e a educação patrimonial²¹.

Como objetivos específicos da investigação, citam-se:

- 1) Identificar as experiências de gestão do patrimônio cultural que antecederam a criação da SPH na UFRGS;
- 2) Interpretar o contexto histórico e político que permitiu a criação da SPH;
- 3) Analisar ações de gestão do patrimônio edificado no grupo de Universidades Patrimônio Mundial reconhecidas pela UNESCO - Universidade de Virgínia, Universidade Central da Venezuela, Universidade de Alcalá, Universidade Nacional Autónoma do México, Universidade de Coimbra -, e nas universidades federais brasileiras – Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade de São Paulo -, como referências para o caso da UFRGS;
- 4) Identificar as ações de identificação e salvaguarda do patrimônio, projetos de intervenção, captação de recursos, execução de obras, e educação patrimonial, realizadas pela SPH no âmbito da UFRGS;

No que se refere às questões de pesquisa vinculadas a esses objetivos, citam-se:

- a) Como é realizada a gestão do patrimônio cultural nas universidades patrimônio mundial?
- b) Como é realizada a gestão do patrimônio edificado nas universidades federais brasileiras?
- c) Quais são e como surgiram as ações de salvaguarda do patrimônio edificado da UFRGS?
- d) Como se deram os processos de gestão do patrimônio edificado da UFRGS promovidos pela SPH?
- e) Quais ações de promoção e valoração do patrimônio edificado da UFRGS foram promovidas pela SPH entre os anos de 2000 e 2016?

1.4 Metodologia e Estrutura

Esta investigação foi realizada sob abordagem qualitativa, na forma de um estudo descritivo, cujos dados foram coletados através de uma pesquisa documental

²¹ (CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006).

e bibliográfica. Como fontes bibliográficas foram utilizados artigos publicados em periódicos científicos, jornais, sites institucionais, livros, teses, dissertações e monografias e relacionadas ao tema. Ademais, foram utilizadas cartas patrimoniais e legislações referentes à proteção do patrimônio cultural e a incentivos fiscais para ações preservacionistas. A pesquisa documental analisou fontes institucionais como ofícios e portarias, relatórios de atividades e de gestão, publicações oficiais do SPH e da UFRGS. Também contou com a análise de instrumentos legislativos municipais, estaduais e federais, planos diretores para cidade de Porto Alegre, além de resoluções e deliberações normativas de órgãos do patrimônio nas esferas municipal, estadual, federal e mundial.

Quanto a sua estrutura, o presente trabalho organiza-se em cinco capítulos, a contar deste de caráter introdutório. O segundo capítulo, “*Universidade como Patrimônio*”, destaca os motivos que diferenciam o patrimônio das universidades o colocando em uma categoria a parte no campo do patrimônio. Para tanto, o capítulo foi dividido em duas partes. Em sua primeira seção, “*Patrimônio Universitário, uma aproximação teórica*”, inicialmente explora os valores do patrimônio universitário através dos conceitos de monumento e valores patrimoniais partindo da formulação teórica de Alois Riegl. Além disso, aborda o patrimônio das universidades, formado por seus *campi* e cidades universitárias, e seu valor de conjunto.

A segunda seção, “Experiências de gestão do patrimônio edificado em universidades”, inicia-se ao tratar da gestão do patrimônio universitário no grupo de Universidades Patrimônio Mundial (UPM). Classificadas entre pré-modernas e modernas, as UPM foram analisadas através de temas como a situação atual e de criação dos *campi* universitários; a descrição urbana dos conjuntos; as obras de arte associadas; a relação com a comunidade; e os dispositivos de gestão patrimonial - internos e externos as instituições. Em um segundo momento, numa aproximação entre a experiência internacional e o quadro no Brasil, é apresentado um breve panorama acerca da gestão do patrimônio edificado em universidades brasileiras com patrimônio histórico de relevância nacional. Por fim, uma seção dedicada a boas práticas de gestão identificadas nas universidades analisadas encerra o capítulo.

O terceiro capítulo, “Práticas de gestão do patrimônio edificado da UFRGS”, inicia-se por um histórico acerca da formação da UFRGS e da conformação do Campus Centro, passa pelos seus planos de salvaguarda e intervenção através de uma abordagem cronológica, relacionada ao desenvolvimento conceitual a respeito

do patrimônio, e a evolução da legislação acerca do tema, o que permite a interpretação do contexto histórico e político que favoreceu a criação da Secretaria do Patrimônio Histórico (SPH).

O quarto capítulo, “A gestão da Secretaria do Patrimônio Histórico da UFRGS”, relata os processos de gestão do patrimônio cultural da UFRGS realizados pela Secretaria do Patrimônio Histórico de 2000 a 2017. Através de uma análise das respectivas gestões da Universidade nesse período, a pesquisa documenta as ações identificação e de salvaguarda do patrimônio, projetos de intervenção, captação de recursos, execução de obras, e educação patrimonial, realizadas pela SPH no âmbito da Universidade.

Por fim, a conclusão recupera o percurso investigativo da pesquisa através de uma síntese acerca dos objetivos inicialmente traçados, dos principais resultados alcançados. Também nele são apresentadas as perspectivas com base nesses resultados e um balanço crítico acerca da gestão do patrimônio arquitetônico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1.5 Estado da arte

Com o intuito de apropriar-se da temática da gestão do patrimônio cultural das universidades e do objeto desta pesquisa, a gestão do patrimônio cultural da UFRGS através SPH, este capítulo apresentará um levantamento dos estudos já realizados sobre estes temas, apresentando aspectos analisados pelos seus respectivos autores, que se relacionam com o estudo proposto nessa dissertação.

a) Estudos sobre patrimônio universitário

Como comentado anteriormente, no final da década de 1980, iniciam-se os primeiros esforços para tratar a especificidade do patrimônio universitário como um todo. No entanto, ainda se trata de um tema pouco explorado em monografias, dissertações, teses e artigos científicos no Brasil. A seguir serão apresentados, em ordem cronológica, uma seleção de textos normativos e declarações²² sobre o

²² Ver “ANEXO B - SELEÇÃO DE TEXTOS NORMATIVOS E DECLARAÇÕES SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL UNIVERSITÁRIO”.

patrimônio cultural universitário, seguida por publicações e estudos acadêmicos pertinentes ao tema.

Em 1988, no aniversário de 900 de fundação da Universidade de Bolonha²³, 388 reitores de diversas universidades europeias assinaram a “*Magna Charta Universitatum*” (1988), documento diretivo sobre valores e princípios gerais das universidades, com o desafio de construir um sistema mundial de excelência que fortalecesse as democracias. De acordo com o *Observatory Magna Charta Universitatum*²⁴, atualmente 816 universidades de 86 países subscrevem o documento, entre elas a UFRGS²⁵.

Após um hiato de doze anos a “*Declaration of Halle*” (2000) traz contribuições acerca do patrimônio acadêmico das universidades e a responsabilidade de acesso público. Em 2005 a “*Recommendation Rec (2005) 13 of the Committee of Ministers to Member States on the Governance and Management of University Heritage*” define orientações e boas práticas no domínio da governança e da gestão do patrimônio das universidades europeias. No contexto ibérico destaca-se a “*Declaración de Salamanca Sobre el Patrimonio Histórico-Cultural de las Universidades*” (2008), assinada por dez universidades espanholas²⁶, faz um apelo por uma ação política conjunta para salvaguardar o patrimônio das universidades, associado aos pilares da identidade europeia.

Um dos mais relevantes levantamentos sobre o patrimônio universitário em Universidades Patrimônio Mundial (UPM) é encontrado na obra “*Declaración de Alcalá sobre la Protección, Conservación y Difusión del Patrimonio Universitario*” (2013). Trata-se de um primeiro esforço conjunto das universidades declaradas pela UNESCO como Patrimônio Mundial. Em 10 de maio de 2013, os representantes de

²³ A Universidade de Bolonha é considerada a universidade mais antiga do mundo ocidental, tendo sido fundada em 1088.

²⁴ O Observatório foi criado em 2000 pela *European University Association and the University of Bologna* devido ao crescente número de signatários da *Magna Charta*. Disponível em: <http://www.magna-charta.org/magna-charta-observatory>. Acesso em: 25 de julho de 2018.

²⁵ Em agosto de 2016 o Conselho Universitário da UFRGS aprovou o ingresso da Universidade na *Magna Charta Universitatum*, associação internacional liderada pela Universidade de Bologna. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/147685>. Acesso em: 19 de novembro de 2018.

²⁶ *Universidad de Salamanca, Universidad del País Vasco, Universidad de Alcalá, Universidad de Santiago de Compostela, Universidad de Barcelona, Universidad de Sevilla, Universidad de Granada, Universidad de Valencia, Universidad de Oviedo y Universidad de Valladolid.*

quatro²⁷ das cinco Universidades Patrimônio Mundial²⁸, se reuniram na cidade de Alcalá de Henares para o simpósio internacional “*Universidades declaradas Patrimonio Mundial por la UNESCO*”, firmando o documento. Além de uma carta patrimonial, a publicação faz um extenso dossiê acerca do rico patrimônio dessas universidades.

Um segundo encontro das Universidades Patrimônio Mundial foi realizado dois anos depois na Cidade do México tendo como resultado a “*Declaración de México sobre Protección, Conservación y Difusión del Patrimonio Universitario, las Colecciones y los Museos Universitarios*” (2015). Novamente quatro universidades subscreveram o documento. Desta vez a Universidade de Coimbra esteve presente, enquanto a Universidade da Virgínia não participou. Esta declaração destacou o valor e o compromisso das universidades em proteger seu patrimônio tangível e intangível. Para além da arquitetura e urbanismo, considerou bibliotecas, documentos, coleções científicas e técnicas, museus, arquivos de grande valor, etc., bem como o patrimônio intangível que essas instituições geraram durante séculos, como rituais, roupas, tradições, música, etc.

A publicação intitulada “*Arquitetura e educação : Câmpus²⁹ universitários brasileiros*”³⁰, de 2009, de autoria do arquiteto Gelson De Almeida Pinto e da historiadora Ester Buffa, tem como foco principal os campi universitários brasileiros. Também rememora, através de uma abordagem histórica, o surgimento das universidades na Europa medieval, assim como o perfil geral, características fundamentais, e evolução dessas instituições ao longo do tempo.

Entre os trabalhos acadêmicos que tratam do patrimônio universitário, a pesquisa destaca os seguintes estudos: “*Al Abrigo Del Alma Mater. Patrimonio Cultural Universitario: valores y experiencias de gestión desde la Universidad de La*

²⁷ A Universidade de Coimbra foi incorporada à lista de Universidades Patrimônio Mundial da UNESCO no dia 22 de junho de 2013.

²⁸ Universidades declaradas Patrimônio Mundial pela UNESCO: Universidade da Virgínia (1987), Universidade de Alcalá (1998), Universidade Central da Venezuela (2000), Universidade Nacional Autônoma do México (2007) e Universidade de Coimbra (2013).

²⁹ Segundo nota dos autores “embora o termo campus – com acento -, do latim *campus*, não esteja registrado no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), utilizamo-lo nesta obra por julgar coerente sua acentuação. Justificamos o uso com alguns exemplos de palavras que possuem a mesma terminação de campus, e que recebem acento por serem paroxítonas terminadas em “us” (regra), como bônus, ônus, Vênus e vírus” (PINTO, Gelson de Almeida; BUFFA, Ester. **Arquitetura e educação: câmpus universitários brasileiros**. São Carlos: EdUFSCar, 2009. p.5).

³⁰ PINTO; BUFFA, 2009, op. cit.

*Habana*³¹, de 2015, tese de doutorado de Cláudia Felipe Torres, da Universidade de Granada na Espanha, sobre valores e experiências de gestão do patrimônio cultural universitário da Universidade de Havana; e o trabalho de Francisca de Brito Ribeiro de Vasconcelos, intitulado “*Universidade do Porto: contributos para um roteiro digital*”³², de 2017, que trata do patrimônio universitário da Universidade do Porto e das Universidades Patrimônio Mundial.

a) *Estudos sobre o patrimônio cultural da UFRGS e SPH*

A maioria das publicações acerca da história da UFRGS trata de relatórios de gestão ou produções de caráter comemorativo. Além dessas, existem diversos estudos acadêmicos e publicações acerca do patrimônio cultural da UFRGS. Dentre essas, muitas foram produzidas pelo próprio SPH ao longo de quase vinte anos de existência. Para a presente pesquisa foi realizada uma seleção tendo como foco principal o patrimônio edificado.

“*Os Prédios Históricos da UFRGS: Atualidade e Memória*”³³, de 1998, é a primeira publicação da Universidade que trata do conjunto arquitetônico de prédios históricos da UFRGS, com vistas à sua preservação. A edição bilíngue, em português e inglês, serviu como uma espécie de cartão de visitas da Universidade quanto ao seu patrimônio edificado e sua relação com o desenvolvimento da sociedade gaúcha e a cidade de Porto Alegre. Seis anos mais tarde, a publicação “*Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS*”³⁴, de 2004, documenta as primeiras intervenções do SPH nos prédios históricos da UFRGS, do início do Projeto Resgate até o ano da publicação, além de apresentar os demais prédios ainda à espera de restauro.

³¹ TORRES, Claudia Felipe. **Al Abrigo Del Alma Mater**. Patrimonio Cultural Universitario: valores y experiencias de gestión desde la Universidad de La Habana. 2015. 423f. Tesis Doctoral (Programa doctoral: Historia y Artes) Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Granada, Granada, 2015.

³² VASCONCELOS, Francisca de Brito Ribeiro de. **Universidade do Porto: contributos para um roteiro digital**. Estágio Curricular no CIC.Digital Porto (Volume 1). 2017. 156 f. Relatório de Estágio (Mestrado em História da Arte Portuguesa) Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2017.

³³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Os prédios históricos da UFRGS: atualidade e memória**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

³⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Patrimônio Histórico. **Patrimônio histórico e cultural da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

Organizado por Carmem Regina Oliveira e Flavia Boni Licht, a publicação “UFRGS 70 anos”³⁵, de 2004, trata-se de uma obra alusiva aos 70 anos da Universidade. A publicação conta com depoimentos de ex-reitores e da comunidade acadêmica, além de um artigo da historiadora Sandra Jatahy Pesavento. Nele a autora conta a história da UFRGS relacionando-a com fatos relevantes no Brasil e no mundo, desde as origens da Universidade até 1980, ano do término do reitorado de Homero Só Jobim.

Günter Weimer, na obra “Arquitetura”³⁶, retoma os marcos e os principais procedimentos arquitetônicos relacionados à formação do Estado. Em meio a sua prospecção, Weimer aborda a ascensão dos positivistas no Rio Grande do Sul, a implantação do ensino superior, a construção e a expansão do patrimônio edificado da UFRGS.

Em “*Manuais do patrimônio histórico edificado da UFRGS: Cartas Patrimoniais e Legislação*”³⁷, de 2007, encontra-se um compilado das Cartas Patrimoniais e da Legislação Nacional, sob o ponto de vista dos Organismos e Institutos ligados ao tema e ao sistema jurídico brasileiro, principais referências utilizadas pelo SPH em suas propostas de intervenção e restauração. Ainda do mesmo ano, a publicação “*Manuais do patrimônio histórico edificado da UFRGS: Faculdade de Direito*”³⁸ trata-se de um conjunto de documentos referentes ao projeto de intervenção e restauração do prédio da Faculdade de Direito.

No artigo “*Cotidiano acadêmico e patrimônio universitário: Ritmos de duração na cidade*”³⁹, de 2007, Rocha e Eckert apontam para a importância da permanência do patrimônio gerado pela vida universitária na cidade Porto Alegre.

Clarissa de Souza Carvalho, na monografia “*Práticas discursivas de preservação do patrimônio histórico e cultural da Universidade Federal do Rio Grande*

³⁵ OLIVEIRA, Carmem Regina; LICHT, Flavia Boni (Org.). **UFRGS 70 anos**. Porto Alegre: UFRGS, 2004

³⁶ WEIMER, Günter. **Arquitetura**. 4. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

³⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2007, op. cit.

³⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2007a, op. cit.

³⁹ ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. Cotidiano acadêmico e patrimônio universitário: Ritmos de duração na cidade. In: **Iluminuras**: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS. Porto Alegre, n.18. 2007. 12 p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/30147>. Acesso em: 25 de julho de 2018.

*do Sul (1998-2008)*⁴⁰, de 2010, investiga o processo de patrimonialização que vigora na UFRGS do final da década de 1970 até a ativação do Projeto Resgate e a consequente criação do SPH. Outro trabalho interessante deste mesmo ano foi a dissertação de mestrado intitulada “*A identidade e a marca da Secretaria de Patrimônio Histórico da UFRGS*”⁴¹, de 2010, no qual a autora Bianca Efrom faz uma análise de como são acionadas as identidades e as marcas da SPH e da UFRGS em peças de comunicação, na captação de recursos para os projetos de restauração.

Renata Manara Tonioli, gerente de projetos do SPH desde 2013, em sua dissertação de mestrado intitulada “*Cidade e Universidade: Arquitetura e configuração urbana do Campus Centro da UFRGS*”⁴², de 2014, investiga a origem e o desenvolvimento do Campus Centro da UFRGS reconstituindo a história deste espaço. Através de uma abordagem ampla, mas com foco em arquitetura e urbanismo, Tonioli discorre sobre questões de configuração urbana, relacionadas ao espaço dos dois quarteirões do Campus Centro, até questões específicas relativas à arquitetura de suas edificações e do espaço aberto que as compõem.

O historiador Diego Devincenzi, no artigo intitulado “*Ações de Educação Patrimonial na UFRGS: A Visita Guiada Teatralizada*”⁴³, de 2015, apresenta o projeto da Visita Guiada Teatralizada, uma das atividades de educação patrimonial mais importantes do SPH. Neste mesmo ano, a monografia de conclusão de curso de Isabel Cristina Francioni Ferrugem, “*Educação, Patrimônio e Luicidade: A experiência educativa do Setor do Patrimônio Histórico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SPH/UFRGS)*”⁴⁴, de 2015, tem também como tema central o projeto da Visita Guiada Teatralizada do SPH.

⁴⁰ CARVALHO, Clarissa de S. **Práticas discursivas de preservação do patrimônio histórico e cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998-2008)**. 2010. 77 f. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

⁴¹ EFROM, Bianca. **A identidade e a marca da Secretaria de Patrimônio Histórico da UFRGS**. 2010. 153 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

⁴² TONIOLI, 2014, op. cit..

⁴³ DEVINCENZI, Diego Spegginorin. *Ações de Educação Patrimonial na UFRGS: A Visita Guiada Teatralizada*. In: **Semina – Revista dos pós-graduandos em História da UPF**. Passo Fundo, v.14, n.2. p. 176-192. 2015. Disponível em: <http://www.seer.upf.br/index.php/ph/article/view/5624/3594>. Acesso em: 25 de julho de 2018.

⁴⁴ FERRUGEM, Isabel Cristina Francioni. **Educação, Patrimônio e Luicidade: A experiência educativa do Setor do Patrimônio Histórico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SPH/UFRGS)**. 2015. 89 f. Monografia (Graduação em Museologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

Noêmia Fátima Rodrigues, servidora aposentada da UFRGS e chefe do SPH entre os anos 2012 e 2015, analisa as contribuições da Lei Rouanet para o Projeto Resgate, no período de 1999 a 2013, em sua dissertação de mestrado intitulada “*Contribuições da Lei Rouanet para o Projeto Resgate do Patrimônio Histórico da UFRGS: Estudo de Caso*”⁴⁵, de 2015. Outro trabalho que vale destacar, é a dissertação de mestrado da socióloga Sonia Maria Piccinini, “*Redes de Colaboração e Patrimônio de C&T: O Papel do Herbário ICN da UFRGS na Transmissão e Preservação de Valores e de Práticas Científicas*”⁴⁶, de 2015, onde Piccinini, também servidora aposentada da UFRGS, considera como patrimônios imateriais da Universidade, a dinâmica das redes de colaboração e os modos de fazer ciência desenvolvidos em torno do Herbário ICN.

Em 2016 foi lançado o primeiro volume da série “*Preservação do Patrimônio Edificado da UFRGS*”⁴⁷ que aborda a trajetória histórica e as características arquitetônicas dos prédios históricos da Universidade, além das concepções técnicas que nortearam os projetos de restauro dessas edificações. “*Château*”⁴⁸, de 2016, tem como tema a edificação homônima construída em 1908.

Por fim, duas dissertações de mestrado do ano de 2017. Primeiro a pesquisa intitulada “*PROJETO RESGATE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA UFRGS: Estudo do Perfil dos Incentivadores para o Restauro do Prédio da Faculdade de Direito*”⁴⁹, de Dóris Maria Demingos Oliveira, chefe do SPH no biênio 2016-2017, procura entender as motivações dos doadores do Projeto Resgate para a restauração da Faculdade de Direito. E por último, o trabalho de autoria de Roberto Lima Fernandes intitulado “*O valor econômico do mural ‘As Profissões’ de Aldo Locatelli,*

⁴⁵ RODRIGUES, Noêmia Fátima. **Contribuições da Lei Rouanet para o Projeto Resgate do Patrimônio Histórico da UFRGS: Estudo de caso.** 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) Centro Universitário La Salle, Canoas, 2015.

⁴⁶ PICCININI, Sônia Maria. **Redes de Colaboração e Patrimônio de C&T: O Papel do Herbário ICN da UFRGS na Transmissão e Preservação de Valores e de Práticas Científicas.** 2015. 76 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) Centro Universitário La Salle, Canoas, 2015.

⁴⁷ O projeto remonta a série de “Prédios Históricos da UFRGS” que pretendia fazer um registro dos trabalhos de intervenção e restauração que a SPH desenvolveu desde sua criação. No entanto, esta série teve apenas duas publicações em 2007.

⁴⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Château.** Secretaria do Patrimônio Histórico. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

⁴⁹ OLIVEIRA, Dóris Maria Demingos. **Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS: Estudo do perfil dos incentivadores para o restauro do Prédio da Faculdade de Direito.** 2017. 107 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) Centro Universitário La Salle, Canoas, 2017.

*patrimônio cultural da UFRGS*⁵⁰, que trata acerca da valoração econômica dos bens artísticos culturais da UFRGS.

⁵⁰ FERNANDES, Roberto Lima. **O valor econômico do mural 'As Profissões' de Aldo Locatelli, patrimônio cultural da UFRGS**. 2017. 147 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) Centro Universitário La Salle, Canoas, 2017.

2 UNIVERSIDADE COMO PATRIMÔNIO

A definição de universidade nos remete não só a centros de ensino, mas também, de promoção da cultura, produção de conhecimento e investigação. No entanto, além da contribuição para a geração e transmissão de conhecimento, em virtude de seu contexto socioespacial e do peso da sua história, as universidades tornaram-se guardiãs de um patrimônio cultural único e de valor inestimável. A especificidade do Patrimônio Universitário é um tema emergente e que pela própria natureza da criação e gestão de seus campi, deve ter sua especificidade.

2.1 A emergência do patrimônio universitário

A palavra patrimônio detêm uma enorme gama de significados. Em sua acepção mais usual, patrimônio refere-se ao conjunto de bens de família, herança familiar, ligado “às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”⁵¹.

Por vezes, chamado patrimônio histórico, foi definido por Choay como “um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum”⁵². Esse patrimônio, efetivado em uma incontável e diversa gama de bens culturais, assume múltiplas formas, classificadas entre materiais e imateriais.

A faceta do patrimônio que interessa a este trabalho está naquela edificada pelo homem, classificada em diversas categorias: patrimônio construído, arquitetônico, monumental, urbano, paisagístico e etc⁵³. Assim sendo, para este estudo interessa o patrimônio ligado diretamente ao ambiente construído, tendo nas edificações seu representante mais ilustre.

A origem da conceituação de patrimônio histórico, está na ideia de monumento histórico, consagrado desde o século XIX e definida por Riegl. Ao interpretar essa

⁵¹ CHOAY, 2006, op. cit., p.11.

⁵² Idem, ibidem.

⁵³ CHOAY, 2011, op. cit., p.9.

definição, Choay classifica o monumento como uma “criação deliberada”⁵⁴, cuja finalidade foi pensada *a priori*; enquanto o monumento histórico “não é, desde o princípio, desejado [...] e criado como tal”⁵⁵, tendo seu valor atribuído *a posteriori*. Conforme a distinção entre monumento e monumento histórico feita por Riegl, enquanto o primeiro trata-se de um artefato intencional, “obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos (ou a combinação de ambos)”⁵⁶; o monumento histórico caracteriza-se pela sua diferenciação dentre um *corpus* de edifícios existente, por possuir “valor histórico”⁵⁷.

É justamente essa atribuição de valor que determinará “elementos, lugares, manifestações ou arquiteturas para serem preservadas e estabelece um processo de seleção sobre o que irá subsistir, no futuro, como referência material na construção e reconstrução da história”⁵⁸. Segundo a teoria de valores⁵⁹ desenvolvida por Riegl, onde vários tipos de valor podem ser atribuídos aos monumentos, o valor histórico é o mais abrangente:

Chamamos de histórico, tudo o que foi e não é mais nos dias de hoje. De acordo com os conceitos mais modernos, acrescentaremos a isso a ideia mais ampla de que aquilo que foi não poderá voltar a ser nunca mais e tudo o que foi forma o elo insubstituível e irremovível de uma corrente de evolução ou, em outras palavras, tudo que tem uma sequência, supõe um antecedente e não poderia ter acontecido da forma como aconteceu se não tivesse sido antecedido por aquele elo anterior. O ponto-chave de todo conceito histórico moderno é formado pela noção de evolução.⁶⁰

⁵⁴ CHOAY, 2006, op. cit., p.25.

⁵⁵ Idem, ibidem.

⁵⁶ RIEGL, 2014, op. cit., p.32.

⁵⁷ Idem, ibidem.

⁵⁸ MEIRA, Ana Lúcia. **O passado no futuro da cidade**: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2004, p.14.

⁵⁹ Em sua teoria, Riegl estruturou os valores atribuídos aos monumentos em duas categorias opostas: valores de memória e valores de atualidade. O primeiro, ligado ao passado, distingui-se em três diferentes valores: valor de antiguidade (monumento histórico); valor histórico (monumento histórico); valor de comemoração (monumento). O segundo grupo, de atualidade, refere-se ao presente e diferencia-se entre: valor de uso (monumento e monumento histórico); valor de arte, podendo ser relativo (monumento histórico) ou de novidade (monumento e monumento histórico). (RIEGL, 2014, op. cit.)

⁶⁰ Idem, p.32.

O conceito de patrimônio histórico, que no século XIX estava compreendido enquanto monumento histórico em três grandes categorias⁶¹, teve no contexto pós Segunda Guerra Mundial um aumento dos bens inventariados, no entanto, “sua natureza era praticamente a mesma”. A ampliação do conceito e a inflação patrimonial ocorre a partir dos anos 1960 através do “alargamento do quadro cronológico”, da consequente “inclusão de novos tipos de bens” e das “áreas geográficas [...] em que esses bens se inscrevem”⁶². Segundo Choay,

[...] o domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais; ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana; aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades, como mostra ‘a lista’ do Patrimônio Mundial estabelecida pela Unesco.⁶³

O crescimento da preocupação com as questões relacionadas à conservação de bens culturais durante o século XX gerou um movimento que desencadeou uma série de:

[...] reuniões científicas e administrativas, nacionais e internacionais, da Unesco, do Conselho da Europa, do Icomos, de Ministérios de Cultura [...] as quais nos deixaram um rol de orientações e de importantes recomendações, quase sempre de índole legislativa ou, então, muito sumárias.⁶⁴

Os documentos oficiais resultantes desses encontros, chamados Cartas Patrimoniais, representam as mais relevantes recomendações referentes à salvaguarda dos bens culturais dos Estados membros em nível mundial. No rol desses documentos, a Carta de Atenas⁶⁵, de 1931, representa um marco no processo de conscientização dos Estados modernos para a preservação dos seus bens culturais.

Nessa Carta, bens de natureza científica são referenciados como objeto de proteção: “A Conferência assistiu à exposição das legislações cujo objetivo é proteger os monumentos de interesse histórico, artístico ou *científico*, pertencentes às

⁶¹ “Quando se criou, na França, a primeira Comissão dos Monumentos Históricos, em 1837, as três grandes categorias de monumentos históricos eram constituídas pelos remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos”. (CHOAY, 2006, op. cit., p.12).

⁶² Idem, ibidem.

⁶³ Idem, p.13.

⁶⁴ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de. **Patrimônio**. O seu entendimento e a sua gestão. Porto: Etnos, 1998, p.13.

⁶⁵ Não confundir com o documento homônimo produzido no âmbito do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) em 1933.

diferentes nações”⁶⁶. Desde então, dezenas de cartas patrimoniais⁶⁷ foram editadas ao redor do mundo, em convenções realizadas por organismos supranacionais e organizações não governamentais, tais como a ONU, a UNESCO, o ICOMOS e etc. Observa-se, na evolução do conceito do patrimônio, a ocorrência da *ciência como patrimônio*, devido sua “influência no desenvolvimento da sociedade, possibilitando transformações no nosso cotidiano, a partir da ampliação do conhecimento humano acerca do mundo”⁶⁸.

Os bens de natureza científica continuaram a ser referenciados como patrimônio cultural em diversas cartas patrimoniais destacadas nas considerações da Carta do Rio de Janeiro (2016)⁶⁹. No contexto nacional, o artigo 216 da Constituição Brasileira de 1988 inclui ao patrimônio cultural brasileiro, dentre outros, as *criações científicas*, artísticas e *tecnológicas*; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e *científico*.

Uma das tentativas de abarcar os fazeres da ciência e os bens a ela atrelados encontrou abrigo no termo “Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia” (Patrimônio C&T). Esta acepção vem sendo amplamente utilizada desde o início do século XXI⁷⁰.

Elaborada no âmbito do IV Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia, em 2016, a *Carta do Rio de Janeiro (2016) sobre Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia* tem o objetivo contribuir com diretrizes para a construção de políticas para a salvaguarda do Patrimônio C&T:

O Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia constitui-se do legado tangível e intangível relacionado ao conhecimento científico e tecnológico produzido pela humanidade, em todas as áreas do conhecimento, que faz referência às dinâmicas científicas, de desenvolvimento tecnológico e de ensino, e à memória e ação dos indivíduos em espaços de produção de conhecimento científico. Estes bens, em sua historicidade, podem se transformar e, de

⁶⁶ CARTA DE ATENAS (1931). **Carta de Atenas** - Sociedade das Nações. Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

⁶⁷ As cartas patrimoniais das quais o Brasil é signatário estão disponíveis no portal do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

⁶⁸ CARTA DO RIO DE JANEIRO (2016). **Carta do Rio de Janeiro sobre Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia**. Disponível em: <http://www.mast.br/images/pdf/Carta-do-Rio-de-Janeiro-sobre-Patrimnio-Cultural-da-Cincia-e-Tecnologia.pdf>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

⁶⁹ CARTA DO RIO DE JANEIRO, 2016, op. cit.

⁷⁰ GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta C. **Reflexões sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia na Atualidade**. Revista Memória em Rede, v.2, n.4, p. 85-104, dez. 2010 / mar. 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9535>. Acesso em: 30 de março de 2019.

forma seletiva lhe são atribuídos valores, significados e sentidos, possibilitando sua emergência como bens de valor cultural.⁷¹

E inclui,

[...] construções humanas e paisagens naturais, locais de observação do céu noturno, observatórios astronômicos e geofísicos, estações meteorológicas e agrônômicas, laboratórios, museus, inclusive jardins botânicos e zoológicos, e locais utilizados ou construídos com a finalidade de sediar experimentos, conservar coleções científicas, propiciar aprendizagem e o intercâmbio de ideias, desenvolver e produzir instrumentos, máquinas e processos relacionados desenvolvimento tecnológico, públicos ou privados.⁷²

No entanto, no âmbito das discussões acerca do Patrimônio C&T, o patrimônio edificado acaba sendo colocado em segundo plano. Uma breve busca nas quase 400 páginas dos anais do *IV Seminário de Gestão do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia*, realizado em abril de 2019, evidencia essa questão. A pesquisa pelos termos “patrimônio edificado” ou “patrimônio arquitetônico”, encontra resultado em dois artigos, com apenas uma ocorrência do primeiro termo e quatro do segundo. Assim mesmo, seu conteúdo não se relaciona diretamente com os termos pesquisados, resumindo-se a questões relativas à organização de museus e coleções, e a bens integrados a edificações históricas. No que tange a questões relativas à preservação de bens culturais de aspecto material, concentram-se em bens móveis. Ademais, o termo “Patrimônio Universitário” resultou em 12 ocorrências, na maioria delas utilizado como sinônimo de patrimônio C&T.

A especificidade do Patrimônio Universitário, de caráter predominantemente coletivo, tem sido abordada em escala internacional desde o início do século XXI. O Patrimônio Universitário apresenta relevante significado histórico e sociocultural, requerendo instrumentos adequados para que possa ser identificado, classificado, valorizado e protegido.

Em abril de 2000, doze⁷³ das mais antigas e prestigiadas universidades europeias, reunidas em Halle (Alemanha), assinaram o documento Declaração de

⁷¹ CARTA DO RIO DE JANEIRO, 2016, op. cit.

⁷² CARTA DO RIO DE JANEIRO, 2016, op. cit.

⁷³ Foram signatárias da Declaração de Halle, em abril de 2000, as seguintes universidades: Universidade de Amsterdam, Universidade de Berlim, Universidade de Bologna, Universidade de Cambridge, Universidade de Groningen, Universidade de Halle, Universidade de Leipzig, Universidade de Londres, Universidade de Oxford, Universidade de Pavia, Universidade de Uppsala e Universidade de Utrecht. Disponível em: <http://www.universeum-network.eu/the-founders-of-universeum/>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

Halle⁷⁴, com o intuito de valorizar e promover o que chamam de “*Academic Heritage and Universities*”. Na Declaração as universidades concordaram em fundar uma rede capaz de “compartilhar conhecimentos e experiências entre seus membros e empreender projetos conjuntos com o objetivo de melhorar o acesso às coleções em todos os níveis”.

Assim, em 2000 é criada a Rede de Patrimônio Universitário Europeu Universeum⁷⁵, preocupada com o patrimônio universitário em geral e operando apenas em nível europeu. Seu conceito de patrimônio universitário é amplo e transversal, abrangendo todos os bens culturais das universidades, como edificações, bibliotecas, arquivos, coleções, museus, e etc. No ano seguinte, é criado o Comitê para Museus e Coleções Universitárias (UMAC), pelo Conselho Executivo do Conselho Internacional de Museus (ICOM). Operando em nível mundial, foi concebido preocupado principalmente com museus universitários e suas coleções. O Comitê ressalta o patrimônio das universidades como detentor de valor extraordinário para a humanidade, e cita as universidades⁷⁶ constantes na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO, distinguindo-as em dois grupos: diretamente listadas – Universidades Patrimônio Mundial (UPM); e indiretamente listadas – quando o centro da cidade ou o local onde a universidade está localizado é listado.

Em 2005, o Comitê de Ministros do Conselho da Europa, aprovou a “Recomendação Rec(2005)13”⁷⁷ sobre governança e gestão do patrimônio universitário. Nessa Recomendação, é ressaltada a singularidade do patrimônio das universidades, resultado da autonomia dessas instituições. Cabe destacar que em 1988, na ocasião do 900º aniversário de fundação da Universidade de Bolonha⁷⁸, 388 reitores de diversas universidades europeias assinaram a “*Magna Charta Universitatum*”⁷⁹, documento diretivo sobre valores e princípios gerais das universidades, com o desafio de construir um sistema mundial de excelência que

⁷⁴ A íntegra da Declaração de Halle encontra-se no “Anexo C” deste trabalho.

⁷⁵ As diretrizes do projeto Universeum foram apresentadas na Declaração de Halle em 2000. Disponível em: <http://www.universeum-network.eu/about-universeum/>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

⁷⁶ Patrimônio Mundial das Universidades, UMAC, ICOM. Disponível em: <http://umac.icom.museum/resources/universities-world-heritage/>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

⁷⁷ A íntegra da Recomendação Rec(2005)13 encontra-se no “Anexo D” deste trabalho.

⁷⁸ A Universidade de Bolonha é considerada a universidade mais antiga do mundo ocidental, tendo sido fundada em 1088.

⁷⁹ A íntegra da *Magna Charta Universitatum* encontra-se no “Anexo B” deste trabalho.

fortalecesse as democracias e em defesa da autonomia das universidades. De acordo com o *Observatory Magna Charta Universitatum*⁸⁰, em 2019, 889 universidades de 88 países subscrevem o documento, entre elas a UFRGS⁸¹.

Nessa perspectiva de valorização e promoção do patrimônio universitário, os reitores das universidades de Oviedo, Salamanca, Alcalá, Barcelona, Granada, País Basco, Sevilha, Valência e Valladolid assinaram em 11 de janeiro de 2008 a “*Declaração de Salamanca sobre o Patrimônio Histórico-Cultural das Universidades*”⁸². Com esta iniciativa, as universidades promotoras buscaram chamar a atenção para a necessidade de equipar seu patrimônio com a cobertura legal e institucional essencial para sua adequada gestão e difusão. De acordo com a Declaração de Salamanca, “*El patrimonio universitario, rico y complejo, está constituido por bienes muebles e inmuebles, archivos, bibliotecas, edificios, objetos artísticos, jardines y árboles históricos, conjuntos urbanísticos y paisajísticos y colecciones móviles*”.

Em 2013, as Universidades Patrimônio Mundial⁸³ reuniram-se em Alcalá, assinando a Declaração de Alcalá, em favor da proteção, conservação e difusão do patrimônio das universidades. Em 2015, a Declaração do México ratificou a declaração anterior e estendeu sua preocupação para a preservação e conservação das coleções e museus universitários.

As declarações sobre Patrimônio Universitário se encontram em anexo, ao final deste trabalho, por constituírem um conjunto de documentos em favor do Patrimônio Universitário, no qual a presente pesquisa encontrou respaldo no tocante a proteção, conservação e difusão do patrimônio das universidades. Desta forma, pelas razões anteriormente apresentadas, optou-se pelo uso do termo Patrimônio Universitário no desenvolvimento dessa pesquisa.

⁸⁰ Devido ao crescente número de signatários, o Observatório foi criado em 2000 pela *European University Association and the University of Bologna*. Disponível em: <http://www.magna-charta.org/>. Acesso em: 25 de julho de 2018.

⁸¹ Conforme a Decisão nº 247/2016, de 05 de agosto de 2016 o Conselho Universitário da UFRGS aprovou “ingresso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul na Magna Charta Universitatum, associação internacional liderada pela Universidade de Bologna (UNIBO)”. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/147685>. Acesso em: 19 de novembro de 2018.

⁸² A íntegra da Declaração de Salamanca encontra-se no “Anexo E” deste trabalho.

⁸³ Este tema será retomado na seção 2.2.1 (Cenário internacional: Grupo de Universidades Patrimônio Mundial).

2.2 Experiências de gestão do patrimônio edificado em universidades

Para que se possa fazer uma análise da gestão do patrimônio universitário no âmbito da UFRGS é importante que se faça um estudo de casos semelhantes a fim de coletar subsídios para comparação. Desse modo, este capítulo reúne experiências de gestão do patrimônio edificado em universidades.

Foram escolhidas cinco universidades estrangeiras: Universidade de Virgínia (UVA), Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), Universidade Central da Venezuela (UCV), Universidade de Coimbra (UC), Universidade de Alcalá (UAH), listadas como Patrimônio Mundial pela UNESCO; assim como duas universidades brasileiras: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de São Paulo (USP), que apresentam uma formação similar à observada na UFRGS. A apresentação das experiências dessas universidades se concentrará nos bens imóveis, procurando recuperar o caminho da conformação de seu patrimônio, bem como a forma de sua gestão.

2.2.1 Cenário internacional: Grupo de Universidades Patrimônio Mundial

Desde 1987, a UNESCO tem reconhecido universidades como Patrimônio Mundial, tanto pelo valor universal excepcional dessas instituições, quanto por atenderem aos critérios de seleção estabelecidos pela entidade para serem incluídas na seleta lista de Patrimônio Mundial. Como fruto do reconhecimento e esforço da UNESCO, o grupo das Universidades Patrimônio Mundial (UPM), devidamente classificado pela importância de seu patrimônio universitário para toda a humanidade, passou a promover simpósios entre seus representantes. Em discussão, questões como promoção e conservação do seu singular patrimônio, além de acordos de cooperação mútua entre as instituições. As declarações resultantes desses encontros, como a *Declaración de Alcalá Sobre la Protección, Conservación y Difusión del Patrimonio Universitario* (2013), e a *Declaración de México Sobre Protección, Conservación y Difusión del Patrimonio Universitario, las Colecciones y los Museos Universitarios* (2015), constituem-se em documentos que colocam de vez o Patrimônio Universitário em pauta nas discussões acerca do Patrimônio Cultural, alçando-o como uma categoria específica nos estudos sobre patrimônio.

Em 10 de maio de 2013, os representantes de quatro das cinco UPM⁸⁴, se reuniram em Alcalá de Henares para o simpósio internacional "*Universidades declaradas Patrimônio Mundial por la UNESCO*", firmando e tornando público um documento com o compromisso pela defesa do seu patrimônio universitário universal. A publicação resultante desse simpósio traz a Declaração de Alcalá com acordos de parceria estratégica, ideais e desafios em comum entre as instituições. Além disso, apresenta um dossiê acerca do rico patrimônio edificado, do desenvolvimento intelectual e artístico dessas universidades, tornando-se assim um dos principais documentos sobre o patrimônio cultural das UPM. O levantamento sobre o patrimônio universitário das UPM contido na obra *Declaración de Alcalá Sobre la Protección, Conservación y Difusión del Patrimonio Universitario* (2013) trata do primeiro esforço conjunto dessas universidades.

Um segundo encontro das UPM foi realizado dois anos mais tarde na Cidade do México, tendo como resultado a *Declaración de México Sobre Protección, Conservación y Difusión del Patrimonio Universitario, las Colecciones y los Museos Universitarios* (2015). Novamente apenas quatro universidades⁸⁵ assinaram o documento. Além de ratificar os pontos da Declaração de Alcalá, este documento diferencia-se por ampliar a definição anterior de patrimônio universitário e firmar o compromisso das universidades em proteger também seu patrimônio intangível. Para tanto, considera além da arquitetura e urbanismo, suas bibliotecas, documentos, coleções científicas e técnicas, museus, arquivos de grande valor, etc., bem como o patrimônio intangível que essas instituições geraram durante séculos, como feitos, legados, ideias, tradições, rituais, usos e costumes, saberes, ofícios e modos de fazer, etc.

Conforme a *Convenção Sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* (UNESCO, Paris, 1972), o Valor Universal Excepcional dos bens culturais se determina através da identificação de ao menos um entre os dez critérios⁸⁶

⁸⁴ Assinaram a Declaração de Alcalá: Universidade da Virgínia, Universidade de Alcalá, Universidade Central da Venezuela e Universidade Nacional Autônoma do México. A Universidade de Coimbra foi incorporada à lista de Universidades Patrimônio Mundial da UNESCO no dia 22 de junho de 2013 e não participou deste primeiro simpósio.

⁸⁵ Assinaram a Declaração do México: a Universidade de Alcalá, a Universidade Central da Venezuela, a Universidade Nacional Autônoma do México e a Universidade de Coimbra. No entanto, a Universidade da Virgínia não participou do simpósio.

⁸⁶ Critérios para seleção de bens para a Lista do Patrimônio Mundial. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/criteria/>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

estabelecidos pelo Comitê do Patrimônio Mundial. Até o final de 2004, os critérios eram divididos entre culturais (seis) e naturais (quatro). A partir dessa data as diretrizes operacionais para aplicação da Convenção foram revistas pelo Comitê, definindo somente um conjunto de dez critérios. Nas Universidades Patrimônio Mundial (UPM) foram identificados quatro dos dez critérios, a seguir transcritos:

- i. Representar uma obra-prima do gênio criativo humano;
- ii. Testemunhar um intercâmbio de valores humanos considerável, durante um período concreto ou em uma área cultural do mundo determinada, nos âmbitos da arquitetura ou tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de paisagens;
- iv. Ser um exemplo eminentemente representativo de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou vários períodos significativos da história humana;
- vi. Estar direta ou materialmente associada a acontecimentos ou tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias que têm um significado universal excepcional. (Este critério deve ser utilizado preferentemente de modo conjunto com os outros critérios);

A seguir são apresentadas as Universidades Patrimônio Mundial, classificadas em duas categorias: pré-modernas e modernas, dadas as particularidades do patrimônio moderno cujos campi foram planejados e executados em um curto intervalo de tempo durante o século XX. De outro lado, o grupo de pré-modernas apresenta maior diversidade na conformação do seu patrimônio edificado ao longo de sua história.

a) Universidades pré-modernas

A primeira universidade a ter sido classificada Patrimônio Mundial pela UNESCO foi a Universidade da Virgínia (UVA) no ano de 1987. A propriedade *Monticello and the University of Virginia in Charlottesville* está localizada na cidade Charlottesville, região central do estado da Virgínia, Estados Unidos. Construído entre a segunda metade do século XVII e o início do século XVIII, o bem foi projetado pelo renomado arquiteto e terceiro presidente norte americano, Thomas Jefferson (1743-1826).

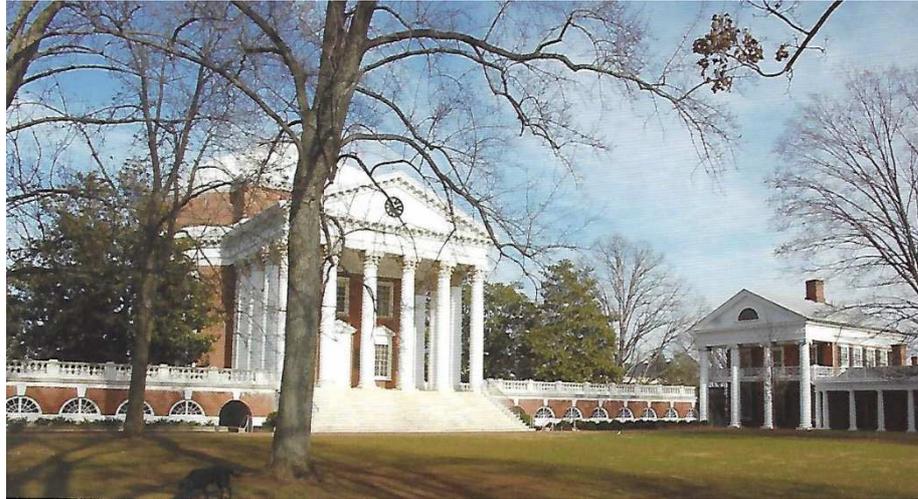


Fig. 1 - A Rotunda: composta por três pavimentos, possui salas de aula, auditórios e a biblioteca universitária. Fonte: BLANCO, Javier Rivera – Declaración de Alcalá sobre la protección, conservación y difusión del patrimonio universitario. Madrid: UAH, 2013.



Fig. 2 - Plano em "U" da Vila Acadêmica com seus dez pavilhões e a Rotunda como ponto focal. Fonte: UNIVERSITY OF VIRGINIA. Disponível em: <https://www.virginia.edu/visit>. Acesso em: 30 de julho de 2019.

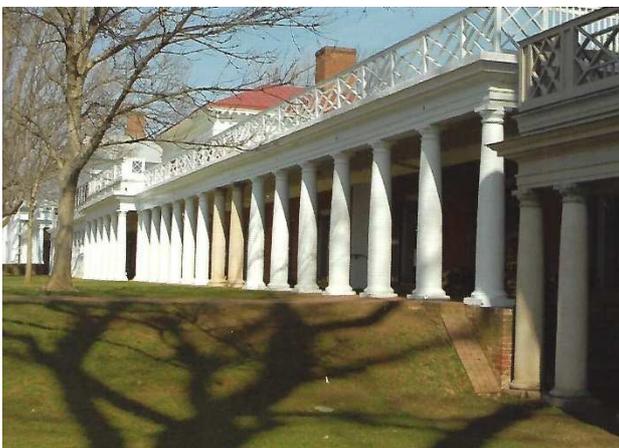


Fig. 3 - Universidade da Virgínia, Rotunda e gramado. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit.



Fig. 4 - Vista do lado leste, pavilhões e colonatas. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit.

O conjunto arquitetônico neoclassicista é configurado pela *Academic Village* em forma de U com a *Rotunda* no seu ponto focal, e uma casa de campo, que fora também residência de Jefferson, chamada *Monticello*. Ambos são considerados exemplares ímpares da arquitetura neoclássica, permanecendo bem conservados e praticamente inalterados desde sua construção. Além do valor universal excepcional, a distinção foi concedida à instituição por atingir três dos dez critérios estabelecidos pela UNESCO⁸⁷ como pré-requisitos para inclusão na lista de Patrimônio Mundial. A propriedade Patrimônio Mundial *Monticello and the University of Virginia in Charlottesville* não possui um plano formal de gestão como um todo, sendo a Vila Acadêmica e *Monticello* administrados separadamente⁸⁸ (Fig. 1 a Fig. 4).

Em 1998, foi a vez da Universidade de Alcalá (UAH), denominada *University and Historic Precinct of Alcalá de Henares*, atender a três⁸⁹ critérios da UNESCO e passar a fazer parte do seletor grupo das UPM. Situada na Comunidade autônoma de Madri, a localidade de Alcalá de Henares abrigou a primeira cidade universitária da era moderna.

Idealizada pelo Cardeal Francisco Jiménez de Cisneros (1436-1517) a Universidade fundada em 1499, baseada no modelo de *San Clemente* de Bolonha (*Collegio di Spagna*), contava com um complexo sistema urbano com faculdades, residências, hospitais e gráficas, sendo utilizada como modelo para diversas universidades tanto na Europa quanto na América espanhola. Além da contribuição para a arquitetura e urbanismo, Alcalá de Henares também foi berço de importantes nomes da literatura espanhola e mundial, tendo como seu maior expoente, Miguel de Cervantes⁹⁰ (Fig. 5 a Fig. 9).

⁸⁷ O Valor Universal Excepcional do bem deve ser identificado para que seja incluído na lista de Patrimônio Mundial. O bem *Monticello and the University of Virginia in Charlottesville* atingiu os valores i, iv e vi, da lista da UNESCO. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/146>. Acesso em: 14 de outubro de 2018.

⁸⁸ Seção do bem *Monticello and the University of Virginia in Charlottesville* no site da UNESCO. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/442>. Acesso em: 31 de outubro de 2018.

⁸⁹ O bem *University and Historic Precinct of Alcalá de Henares* atingiu os critérios ii, iv e vi, da lista da UNESCO. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/876>. Acesso em: 31 de outubro de 2018.

⁹⁰ Seção do bem *University and Historic Precinct of Alcalá de Henares* no site da UNESCO. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/876>. Acesso em: 31 de outubro de 2018.

A última instituição a integrar a lista das UPM foi a Universidade de Coimbra (UC), no ano de 2013, após atender três⁹¹ critérios de seleção da UNESCO. O nome de inscrição do bem é *University of Coimbra – Alta and Sofia*. Sua fundação data do final do século XIII, sendo uma das mais antigas do mundo⁹². Por tratar-se de um centro de formação para as elites lusitanas, a Universidade influenciou instituições educacionais, tanto em Portugal quanto em suas colônias, durante mais de sete séculos, consolidando-se como um importante centro de produção de literatura, pensamento em língua portuguesa, e transmissão de uma cultura acadêmica específica.

Exemplo excepcional de cidade universitária, parte da Universidade situa-se estrategicamente no topo da cidade velha de Coimbra (Alta), e outra parte junto à Rua Sofia, onde a história da Universidade começou. Por atravessar mais de setecentos anos de atividade, a Universidade de Coimbra – Alta e Sofia conta com um conjunto de edificações de diversos períodos históricos, resultado da junção de uma longa gênese cultural, intimamente relacionada às reformas nos campos ideológicos, pedagógicos e culturais, com correspondências diretas a nível material. Sua área Patrimônio Mundial é composta por quatro grandes núcleos arquitetônicos e históricos, correspondentes aos momentos de criação, desenvolvimento, reestruturação e consolidação da Universidade (Fig. 10 a Fig. 13).

A gestão da propriedade é de responsabilidade da Associação Recriar a Universidade, Alta e Sofia (RUAS)⁹³. Segundo o reitor Amílcar Falcão, a Associação realiza a articulação entre Universidade, Câmara Municipal, Ministério da Cultura e outras parcelas da cidade de Coimbra, no sentido da preservação e requalificação do patrimônio, e consequente manutenção da classificação junto a UNESCO⁹⁴. Para gerir, promover e divulgar o bem classificado como patrimônio mundial, a Associação

⁹¹ O bem *University of Coimbra – Alta and Sofia* atingiu os critérios ii, iv e vi, da lista da UNESCO. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/1387>. Acesso em: 31 de outubro de 2018.

⁹² Originada pelo documento “*Scientiae thesaurus mirabilis*”, datado de 1290, que criou a Universidade de Coimbra, a mais antiga universidade de Portugal e uma das mais antigas do mundo. Disponível em: <http://www.uc.pt/sobrenos/historia>. Acesso em: 31 de outubro de 2018.

⁹³ A Associação RUAS (Recriar a Universidade, Alta e Sofia) foi constituída, envolvendo, como fundadores, a Universidade de Coimbra, a Câmara Municipal de Coimbra, a Direção Regional da Cultura do Centro e a Coimbra Viva (Sociedade de Reabilitação Urbana). Disponível em: <http://www.uc.pt/ruas/>. Acesso em: 23 de novembro de 2018.

⁹⁴ UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Associação RUAS reúne-se para balanço e define trabalho futuro. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=fYfpjPYdUxE>. Acesso em: 9 de maio de 2019.



Fig. 10 - Vista aérea de Coimbra, 2003. Fonte: UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Universidade de Coimbra: Alta e Sofia: candidatura a património mundial. Coimbra: UC, 2011. Disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1387.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2018.

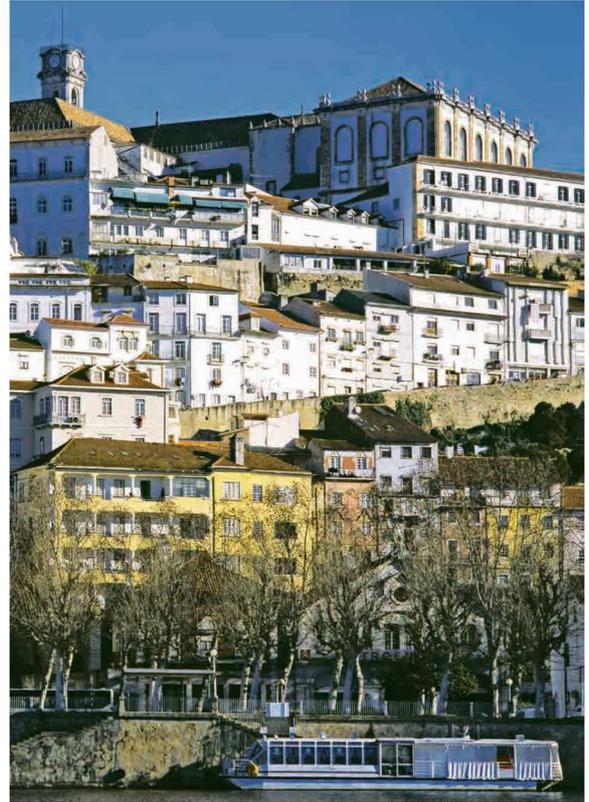


Figura 11 - Alta Universitária, 2006. Fonte: UNIVERSIDADE DE COIMBRA., 2011, op. cit.

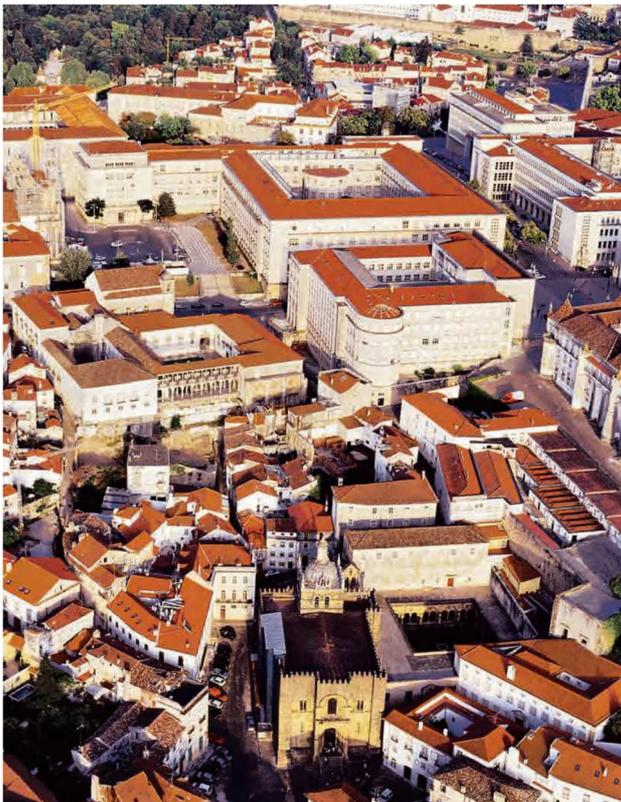


Figura 12 - Vista aérea de Coimbra, 2003. Fonte: UNIVERSIDADE DE COIMBRA., 2011, op. cit.

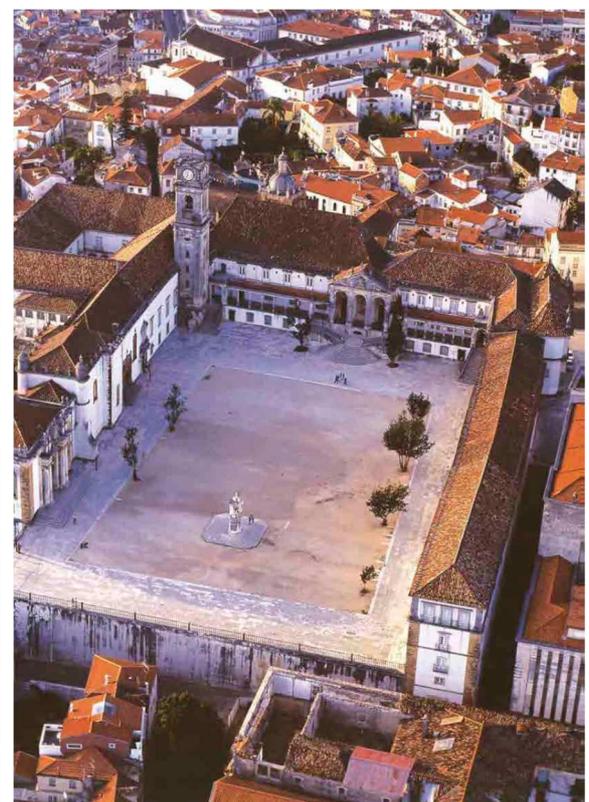


Figura 13 – Vista aérea do Paço das Escolas, 2009. Fonte: UNIVERSIDADE DE COIMBRA., 2011, op. cit.

realiza mapeamentos técnicos, relatórios para a UNESCO, além de eventos como o Sons da Cidade⁹⁵, que marca o aniversário da classificação. A UNESCO considera que este conjunto excepcional encontra-se ameaçado devido a modificações na paisagem circundante ao bem⁹⁶.

b) *Universidades modernas*

A terceira universidade a fazer parte da lista de UPM foi a Universidade Central da Venezuela (UCV). Adicionada ao grupo no ano de 2000, a *Ciudad Universitaria de Caracas* foi projetada pelo arquiteto Carlos Raúl Villanueva (1900-1975) e construída entre as décadas de 1940 e 1960 na capital venezuelana, sendo considerada uma obra prima do planejamento urbano moderno (Fig. 14 a Fig. 17).

A UCV passou a compor a lista da UNESCO por atender dois⁹⁷ dos dez critérios de seleção. Embora mantenha a unidade dos projetos desenvolvidos por Villanueva, incluindo obras primas da arquitetura moderna e artes visuais, a UCV sofreu pequenas modificações devido a necessidades funcionais da instituição. Atualmente com mais de 50.000 alunos, a Cidade Universitária de Caracas foi projetada para apenas 6.000 e, por esse motivo, encontra dificuldades na readequação dos seus espaços. Entretanto, continua sendo considerado um excelente exemplo da arquitetura do Movimento Moderno. A gestão do patrimônio da Universidade é realizada pelo Conselho de Preservação e Desenvolvimento da Universidade da Venezuela (COPRED)⁹⁸.

O Campus Central da Cidade Universitária da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) é considerado um ícone do Movimento Moderno. Assim como a Cidade Universitária da UCV, foi projetado e construído na metade do século XX, entre

⁹⁵ “O evento “Sons da Cidade” celebra a inscrição da “Universidade de Coimbra, Alta e Sofia” na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO sob o signo da reflexão e intervenção artística. O programa convida à deambulação e propõe a (re)descoberta e novas leituras da Cidade através do cruzamento de vários patrimônios: do edificado à língua e à música, da imagem à palavra e desta ao corpo e ao seu movimento no espaço-tempo”. Disponível em: <http://www.uc.pt/sonsdacidade/>. Acesso em: 9 de maio de 2019.

⁹⁶ Seção do bem *University of Coimbra – Alta and Sofia* no site da UNESCO. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/1387>. Acesso em: 31 de outubro de 2018.

⁹⁷ A UCV é a única Universidade da lista de UPM a atender apenas dois critérios (*i* e *iv*) da lista da UNESCO. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/986/>. Acesso em: 14 de outubro de 2018.

⁹⁸ Seção do bem *Ciudad Universitaria de Caracas* no site da UNESCO. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/986>. Acesso em: 31 de outubro de 2018.



Fig. 14 – Universidad Central de Venezuela – Ciudad Universitaria. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit.



Fig. 15 – Vista do Campus e a cidade de Caracas ao fundo. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit.



Fig. 16 – Interior da Aula Magna, um grande auditório com as *Nubes* acústicas de Alexander Calder de 1953. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit.



Fig. 17 – Vista do Campus. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit.

1949 e 1952. Da etapa de projeto até sua materialização participaram mais de sessenta profissionais, entre os quais, arquitetos, engenheiros e artistas plásticos. O bem *Central University City Campus of the Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)* foi adicionado à lista da UNESCO em 2007 ao atender a três dos dez critérios⁹⁹ do Comitê. Trata-se de um exemplo de aplicação dos conceitos do movimento moderno, fundidos às características da tradição mexicana pré-hispânica (Fig. 18 a Fig. 21).

Considerado um ícone do urbanismo, da arquitetura e da arte moderna na América Latina, o Campus Central conta com aproximadamente 2.843.602m² de área construída. A gestão deste bem é realizada pelo Escritório de Projetos Especiais da UNAM e é regido pelo Plano Integral da Cidade Universitária / Pano de Gestão do Campus¹⁰⁰.

2.2.2 Cenário nacional: Universidades Federais com Patrimônio Edificado de relevância nacional

No início do século XIX, com a chegada da família real portuguesa, se iniciou o ensino superior leigo no Brasil. Os cursos superiores profissionais criados, primeiro em Salvador, e depois no Rio de Janeiro, tinham como objetivo formar quadros para o Estado: “[...] cursos militares, como os da Academia Militar e da Academia da Marinha, cursos de medicina e cirurgia e o de matemática que oferecia conhecimentos exigidos tanto pela engenharia militar quanto pela engenharia civil”. Também foram criados cursos com a intenção de formar profissionais para a burocracia do Estado, como os de agronomia, química, desenho técnico e economia política¹⁰¹.

Com a vinda da Missão Francesa, em 1816, acrescentam-se ainda cursos destinados a formar profissionais produtores de bens simbólicos, como de música, desenho, história e arquitetura. Além desses, incluem-se as academias de Direito de

⁹⁹ O bem *Central University City Campus of the Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)* atingiu os critérios i, ii e iv, da lista da UNESCO. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/1250>. Acesso em: 31 de outubro de 2018.

¹⁰⁰ Seção do bem *Central University City Campus of the Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)* no site da UNESCO. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/1250>. Acesso em: 31 de outubro de 2018.

¹⁰¹ Há registros anteriores de cursos de Teologia oferecidos em colégios Jesuítas destinados a preparar futuros religiosos (PINTO; BUFFA, 2009, op. cit., p.45).

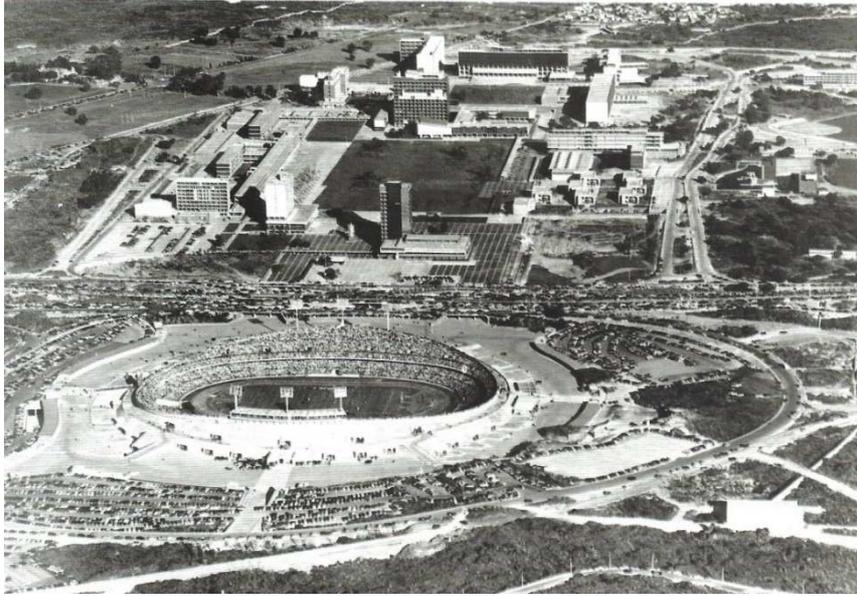


Fig. 18 – Vista aérea do Campus Central da Cidade Universitária da UNAM. Fotografia tirada durante uma partida entre o Politécnico e a UNAM em 8 de outubro de 1955. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit.



Fig. 19 – Panorâmica do Campus, a esquerda a *Torre de Rectoría* na UNAM, a direita a Biblioteca Central e ao fundo o estádio. Atrás a Cidade do México. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit.

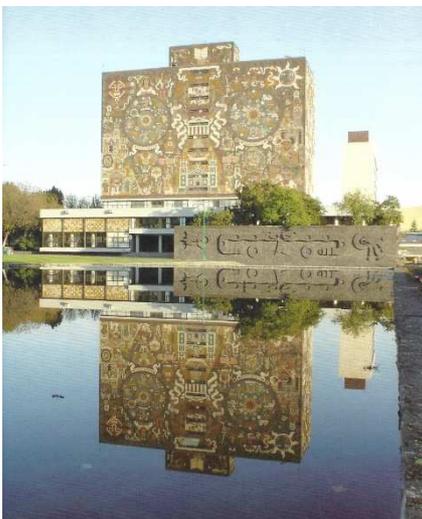


Fig. 20 – Biblioteca Central da UNAM: seu exterior está decorado com o mural *Representación histórica de la cultura*, do artista mexicano Juan O'Gorman. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit.



Fig. 21 – Mural colossal *La vida, la muerte, el mestisaje y los cuatro elementos* feito por Francisco Eppens Helguera em 1953 em uma das empenas da Faculdade de Medicina. Fonte: BLANCO, 2013, op. cit.

São Paulo e Olinda, criadas em 1827, completando o quadro do ensino superior no período imperial¹⁰².

Em suma, mesmo com modificações e criação de novos cursos e escolas, até a primeira metade do século XX, o ensino superior brasileiro era estruturado por estabelecimentos isolados. Houve tentativas de criação de universidades mesmo após a proclamação da República, mas que encontravam resistência nos positivistas que consideravam a universidade uma instituição anacrônica. Em 1920, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, considerada a primeira instituição que vingou no Brasil com o nome de universidade. Ainda na primeira metade do século XX, criaram-se outras a partir da união de faculdades e escolas existentes, como a de Minas Gerais (1927), São Paulo (1934) e Porto Alegre (1934¹⁰³). Até a Reforma Universitária de 1968¹⁰⁴, o ensino superior no país “centrava-se no curso e na cátedra com suas características de vitaliciedade, irremovibilidade e liberdade”¹⁰⁵.

Os modelos utilizados nas universidades brasileiras até o fim do estado novo adinham da Europa. A partir da Reforma Universitária, o principal modelo para a universidade brasileira foi o norte-americano, muito influenciado pelas contribuições tecnológicas que deram ao esforço de guerra. A cátedra foi substituída pelo departamento, a menor fração universitária. O modelo descentralizado em escolas isoladas foi substituído pelo campus universitário. Idealizado a partir da ideia de Cidade Universitária, que ofereceria além de ensino, centros de pesquisa, alojamento para alunos e professores, serviço regular de transporte, comércio de subsistência, cinemas, museus e teatros, enfim, todos os serviços próprios de qualquer cidade. A ideia da microcidade dentro da cidade não vingou, uma vez que mesmo os maiores campus universitários brasileiros não são dotados da autossuficiência necessária para a autonomia de uma Cidade Universitária, não passando de uma aspiração que nunca de realizou¹⁰⁶.

¹⁰² PINTO; BUFFA, 2009, op. cit., p.45.

¹⁰³ Antes da criação da Universidade de Porto Alegre (UPA), em 1934, houve a experiência da Universidade Técnica, de 1931, criada a partir da união da Escola de Engenharia e Faculdade de Agronomia e Veterinária.

¹⁰⁴ Lei 5.540/68 fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior nas universidades brasileiras.

¹⁰⁵ PINTO; BUFFA, 2009, op. cit., p.46.

¹⁰⁶ Idem, p.46-47.

Ao contrário do que se imaginou inicialmente, o campus universitário brasileiro se mostrou insuficiente e dependente das cidades em que estão localizados. Para Alice, “a fase brasileira mais recente do projeto de Cidade Universitária parece ter esquecido a importância da base conceitual, partiu logo para o plano urbano e seus edifícios”¹⁰⁷. De acordo com Pinto,

A história dos diferentes câmpus universitários no Brasil, ressalvados alguns aspectos particulares, é muito semelhante. O Estado desapropria ou, às vezes, ganha uma determinada área, geralmente distante da cidade, por ser menos onerosa, solicita a contribuição de alguns profissionais para a elaboração de um plano e de um projeto arquitetônico, realiza solenidades, descerra placas e inicia as obras que, normalmente, duram pouco tempo. As verbas terminam e a obra de construção do câmpus para. Nova administração, novas esperanças, novas verbas e uma nova equipe, dessa vez, geralmente composta de docentes altamente titulados: um novo plano é realizado, novas metas são definidas. Realiza-se o que a verba permite. Fim da verba, fim da equipe, fim do plano e, quase sempre, fim das obras. Fim dos sonhos dos muitos envolvidos.¹⁰⁸

No Brasil, casos como o da UFRJ e o da USP são semelhantes ao da UFRGS, seja pela sua origem urbana, pela justaposição de faculdades já existentes, pelo modo como se deu seu desenvolvimento no século XX até a modernização da Universidade-Sistema, modelo universitário advindo da Reforma de 1968.

a) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Nascida nos anos 1920, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ) foi criada por decreto presidencial, a partir da união da Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica (originada nos tempos de D. João). Renomadas instituições de ensino superior do Rio de Janeiro, à época de sua união, encontravam-se instaladas em majestosos edifícios dispersos na malha urbana da cidade (Fig. 22).

Entre 1930 e 1937, a universidade passou por uma curta experiência na esfera municipal como Universidade do Distrito Federal (UDF). Liderada por Anísio Teixeira, então diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal, foi alvo de críticas

¹⁰⁷ ALICE, Edison Zanckin. **Cidade Universitária da Ilha do Fundão**: Seus planos, seus edifícios. 2004. 148 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004., p.144.

¹⁰⁸ PINTO; BUFFA, 2009, op. cit., p.47.

por parte de opositores como o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, sendo extinta em 1936, dando lugar à Universidade do Brasil¹⁰⁹.

Em 1937, passa a chamar-se Universidade do Brasil, tornando-se parte de um programa de Estado que pretendia construir um modelo padrão para as demais instituições universitárias do país. Instituída pela Lei nº452/1937, que a definia em seu primeiro artigo como “uma comunidade de professores e alunos consagrados ao estudo”, que recrutaria estudantes de todo o país por critérios rigorosos de seleção. Para tanto seria necessária uma infraestrutura diferenciada da existente, composta por clínicas, laboratórios, museus, gabinetes, bibliotecas, e etc. A intenção era de dotar a instituição com a infraestrutura necessária para transformar o ensino em uma prática permanente de trabalho e pesquisa. Foram elaborados vários projetos com o objetivo de agrupar as atividades universitárias, e seu conjunto de estudos, cursos e instalações, numa comunidade denominada por Capanema como Cidade Universitária. No entanto, diante dessa tarefa hercúlea, dificuldades apresentaram-se desde a escolha do terreno onde deveria ser implantada¹¹⁰.

Após propostas mal sucedidas na Praia Vermelha – onde D. Pedro II já havia lançado pedra fundamental para formação de uma universidade –, e em Botafogo – proposta de 1930 referendada por Alfred Agache¹¹¹ porém vetada por necessitar muitas desocupações e um considerável aterro – com o aproveitamento de edifícios existentes e construção de novos prédios, outras ideias foram estudadas em áreas como Leblon, Manguinhos, Niterói e até Petrópolis. Quinta da Boa Vista também ganhou estudos. Anteprojetos assinados por renomados profissionais como o renomado arquiteto franco-suíço Le Corbusier¹¹² – convidado por Lúcio Costa –, o arquiteto italiano Marcelo Piacentini – autor do projeto da Universidade de Roma – e outro do próprio Lúcio Costa. No entanto, foram rejeitados pela Comissão do Plano da Universidade, ficando o projeto em segundo plano por quase uma década¹¹³.

Em 1945, um decreto federal transferiu a localização da cidade universitária para uma ilha artificial chamada Ilha do Fundão. O projeto escolhido foi elaborado por

¹⁰⁹ PINTO; BUFFA, 2009, op. cit., p.49.

¹¹⁰ Idem, p.50-53

¹¹¹ Urbanista francês autor do plano de remodelação e embelezamento do Rio de Janeiro (Idem, p.53).

¹¹² Le Corbusier é um arquiteto, urbanista, escultor e pintor, franco-suíço, considerado uma das figuras mais importantes da arquitetura e urbanismo no século XX.

¹¹³ Idem, p.53-60.

Jorge Moreira Machado e equipe. Machado era membro do Escritório Técnico da Universidade do Brasil (ETUB) – escritório responsável pela construção da universidade -, e havia trabalhado em propostas anteriores integrando as equipes de Lúcio Costa e de Le Corbusier. As obras iniciaram em 1954, com a previsão de construção de um campus que abrigasse uma população de 40.000 pessoas. Pinto, sobre o modelo da Cidade Universidade da Ilha do Fundão:

O câmpus situado numa ilha plana, criada artificialmente num local que era, no período, periférico ao centro, mas atualmente já incorporado à malha da cidade. O modelo que acabou se repetindo no projeto de várias universidades brasileiras tem servido aos propósitos do ensino e da pesquisa, mas está distante da concepção de cidade universitária preconizada pelos norte-americanos.¹¹⁴

Alice complementa:

O projeto da Ilha do Fundão, é significativo como marco que inaugurou a especialização de um programa relativo ao lugar da academia, seus recintos e pré-requisitos, dentro dos conceitos modernos de arquitetura e do modernismo do Brasil.¹¹⁵

Atualmente, a UFRJ dispõe de uma infraestrutura complexa espalhada pelos campi: Campus Cidade Universitária (Ilha do Fundão, Rio de Janeiro/RJ) (Fig. 24 e Fig. 25); Campus Praia Vermelha; Campus Macaé (Macaé/RJ), Polo Xerém (Duque de Caxias/RJ); e unidades isoladas. A Universidade ainda utiliza seus prédios históricos e sua gestão é feita pela Coordenação de Preservação de Imóveis Tombados, pertencente ao Escritório Técnico do Campus (ETU). As atribuições do ETU são:

- elaborar e supervisionar planos e projetos de engenharia e arquitetura relativos à construção, reforma, restauração e conservação das edificações da Universidade;
- fiscalizar a execução de novas construções, reformas, modificações de uso, demolição e/ou conservação dos edifícios;
- emitir pareceres técnicos sobre as eventuais patologias nas edificações da UFRJ;
- realizar levantamento do estado de conservação e suas patologias nos imóveis tombados, criando procedimentos para analisar e elaborar projetos

¹¹⁴ PINTO; BUFFA, 2009, op. cit., p.63.

¹¹⁵ ALICE, 2004, op. cit., p.145.



Fig. 22 – Faculdade de Direito da UFRJ. Fonte: Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Faculdade_de_Direito_da_UFRJ.jpg. Acesso em: 23 de julho de 2019.



Fig. 23– Palácio Universitário. Antigo Hospício Pedro II. Campus da Praia Vermelha da UFRJ. Fonte: Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:UFRJ_-_Campus_da_Praia_Vermelha.jpg. Acesso em: 23 de julho de 2019.



Fig. 24 – Vista aérea da Cidade Universitária da Ilha do Fundão, 1968. Fonte: Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vista_aérea_da_Cidade_e_Universitária_do_Rio_de_Janeiro.tif. Acesso em: 23 de julho de 2019.



Fig. 25 - Vista aérea da Cidade Universitária da Ilha do Fundão, 2012. Prédios do Hospital, CCS, IPPMG e EEFD. Fonte: Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cidade_Universitária_UFRJ.jpg. Acesso em: 23 de julho de 2019.



Fig. 26 – Museu Nacional, antes do grave incêndio que atingiu a edificação em setembro de 2018. Fonte: Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Museu_Nacional_UFRJ.jpg. Acesso em: 23 de julho de 2019.

- de intervenções arquitetônicas de todos os pedidos de tombamento de qualquer edificação da UFRJ, antes de seu encaminhamento aos órgãos
- governamentais competentes e ser interface, junto aos órgãos governamentais responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e artístico, pela aprovação de projetos e obras que acarretem intervenção física nestes imóveis.¹¹⁶

Cinco desses bens são tombados em nível federal pelo IPHAN: o Palácio Universitário e o Instituto de Psiquiatria no Campus da Praia Vermelha; o Museu Nacional; o Edifício Sede da Escola Nacional de Engenharia; a Escola de Enfermagem Ana Nery: pavilhão de aulas; e os Pavilhões Originais do Hospital São Francisco de Assis¹¹⁷ (Fig. 23 e Fig. 26).

b) Universidade de São Paulo (USP)

A Universidade de São Paulo foi criada através do Decreto Estadual nº 6.283/34, em janeiro de 1934, assinado pelo interventor do Estado, Armando de Salles Oliveira. Parte de um projeto político que pretendia dotar o Estado mais rico da federação de uma instituição de ensino superior que ficasse responsável pela formação de suas elites.

Assim como a UFRJ, a UFRGS e outros casos de universidades brasileiras, a USP foi formada pela justaposição de escolas autônomas existentes, sete no total: a Faculdade de Direito (de nível federal, criada em 1827) (Fig. 27); a Faculdade de Medicina (1913) (Fig. 28); a Faculdade de Farmácia e Odontologia (1899); a Escola Politécnica (1894); o Instituto de Educação (1933); a Escola de Medicina Veterinária (1928); e a Escola Superior de Agricultura (em Piracicaba, 1899). Além dessas, contou com a criação de três novas: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais; e da Escola de Belas Artes.

De caráter predominantemente urbano, a Universidade de São Paulo teve suas faculdades implantadas e instaladas “no centro populoso e agitado da cidade e nas

¹¹⁶ Escritório Técnico do Campus (ETU). UFRJ. Disponível em: <http://ufrj.br/escrit-rio-t-cnico-da-universidade-etu>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

¹¹⁷ IPHAN. Lista de Bens Tombados e em processo de tombamento. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_processos_andamento_2018. Acesso em: 20 de julho de 2018.

suas proximidades”¹¹⁸. Novos cursos foram instalados em antigas mansões, adaptadas para abrigar um programa de ensino superior, mas sem perder “suas imponentes fachadas, marcos simbólicos da importância das novas atividades que passavam a abrigar”¹¹⁹.

A falta de espaço físico para ampliações era um problema, fazendo com que planos de expansão para a Universidade fizessem parte da pauta dos seus dirigentes. Denominada Cidade Universitária ou mesmo apenas Campus, um novo espaço longe dos inconvenientes do centro urbano – como grande movimento e ruído –, que reunisse todos os cursos em um único espaço especialmente projetado para tal – assim como observado nas instalações das universidades norte-americanas –, era a pretensão dos seus dirigentes desde sua fundação em 1934¹²⁰.

Constituída pelo governador do Estado, Armando de Salles Oliveira, a Comissão do Campus Universitário (CCU) apresentou uma proposta que abrangia uma área de mais de 10.000.000m², indo da Faculdade de Medicina até o Instituto Butantã, o que envolveria a desapropriação de uma série de construções existentes. Inspirada em universidades norte-americanas, o “campus parque” tinha a clara intenção de não separar as unidades existentes (Instituto Butantã e Complexo Médico). O governador criou então um Escritório Técnico que ficaria responsável pelo projeto geral da área e de suas diversas unidades. No entanto, em 1937, com a implantação do Estado Novo, o projeto foi engavetado.

Somente em 1941, o interventor do Estado, Fernando Costa, designou por decreto uma área bem menor à inicialmente pretendida, ao lado do Instituto Butantã, para a construção da Cidade Universitária. Em 1942 um novo projeto foi elaborado pelo escritório Mario Whately, utilizando como base os projetos do Escritório Técnico, mas em um projeto mais compacto, suprimindo áreas como os grandes parques. No entanto, ambos projetos foram abandonados por falta de verbas. Após um aporte financeiro por meio de um empréstimo federal, o reitor Oscar Americano lançou um concurso de ideias em 1945, que teve como vencedor o projeto dos engenheiros-arquitetos Hipólito Gustavo Pujol Júnior e Oscar de Fillipi. No entanto, o Escritório de Obras, liderado pelo engenheiro Freitas Valle, também elaborou uma proposta,

¹¹⁸ PINTO; BUFFA, 2009, op. cit., p.69

¹¹⁹ Idem, p.72

¹²⁰ Idem, p.73

incluindo um projeto de casa do estudante assinado por Rino Levi e R. Cerqueira Cesar. O projeto foi aceito pelo reitor Americano, mas além das obras de terraplanagem, apenas o prédio do Instituto de Pesquisas Tecnológicas começou a ser construído.

Em 1948, após mais três anos de indefinições, o governador Adhemar de Barros designou uma nova Comissão da Cidade Universitária. A Comissão incorporou o escritório técnico existente e passou a contar com apoio e verbas para seu funcionamento. Após a conclusão e aprovação do projeto urbanístico, projetos de prédios destinados a abrigar serviços de infraestrutura foram desenvolvidos e foi iniciada a construção. Acerca do processo da Cidade Universitária da USP, Pinto relata “como esse processo de projeto é moroso, complexo e ditado por determinações políticas [...] nem sempre a falta de verbas é a principal responsável pela morosidade de obras dessa envergadura”¹²¹.

Até 1955 dez projetos foram elaborados, discutidos e descartados. Somente depois de 20 anos e muitos embates, estudos e comissões, a cidade universitária começava a tomar forma com uma nova proposta e ação da Comissão da Cidade Universitária. Nos anos 1960, foi criado um fundo para a construção da cidade universitária, o FUNDUSP¹²². Através dele foi possível a reestruturação do antigo Escritório Técnico, dotado de equipe multidisciplinar, que passou a ser responsável por todas as obras realizadas nos diversos campi da Universidade, “passando a reger o desenvolvimento de todos os projetos realizados”¹²³. Foram então elaborados diversos projetos assinados por arquitetos renomados, inaugurando o mais significativo período de obras e projetos da Cidade Universitária. Dos vários projetos elaborados, somente dois foram construídos: o edifício da História e Geografia, de Fernando Corona; e o edifício da Faculdade de Arquitetura, de João Villanova Artigas. Na década seguinte, uma torre projetada por Rino Levi foi construída e o setor de esportes foi remodelado. Com o passar do tempo outros campi foram construídos por todo o Estado, no entanto, nunca se conseguiu concluir o projeto de criar uma verdadeira cidade universitária (Fig. 29 e Fig. 30).

¹²¹ PINTO; BUFFA, 2009, op. cit., p.78

¹²² A FUNDUSP continuou seus trabalhos até 2002 quando foi reestruturada tornando-se a Coordenadoria de Espaço Físico (COESF).

¹²³ PINTO; BUFFA, 2009, op. cit., p.81.



Fig. 27 – Faculdade de Direito. Fonte: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Centro de Preservação Cultural. Cidades Universitárias: patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP. São Paulo: Edusp; Imesp, 2005.



Fig. 28 – Faculdade de Medicina. Fonte: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2005, op. cit.

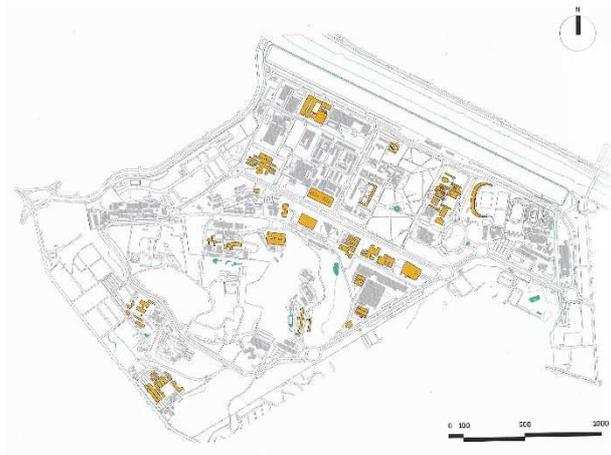


Fig. 29 – Cidade Universitária. Fonte: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2005, op. cit.



Fig. 30 – Vista da Cidade Universitária com a Marginal Pinheiros e a cidade ao fundo. Fonte: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2005, op. cit.



Fig. 31 – Museu Paulista. Fonte: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2005, op. cit..

A grande expansão da Universidade não significou o abandono de todas as unidades que compunham inicialmente a USP. A Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina e o Museu Paulista, permanecem funcionando nos mesmos locais¹²⁴.

Atualmente, quatro bens imóveis da USP são tombados pelo IPHAN: o Sistema viário, área e conjunto arquitetônico da Fazenda Monte Alegre e da Escola Agrícola Getúlio Vargas (incorporados à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/SP); o edifício-sede do Museu Republicano Convenção de Itu (Itu/SP); o Engenho dos Erasmos: ruínas (Santos/SP); o Conjunto do Ipiranga, composto pelo Museu Paulista (Fig. 31), o Monumento à Independência, a Casa do Grito e o Parque da Independência (Conjunto arquitetônico, São Paulo/SP).

Além desses, a Universidade conta com dez prédios representantes de diversos períodos históricos e estilos arquitetônicos, protegidos em nível estadual e municipal: o prédio da Faculdade de Medicina (1931); o prédio do Instituto Oscar Freire (1921); o conjunto de instalações esportivas da Associação Atlética Oswaldo Cruz (1932); o prédio da Faculdade de Direito (1935); o prédio do Centro Universitário Maria Antonieta (1930); o prédio do Museu de Zoologia (1941); o prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (1968); o prédio da FAU Maranhão (1903); o conjunto arquitetônico do Instituto Astronômico e Geofísico (1941); e a Casa da Dona Yayá (1888)¹²⁵.

A gestão do patrimônio universitário da USP é realizada pelo Centro de Preservação Cultural (CPC). Inicialmente criado como Comissão do Patrimônio Cultural da USP em 1986, o órgão marcou um ponto de mudança na Instituição, estabelecendo condições para o correto reconhecimento do valor do seu patrimônio, inclusive do ponto de vista financeiro. No ano seguinte o CPC encaminhou ao Reitor a proposta de um Programa Integrado de Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural da USP. Segundo Reis Filho, o projeto se justificava, pois,

A Universidade era possuidora de um número muito grande de edifícios de interesse cultural [...]. Chamava, ainda, a atenção o fato de a USP possuir um dos maiores, se não o maior, acervo da América Latina, reunido no seu Museu de Arte Contemporânea; um extraordinário conjunto de obras raras, inclusive a Biblioteca de Arouche de Toledo Rendon [...]; o acervo artístico do

¹²⁴ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Centro de Preservação Cultural. **Cidades Universitárias: patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP**. São Paulo: Edusp; Imesp, 2005, p.143.

¹²⁵ Datas de acordo com a CPC (LOURENÇO, Maria Cecília França et al. Comissão de Patrimônio Cultural. **Bens Imóveis Tombados ou em Processo de Tombamento da USP**. São Paulo, Edusp/Imesp, 2002).

Instituto de Estudos Brasileiros; o Museu de Arqueologia; vários museus na área biológica, bem como dois museus históricos da maior importância, detentores de acervos preciosos para o conhecimento da história do estado e da cidade de São Paulo”.¹²⁶

Em 2002, o CPC, subordinado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo transformou-se em Centro de Preservação Cultural. Sediado desde 2004 na Casa de Dona Yayá, o órgão tem como missão “promover ações e reflexões de caráter acadêmico e de extensão universitária em torno da temática do patrimônio cultural”¹²⁷. O CPC presta assessoria à Universidade nas questões relativas a inventário, preservação, intervenção, divulgação, incorporação e alienação dos bens culturais, além de promover a extensão universitária, por meio de cursos, oficinas, seminários, palestras, exposições e publicações.

¹²⁶ REIS FILHO, Nestor Goulart. A CPC e os Imóveis de Interesse Cultural. In: LOURENÇO, Maria Cecília França et al. Comissão de Patrimônio Cultural. **Bens Imóveis Tombados ou em Processo de Tombamento da USP**. São Paulo, Edusp/Imesp, 2002, p22-23.

¹²⁷ Apresentação. Centro de Preservação Cultural, USP. Disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/cpc/index.php/o-cpc/institucional/>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

3 PRÁTICAS DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO UNIVERSITÁRIO EDIFICADO DA UFRGS

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul possui um conjunto de edifícios universitários de valor reconhecido em todas as esferas de proteção do patrimônio cultural do Brasil. O reconhecimento da riqueza do seu patrimônio edificado está intrinsecamente ligado ao compromisso com a sua preservação.

O nível da consciência para com o patrimônio edificado da UFRGS alcançado na atualidade não foi atingido através de um processo linear. A partir das experiências de iniciativas anteriores ao SPH foi possível percorrer o caminho até a ativação dessa consciência.

Portanto, se torna necessário compreender o percurso que possibilitou a elevação do acervo edificado da UFRGS ao status de patrimônio, em especial o encontrado no Campus Centro. Para tanto, este capítulo recupera a história acerca da conformação do patrimônio edificado da Universidade.

Dos antecedentes até a atualidade, a história da Universidade é revisitada com foco no seu patrimônio edificado, dividida em duas seções: a primeira, abrange o início de sua história até a década de 1960, período em que são construídos os prédios mais importantes da instituição; a segunda, parte da modernização do ensino superior, a partir da Reforma de 1968, até a atualidade, quando há uma grande expansão da Universidade a partir da construção do Campus do Vale.

Uma terceira seção apresenta os processos de salvaguarda do patrimônio da Universidade identificados durante sua história, os quais possibilitaram a ativação patrimonial da UFRGS. Esse conjunto de ações pavimentou o caminho que possibilitou a criação de um órgão especializado para a gestão do patrimônio edificado da Universidade.

3.1 Acerca da formação da UFRGS e da conformação do seu patrimônio

Para entender as motivações que alçaram o patrimônio edificado da UFRGS ao valor que tem atualmente é necessário recuperar a história acerca da conformação do seu patrimônio. Desde a criação das escolas autônomas de ensino superior no final do século XIX e os primeiros prédios na grande Várzea, passando pela sua união enquanto Universidade de Porto Alegre (UPA) em 1934¹²⁸, até a consolidação quando da federalização em 1954 e conseqüente expansão quando da construção dos prédios da fase da arquitetura moderna. Conforme Tonioli,

Especificamente em relação ao conjunto edificado, [...] a instituição viveu seu primeiro grande período a partir da reunião das escolas autônomas de influência positivista, no início do século XX, passando a administrar um espaço cujas edificações possuem características da arquitetura eclética. Anos depois, na década de 1960, a federalizada Universidade experimentou uma importante etapa de expansão, qualitativa e quantitativa, quando os quarteirões centrais receberam o acréscimo das edificações do período modernista.¹²⁹

A origem do Ensino Superior no Estado se deu na cidade de Pelotas, em 1883, onde por pressão da comunidade criou-se a Escola Imperial de Medicina Veterinária e Agricultura Prática. Criada para atender a economia local, baseada na indústria do charque e no comércio relacionado a essa indústria, a Escola Imperial foi fechada em 1885, e posteriormente reaberta, em 1888, com a designação de Liceu Rio-grandense de Agronomia, Artes e Ofícios, iniciativa anterior à criação das escolas livres em Porto Alegre¹³⁰.

Em 1889, a instituição da Primeira República e sua proposta modernizadora, trouxe consigo o projeto de estabelecimento do ensino superior no Estado. As bases filosóficas do ensino livre eram pautadas pelo movimento positivista e resumiam-se em dois sentidos fundamentais que ditaram o início da educação superior no Rio Grande do Sul. O primeiro é a educação como objetivo social, onde o valor da instituição é aferido através do retorno que ela proporciona à sociedade. O segundo, a preocupação pelas Ciências Práticas, centrada num real processo de integração

¹²⁸ 1934, ano de criação da UPA, é considerado o ano oficial de fundação da UFRGS.

¹²⁹ TONIOLI, 2014, op. cit., p.194-195.

¹³⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1977, op. cit., p.9.

entre o conhecimento teórico e prático, característico do laicismo¹³¹. Conforme Pesavento,

A transformação da sociedade requeria um esforço educacional sistemático, com vistas a formar uma opinião pública adequada à manutenção da ordem. A preocupação positivista com a educação fez do Estado gaúcho um promotor do ensino, tarefa que contou com o apoio e a iniciativa de intelectuais e políticos. Profissionais liberais, jornalistas, empresários e intelectuais compunham com o governo e com eles se agregavam dentro de uma mesma aliança que, na sequência de Júlio de Castilhos a Borges de Medeiros na presidência do Estado, alicerçava um projeto para o Rio Grande. Centrado em Porto Alegre, na sua dimensão intelectual, projetava instalar o ensino universitário. Segundo a orientação positivista, o ensino superior devia ser mantido pela comunidade, através da criação de instituições autônomas de ensino superior¹³².

Nesse contexto foi fundada em 1896 a Escola Livre de Farmácia e Química Industrial, o primeiro curso superior da cidade que acabara de passar de capital da Província de São Pedro para capital do Estado do Rio Grande do Sul¹³³. Ligado a um grupo profissional de origem essencialmente urbana, a Escola surge a fim de atender às necessidades da comunidade, incorporada às vontades do Estado. Ainda no final do mesmo século, o curso de Farmácia acabou por influenciar também a criação da Escola de Engenharia (1896), Faculdade de Medicina (1898) e a Faculdade de Direito (1900), completando a estrutura básica do ensino superior, no Estado, à época.

Os maciços investimentos na área educacional acompanhavam um crescente avanço econômico, social e produtivo, nunca visto anteriormente. Em um Estado de economia pujante, o problema maior era o da escassez de mão de obra especializada, necessária para conduzir o processo de desenvolvimento. Esses investimentos governamentais em educação impulsionaram a arquitetura na capital do Estado, tanto pela formação profissional, quanto pela construção de novas edificações¹³⁴.

Acerca da arquitetura desenvolvida entre o final do século XIX e o início do século XX no Rio Grande do Sul - principalmente a porto-alegrense - Luccas enumera aspectos determinantes para a diferenciação daquela praticada no centro do País. Entre os quais, o clima com quatro estações bem definidas, a disponibilidade de

¹³¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1977, op. cit., p.9.

¹³² PESAVENTO, 2004, op. cit., p.20.

¹³³ A Província de São Pedro se tornou estado do Rio Grande do Sul após a Proclamação da República do Brasil em 1889.

¹³⁴ WEIMER, Günter. A fase historicista da arquitetura no Rio Grande do Sul. In: **Eclétismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: NOBEL, 1987, p.267.

materiais compatíveis com o lugar, as atividades econômicas desenvolvidas - principalmente a pecuária - e as relações sociais resultantes dessas atividades, assim como a interferência do clima e da paisagem sobre os costumes e temperamento do grupo humano. Conforme Luccas,

Além da geografia diferenciada, o extremo sul do País também apresentou características sócio-culturais contrastantes com as demais regiões brasileiras. Desde suas manifestações primitivas, a arquitetura local desenvolveu algumas qualidades regionais próprias, como uma resposta adequada ao contexto específico¹³⁵.

Somando-se ao já exposto, há também o fator relacionado ao contingente imigratório, majoritariamente alemão¹³⁶ e italiano¹³⁷, que somado à influência platina - especialmente pela proximidade com o Uruguai - contribuíram para a particularização local. Além desses Luccas cita “*fatores aparentemente irrelevantes*” como a ausência do mar e do clima quente, próprios de cidades litorâneas, que contribuíram para a diferenciação da população local em relação ao “*tipo brasileiro dominante*”. Ademais, cita a ausência de uma tradição barroca local, resultado de uma ocupação tardia da porção sul do Brasil Meridional, e a cultura ideológica positivista quando da consolidação de uma sociedade urbana no início do século XX, como contribuições para o desenvolvimento da arquitetura gaúcha naquela época¹³⁸.

Ainda a respeito da influência da imigração estrangeira no crescimento da cidade de Porto Alegre a partir do final do século XIX, Pesavento ressalta que “*a imigração estrangeira, notadamente alemã e italiana, dera à cidade uma movimentação importante: fábricas, bancos, casas comerciais revelavam o dinamismo do centro urbano [...]*”. Para a autora, a Capital, que nesta época atingira

¹³⁵ LUCAS, Luís Henrique Haas. **Arquitetura moderna brasileira em Porto Alegre**: sob o mito do “gênio artístico nacional”. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2004, p.26.

¹³⁶ “[...]a cidade apresentou um grande número de edifícios representativos da cultura germânica, projetados por arquitetos como Theodor Wiederspahn, Richard Wriedt e Josef Lutzenberger. [...] Uma arquitetura marcada pela profusão de elementos presentes numa composição mais livre, como os frontões com volutas e outras formas que remetiam ao barroco alemão, as cúpulas metálicas imitando “capacetóides” típicas daquela origem, colunas, cariátides, pináculos, tudo dentro de uma exuberância harmônica contrastante com o comedimento clássico dos ecléticos franceses e italianizantes.” (LUCAS, 2004, op. cit., p.31).

¹³⁷ “[...] os arquitetos italianos ou com ascendência italiana também deixaram sua contribuição na arquitetura eclética da cidade.” Entre eles, Luccas cita João Antônio Carrara Colfosco que projetou a antiga Intendência Municipal (1898), Agnelo Nilo de Luca que projetou a Galeria Chaves (1928), e Armando Boni, autor da atual residência do vice-governador (1928). (Idem, p.31).

¹³⁸ Idem, p.23-24.

a população de 70 mil habitantes¹³⁹, dava evidências de que não era mais uma cidade pequena¹⁴⁰.

A partir das já citadas características socioculturais contrastantes com o restante do país, num primeiro momento (segunda metade do século XIX) floresceu em Porto Alegre uma arquitetura com características ecléticas assimiladas majoritariamente através da região do Prata. Remanescentes desta época, Luccas cita prédios como o Teatro São Pedro, o Hospital Beneficência Portuguesa e o Asilo Padre Cacique¹⁴¹.

No entanto, é no momento seguinte, entre o final do século XIX e início do século XX, que se consolida em Porto Alegre a “imagem tradicional da capital gaúcha que persiste”¹⁴². Considerado um Ecletismo tardio se comparado ao praticado na Europa¹⁴³ foi nessa época que surgiram na capital alguns de seus prédios ecléticos mais icônicos. Entre eles o Paço Municipal (1898), o Palácio do Governo (1909), e a Biblioteca Pública (1912), estes, edifícios ecléticos com feições clássicas italianas, francesas ou afrancesadas, respectivamente. Entre os classificados como edifícios ecléticos com inspiração alemã estão os edifícios da Cervejaria Bopp (1911), da Delegacia Fiscal (1913), dos Correios e Telégrafos (1913), a Igreja São José (1924) e o Orfanato Pão dos Pobres (década de 1920)¹⁴⁴.

Num cenário de crescimento da população urbana na cidade de Porto Alegre, influenciado principalmente pelo desenvolvimento do comércio - paralelo ao progressivo deslocamento da economia agropecuária da região sul do Estado para a agricultura colonial predominante no nordeste do Estado - a capital crescia e incorporava novas áreas a serem urbanizadas. Entre elas estava uma área chamada Campo da Redenção¹⁴⁵, uma grande várzea localizada entre a Praça da Independência (atual Praça Argentina) e a Rua da Imperatriz (atual Avenida Venâncio

¹³⁹ LUCCAS, 2004, op. cit., p.23-24.

¹⁴⁰ PESAVENTO, 2004, op. cit., p.16.

¹⁴¹ LUCCAS, 2004, op. cit., p.26.

¹⁴² Idem, ibidem.

¹⁴³ TONIOLI, 2014, op. cit., p.97.

¹⁴⁴ LUCCAS, 2004, op. cit., p.25-26.

¹⁴⁵ A denominação de 1884 foi em homenagem à redenção de escravos e à vitória da luta local pela absolvição da escravatura (TONIOLI, 2014, op. cit., p.62).

Aires) que iria abrigar o primeiro campus universitário de Porto Alegre¹⁴⁶ (Fig. 32).
Conforme Tonioli,

A região triangular conformada pelo encontro do Caminho do Meio com a Estrada da Azenha, em frente ao portão, e limitada a leste pelo traçado da atual Avenida Venâncio Aires, era conhecida como Várzea, onde a parcela a noroeste corresponde aos dois quarteirões do atual Campus Centro da UFRGS¹⁴⁷.

Com aproximadamente 69 hectares de extensão, a área ficara conhecida inicialmente como Várzea do Portão, tanto por sua proximidade com a principal entrada da cidade, quanto pela sua condição de descampado alagadiço. Antes localizada fora do antigo núcleo fortificado da Capital, a área foi incorporada à cidade com a derrubada da paliçada após o final da Revolução Farroupilha. *“A região da Várzea, que antes ficava fora dos limites do núcleo fortificado, passa a fazer parte da nucleação urbana, ainda que em condição periférica”*¹⁴⁸.

Ao longo do século XIX, a grande várzea teve diversas utilidades e designações. Inicialmente a área serviu durante décadas como campo para manobras militares, e como área de concentração do gado para abate, além de ter sido também abrigo para os carreteiros comerciantes de carne, ficando conhecida como Potreiro da Várzea. Até então permanecendo praticamente intacta, foi no final do século XIX que a área experimentou maiores intervenções¹⁴⁹.

Mesmo sem condições adequadas para urbanização, a área passou a sediar de forma espontânea atividades de entretenimento da população, deixando de funcionar como um potreiro a partir de 1877. Entre 1867 e 1883, no alinhamento nordeste, foi construída a Igreja do Bom Fim, fato que influenciou a primeira designação oficial da área, em 1870, como Campos do Bom Fim. Na parcela sudeste da Várzea, em 1887, foi inaugurado o prédio do Quartel do Exército (atual Colégio Militar) depois de quinze anos de obras. Além destas edificações, a área contou com outras construções já demolidas, como um hipódromo circular improvisado que sediou corridas de cavalos e até touradas, e também um velódromo,

¹⁴⁶ TONIOLI, 2014, op. cit., p.55-62.

¹⁴⁷ Idem, p.56.

¹⁴⁸ Idem, p.58.

¹⁴⁹ Idem, p.55-62.

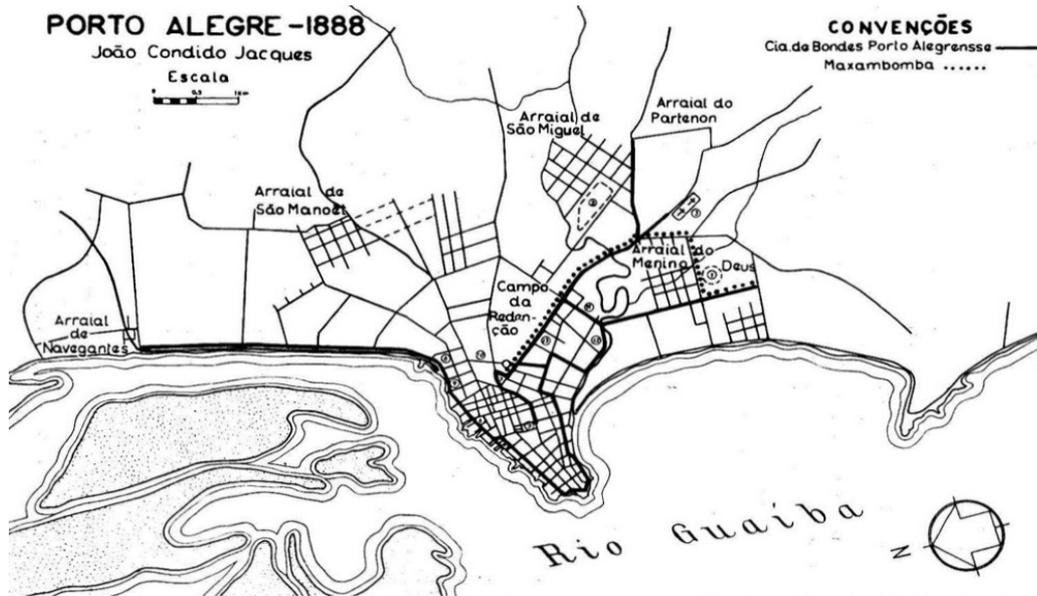


Fig. 32 – Planta de Porto Alegre 1888 com marcação do Campo da Redenção ao centro. Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS. Disponível em: <https://prati.com.br/fotosantigas>. Acesso em: 22 de julho de 2019.



Fig. 33 – Campo da Redenção, 1901. Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS. op. cit.



Fig. 35 – Velódromo. Sede da União Velocipédica. Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS. op. cit.

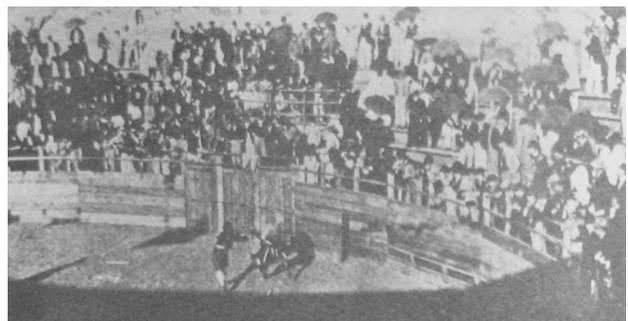


Fig. 34 – Circo de Touradas (Plaza de Toros). Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS. op. cit.

Sede da União Velocipédica, entre outras¹⁵⁰. (Fig. 33 a Fig. 35)

Foi nesta área, próximo do local onde se localizava o antigo portão de entrada da capital, que começaram a serem erguidos os prédios que integrariam o patrimônio edificado da UFRGS. Iniciou-se assim, o primeiro grande período da Universidade com a construção das sedes das escolas autônomas de influência positivista. Essas edificações, construídas entre 1898 e 1928, carregariam os traços da arquitetura eclética vigente na capital nesse período¹⁵¹.

A primeira instituição de ensino superior da capital a ter seu prédio sede construído no Campo da Redenção foi a Escola de Engenharia. O prédio está localizado na esquina da Avenida João Pessoa com a avenida Osvaldo Aranha, em frente à Praça Argentina. Inicialmente com dois pavimentos, o edifício foi inaugurado em 1900 com recursos e terreno doados pela municipalidade.

Uma verba disponibilizada pelo intendente¹⁵² de Porto Alegre, José Montauray de Aguiar, inicialmente destinada para a instalação do Liceu de Artes e Ofícios, foi direcionada para a construção da sede da Escola de Engenharia por sugestão de João José Pereira Parobé, então diretor da Escola. Além de contar recursos municipais para sua construção, a Escola obteve ainda verbas estaduais para a montagem de seus gabinetes e laboratórios¹⁵³.

O engenheiro Parobé, que além de diretor era professor da Escola, foi o responsável pelo projeto. A execução da obra ficou a cargo do construtor Francesco Andriguetto, que logo após se associaria a Paolo Paganini, formando uma parceria que renderia a construção de outros prédios da Escola de Engenharia, como o Instituto Eletrotécnico e o *Château*¹⁵⁴.

Apesar de ser um edifício sóbrio e pouco ornamentado, na fachada principal do “*palacetto* concebido à maneira florentina”¹⁵⁵ de Parobé, destaca-se um frontão decorado com um relógio¹⁵⁶ datado do final do século XIX. Acima se encontra um

¹⁵⁰ TONIOLI, 2014, op. cit., p.60.

¹⁵¹ Idem, p.194-195.

¹⁵² Cargo equivalente ao do atual prefeito.

¹⁵³ PESAVENTO, 2004, op. cit., p.22-23.

¹⁵⁴ TONIOLI, 2014, op. cit., p.105.

¹⁵⁵ WEIMER, 2006, op. cit., p.114.

¹⁵⁶ Nesta época os relógios que ornamentavam a fachada de alguns edifícios eram muito importantes para que os cidadãos pudessem saber a hora correta.

busto feminino, alusivo à república, com o barrete frígio¹⁵⁷ à cabeça. Outro destaque da fachada principal fica por conta do ano da inauguração, 1900, escrito em números romanos clássicos¹⁵⁸ (Fig. 36 e Fig. 37). Segundo Tonioli,

Com volume simples e bem definido, o edifício se apresenta como um prisma regular de base quadrada. As fachadas, planas e sóbrias em relação aos elementos decorativos, são caracterizadas por linhas retas, pouca decoração em relevo e eixo de simetria. As janelas são enquadradas por molduras e possuem vergas retas no primeiro pavimento e arcos plenos no segundo. A fachada principal, voltada para a Praça Argentina (antiga Praça da Independência), possui um frontão central marcando o acesso, com o ano de inauguração (1900) grafado em algarismos romanos na forma clássica (MDCCCC), um relógio de 1894 e uma escultura figurativa¹⁵⁹.

Ainda na primeira década do século XX, acontece a primeira expansão física da Escola de Engenharia. Materializa-se então “um singular e harmonioso conjunto arquitetônico”¹⁶⁰ para a cidade de Porto Alegre, conhecido como Conjunto de Prédios do Largo Paganini¹⁶¹. A Escola que necessitava de espaço físico construiu então o Liceu de Artes e Ofícios batizado de Instituto Técnico Profissional Benjamin Constant¹⁶² (embrião do futuro Instituto Parobé) (Fig.38 a Fig.40).

Criado para funcionar junto à Escola de Engenharia, o Instituto nasceu sob a alcunha de Instituto Técnico Profissional, em 1906, e tinha como finalidade “ministrar a meninos pobres, filhos de operários, o conhecimento da língua vernácula, francês, inglês, aritmética, geografia, história e física, a par de ligeiros rudimentos dos ofícios elementares de madeira e metal”¹⁶³. Com o final das obras do conjunto, em 1908, o Instituto passou a concentrar-se na formação de mão de obra especializada¹⁶⁴.

Construído no terreno situado junto à fachada nordeste da Escola de Engenharia, o conjunto conta com três edificações: o Castelinho, o *Château* e o Observatório Astronômico. O acesso principal ao conjunto se dava pela Avenida Osvaldo Aranha. Projetado pelo engenheiro e professor da Escola, Manoel

¹⁵⁷ Barrete frígio ou barrete da liberdade é uma alegoria tradicional advinda da revolução francesa.

¹⁵⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2004, op. cit., p.94.

¹⁵⁹ TONIOLI, 2014, op. cit., p.106.

¹⁶⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2004, op. cit., p.55.

¹⁶¹ TONIOLI, 2014, op. cit., p.110.

¹⁶² PESAVENTO, 2004, op. cit., p.36.

¹⁶³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2004, op. cit., p.53.

¹⁶⁴ Idem, ibidem.

Assumpção Itaqui¹⁶⁵, o conjunto foi construído entre 1906 e 1908, tendo como responsáveis os construtores Andrigueto e Paganini¹⁶⁶.

O Castelinho e o *Château* foram projetados para abrigar as aulas e as oficinas Instituto. Enquanto no primeiro foram instalados o gabinete do engenheiro chefe do Instituto e a oficina de mecânica¹⁶⁷, no segundo ficaram as oficinas de marcenaria, serralheria, carpintaria e forja. O *Château* contava ainda com o ambulatório e um almoxarifado¹⁶⁸.

De características muito similares, as duas edificações têm linguagem historicista e apresentam elementos do *Art Nouveau*. Cada uma das edificações possui um torreão hexagonal de dois pavimentos, do qual se articulam suas alas térreas, sendo uma no Castelinho e duas no *Château*. Nos torreões, ricamente decorados, destacam-se elementos de aço retorcido no guarda-corpo das sacadas, além de ânforas na platibanda superior. No topo das coberturas dos torreões há dois condores olhando um para o outro. Conforme Tonioli,

Em relação à tipologia e à linguagem arquitetônica, os prédios *Château* e Castelinho são muito similares. Ambos foram concebidos com alas térreas de amplo pé-direito e livres de compartimentações, articuladas através de um torreão central, elemento com dois pavimentos e forma hexagonal que abriga o acesso principal. A tipologia atende às funções as quais os edifícios se destinavam, abrigando oficinas de ensino prático com grandes equipamentos. Além disso, as edificações possuem similaridade na composição das fachadas, com elementos *Art Nouveau* e a utilização de tijolos de vidro do tipo pavê¹⁶⁹.

O terceiro componente do conjunto de prédios do Largo Paganini é o edifício do Observatório Astronômico, um dos dois prédios da UFRGS tombados pelo IPHAN, juntamente com o prédio da Faculdade de Direito de 1910.

¹⁶⁵ Importante engenheiro, arquiteto e construtor, Manoel Barbosa Assumpção Itaqui foi o primeiro profissional graduado da Escola de Engenharia. Itaqui foi o autor de diversos projetos na Universidade, entre eles o Instituto Astronômico Meteorológico (1906), o Instituto Parobé (1907), o Ginásio Júlio de Castilhos (1908, incendiado) e a Escola de Agronomia e Veterinária (1912) (LUCCAS, 2004, op. cit., p.26).

¹⁶⁶ TONIOLI, 2014, op. cit., p.110.

¹⁶⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2004, op. cit., p.101.

¹⁶⁸ Idem, p.54.

¹⁶⁹ TONIOLI, 2014, op. cit., p.112.



Fig. 36 – Fundos da Escola de Engenharia, 1901 Fonte: Acervo SPH – base digital.



Fig. 37 – Fachada Escola de Engenharia. Calegari. Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS, op. cit.



Fig. 38 – Escola de Engenharia com o Conjunto do Largo Paganini ao fundo. Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS, op. cit.



Fig. 39 – Conjunto do Largo Paganini: Castelinho (esq.), Observatório Astronômico (centro) e Chateau (dir.). Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS, op. cit.

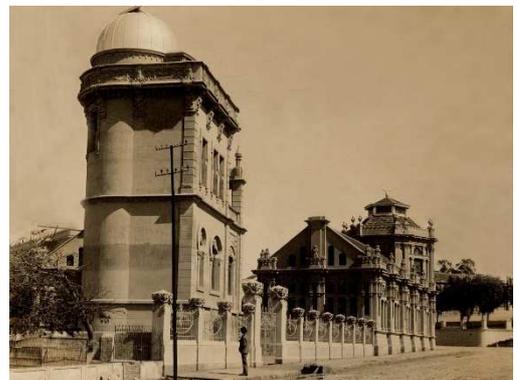


Fig. 40 – Observatório Astronômico (esq.) e Castelinho (dir.). Fonte: Banco de Imagens SPH.

Construído para abrigar o Instituto Astronômico e Meteorológico, o edifício é o mais importante exemplar *Art Nouveau* de Porto Alegre¹⁷⁰. Em sua fachada evidenciam-se, “[...] linhas orgânicas onduladas e assimétricas, decoradas com motivos de inspiração animal e vegetal. Na platibanda do último pavimento estão representados os signos do zodíaco”¹⁷¹. As esquadrias de madeira têm sua caixilharia trabalhada em forma de arco ômega¹⁷², com acabamentos rendilhados. Na fachada frontal, encontra-se inserida no frontão uma estátua em tamanho natural de Urânia, a musa da Astronomia. Junto da estátua também é possível ver o globo terrestre e o compasso, também símbolos da Astronomia. Construído com recursos e terreno doados pelo Governo do Estado, o prédio do Observatório Astronômico teve sua solenidade de inauguração em 24 de janeiro de 1908, e contou com a presença do presidente do Estado Borges de Medeiros¹⁷³.

Devido ao seu programa bem específico, destinado à visualização e ao registro dos fenômenos astronômicos, o prédio não sofreu grandes modificações ao longo do tempo. Seu interior foi projetado para receber importantes instrumentos de observação da época, também adquiridos com recursos do Estado. Sob a cúpula de ferro do quarto pavimento encontra-se a luneta equatorial. No terceiro pavimento foi instalada uma luneta meridiana. Devido à especificidade dos equipamentos de observação, para sua sustentação foram projetadas estruturas independentes em alvenaria portante para evitar trepidações¹⁷⁴.

Outro prédio projetado por Itaquí, e executado pela dupla Andriguetto e Paganini, foi o prédio do Curso Ginásial Preparatório¹⁷⁵ (futuro Colégio Júlio de Castilhos). A edificação foi construída junto à Escola de Engenharia, entre 1908 e 1911, no local hoje ocupado pelo prédio da Faculdade de Ciências Econômicas. O edifício tinha seu acesso principal pela Avenida João Pessoa. Considerado um dos

¹⁷⁰ PESAVENTO, 2004, op. cit., p.37.

¹⁷¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2004, op. cit., p.45.

¹⁷² Suas esquadrias de madeira em forma de arco ômega são símbolo do Setor de Patrimônio Histórico da UFRGS.

¹⁷³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2004, op. cit., p.44-45.

¹⁷⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2004, op. cit., p.45.

¹⁷⁵ Instituição destinada a preparar jovens que pretendiam ingressar na Escola de Engenharia (PESAVENTO, 2004, op. cit., p.37).

mais belos prédios desta primeira fase, a sede do Colégio Júlio de Castilhos foi destruída por um incêndio em 1951¹⁷⁶ (Fig. 41). Segundo Tonioli,

Com fachadas ricamente trabalhadas, o volume de proporção horizontal se apresentava simétrico, com um corpo central saliente, contendo uma grande cúpula e marcando o acesso principal. Havia ainda dois torreões em tronco de pirâmide nas extremidades e telhados em mansarda sobre o corpo do prédio. É possível perceber elementos de diversos estilos na composição e ornamentação desse edifício eclético, com destaque para a influência do barroco alemão, presente na cúpula central, e do classicismo francês, nos volumes laterais, que remetem a François Mansart e ao pomposo estilo Império de Napoleão III, especialmente ao Hotel de Ville de Paris, mas recente.¹⁷⁷

Criado no âmbito da Escola de Engenharia, o curso de Agronomia começou suas atividades em 1898. Suspenso em 1902 por falta de recursos físicos e financeiros, o curso inaugurou sede própria em 1913. Projetado por Manuel Itaquí, o prédio do Instituto de Agronomia e Veterinária (atual Faculdade de Agronomia) foi construído entre 1910 e 1913 na estrada Porto Alegre-Viamão (atual Avenida Bento Gonçalves). Único prédio da primeira geração construído fora do Campus Centro, seu programa contava com salas de aula, laboratórios, anfiteatro, biblioteca, salas diversas, dependências administrativas, espaços para internato com alojamentos, refeitório e cozinha. Sua fachada principal, simétrica e bem ornamentada, é voltada para a Avenida Bento Gonçalves. Nela podemos perceber cinco módulos. O volume central conta com três pavimentos e nos extremos, dois. Intermediando os volumes, existem dois grandes átrios com pé-direito duplo, responsáveis pela distribuição e circulação¹⁷⁸ (Fig. 42).

Paralelamente as construções da Escola de Engenharia, entre 1908 e 1910, a Faculdade Livre de Direito construiu sua sede própria em terreno doado pelo Estado. Além de recursos obtidos através de campanhas junto à comunidade, o edifício também contou com verbas públicas estaduais e municipais¹⁷⁹.

Situada no mesmo quarteirão, vizinha ao Colégio Júlio de Castilhos, a nova sede da Faculdade Livre de Direito foi construída em terreno doado pela

¹⁷⁶ TONIOLI, 2014, op. cit., p.117-118.

¹⁷⁷ Idem, ibidem.

¹⁷⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2004, op. cit., p.25-30.

¹⁷⁹ PESAVENTO, 2004, op. cit., p.24.

municipalidade. Antes ocupado por um parque de diversões, a área localiza-se na esquina da Avenida João Pessoa com a Rua Sarmiento Leite¹⁸⁰ (Fig. 43).

O prédio foi projetado pelo arquiteto alemão Herman Otto Menchen, através de um concurso vencido pelo escritório de Rudolf Ahrons, responsável também por sua construção. Construído entre os anos de 1908 e 1910, foi projetado paralelo à avenida, e com recuo frontal, assim como o Colégio vizinho¹⁸¹ (Fig. 44 e Fig. 45).

O projeto do prédio é inspirado no Palácio do Kaiser, situado na parte alemã de Estrasburgo. Demitido em meio às obras¹⁸², Menchen deu lugar ao arquiteto, também alemão, Théo Wiederspahn¹⁸³. Curiosamente, Théo, que teria desenhado as esquadrias do Palácio do Kaiser com seu pai quando ainda estava na Alemanha, ficou responsável pela conclusão das obras do prédio brasileiro nele inspirado¹⁸⁴.

Assim como o prédio do Observatório Astronômico, o prédio da Faculdade de Direito também foi tombado pelo IPHAN em 1998. Externamente, diversos ornamentos, de autoria do escultor veneziano Frederico Pellarin, enriquecem as fachadas do suntuoso edifício, apresentando elementos figurativos que são arquétipos da cultura clássica ocidental e simbólica do positivismo e da maçonaria¹⁸⁵.

De arquitetura monumental, o prédio de estilo historicista eclético, apresenta em sua fachada elementos de inspiração neoclássica como “o frontão, as colunatas, os arcos plenos das aberturas e a simetria do eixo principal”¹⁸⁶. Conformado por três pavimen-

¹⁸⁰ WEIMER, Günter. **Theo Wiederspahn**: arquiteto. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p.47.

¹⁸¹ TONIOLI, 2014, op. cit., p.120.

¹⁸² Sendo Menchen um arquiteto muito competente e talentoso, não houve motivo aparente para sua demissão. Fato que alimenta rumores de que tenha sido uma demissão imposta pelos positivistas quando descobriram que o prédio teria sido inspirado no Palácio alemão, então construído para celebrar a vitória alemã sobre os franceses, dos quais os positivistas, discípulos de Comte eram admiradores (WEIMER, 2009, op. cit., p.47).

¹⁸³ Nascido e formado na Alemanha, o arquiteto Theodor Wiederspahn começou sua carreira ainda na sua terra natal, juntamente com seu pai. Após imigrar para o Brasil passou a trabalhar na firma de Rodolf Ahrons, onde projetou a Faculdade de Medicina e trabalhou na finalização da obra da Faculdade de Direito. Wiederspahn foi responsável por diversos projetos de destaque em Porto Alegre, entre eles a Delegacia Fiscal e Correios e Telégrafos (ambos na Praça da Alfândega), o antigo Hotel Majestic e o edifício Ely (WEIMER, 2009, op. cit.).

¹⁸⁴ WEIMER, 2009, op. cit., p.47.

¹⁸⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2004, op. cit., p.63.

¹⁸⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2007a, op. cit., p.33.



Fig. 41 – Colégio Júlio de Castilhos, década de 1910. Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS, op. cit.



Fig. 42 – Faculdade de Agronomia, 1913. Fonte: Acervo Fotográfico do Museu universitário.



Fig. 43 – Faculdade de Direito. Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Universitário.



Fig. 45 – Faculdade de Direito (dir.) e Colégio Júlio de Castilhos (esq.), década de 1920. Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS, op. cit.



Fig. 44 – Avenida João Pessoa, década de 1930. À esquerda, Colégio Júlio de Castilhos em primeiro plano e Faculdade de Direito ao fundo. Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS, op. cit.

tos, seu térreo tem o pé direito reduzido, chamado de porão. Os dois pavimentos principais apresentam pé direito duplo. O acesso principal é feito através

[...] de um portão de ferro ricamente trabalhado, que se abre para o saguão do edifício. Este introduz à escadaria principal em mármore com corrimão em estuque veneziano, exemplar raro na arquitetura porto-alegrense. Seguindo-se pela mesma se sobressaem os três vitrais executados por José Wollmann, que representam a Justiça, a Doutrina e a Ciência, peças fundamentais na doutrina do Direito. [...] Com vidros nas cores azul, amarelo, âmbar verde e vinho apresentam um cromatismo equilibrado. Esta escadaria, implantada no eixo central do saguão de acesso principal, tem participação significativa na marcação da simetria do conjunto como elemento estruturador da distribuição da circulação vertical, como também por sua importância como elemento arquitetônico¹⁸⁷.

Dando continuidade à sua expansão, a Escola de Engenharia criou, em 1908, o Instituto Eletrotécnico, “destinado a formar engenheiros mecânicos, engenheiros eletricitistas e técnicos-montadores”¹⁸⁸. Sua sede foi construída entre 1906 e 1911¹⁸⁹ na esquina da Avenida Osvaldo Aranha com a Rua Sarmento Leite.

Construído com o intuito de “abrigar os laboratórios de Eletrotécnica e Máquinas do curso de Engenheiros Mecânicos Eletricitistas e para servir de sede da usina Termoelétrica, que forneceria energia a todas as dependências da Escola de Engenharia”¹⁹⁰. Dotado originalmente de dois pavimentos, sua entrada se dá pelo vértice, na esquina, seguida por duas alas projetadas paralelas ao passeio, e sem recuo, em planta em forma de “V”. Em sua fachada encontram-se duas figuras femininas representando a Mecânica e a Eletricidade¹⁹¹ (Fig. 46).

Assim como no conjunto de prédios do Largo Paganini, a sede do Instituto Eletrotécnico também foi projeto por Manoel Itaquí, e executado pela dupla Andrighetto e Paganini. Apenas dois anos após sua conclusão, o prédio foi ampliado em projeto assinado pelo próprio Itaquí. A obra de ampliação do edifício dobrou suas alas¹⁹² (Fig. 47).

¹⁸⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2007a, op. cit., p.33-35.

¹⁸⁸ PESAVENTO, 2004, op. cit., p.37.

¹⁸⁹ Há divergências nas datas de início e término da construção deste edifício na bibliografia consultada. Por esse motivo adotei 1906 a 1911, período que engloba as datas constantes na bibliografia. UFRGS (1998, p.29) entre 1908 e 1910; PESAVENTO (2004, p.37) entre 1906 e 1910; UFRGS (2004, p.109) entre 1909 e 1910; TONIOLI (2014, p.124) entre 1908 e 1910.

¹⁹⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1998, op. cit., p.29.

¹⁹¹ PESAVENTO, 2004, op. cit., p.37.

¹⁹² TONIOLI, 2014, op. cit., p.125.

A construção do prédio na esquina da Rua Sarmiento Leite com a Avenida Osvaldo Aranha viria a delimitar o que conhecemos hoje como 1º Quarteirão do Campus Centro da UFRGS.

O último edifício, remanescente deste primeiro período (1898 a 1928), a ser construído no primeiro quarteirão foi o prédio do Instituto Parobé¹⁹³. De aspecto monumental, coroado por duas cúpulas de cobre, o prédio foi projetado por Chrétien Hoogenstraaten, e teve suas obras executadas por Andrighetto entre 1923 e 1928¹⁹⁴ (Fig. 48).

As sucessivas expansões do Instituto, desde sua criação, foram em grande parte impulsionadas por incentivos governamentais. Em 1909, uma lei concedida em favor do Instituto Técnico pelo Presidente do Estado, Carlos Barbosa Gonçalves, a chamada “taxa profissional”, destinava inicialmente o correspondente a 2% da arrecadação do Estado, que mais tarde foi ampliado para 4%. O incentivo permaneceu por um período de dez anos¹⁹⁵.

A ocupação do segundo quarteirão começou ainda na primeira década do século XX. Ao mesmo tempo em que inaugurava a sede do Instituto Eletrotécnico, em 1910, a Escola de Engenharia construiu o Laboratório de Resistência dos Materiais, atual Museu da Universidade. O edifício, que ocupou um “lugar de vanguarda na pesquisa de novas tecnologias no início do século XX”¹⁹⁶, foi concebido para abrigar equipamentos importados da Europa para a realização de ensaios tecnológicos. Para tanto, “era necessário um local amplo, com grande pé-direito, que comportasse a instalação e uso das máquinas. Assim, foi projetado um pavilhão de volumetria única, prismática com base retangular e telhado composto por duas águas”¹⁹⁷.

Apesar de não haver documentos comprovando a autoria do projeto, presume-se que também tenha sido de Manoel Itaqui, devido à similaridade com outros projetos que ele desenvolveu para a Escola de Engenharia. Originalmente seu acesso se dava pela fachada oeste, voltada para o primeiro quarteirão. “A fachada norte (da Avenida

¹⁹³ Em 1917, o Instituto Técnico passou a chamar-se Instituto Parobé em homenagem a João José Pereira Parobé, diretor da Escola de Engenharia de 1898 até seu falecimento em 1915 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1998, op. cit., p.55).

¹⁹⁴ TONIOLI, 2014, op. cit., p.128.

¹⁹⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1998, op. cit., p.55.

¹⁹⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2004, op. cit., p.30.

¹⁹⁷ TONIOLI, 2014, op. cit., p.142.



Fig. 46 – Instituto Eletrotécnico, década de 1910. Fonte: Acervo SPH – base digital.

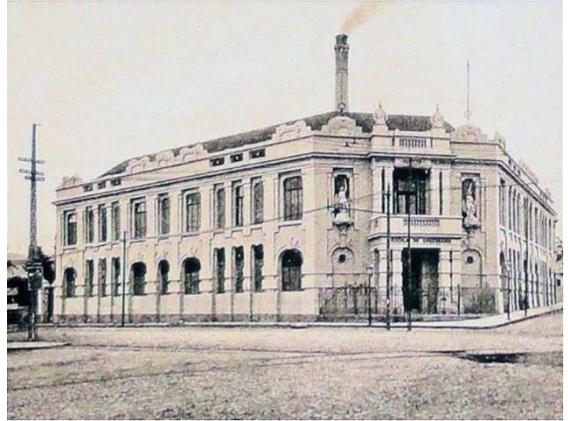


Fig. 47 – Instituto Eletrotécnico com a primeira ampliação. Década de 1910. Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS, op. cit.



Fig. 48 – Instituto Parobé. Fonte: Séries Prédios Históricos da Ufrgs – Instituto Parobé. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/patrimoniohistorico/2018/04/21/series-predios-historicos-da-ufrgs-instituto-parobe/>. Acesso em 28 de julho de 2019.



Fig. 49 – Laboratório de Resistência dos Materiais. Fonte: Séries Prédios Históricos da Ufrgs – Instituto Parobé. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/museu/museu/>. Acesso em 28 de julho de 2019.



Fig. 50 – Faculdade de Medicina, década de 1920. Fonte: UFRGS. Invisíveis lugares: serestarficar (catálogo da exposição organizada pelo Museu da UFRGS). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

Oswaldo Aranha), apesar de não conter o acesso, foi tratada com diferenciação, concentrando a ornamentação. Simétrica, a fachada possui em sua composição seis pilastras e um frontão central contendo uma pintura que simboliza o trabalho¹⁹⁸ (Fig. 49).

Criada em 1898, a partir da fusão do Curso de Partos (que funcionava na Santa Casa), com a Faculdade de Farmácia, a Faculdade Livre de Medicina e Farmácia se tornaria a terceira Faculdade de Medicina do país¹⁹⁹. Por mais de duas décadas funcionou em instalações cedidas pelo estado e até mesmo em uma sede própria na Rua da Alegria (atual Rua General Vitorino)²⁰⁰. Em 1910, em uma ação conjunta do Presidente do Estado, Carlos Barbosa Gonçalves, e do Intendente Municipal, José Montaury, foi doado um terreno no Campo da Redenção para a construção de uma nova sede²⁰¹.

Localizado no segundo quarteirão, no encontro das ruas Sarmiento Leite e Luiz Englert, o edifício começou a ser construído em 1913. Após pouco mais de dez anos em obras²⁰², em 1924, a Faculdade de Medicina inaugurou sua nova sede (Fig. 50).

Projetado por Théo Wiederspahn, com a colaboração de Alexander Gundlach, o edifício foi construído em duas etapas. A primeira foi realizada por Rudolf Ahrons e a segunda por Augusto Sartori²⁰³. Segundo Tonioli,

A implantação, em formato de losango irregular, utiliza ocupação perimetral e pátio central. Na esquina, eixo de simetria, a marcação do acesso principal é feita através de um volume circular, com uma escadaria e grandes pilastras. Nas fachadas laterais, voltadas para as vias, quatro corpos salientes (dois em cada uma) são coroados com grandes cúpulas de cobre²⁰⁴.

Entre 1920 e 1921, foi construído o prédio da Seção de Meteorologia (atual Rádio da Universidade). Pertencente ao Instituto Astronômico e Meteorológico (Escola

¹⁹⁸ TONIOLI, 2014, op. cit., p.142.

¹⁹⁹ PESAVENTO, 2004, op. cit., p.21.

²⁰⁰ Idem, p.35.

²⁰¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1998, op. cit., p.37.

²⁰² As obras do prédio da Faculdade de Medicina se iniciaram em 1913, sendo suspensas no ano seguinte devido à crise gerada pela Primeira Guerra Mundial. Em 1919 as obras foram retomadas e concluídas em 1924 (PESAVENTO, 2004, op. cit., p.35).

²⁰³ TONIOLI, 2014, op. cit., p.146.

²⁰⁴ Idem, p.146-148.

de Engenharia), a Seção funcionava até então no prédio do Observatório Astronômico, junto à Seção de Astronomia²⁰⁵.

Projetado pelo arquiteto Adolph Stern²⁰⁶, o edifício conta com um volume principal de três pavimentos e uma torre com quatro pavimentos. O acesso principal é feito através de uma requintada escadaria externa, com degraus em mármore e gradis em ferro retorcido, que leva ao segundo pavimento. Localizado na Rua Sarmiento Leite, em um local antes ocupado pelo Velódromo, o edifício de pequenas dimensões foi construído recuado do passeio e rodeado por uma área ajardinada²⁰⁷ (Fig. 51).

No ano de 1926, em mais um terreno localizado no Campo da Redenção e cedido pelo Governo do Estado, foi inaugurado o prédio do Instituto de Química Industrial. Criado pela Escola de Engenharia em 1920, o curso funcionou inicialmente no prédio do Instituto Eletrotécnico até que em 1922 iniciou as obras de sua sede própria. Localizada na Rua Luiz Englert, a leste do prédio da Faculdade de Medicina, a edificação foi executada pelo escritório de Andrighetto, sendo seu projeto de provável autoria²⁰⁸ de Chrétien Hoogenstraaten (Fig. 52). Segundo Pesavento,

[...] o prédio, com três pavimentos, apresenta uma galeria aberta, protegida por um terraço sustentado por colunas toscanas. No alto do guarda-corpo do terraço estão dispostas, simetricamente, duas esculturas que simbolizam a Química (Fig XX foto tirada por mim). O edifício foi inaugurado em 8 de junho de 1926 com a presença do presidente Washington Luís.²⁰⁹

Houve ainda um último edifício construído no segundo quarteirão, ainda na primeira fase, no terreno hoje ocupado pelo prédio da Faculdade de Arquitetura, o Instituto de Educação Doméstica e Rural. Da década de 1920, o prédio da seção feminina do Instituto Parobé tinha dois pavimentos e sua fachada principal voltada para a esquina da Avenida Osvaldo Aranha com a Rua Sarmiento Leite. Recuada do alinhamento, a edificação tinha um amplo jardim frontal e utilizava os fundos para desenvolver atividades práticas externas, como a horta. Segundo Tonioli, a autoria do

²⁰⁵ TONIOLI, 2014, op. cit., p.151.

²⁰⁶ O engenheiro e arquiteto Adolph Alfred Stern, natural da Letônia, foi aluno e professor da Escola de Engenharia. Ocupou cargos importantes como o de Diretor do Instituto de Astronomia e Meteorologia, do Instituto Parobé e a Secretaria do Instituto de Engenharia (Idem, ibidem.).

²⁰⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2004, op. cit., p.35-36.

²⁰⁸ Enquanto UFRGS (1998, p.57) cita Hoogenstraaten como provável autor do projeto, TONIOLI (2014, p.154) afirma que a autoria da obra é desconhecida.

²⁰⁹ PESAVENTO, 2004, op. cit., p.38.



Fig. 51 - Seção de Meteorologia . Fonte: ARQUIVO POA. Disponível em: <http://arquivopoa.blogspot.com/2011/05/>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

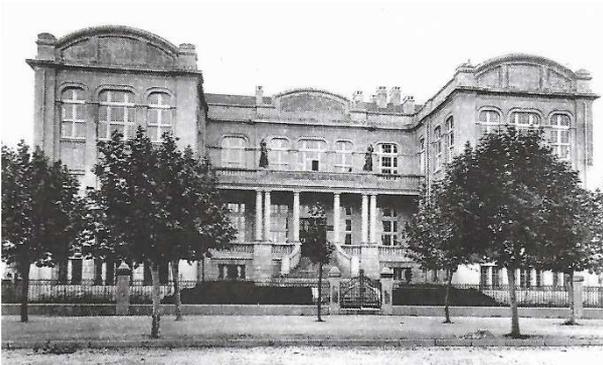


Fig. 52 – Instituto de Química Industrial, década de 1920. Fonte: UFRGS, 2009, op. cit..



Fig. 53 - Instituto de Educação Doméstica e Rural. Fonte: ARQUIVO POA, op. cit.



Fig. 54 – Quarteirões universitários no Campo da Redenção. Década de 1940. Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS, op. cit.

projeto é desconhecida²¹⁰ (Fig. 53).

A construção do conjunto de prédios das Escolas Livres no Campo da Redenção fez parte de “uma totalidade surgida em vários locais da cidade”²¹¹. Assim como os edifícios ecléticos do centro da Capital, os edifícios universitários estavam integrados “não só à paisagem, como também à vida cultural da cidade”²¹². Antes periferia, a área da antiga várzea estava agora perfeitamente incorporada à malha urbana de uma capital em expansão (Fig. 54).

O *Plano Geral de Melhoramentos Urbanos* de 1914 começou a ser posto em prática somente em 1924, na gestão municipal de Otávio Rocha, preparando a cidade para a década seguinte. Segundo Pesavento, a Porto Alegre dos anos 1930,

[...] apresentou, realmente, um visual remodelado. Quarteirões insalubres haviam cedido espaço a belos logradouros públicos, com modificações radicais no espaço urbano. Parecia aos gaúchos que, finalmente, os preceitos da higiene, técnica e estética haviam dado as mãos. A destruição dos becos produzia uma sensação de desafogo: os arautos do progresso anunciavam que, com isso, ruía a velha cidade, os ranços de um passado incômodo, focos de promiscuidade, de doença e de vícios. Porto Alegre era já um centro industrial de porte [...] o que, para os porto-alegrenses e gaúchos, dava a sensação de viverem numa metrópole.²¹³

Dotado um complexo educacional composto por ensino médio, técnico e superior, em 1931 a Escola de Engenharia foi reconhecida como Universidade Técnica do Rio Grande do Sul²¹⁴. Os institutos que compunham a Universidade eram os seguintes: Instituto de Engenharia (Engenharia Civil, Estradas e Agrimensura); Instituto Montauray (Engenharia Elétrica e Mecânica); Instituto Borges de Medeiros (Agronomia e Veterinária); Instituto Experimental de Agricultura (Pesquisa Agrícola); Instituto Coussirat Araújo (Astronomia, Física e Meteorologia); Instituto Parobé (operários); Química Industrial; Instituto Ginásial Júlio de Castilhos; Instituto Pinheiro Machado (operários rurais) e Educação Doméstica e Rural (ensino feminino)²¹⁵.

Complementando o processo de expansão e modernização do ensino superior do Estado, quatro anos mais tarde, em 28 de novembro de 1934, o Governador Flores

²¹⁰ TONIOLI, 2014, op. cit., p.157-158.

²¹¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1998, op. cit., p.9.

²¹² Idem, ibidem.

²¹³ PESAVENTO, 2004, op. cit., p.52.

²¹⁴ Decreto Federal 20.272 de 3/8/1931 (PESAVENTO, 2004, op. cit., p.39).

²¹⁵ Idem, p.39.

da Cunha criou a Universidade de Porto Alegre (UPA) através do Decreto 5.758. A reitoria da Universidade passou a funcionar no prédio da Faculdade de Direito. Segundo Pesavento, a Universidade de Porto Alegre era formada pela integração da Universidade Técnica, com suas escolas de Engenharia, Agronomia e Veterinária, da Faculdade de Medicina, com suas Escolas de Odontologia e Farmácia, da Faculdade Livre de Direito, com sua Escola de Comércio, o Instituto de Belas Artes e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, criada pelo Decreto 6.194 de 30 de março de 1936 e constituída dos cursos de Matemática, Ciências Físicas, Ciências Químicas, História Natural, Filosofia, Filologia, Educação, Geografia e História²¹⁶.

Encerrada a primeira fase de construções na antiga várzea, entre 1898 e 1928, o Campus Centro não recebeu nenhum novo edifício até os anos 50, com exceção de pequenas construções de caráter provisório. No entanto, para atender as demandas de expansão das Escolas Livres, diversas ampliações foram executadas nos edifícios.

Apesar de adotarem as inovações da construção civil de cada época, as ampliações tiveram, tanto em suas fachadas quanto em seus espaços internos, acabamentos similares ou idênticos aos já existentes em cada edificação. Tratando-se, portanto, de intervenções feitas por analogia. A Carta de Atenas (1931), acerca dos *materiais de restauração*, aprovava que em intervenções em edifícios antigos fossem empregados “recursos da técnica moderna”, no entanto, recomendava sua dissimulação, “[...] salvo impossibilidade, a fim de não alterar o aspecto e o caráter do edifício [...]”²¹⁷. As ampliações realizadas nesta época na Universidade estavam, portanto, em sintonia com as recomendações internacionais vigentes no período.

Entre as explicações para a tendência da utilização de adições análogas nas obras de ampliação está o fato de algumas dessas propostas de ampliação estarem previstas nos projetos originais das edificações, e terem sido suprimidas por falta de verbas ou dificuldades técnicas à época de suas construções, ou até terem sido desenvolvidas pelos próprios projetistas originais. Outro fato curioso levantado por essa pesquisa está na surpreendente valorização da arquitetura eclética, tão presente e importante na construção do ideário Positivista de Estado educador, em uma época em que o Ecletismo já era considerado ultrapassado (até mesmo no Brasil onde se manifestou tardiamente). As ampliações dos prédios ecléticos estenderam-se até a

²¹⁶ PESAVENTO, 2004, op. cit., p.47.

²¹⁷ CARTA DE ATENAS, 1931, op cit., p.3.

década de 1950, época em que a arquitetura Moderna²¹⁸ gozava de crescente prestígio no Brasil.

Exemplo disso é possível ser observado nas expansões feitas nos prédios da Escola de Engenharia e do Instituto Eletrotécnico. Datadas do início dos anos 1950, ambas as edificações tiveram a adição de um terceiro pavimento em suas ampliações. No entanto, devido à grande diferença de pé direito entre o novo pavimento e os existentes, o desenho das novas esquadrias teve de ser modificado substancialmente. Para atenuar essas diferenças, modificando o mínimo possível o padrão estético das fachadas, foram mantidas referências das fachadas existentes.

Na ampliação realizada no Instituto Eletrotécnico, de 1951, a cobertura original em telhas francesas foi substituída por uma laje de concreto coroada por uma platibanda de alvenaria²¹⁹. No prédio da Escola de Engenharia o sistema original da cobertura, composto por uma estrutura de madeira e telhas francesas, foi mantido, no entanto, segundo Weimer, o acréscimo de mais um piso teria deformado seriamente a edificação²²⁰ (Fig. 55 e Fig. 56).

Entre 1944 e 1946, as alas laterais do Instituto de Química Industrial foram duplicadas, seguindo o mesmo padrão dimensional e estético existente, tanto interna quanto externamente (Fig. 57). Caso similar ao da ampliação do prédio da Faculdade de Direito, ocorrida entre 1951 e 1954, onde foi adicionado um novo volume, com a mesma altura do existente, na parte posterior da edificação. Apesar de utilizar um sistema construtivo diferente do original, a proposta de ampliação novamente buscou manter os padrões dimensionais e estéticos existentes. Dentre seis propostas avaliadas, a escolhida foi a que propunha que:

As alvenarias das elevações serão idênticas as já existentes, obedecendo a construção as mesmas linhas arquitetônicas e o mesmo acabamento internam e externamente. [...] nas peças laterais dos dois andares que vão sofrer reformas as paredes serão novamente caiadas a cal e cola com desenhos estampados a semelhança dos atualmente existentes.²²¹

²¹⁸ Segundo LUCAS, no “final dos anos 20, começava a ser produzida em São Paulo uma arquitetura moderna nos moldes das vanguardas construtivas europeias” (LUCAS, 2004, op. cit., p.41).

²¹⁹ TONIOLI, 2014, op. cit., p.108;126.

²²⁰ WEIMER, 2006, op. cit., p.114.

²²¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2007a, op. cit., p.45.



Fig. 55 - Adição do terceiro pavimento no Instituto Eletrotécnico. Década 1950. Fonte: UFRGS, 2009, op. cit.



Fig. 56 - Adição do terceiro pavimento na Escola de Engenharia. Década 1950. Fonte: UFRGS, 2009, op. cit.



Fig. 57 – Adição das alas laterais no Instituto de Química industrial. Década de 1940. Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Universitário.



Fig. 58 – Ampliação ala direita da Faculdade de Medicina. Década de 1930. Fonte: PRATI FOTOS ANTIGAS



Fig. 59 – Ampliação nas alas esquerda e direita. Década de 1950. Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Universitário.

O caso das ampliações realizadas na Faculdade de Medicina foi um pouco diferente. Na reforma de 1937 a ala direita foi ampliada mantendo os padrões existentes. Já as ampliações de 1952 e 1955, nas alas direita e esquerda, respectivamente, apesar de não modificarem substancialmente a fachada principal, não mantiveram o mesmo cuidado com a fachada que dá para o miolo do quarteirão, nem com o volume original, criando saliências para o interior do quarteirão (Fig. 58 e Fig. 59).

Diante desse cenário é possível concluir que as ampliações dos anos 1940 e 1950 apresentaram caráter conservador, num pensamento de que a intervenção no patrimônio edificado da Universidade deveria ser feita por analogia. Em se tratando de edifícios ecléticos, em uma época em que esse tipo de arquitetura encontrava-se em decadência, pode-se afirmar que acima de uma discussão de arquitetura, houve uma discussão sobre valoração daquele patrimônio. Afinal, diante da necessidade de ampliação, o que prevaleceu foi a intenção de conservar o existente e não diferenciação do novo, em um claro reconhecimento do valor artístico da arquitetura eclética.

No entanto, assim como aconteceu com algumas edificações de menor valor, houve um caso de demolição de uma importante edificação da primeira fase, o Instituto de Educação Doméstica e Rural, construído na década de 1920 para abrigar a seção feminina do Instituto Parobé. Após ter sido ocupado pelo Instituto de Física da Escola de Engenharia nos anos 40, e ter passado por uma ampliação que adicionou um auditório na parte posterior do edifício, foi demolido no início dos anos 1950 para dar lugar à nova sede da Faculdade de Arquitetura²²².

As décadas de 1930 e 1940 foram de grande instabilidade e disputas na política. Os acontecimentos internacionais como a quebra da bolsa de Nova Iorque, a ascensão de regimes totalitários na Europa, e a eclosão da Segunda Guerra Mundial, tiveram grande influência no Brasil de Vargas (1930-1945), tanto na esfera econômica quanto política. Após uma década de “exuberância na arquitetura”, a de 1930 foi de “contenção e parcimônia”²²³. Segundo Weimer, um dos maiores acontecimentos

²²² TONIOLI, 2014, op. cit., p.157-158.

²²³ WEIMER, 2006, op. cit., p.124.

arquitetônicos do país nesse período, que teve como palco o Campo da Redenção, foi a Exposição do Centenário Farroupilha de 1935, com duração de um ano²²⁴.

O encarregado do planejamento geral da Exposição foi o arquiteto Christiano de La Paix Gelbert, da Prefeitura Municipal, que também se encarregou do projeto de vários prédios. Aproveitando as diretrizes do projeto de paisagístico de Agache, que não havia sido executado, Gelbert concebeu uma ampla avenida central que desembocaria num prédio de dimensões descomuns, o pavilhão do Rio Grande do Sul. Ao longo desta avenida seriam construídos diversos pavilhões de estados, de entidades governamentais e serviços complementares ou de apoio. Quase todos os prédios eram de estrutura de madeira desmontável e fechamento em estuque para fins de aproveitamento posterior. Uma formidável iluminação noturna era um espetáculo à parte (só a exposição consumia mais energia do que todo o resto da cidade).²²⁵

Durante esse período, a Universidade experimentou diversas trocas no cargo máximo da entidade. Motivadas por disputas políticas, renúncias, e até mortes, a mudança de reitores foi uma constante nos primeiros anos da Universidade de Porto Alegre. Entre 1936, ano da criação do Conselho Universitário²²⁶, e 1949, a Universidade teve seis gestores diferentes.

Passaram pelo cargo os reitores, Manoel André da Rocha²²⁷ (renunciou); Aurélio de Lima Py²²⁸; Ary de Abreu Lima²²⁹ (morto em acidente aéreo); Edgar Luiz Schneider²³⁰; Antônio Saint Pastous de Freitas²³¹ (renunciou); Egydio Hervé²³² (renunciou); Armando Pereira Câmara²³³ (renunciou). Apesar de conviver com

²²⁴ WEIMER, 2006, op. cit., p.124-132.

²²⁵ Idem, p.129-130.

²²⁶ Após a criação da UPA em 1934, somente dois anos depois, no dia 16 de abril de 1936, o Conselho Universitário foi criado, tendo realizado sua primeira reunião no dia 30 de maio do mesmo ano, “instalando solenemente a Universidade de porto Alegre” (PESAVENTO, 2004, op. cit., p.47).

²²⁷ Manoel André da Rocha foi reitor da UFRGS entre 01.04.1936 e 17.11.1937. Foi também professor da Faculdade de Direito.

²²⁸ Aurélio de Lima Py foi reitor da UFRGS entre 26.11.1937 e 25.04.1939. Foi também professor da Faculdade de Medicina.

²²⁹ Ary de Abreu Lima foi reitor da UFRGS entre 29.05.1939 e 18.08.1941. Foi também professor da Escola de Engenharia.

²³⁰ Edgar Luiz Schneider foi reitor da UFRGS entre 11.04.1942 e 22.09.1943. Foi também professor da Faculdade de Direito.

²³¹ Antônio Saint Pastous de Freitas foi reitor da UFRGS entre 23.09.1943 e 14.06.1944. Foi também professor da Faculdade de Medicina.

²³² Egydio Hervé foi reitor da UFRGS entre 15.06.1944 e 23.12.1945. Foi também professor da Escola de Engenharia.

²³³ Armando Pereira Câmara foi reitor da UFRGS entre 24.12.1945 e 13.01.1949. Foi também professor da Faculdade de Direito e Filosofia.

constantes mudanças na reitoria, foi uma época em que a Universidade desenvolveu também planos de expansão e viveu importantes modificações institucionais²³⁴.

Em 1937, motivado pela necessidade de estudar a localização do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, um estudo preliminar foi elaborado por Hypólito Gustavo Pujol Júnior, com colaboração de Ernesto de Souza Campos. Prevendo a ocupação total da área do Parque Farroupilha, o estudo propunha a *Cidade Universitária de Porto Alegre*. Nesta proposta, apenas duas edificações existentes seriam aproveitadas, o prédio da Faculdade de Medicina e a Escola Normal (atual Instituto de Educação Gen. Flores da Cunha), concluída dois anos antes, em 1935. O estudo foi bem recebido pelos professores da Faculdade de Medicina, no entanto, gerou diversas manifestações contrárias por parte da sociedade porto-alegrense. Não sendo aprovado pelas autoridades locais, foi abandonado²³⁵.

Em 1938, no âmbito do processo de reformulação do ensino superior, o Decreto-lei 305 regulou a situação administrativa das instituições de ensino superior da República²³⁶.

Um ano depois, o reitor Ary de Abreu Lima, juntamente com o arquiteto Arnaldo Gladosh e técnicos da Prefeitura Municipal, planejava uma grande expansão física para a Universidade, através da construção de uma Cidade Universitária numa área de cerca de 400 hectares, entre as avenidas Protásio Alves e Bento Gonçalves²³⁷. O projeto fazia parte do *Plano Diretor para a Cidade de Porto Alegre*, que trazia novamente à tona a proposta das perimetrais²³⁸ à capital. Elaborado na gestão do Prefeito Loureiro da Silva (1937-1943), o plano propunha “[...] um esquema para a rede viária da cidade, no qual o traçado urbano, de caráter radial, é conectado através de vias perimetrais concêntricas”²³⁹. De acordo com o plano, a Rua Sarmiento Leite seria transformada numa espécie de *parkway*, e a Universidade liberaria os dois quarteirões ocupados junto ao Parque Farroupilha para ocupar um local que

²³⁴ PESAVENTO, 2004, op. cit., p.49-60.

²³⁵ TONIOLI, 2014, op. cit., p.72-74.

²³⁶ PESAVENTO, 2004, op. cit., p.49.

²³⁷ Idem, ibidem.

²³⁸ As perimetrais já tinham sido propostas anteriormente como solução viária para a cidade, tanto no *Plano de Melhoramentos* de Moreira Maciel, quanto na *Contribuição ao Estudo da Urbanização de Porto Alegre*, de Ubatuba de Faria e Edvaldo Pereira Paiva (TONIOLI, 2014, op. cit., p.74-75).

²³⁹ Idem, p.74.

possibilitasse a criação de uma cidade universitária. Entretanto, a parte do projeto proposta para o primeiro perímetro, área ocupada pela Universidade, não foi executada, o que manteve os quarteirões ocupados pela UFRGS sem alterações²⁴⁰.

Durante a gestão de Pastous de Freitas, novamente em conjunto com a Prefeitura Municipal, se deu sequência ao plano de expansão do ensino superior no Estado. A denominada Comissão da Cidade Universitária apresentou um estudo assinado pelo urbanista Edvaldo Pereira Paiva, para execução do plano de edificações e ampliação dos prédios da Universidade. Ambicioso, o plano seria financiado através de créditos especiais abertos para a Universidade em 1943. No entanto, ainda no mesmo ano, a receita de taxas e emolumentos dos estabelecimentos de ensino foi suprimida do Orçamento do Estado. Segundo Pesavento, “no campo da medicina, a proposta foi criar um Hospital de Clínicas para a cidade, cuja pedra fundamental foi lançada neste mesmo ano. As obras, contudo, só tiveram o seu início alguns anos depois, em 1947”²⁴¹. Após problemas técnicos, as obras foram retomadas somente em 1953, na gestão de Elyseu Paglioli, quando começaram as obras do Campus Saúde²⁴².

Em 1944, durante a gestão de Egydio Hervé, o Decreto-lei 736 concedeu à Universidade “ampla autonomia administrativa, com aplicação integral de seus estatutos e na gerência de seu orçamento”²⁴³. Um ano mais tarde, novos créditos foram disponibilizados à Universidade, possibilitando a aquisição de 287 hectares destinados à ampliação da Escola de Agronomia e Veterinária²⁴⁴.

Em 1945, numa tentativa de ampliação da Universidade utilizando apenas os quarteirões do atual Campus Centro, os professores Leovigildo Paiva e Luiz Leseigneur de Faria propuseram um grande edifício chamado Monumento Universitário, desconsiderando os prédios existentes. A proposta fez parte do Programa de Ação e Desenvolvimento, aprovado pela Congregação da Escola de

²⁴⁰ TONIOLI, 2014, op. cit., p.74-76.

²⁴¹ PESAVENTO, 2004, op. cit., p.49.

²⁴² “Sua implantação, que teve início em 1953, se prolongaria por cerca de dez anos. O projeto teve de enfrentar as más condições do terreno – um banhado alagadiço – e problemas derivados da desapropriação dos prédios residenciais e casas comerciais do local. Os primeiros prédios construídos neste local foram o Hospital de Clínicas, a Faculdade de Farmácia e o Pavilhão de Tisiologia” (PESAVENTO, 2004, op. cit., p.63).

²⁴³ Idem, p.50.

²⁴⁴ Idem, p.50.

Engenharia e submetido ao Interventor Federal Ernesto Dornelles. O polêmico projeto passou por diversos estudos e discussões visando sua implantação e acabou sendo abandonado²⁴⁵.

Em janeiro de 1946, o recém-empossado reitor Armando Pereira Câmara, anunciou ao Conselho Universitário a eleição por meio de lista tríplice, tanto para reitor, quanto para diretores de unidades, com mandato de três anos. No ano seguinte, a nova Constituição do Estado do Rio Grande do Sul alterou o nome da Universidade, que passou a se chamar Universidade do Rio Grande do Sul (URGS).

No período entre a criação da UPA e a modificação para URGS, houve grande reestruturação das unidades que compunham a Universidade, onde cursos e unidades foram criados, incorporados ou desanexados. O Ginásio Júlio de Castilhos, que havia sido desvinculado desde a criação da UPA, passou juntamente com o Instituto Parobé, para a esfera do governo estadual. No ano de 1942, a Faculdade de Educação passa a chamar-se Faculdade de Filosofia, passando a oferecer cursos de Matemática, Física e História Natural. Um ano depois, ainda no âmbito da Faculdade de Filosofia, foram criados os cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-germânicas, Pedagogia e Didática. Em 1944, vinculado ao Instituto de Artes, é criado o curso superior de Arquitetura, enquanto em 1945, um curso destinado à formação de engenheiros-arquitetos é criado junto a Escola de Engenharia. Ainda neste ano, é criado o curso de Engenharia de Minas, e o Curso Superior de Administração e Finanças da Escola Superior de Comércio transforma-se em Faculdade de Economia e Administração²⁴⁶.

O Instituto de Belas Artes, que havia sido desanexado da Universidade em 1945 por não ter reconhecimento federal, foi reincorporado em 1948. A mesma lei que o reincorporou (Lei Estadual 413), uniu os cursos de Arquitetura do Instituto de Artes e da Escola de Engenharia, mas somente quatro anos mais tarde, em 1952, a Faculdade de Arquitetura seria instalada²⁴⁷.

No final dos anos 1940 iniciou-se um período de intensas transformações físicas e administrativas na Universidade. Relativo à sua infraestrutura destaca-se a formação de uma comissão, designada pelo governo do Estado em março de 1948,

²⁴⁵ TONIOLI, 2014, op. cit., p. 76-78.

²⁴⁶ PESAVENTO, 2004, op. cit., p.50-60.

²⁴⁷ Idem, p.50.

para desenvolver os projetos para a expansão da Universidade. A comissão formada pelos professores Luiz Leseigneur de Faria, Leovigildo Paiva, João Baptista Pereira e Júlio Ribeiro de Castilhos, ficaria também encarregada da supervisão técnica e administrativa das obras. Ainda em julho do mesmo ano, a pedra fundamental das construções foi lançada ao lado do prédio do Instituto de Química²⁴⁸.

Consideradas emergenciais, as obras previam a construção de pelo menos nove edifícios escolares equipados com salas de aula, laboratórios, anfiteatros e centro acadêmico. Os edifícios existentes, construídos no início do século, receberiam reformas compreendendo instalações elétricas e hidráulicas, reconstrução de coberturas e até mesmo reforço estrutural. No entanto, as obras no Campus Centro não significavam o abandono da ideia da Cidade Universitária²⁴⁹.

Prevista no plano de Gladosch, a Cidade Universitária seria novamente revisitada por Eliseu Dambros Paglioli em 1951, um ano antes de se tornar reitor, quando ainda ocupava o cargo de prefeito da Capital. O então prefeito considerou a proposta impraticável devido grande número de construções na área reservada ao empreendimento e os altos custos de desapropriação envolvidos. A área de algumas centenas de hectares, situada para além do bairro Petrópolis, abrigaria também o Jardim Botânico. Após consulta ao presidente Getúlio Vargas, que também considerou a operação de desapropriação inviável financeiramente, Paglioli descartou a proposta devido a grande valorização das terras naquela região, passando a considerar a aquisição de outra área a ser destinada a futura Cidade Universitária²⁵⁰.

Durante o reitorado de Alexandre Martins da Rosa²⁵¹, no dia 4 de dezembro de 1950, pouco mais de três meses depois de ter sido homologada como universidade regional pela Lei Federal 1.166²⁵², a URGs passa da esfera estadual para a federal, passando a se chamar Universidade Federal do Rio Grande do Sul

²⁴⁸ PESAVENTO, 2004, op. cit., p.60.

²⁴⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Uma fase em sua história**. Relatório: reitorado do prof. Elyseu Paglioli: 13 de agosto de 1952 a 13 de abril de 1964. Porto Alegre: Gráfica da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1964, p.28.

²⁵⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1964, op. cit., p.26.

²⁵¹ Alexandre Martins da Rosa foi reitor da UFRGS entre 22.02.1949 e 13.08.1952. Foi também professor da Escola de Engenharia.

²⁵² "Em 1º de setembro de 1950, em sessão do Conselho Universitário, o reitor Alexandre Martins da Rosa cominou a aprovação, pelo Senado, da integração da Universidade do Rio Grande do Sul no Sistema Federal de Ensino Superior com todos os seus cursos, faculdades e escolas. E a Lei Federal 1.166 homologava a URGs como universidade regional" (PESAVENTO, 2004, op. cit., p.61).

(UFRGS)²⁵³. Juntamente com a UFRGS, outras duas instituições de ensino superior foram federalizadas naquele ano, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), se somando as já federalizadas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de 1949, e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), de 1920.

A UFRGS chegou à metade do século XX em franco processo de expansão. Novos prédios eram necessários para atender a demanda por espaço físico proveniente da criação de novos cursos e consequente crescimento de matrículas²⁵⁴.

Essa expansão foi parte de um contexto nacional pós-guerra de intenso crescimento econômico, quando durante a chamada Nova República o Brasil viveu um período marcado por medidas de cunho nacionalista e desenvolvimentista. A formação da mão de obra qualificada, necessária aos avanços técnicos e industriais pretendidos pelo governo e à expansão prevista no modelo, estava calcada no desenvolvimento das instituições de ensino superior.²⁵⁵

Diante desse contexto tomou posse o reitor Elyseu Paglioli²⁵⁶ em agosto de 1952. Sua gestão ficaria marcada pela primeira grande expansão²⁵⁷ da Universidade quando foram construídos os edifícios do *período da arquitetura moderna*²⁵⁸ do Campus Centro. Em seu relatório de gestão, Paglioli relatou a situação das instalações físicas da Universidade quando do início do seu período como Reitor:

A maior parte das Escolas e Faculdades não possuíam sequer prédio próprio para suas atividades. A falta de espaço, de equipamento e de outros meios indispensáveis às atividades de ensino, desestimulavam mestres e alunos. Lembramo-nos bem de uma Faculdade que andava implorando salas para as suas aulas que eram dadas em cinco prédios diferentes nas horas disponíveis

²⁵³ PESAVENTO, 2004, op. cit., p.61.

²⁵⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1964, op. cit., p.27.

²⁵⁵ TONIOLI, 2014, op. cit., p.80.

²⁵⁶ Elyseu Dambros Paglioli foi reitor da UFRGS entre 13.08.1952 e 12.04.1964. Graduado pela Faculdade de Medicina foi também professor catedrático da referida faculdade. Foi também diretor do Instituto de Neurocirurgia, prefeito de Porto Alegre e Ministro da Saúde do governo parlamentarista de João Goulart (A trajetória política de João Goulart > Eliseu Paglioli. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/eliseu_paglioli. Acesso em: 23 de julho de 2019).

²⁵⁷ Durante a gestão de Paglioli, além dos novos edifícios do Campus Centro, a Universidade construiu novos prédios no Centro Médico (futuro Campus Saúde), na Agronomia (futuro Campus do Vale), na Ilha do Chico Inglês, em Guaíba (hoje Estação Experimental Agrônômica em Eldorado do Sul), em Tramandaí, além das cidades de Pelotas e Santa Maria, onde a Universidade possuía Escolas incorporadas quando ainda pertencia ao Estado (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1964, op. cit., 370-371).

²⁵⁸ TONIOLI, 2014, op. cit., p.101.

de outras escolas e mesmo em estabelecimentos onde se ministrava o ensino de grau médio.²⁵⁹

Sobre a precariedade de meios pré-existentes, continua:

Das doze Escolas e Faculdades existentes, apenas quatro possuíam prédio próprio: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina, a Escola de Engenharia e a Escola de Agronomia e Veterinária. [...] As Faculdades de Farmácia, de Odontologia de Pôrto Alegre, de Filosofia, de Ciências Econômicas e de Arquitetura funcionavam em dependências da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Direito ou da Escola de Engenharia, todas estas já com deficiência de espaço.²⁶⁰

Iniciadas oficialmente em 1948 com o lançamento da pedra fundamental do prédio da Faculdade de Filosofia, as obras no Campus Centro duraram cerca de treze anos, entre 1951 e 1964, durante a “fase áurea do modernismo brasileiro”²⁶¹. Foram construídos onze novos prédios. Por ter mais disponibilidade de espaço, o segundo quarteirão foi o que recebeu a maioria das edificações, nove no total.

Os primeiros edifícios construídos foram: o conjunto de prédios da Faculdade de Filosofia (1951/55), composto pelo prédio do Instituto de Ciências Naturais (ICN), o prédio da Faculdade de Filosofia, o Anfiteatro e o Diretório Acadêmico; o prédio da Faculdade de Ciências Econômicas (1952/54); e o Pavilhão de Tecnologia do Instituto de Química (1954/55). Todos estes apresentam características do *Art Déco*²⁶².

Um segundo grupo composto por seis edificações foi construído entre 1954 e 1964 e apresenta características da Arquitetura Moderna: o prédio da Faculdade de Arquitetura (1954/57); o prédio novo da Escola de Engenharia (1955/60); o edifício da Reitora e seu Auditório (1954/57); e o Colégio de Aplicação (1960/1964).

Iniciado na gestão de Alexandre Martins da Rosa, em 1951, a obra do Conjunto de prédios da Faculdade de Filosofia foi concluída somente em 1955. O conjunto de quatro edificações é composto pelos prédios da Faculdade de Filosofia, Instituto de Ciências Naturais, Anfiteatro e Centro Acadêmico. Construído em uma área adjacente

²⁵⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1964, op. cit., p.21.

²⁶⁰ Idem, p.25.

²⁶¹ Segundo Weimer, a “fase áurea do modernismo brasileiro” se encerrou no final dos anos 1950, com a inauguração de Brasília (WEIMER, 2006, op. cit., p.141).

²⁶² “A Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha foi um fator de grande importância para o desenvolvimento do *Art Déco* no Rio Grande do Sul”. A exposição sediada no Campo da Redenção (batizado Parque Farroupilha após o evento), em 1935, contou com diversas construções de caráter provisório que exibiam a arquitetura *Art Déco*. O evento ajudou a introduzir o *Art Déco* no Rio Grande do Sul, que se tornaria importante num momento de transição compreendido entre o fim do predomínio da arquitetura eclética (anos 1930), e o início da arquitetura moderna no Estado (anos 1950) (TONIOLI, 2014, op. cit., p.101-102).

ao terreno onde em 1954 seria construído o prédio da Reitoria, o conjunto ocupa uma faixa que vai da Avenida Luiz Englert até a Avenida Paulo Gama, portanto, atravessando a ponta sudeste do segundo quarteirão²⁶³.

O prédio que abrigaria a faculdade de Filosofia foi o primeiro a ser construído, entre 1951 e 1954. Trata-se de um volume de três pavimentos, indo de um lado a outro do quarteirão, paralelo ao volume base do prédio da Reitoria. O segundo edifício a ser construído foi o do ICN, entre 1953 e 1955. Também com três pavimentos, dotado das mesmas características volumétricas do edifício da Faculdade de Filosofia, o prédio localiza-se paralelo à Avenida Paulo Gama, conectando-se ao primeiro pela lateral, formando um “L”. Simetricamente posicionado ao centro do prédio da referida faculdade, e conectado através de uma cobertura, encontra-se o Auditório. A menor edificação do conjunto, o Centro Acadêmico, localiza-se entre o Auditório e o ICN e não se conecta com o mesmo²⁶⁴ (Fig. 60 a Fig. 62).

Entre 1954 e 1955 foi construído o Pavilhão de Tecnologia. Localizado no miolo do segundo quarteirão, junto a fachada posterior do prédio do Instituto de Química Industrial, o edifício foi construído para suprir uma demanda do Instituto por espaço físico, abrigando laboratórios com novos equipamentos e instalações “suprindo uma lacuna na ministração do ensino das cadeiras de coroamento do curso de Engenharia Química”²⁶⁵ (Fig. 63). Segundo Tonioli,

[...] a edificação foi concebida com caráter industrial, utilizando uma volumetria simples de base retangular (com proporção quase quadrada) e cobertura em *sheds* para iluminação zenital. Um pequeno mezanino linear ao longo da fachada sul (voltada para o prédio do Instituto de Química Industrial), utilizado para localizar oficinas, sanitários e outros apoios, é o único ponto onde foi prevista a compartimentação do elevador de pé-direito, necessário para abrigar os equipamentos. O térreo foi projetado com 5 acessos, dois deles voltados para o prédio sede do Instituto, sob o mezanino, e os outros três ingressando diretamente na área dos equipamentos.²⁶⁶

Dentre os novos edifícios da gestão Paglioli, apenas dois tomaram o lugar de prédios da primeira fase: o prédio da Faculdade de Ciências Econômicas e o prédio da Faculdade de Arquitetura. O primeiro foi construído sobre os escombros do incendiado Instituto Ginásial Júlio de Castilhos. O segundo tomou o terreno antes

²⁶³ TONIOLI, 2014, op. cit., p.160.

²⁶⁴ Idem, p.160-162.

²⁶⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1964, op. cit., p.198.

²⁶⁶ TONIOLI, 2014, op. cit., p.167.

ocupado pela seção feminina do Instituto Parobé, o Instituto de Educação Doméstica e Rural, demolido no início dos anos 1950.

O prédio da Faculdade de Ciências Econômicas teve sua obra iniciada em 1952 e finalizada em 1954. Concebido inicialmente como uma reconstrução²⁶⁷, o novo edifício utilizou os alicerces deixados pelo antigo Instituto Ginásio Júlio de Castilhos, arruinado por um grave incêndio em 1951. Segundo Tonioli,

[...] edifício reproduziu a posição das paredes da construção original, utilizando o mesmo sistema construtivo (alvenaria portante de tijolos maciços, apesar de já não ser usual nas construções dos anos 1950) e mantendo a altura dos primeiros pavimentos e os vãos de esquadrias. Portanto, o prédio permaneceu com a configuração interna anterior, organizado simetricamente através de um hall central e fita simples de salas na fachada principal, com a circulação voltada para o interior do quarteirão.²⁶⁸

De proporções similares ao antigo edifício, o projeto da Faculdade de Ciências Econômicas contou com um pavimento a mais no volume principal, além de incluir um volume semicircular térreo, na fachada posterior (interior do quarteirão), destinado a abrigar um bar²⁶⁹. O que resultou em “uma edificação que se apresenta quase como um fantasma do prédio original, com roupagem racionalista”²⁷⁰. Após sua inauguração, além da Faculdade de Ciências Econômicas, abrigou a administração central da Universidade por três anos, até a conclusão do edifício da Reitoria em 1957²⁷¹ (Fig. 64).

A sede da Faculdade de Arquitetura, originalmente destinada a ocupar uma área localizada entre o Observatório Astronômico e o Instituto Eletrotécnico, foi objeto de diversos estudos. Entretanto, o projeto final, desenvolvido no Rio de Janeiro, não se adaptava ao terreno para ela destinado, segundo Paglioli, “por insuficiência da área”²⁷². Após tratativas e um acordo com a Escola de Engenharia, foi cedido o terreno ocupado pelo velho Instituto de Física (antiga feminina do Instituto Parobé) em troca

²⁶⁷ O prédio da Faculdade de Ciências Econômicas foi construído através de um crédito obtido em 1952, na gestão do Reitor Alexandre Rosa, que tinha inicialmente o objetivo de reconstruir o antigo Ginásio Júlio de Castilhos, incendiado no ano anterior (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1964, op. cit., p.117).

²⁶⁸ TONIOLI, 2014, op. cit., p.131.

²⁶⁹ Idem, ibidem.

²⁷⁰ Idem, p.132.

²⁷¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1964, op. cit., p.118.

²⁷² Idem, p.122.



Fig. 60 – Instituto de Ciências Naturais. Década de 1950. Fonte: UFRGS, 2009, op. cit.

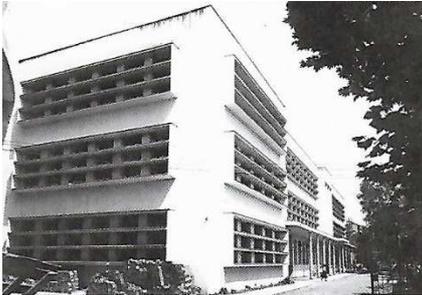


Fig. 61 – Faculdade de Filosofia (em primeiro plano). Década de 1950. Fonte: UFRGS, 2009, op. cit.



Fig. 63 – Pavilhão de Tecnologia ao centro e Colégio de Educação (Atual Faculdade de Educação) à esquerda. Década de 1960. Fonte: UFRGS, 2009, op. cit.

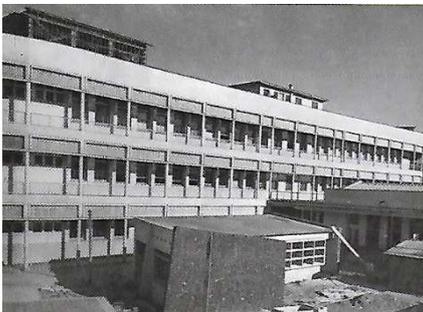


Fig. 62 – Faculdade de Filosofia (ao fundo), Centro Acadêmico e Auditório. Interior do quarteirão. Década de 1950. Fonte: UFRGS, 2009, op. cit.



Fig. 64 – Faculdade de Ciências Econômicas. Década de 1950. Fonte: UFRGS, 2009, op. cit.

da área antes destinada à Faculdade de Arquitetura (situado entre o Observatório Astronômico e o Instituto Eletrotécnico).

Conforme citado anteriormente, a edificação existente, remanescente da fase eclética, foi demolida para a construção do prédio da Faculdade de Arquitetura. Segundo Paglioli, à época da desocupação, no edifício “[...] residiam dois funcionários e suas famílias. Foi uma tarefa difícil demovê-los do local. A seguir, teve lugar a demolição”²⁷³. Em meio às obras de fundação da edificação, a prefeitura notificou a Universidade por meio de um ofício, “sob pena de responsabilidade dos prejuízos futuros”²⁷⁴, uma vez que o novo prédio estava sendo construído sobre o traçado da futura Avenida Perimetral. Questionada, a Prefeitura Municipal defendeu a construção da Perimetral com argumentos como: “Que seria mais importante, uma rua ou uma escola?”²⁷⁵.

Após uma série de reuniões entre as partes, o problema foi levado à Câmara de Vereadores, onde a Universidade conseguiu a autorização²⁷⁶ para construção da edificação, sob pena de perder a verba federal de 60 milhões de cruzeiros destinada à obra. No entanto, a permissão foi para a construção parcial da edificação, o que alterou substancialmente o projeto original. Inicialmente projetado com oito pavimentos tipo, a autorização concedida pela prefeitura permitia a construção de apenas quatro, e “em vez de toda a frente, apenas dois terços dela”²⁷⁷. Segundo Tonioli, o acordo considerava a possibilidade de demolição futura quando da efetivação da Perimetral²⁷⁸. O prédio, construído entre 1954 e 1957, sofreu diversas modificações ao longo das obras, “por solicitação dos interessados”²⁷⁹, terminando então, com

[...] um total de 5 pavimentos (base, térreo elevado com pilotis e mais 3 pavimentos tipo) com o comprimento da ala longa reduzido em um terço (4 módulos estruturais) em relação ao original. Além disso, a base, na ala curta,

²⁷³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1964, op. cit., p.122.

²⁷⁴ Idem, p.123.

²⁷⁵ Idem, ibidem.

²⁷⁶ Através de um projeto de lei apresentado à Câmara de Vereadores, e aprovado pelo Prefeito substituto, a Universidade conseguiu a autorização para a construção dos prédios da Faculdade de Arquitetura e novo prédio da Escola de Engenharia (Idem, ibidem).

²⁷⁷ Idem, ibidem.

²⁷⁸ TONIOLI, 2014, op. cit., p.181-182.

²⁷⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1964, op. cit., p.123.

foi reduzida até o limite do auditório, diminuindo sensivelmente a área do diretório acadêmico, que acabou se estendendo para área do café, retirado dali e acomodado junto ao acesso secundário. O acesso secundário foi mantido, porém não foi executada a circulação vertical de serviço prevista nessa prumada. Outra alteração significativa de ocupação se deu na biblioteca, que migrou do térreo elevado para a base, utilizando uma das grandes salas da ala longa e liberando o espaço para a sala da congregação. Em relação ao sistema construtivo, a estrutura executada substituiu as lajes de caixão perdido nos andares superiores por lajes com vigamento aparente.²⁸⁰

Mesmo com todas as dificuldades iniciais, e as modificações no decorrer da obra, o prédio da Faculdade de Arquitetura é considerado o melhor exemplar da arquitetura moderna no Campus Centro²⁸¹ (Fig. 65).

O problema do traçado da perimetral, que incidiu inicialmente sobre o projeto da Faculdade de Arquitetura, levou a direção da Universidade a tomar providências quanto a uma antiga questão, a posse da área ocupada pelo Campus Centro. Com o auxílio de um consultor jurídico, Prof. Acélio Corrêa, foi solicitada em juízo “a posse das áreas onde se situava a Universidade, havia mais de 30 anos”²⁸². Com o deferimento da solicitação, a partir de então, lavrou-se escritura pública que tornou a área propriedade do governo federal.

Depois de finalizada a obra da Faculdade de Arquitetura, a prefeitura apresentou um projeto com um novo traçado para a Avenida Perimetral, desta vez passando pelo centro do segundo quarteirão, fato que mais adiante incidiria nos planos da Universidade de construir mais prédios nos espaços ociosos do Campus Centro²⁸³.

Também construída entre 1954 e 1957, o prédio da Reitoria e Auditório centralizaria os serviços administrativos da UFRGS. A nova sede da administração central foi concebida para ser também a sede de vivência social e cultural da Universidade. A região escolhida para sua implantação, junto ao Parque Farroupilha, no encontro da Rua Luiz Englert com a Avenida Paulo Gama, facilitava o acesso de veículos ao prédio, e a vagas de estacionamento junto ao parque, sem prejudicar o tráfego urbano²⁸⁴ (Fig. 66 e Fig. 67).

²⁸⁰ TONIOLI, 2014, op. cit., p.182.

²⁸¹ Idem, ibidem.

²⁸² UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1964, op. cit., p.123.

²⁸³ Idem, p.125.

²⁸⁴ Idem, p.32-33.



Fig. 65 – Faculdade de Arquitetura. Década de 1950. Fonte: UFRGS, 2009, op. cit.



Fig. 66 – Reitoria (esq.) e ICN (dir.). Década de 1960. Fonte: UFRGS, 2009, op. cit.

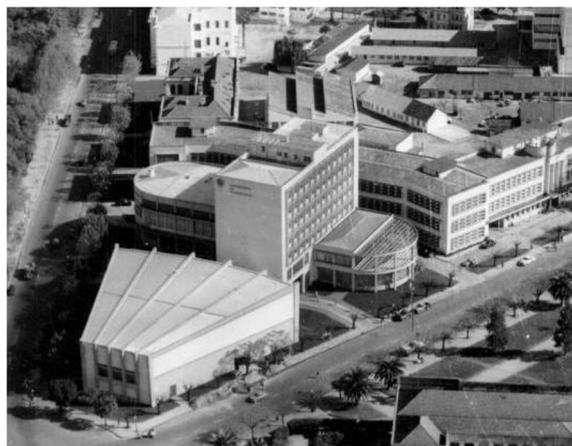


Fig. 67 – Vista aérea do Auditorio e Reitoria. Década de 1950. Fonte: UFRGS, 2009, op. cit.

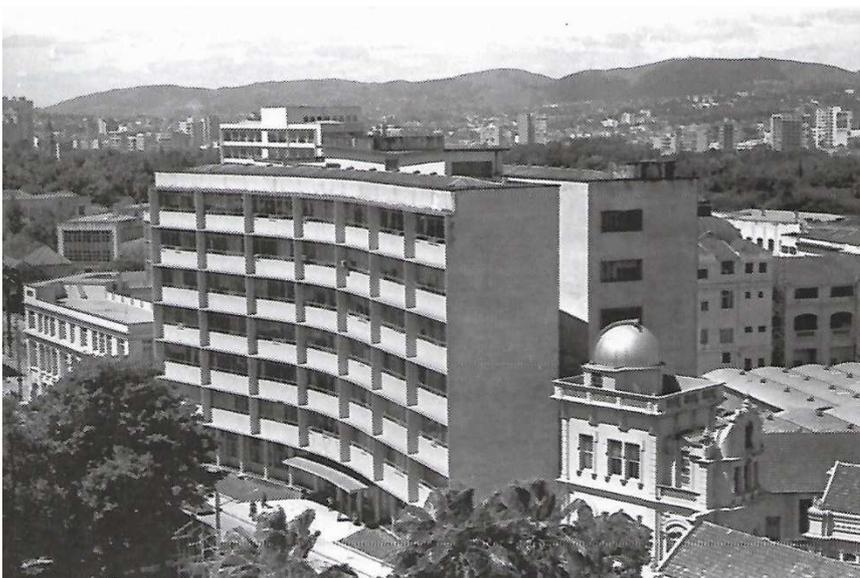


Fig. 68 – Engenharia Nova. Década de 1960. Fonte: UFRGS, 2009, op. cit.

De autoria do arquiteto e professor da Faculdade de Arquitetura, Fernando Lunardi, o projeto é composto por dois edifícios: um para abrigar um grande auditório e outro para abrigar a administração central e as atividades sociais²⁸⁵.

O prédio do Auditório possui volumetria com geometria básica bastante simples: a planta da sala em formato de leque, ganha altura e forma o volume principal, enquanto um volume menor e mais baixo abriga o acesso do público à grande sala, assim como outros espaços de infra-estrutura necessários ao funcionamento. O volume correspondente à sala possui a laje de cobertura inclinada, acentuando a geometria em leque e gerando um pé-direito interno variável, que acompanha os níveis da plateia.²⁸⁶

O prédio da Reitoria foi concebido com tipologia base e corpo, compondo através da intersecção desses dois volumes, dispostos perpendicularmente. O volume da base tem altura de dois pavimentos de grande pé-direito e abriga os grandes ambientes, locais das atividades sociais e culturais acadêmicas, como o Salão Social, Restaurante, etc. O acabamento arredondado nas laterais do volume confere à base uma geometria diferenciada. Já o corpo, de volume retangular, tem implantação perpendicular à base. Em 5 pavimentos acima da altura da base, são organizados todos os serviços administrativos, como a Divisão de Contabilidade, de Obras, de Pessoal, Gabinete e sua Secretaria, a Junta Médica, etc.²⁸⁷

Entre 1955 e 1960 foi construído o novo prédio da Escola de Engenharia. Situado no primeiro quarteirão, na área anteriormente destinada ao prédio da Faculdade de Arquitetura, entre o Instituto Eletrotécnico e o Observatório Astronômico, o edifício dispunha de 50 salas de aula, 10 laboratórios, uma grande biblioteca e seis anfiteatros para aproximadamente 200 alunos cada um. A construção do edifício possibilitou à Escola de Engenharia instituir um novo curso, ampliando o número de matrículas de 220 para 320 alunos²⁸⁸ (Fig. 68).

O edifício projetado pelo arquiteto Hélio Nunes Wagner²⁸⁹ conta com sete pavimentos, tendo seu acesso pela Avenida Oswaldo Aranha.

A volumetria é composta por duas barras interligadas por um volume central. A barra frontal desenvolve ao longo da Avenida Oswaldo Aranha, com recuo, e possui perfil côncavo; a barra voltada para o interior do quarteirão se apresenta um pouco inclinada em relação à frontal, seguindo o alinhamento de um edifício existente no local; já o volume de conexão possui geometria

²⁸⁵ TONIOLI, 2014, op. cit., p.170.

²⁸⁶ Idem, p.172.

²⁸⁷ Idem, p.174.

²⁸⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1964, op. cit., p.84.

²⁸⁹ TONIOLI, 2014, op. cit., p.134.

irregular, fazendo o ajuste entre as diferentes geometrias e inclinações das barras.²⁹⁰

O Colégio de Aplicação (atual Faculdade de Educação) foi a última edificação construída, no Campus Centro, no período da arquitetura moderna (Fig. 63). Criado no âmbito da Faculdade de Filosofia, o Colégio “servia à prática docente de alunos do curso de didática e ao aperfeiçoamento pedagógico de professôres de ensino secundário e normal”²⁹¹. As obras de sua sede iniciaram-se ainda na gestão de Paglioli, em 1960, encerrando-se na gestão do seu sucessor, José Franco Milano, em 1964.

Projetado pela arquiteta Arlette Schneider, o edifício apresenta volumetria composta por dois blocos dispostos em cruz, de forma assimétrica: uma barra, prevista para abrigar as salas, é transpassada por um volume mais alto, correspondente aos espaços de hall, circulação vertical, sanitários e demais infraestruturas, dividindo a barra em duas alas sem conexão direta. O térreo foi concebido com pilotis na projeção da barra, mantendo o volume transversal com fechamento, medida que acentua formalmente a composição dos volumes. O acesso foi previsto por dois pontos, através da área de pilotis. No térreo, além de portaria, hall e circulação vertical, estão o diretório acadêmico e o bar.²⁹²

A construção do edifício esteve envolvida em uma disputa com a prefeitura que planejava passar a futura perimetral no miolo do segundo quarteirão. Após o término da construção da Faculdade de Arquitetura, a questão relativa à passagem da perimetral pela Rua Sarmiento Leite e sobre o terreno da referida faculdade, parcialmente superada antes do início das obras, voltou à tona. Segundo Paglioli,

O problema da Avenida Perimetral ficou de pé. Ao nosso ver, o traçado visava à Universidade, pois poderia ter sido delineado de outra forma, talvez em melhores condições. Essa Avenida faz um ângulo frente ao Instituto de Educação, para inflectir-se sobre a Faculdade de Arquitetura. Outro argumento é o de que – depois que foi construído o prédio da Arquitetura – à Universidade foi apresentado um novo traçado, este passando agora pelo centro do quarteirão e não mais sobre a Faculdade. Como pretendia construir no quarteirão com aprêço, ainda um outro traçado, surgiu, desta vez, incidente sobre as novas tentativas da Universidade, de ali construir mais prédios.²⁹³

²⁹⁰ TONIOLI, 2014, op. cit., p.134.

²⁹¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1964, op. cit., p.109.

²⁹² TONIOLI, 2014, op. cit., p.185-186.

²⁹³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1964, op. cit., p.124-125.

Sabendo das intenções da Prefeitura, a administração da Universidade se antecipou e implantou o edifício do Colégio de Aplicação sobre o traçado da Avenida Perimetral inviabilizando a passagem da via pela área²⁹⁴.

Localizado no miolo do segundo quarteirão, o edifício de 9 pavimentos foi construído para abrigar o Colégio de Aplicação que carecia de instalações adequadas, uma vez que realizava suas atividades em pavilhões de madeira, em caráter provisório. Além do Colégio, o prédio também abrigaria o Centro Regional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o qual firmou convênio com a Universidade e colaborou financeiramente para as despesas de construção²⁹⁵.

Ainda durante a gestão de Paglioli, a Universidade adquiriu uma área limítrofe às terras existentes na Faculdade de Agronomia e Veterinária, junto ao Morro Santana. Somadas, as duas áreas somavam 800 hectares. Com a conclusão da etapa de desapropriação, foi constituída uma comissão para avaliação do local. A comissão era composta pelo Ministro Simões Filho, o engenheiro Horta Barbosa e o engenheiro Mario Faveret, e outros. Todos consideraram o local adequado para a instalação da Cidade Universitária. Foi então formado um grupo técnico de arquitetos encarregados do plano-piloto da Cidade Universitária. Em sua primeira vista a área o grupo entendeu “ser excelente o local, pelo clima salubre e pela beleza panorâmica”²⁹⁶. Segundo Paglioli, “o primeiro plano-piloto foi feito sôbre o planalto dêsse Morro, o segundo no vale da Faculdade de Agronomia e Veterinária, e agora cogita-se de um terceiro no atêrro da Avenida Beira-Rio”²⁹⁷.

Os planos para construção da Cidade Universitária colocaram em dúvida os investimentos realizados na expansão da Universidade na área central da Capital. Questionamentos a respeito do que seria feito com os prédios existentes e os recém-construídos, em caso de uma possível mudança para uma nova área eram comuns. Em resposta, Paglioli argumentou:

Não desejamos que gerações de 10 ou 15 anos fiquem sem escola. Melhor ter uma faculdade aceitável agora do que um palácio para um futuro remoto. As universidades brasileiras que se decidiram pela cidade universitária ainda

²⁹⁴ TONIOLI, 2014, op. cit., p.84.

²⁹⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1964, op. cit., p.110-111.

²⁹⁶ Idem, p.27.

²⁹⁷ Idem, p.28.

estão na mesma situação de precariedade. Assim acontece no Rio e Recife que há quase 30 anos aguardam sua Cidade Universitária.²⁹⁸

À época, cogitou-se a possibilidade de as edificações existentes serem transformadas em um centro cívico para o Estado, no entanto, a possibilidade foi rechaçada, uma vez que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, encontravam-se sediados em três palácios novos na Praça da Matriz. Paglioli condenou a hipótese de destruir as escolas para adaptá-las a repartições públicas, e indicou que o destino correto seria o aproveitamento dos edifícios para um grande centro colegial:

Prédios escolares não devem ser destinados a repartições públicas, mas somente a escolas. [...] Salas de aula, anfiteatros, laboratórios e demais especificações escolares deverão ser excelentemente aproveitados para ensino colegial objetivo e eficiente.²⁹⁹

Relativo à vida cultural e educativa da Universidade, foram criados diversos institutos de pesquisa e setores de divulgação das ciências e das artes, transcritos na seguinte relação: Radiodifusão, Teatro e Escola Dramática, Cinema Educativo, Orquestra Sinfônica, Coral Universitário, Colégio de Aplicação, Curso de Urbanismo, Escola de Geologia, Fac. de Medicina de Santa Maria, Escola de Biblioteconomia, Instituto de Ciências Naturais, Instituto de Fisiologia, Instituto de Microbiologia, Instituto de Pesquisas Hidráulicas, Instituto de Física, Instituto de Matemática, Instituto de Filosofia, Instituto de Sociologia e Política, Escola de Auxiliares de Enfermagem, Instituto de Administração, Centro de Pesquisas Econômicas, Instituto de Biofísica, Instituto de Bioquímica, Instituto de Pesquisas Forrageiras, Instituto de Tecnologia Alimentar e Centro de Pesquisas Oceanográficas.³⁰⁰

Além de agregar e qualificar o espaço físico da Universidade com novas salas de aula, laboratórios, bibliotecas, e anfiteatros, os prédios construídos no período da arquitetura moderna proporcionaram ainda, melhores condições administrativas, melhor aproveitamento da vida acadêmica (através da construção da nova sede social e centros acadêmicos), além de aumentar a assistência ao estudante, ao funcionário e ao professor (através da construção de restaurantes universitários e alojamentos). Todas essas, metas da gestão de Paglioli³⁰¹.

²⁹⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1964, op. cit., p.29.

²⁹⁹ Idem, ibidem.

³⁰⁰ Idem, p.367.

³⁰¹ Idem, p.20.

Os edifícios construídos nessa gestão possuem características da arquitetura moderna. Atributos como o uso de fachadas envidraçadas, proteção solar com brises fixos ou móveis, pavimento tipo, planta livre e térreo sob pilotis são comuns nas edificações da fase moderna. Fatores como o sistema construtivo utilizado nas edificações (concreto armado), a crescente necessidade de espaço físico e a pouca disponibilidade de área para expansão, possibilitavam e demandavam soluções diferentes das utilizadas nos prédios da primeira fase (1898-1928), resultando na construção de edificações de maior altura, com implantação mais solta, ocupando inclusive o miolo do quarteirão, algumas vezes mantendo a permeabilidade do pavimento térreo³⁰².

Em 1964, José Carlos Fonseca Milano³⁰³ assumia a reitoria da Universidade após Paglioli demitir-se por considerar-se identificado com o regime deposto pelo golpe civil-militar do mesmo ano³⁰⁴. Em sua gestão foi formada a Comissão de Planejamento incumbida da elaboração de um planejamento global para a Universidade. Composta pelos professores Luiz Pilla, José Truda Palazzo, Francisco José Simch Júnior, Eduardo Faracco e Ivo Wolf – os dois últimos se tornariam reitores da Universidade em 1968/72 e 1972/76, respectivamente – a comissão fixou definitivamente o Vale da Agronomia como sede do novo campus da UFRGS³⁰⁵. Ainda durante essa gestão, foi construído o Observatório Astronômico no Morro Santana³⁰⁶.

Mais uma vez, a Universidade acompanhava o crescimento de Porto Alegre que com o aumento de sua população, se adensava e se verticalizava nas áreas centrais, além de se espalhar para zonas periféricas.

³⁰² TONIOLI, 2014, op. cit., p.80.

³⁰³ José Carlos Fonseca Milano foi reitor da UFRGS entre 18.05.1964 e 17.05.1968. Foi também professor da Faculdade de Medicina.

³⁰⁴ A trajetória política de João Goulart > Eliseu Paglioli. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/eliseu_paglioli. Acesso em: 23 de julho de 2019.

³⁰⁵ Através da Decisão 52/65 de 30/06/1965. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>. Acesso em: 23 de julho de 2019.

³⁰⁶ PESAVENTO, 2004, op. cit., p.69.

3.2 De acervo a patrimônio

A partir do Golpe Civil-Militar de 1964 e posterior recrudescimento do regime pós AI-5³⁰⁷ em 1968, a Universidade passou por profundas modificações que influenciaram diretamente os rumos da Instituição, desde a sua organização administrativa, seu espaço físico constituído, até a forma de se relaciona com seu acervo edificado. Acontecimentos como a Reforma Universitária (instalada a partir da década de 1970), a construção do Campus do Vale e a mudança de diversas unidades do Campus Centro para o novo campus, além da questão dos espaços ociosos deixados pela mudança, acabaram por modificar a forma com que a UFRGS percebia seu patrimônio. Deste modo, iniciou-se um processo que possibilitou que o acervo edificado da UFRGS, especialmente no Campus Centro, fosse elevado à categoria de patrimônio, adquirindo a dimensão que lhe é atribuída na atualidade.

Em 1968, o governo militar deu o primeiro passo para a reforma do ensino superior no país. A Lei 5.540 fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior nas universidades brasileiras, tendo como princípio básico a formação de institutos centrais e a departamentalização, instituindo um modelo organizacional único para todas as universidades brasileiras, públicas ou privadas³⁰⁸. Segundo o MEC, a lei visava assegurar autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira às universidades, representando um grande avanço na educação brasileira³⁰⁹.

Em 1968, Eduardo Faraco³¹⁰ assumiu a reitoria com a incumbência de preparar a Universidade para a Reforma. Faraco então criou o Conselho de Planejamento e

³⁰⁷ O Ato Institucional nº5 (AI-5) é entendido como o marco que inaugurou o período mais sombrio da ditadura. Dotado de doze artigos, o documento trouxe mudanças radicais para o Brasil. Dentre elas a proibição da garantia de habeas corpus para crimes políticos, o fechamento do Congresso Nacional, autorização para o presidente decretar estado de sítio por tempo indeterminado, demitir pessoal do serviço público, cassar mandatos, confiscar bens privados e intervir em todos os estados e municípios. Após sua instauração, a tortura e censura aos meios de comunicação tornaram-se práticas comuns durante o período da ditadura civil-militar (ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 23 de julho de 2019).

³⁰⁸ PESAVENTO, 2004, op. cit., p.68.

³⁰⁹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portal do MEC: História. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/institucional>. Acesso em: 23 de julho de 2019.

³¹⁰ Eduardo Zaccaro Faraco foi reitor da UFRGS entre 24.05.1968 e 23.05.1972. Foi também professor da Faculdade de Medicina.

Desenvolvimento encarregado da elaboração do Estatuto da Universidade e do Regimento Geral, já de acordo com a nova legislação sobre o ensino superior³¹¹.

Iniciou-se o quadriênio do mandato sob o influxo da reestruturação das Universidades, ditada pela legislação surgida após 1964, com a disposição de conferir nova estrutura e racionalidade de funcionamento às instituições de ensino superior, permeadas por características que já não se ajustavam às exigências do momento e se opunham à mobilização para o grande esforço de reconstrução e desenvolvimento nacionais.³¹²

A elaboração do novo Estatuto, de acordo com a nova legislação (Leis 5539 e 5540, de novembro de 1968, bem como os Decretos-Leis 464, 465, 467, de fevereiro de 1969) produziu profundas modificações na Universidade.

Enquanto os Decretos-Leis 53 e 252, de 1966 e 1967, inspiradores do Plano de Reestruturação, dispõem essencialmente sobre a criação dos Departamentos e dos Institutos Centrais, a nova Legislação introduz a noção sistêmica da estrutura universitária, isto é, a definitiva consagração do princípio de unidade de comando e da coordenação centralizada no plano da política de ação da Universidade, em oposição às concepções que convertiam a Universidade em federação de escolas e faculdades, não raro dissociadas e antitéticas.³¹³

Coube a Comissão de Planejamento (criada na gestão de José Milano) desenvolver os estudos necessários para renovar a organização da Universidade, ajustando-se aos novos dispositivos legais. Para tanto organizou o Plano de Reestruturação da Universidade “prescrevendo as medidas e providências a desenvolver para fazer a reforma estrutural da Universidade e daí para a reforma administrativa, didática, até os mecanismos da sua implantação”³¹⁴.

Em julho de 1970, com o novo Estatuto definindo as linhas da nova Universidade e do Regimento Geral - propiciando-lhe as regras de funcionamento - a Universidade dispunha dos instrumentos necessários para iniciar a fase de implementação da nova estrutura e comportamento universitário³¹⁵. Contudo, a gestão constatou que a reforma exigiria recursos que não poderiam ser fornecidos dentro do

³¹¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório 1969**: gestão reitor Prof. Eduardo Z. Faraco. Porto Alegre: URGs, 1969, p.8.

³¹² UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da Gestão da Eduardo Faraco: 1968-1972**. Porto Alegre: Edições URGs, 1972, p.7.

³¹³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1972, op. cit., p.8.

³¹⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1969, op. cit., p.21.

³¹⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1972, op. cit., p.8-9.

orçamento normal do País e que um financiamento, no Brasil ou no exterior, seria a saída para conseguir os recursos necessários.

Era iminente a necessidade de expansão, somada a de integração física em um só campus compacto, projetado em função desta nova concepção de universidade³¹⁶. Para tanto, era necessária a elaboração de projetos adequados. Fora contratada então a firma consultora ASPLAN S. A, Assessoria em Planejamento, para elaboração de projetos que habilitassem a Universidade a participar desses financiamentos. No ano anterior, 1968, a Universidade já havia perdido a oportunidade de participar de “excelente financiamento”³¹⁷ que fora concedido a oito universidades brasileiras, entre elas a do Rio de Janeiro, da Bahia, de São Paulo e do Ceará. Tal aporte financeiro proporcionou que essas instituições realizassem investimentos substanciais em construções e equipamentos, colocando-as em condições para a implantação da Reforma³¹⁸.

Na iminência da construção de um novo campus e posterior mudança, em face da Reforma Universitária, o investimento na infraestrutura atual era tímido, limitando-se à finalização de obras em andamento e recuperação de prédios em mau estado. Para Faraco “de nada valeria investir desordenadamente, sem um planejamento global, para construir ou ampliar espaços destinados a unidades que amanhã, em face da reestruturação universitária, teriam de ser abandonados ou readaptados para outras finalidades”³¹⁹.

A Universidade enfrentava problemas de espaço físico que tenderiam a agravar-se em um futuro imediato. Um desses problemas (ainda existente atualmente) ocorria quando um mesmo edifício apresentava um quadro de superlotação em um turno, acompanhado de subocupação em outro, exigindo uma redistribuição equilibrada das taxas de ocupação de edifícios e salas. Segundo o relatório³²⁰ de gestão de Faraco, problemas atribuídos a “resíduos burocráticos e psicológicos de uma Universidade dividida”³²¹, os quais imaginava-se que seriam superados com a instituição da Universidade-Sistema, “onde recursos e instalações flexíveis e

³¹⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1977, op. cit., p.68.

³¹⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1969, op. cit., p.22.

³¹⁸ Idem, p.22-24.

³¹⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1969, op. cit., p.14.

³²⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1972, op. cit.

³²¹ Idem, p.17.

globalmente utilizados, sem discriminação de posse setorial que obstaculizam sua plena mobilização”³²². Para Faraco,

[...] a sub-divisão da Universidade em unidades não reflete mais, fielmente a essência de seu novo funcionamento e constitui, antes, uma concessão ao tradicional, que não pode mais ser invocada como fundamento para a distribuição física das instalações.³²³

No entanto, ainda neste relatório, Faraco faz considerações acerca de recentes críticas e revisões à ideia de Campus compacto:

Autoridades de renome sustentam que o confinamento físico da educação superior gera insalubridade social onde, a par dos efeitos alienadores em relação à comunidade, aditam-se problemas sociais e psicológicos que põem sob caução a experiência. Talvez o inevitável compasso de espera que a própria reestruturação acadêmica introduziu quanto à expansão física, tenha trazido o benefício de oferecer nova oportunidade ao exame sobre a política mais adequada para solucionar os problemas criados pelo crescimento da Universidade.³²⁴

Tendo em vista as colocações do Reitor, deu-se seguimento ao planejamento do novo campus. Em dezembro de 1970 é então enviado ao Ministério da Educação um anteprojeto do Campus Universitário. Elaborado por uma empresa de consultoria em parceria com a Comissão do Campus e com o Setor Físico e Territorial do COPLAD, que a substituiu, o anteprojeto incorporou as seguintes diretrizes sobre a estruturação física da Universidade: institutos centrais com franca e imediata interligação espacial, construindo efetivamente o núcleo central da Universidade; departamentos de formação com relação direta com os Departamentos básicos; os centros de convergência (CPD e Biblioteca) radialmente opostos em relação ao conjunto, facilitando o acesso de qualquer parte do campus; Reitoria, Aula Magna e os Serviços Gerais devem ficar próximos das unidades acadêmicas e com fácil acesso para o exterior; construções moduláveis e flexíveis quanto a sua utilização, sendo suscetíveis a realização por etapas; a circulação de pedestres deve ficar separada dos veículos, a primeira no centro e a segunda na periferia³²⁵. Com o anteprojeto submetido e apreciado pelo MEC, ainda no final da gestão de Faraco a UFRGS foi

³²² Idem, p.22.

³²³ Idem, p.18.

³²⁴ Idem, ibidem.

³²⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1972, op. cit., p.17-23.

integrada ao elenco de instituições participantes do *Projeto 9 Prioritário*, programa para implantação de campi universitários brasileiros³²⁶.

Em 1972, Ivo Wolf³²⁷ tomou posse e elegeu como foco de sua gestão a reforma da Universidade Brasileira: a Universidade-Sistema em face da anterior Federação de Unidades Autônomas³²⁸. Pretendia-se, com a Reforma, uma administração acadêmica centralizada, responsável pelo planejamento acadêmico de toda a Universidade, antes descentralizado e competência exclusiva de cada unidade acadêmica³²⁹.

Uma das primeiras ações de Wolf foi a instalação do Escritório Técnico do Campus, vinculado à Secretaria Geral de Planejamento, que passou a centralizar os trabalhos de projetos e de novas construções da Universidade³³⁰. Ao justificar a necessidade de um novo campus, Wolf analisou as limitações impostas pelas condições do Campus Centro à época:

São bem conhecidas de todos as limitações trazidas à implantação da reforma pela dispersão, insuficiência e obsolescência dos prédios de que dispõe a Universidade. Nos últimos anos a situação se agravou em face do Plano Viário da Municipalidade, quer pela planejada travessia da Avenida Perimetral através do quarteirão central, quer em razão da poluição sonora e da trepidação a que estão sendo submetidos, sem exceção, todos os prédios situados no centro da cidade.³³¹

O traçado da referida perimetral, projetada no Plano Diretor de 1959, foi motivo de disputa entre a Universidade e Prefeitura durante quase quinze anos, até que o projeto foi finalmente alterado contornando os quarteirões do Campus Centro. Complementarmnente seria ainda construído um viaduto ao longo da João Pessoa, preservando a integridade dos edifícios do referido campus. O espaço reservado à Cidade Universitária localizado no “aterro da Avenida Beira-Rio” seria então ocupado

³²⁶ Idem, p.23.

³²⁷ Ivo Wolff foi reitor da UFRGS entre 29.05.1972 e 28.05.1976. Foi também vice-reitor na gestão do seu antecessor, Eduardo Faraco (1968-1972) e professor da Escola de Engenharia.

³²⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Quatro anos de administração universitária**: a consolidação da reforma: relatório da gestão Ivo Wolf: 1972/76. Porto Alegre: UFRGS, 1976, p.7.

³²⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1976, op. cit., p.8.

³³⁰ Idem, p.10.

³³¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1976, op. cit., p.61.

pelo Parque harmonia, e por edifícios administrativos da municipalidade e do Estado³³².

Como vimos anteriormente, em 1971, a UFRGS figurava em uma lista com cinco universidades assinaladas como prioritárias para construção de um novo campus. No ano de 1973, voltou a ser considerada prioritária, desta vez, junto com outras dezessete universidades. No entanto, a questão do novo campus se arrastava há décadas sem uma definição. Em 1974, após uma visita de autoridades do MEC à UFRGS, juntamente com o Ministro da Educação Ney Braga, começaram a se delinear medidas para solução do “crônico problema”³³³. No ano seguinte, Braga relatou ao Ministro do Planejamento o problema de espaço físico constatado em sua visita à UFRGS. Na carta, o ministro mencionou a “inadequação dos prédios existentes à configuração da Universidade-Sistema da Reforma, quer pela construção antiga dos mesmos, quer pela sua concepção em base na Universidade-Federação”³³⁴.

Em 1975 a Universidade encaminhou ao Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações do Ensino Superior (PREMESU/DAU/MEC) o “Estudo de Implantação do Campus do Vale da Agronomia” e, posteriormente, assinou o convênio para construção do novo Campus, com recursos (FNDE e PREMESU) de 77 milhões de cruzeiros previstos, complementados até pouco mais de 460 milhões, com verbas provenientes do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) e de alienação de imóveis da Universidade³³⁵.

Coube então ao Escritório Técnico do Campus a elaboração do projeto do novo campus. As prioridades do projeto eram divididas entre dois setores de interesse. O primeiro setor compreendia: o Instituto de Ciências e Tecnologia dos Alimentos; o Primeiro Ciclo e a Área de Remanejamento; o Instituto de Biociências; o Instituto de Química; o Instituto de Física; o Instituto de Geociências; o Instituto de Matemática; a Escola de Engenharia; o Centro de Processamento de Dados; o Restaurante; e a Biblioteca

³³² FIGUEIREDO, Rita Maria Mendonça. Praia de Belas, o Campus da UFRGS que nunca existiu. In: FIALHO, Daniela Marzola; SANTOS, Nádia Maria Weber; MONTEIRO, Charles (Orgs). **Anais do 1º Colóquio Internacional de História Cultural da Cidade - Sandra Jatohy Pesavento**. 1ª Ed., p.764-774. Porto Alegre: Marca Visual, PROPUR & GT História Cultural/RS, 2015, p.772. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/53CDRitaMariaMendoncadeFigueiredo.pdf>. Acesso em 14 de junho de 2019.

³³³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1976, op. cit., p.61.

³³⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1977, op. cit., p.68.

³³⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1976, op. cit., p.61-62.

Central. O segundo setor englobava: a Faculdade de Arquitetura; a Faculdade de Ciências Econômicas; a Faculdade de Direito; a Faculdade de Educação; a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação; o Instituto de Artes; o Instituto de Letras; o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; e a Reitoria³³⁶.

Como diretrizes gerais de projeto o novo campus tinha: um dimensionamento para atender uma população de 24 mil alunos; a racionalização padronização e modulação dos espaços, focado na especialização de funções (ensino, pesquisa, extensão, administração e etc.), além de facilitar processos futuros de expansão; uma distribuição espacial dos departamentos visando facilitar o relacionamento entre eles, reduzindo assim os custos com deslocamento do corpo docente e discente; a máxima preservação ecológica da área onde seria implantado³³⁷.

A partir destas diretrizes, conceberam-se blocos de dois pavimentos, com uma área aproximada de dois mil metros quadrados, interligados por circulações cobertas. Tanto quanto possível, cada bloco terá destinação especializada (salas de aula, gabinetes de professores, laboratórios, etc.).³³⁸

No novo campus as obras avançavam rapidamente. À época, a previsão era de conclusão de 9000 metros quadrados até o final de 1976, área que permitiriam alojar um total de 2500 alunos³³⁹. No Campus Centro a manutenção do patrimônio existente se apresentava como um grande desafio, seja pela idade das suas edificações, seja pela situação financeira da Universidade:

A manutenção e conservação de um patrimônio de mais de 180 mil metros quadrados de área construída apresentou à Administração diversos desafios. De um lado, a antiguidade dos prédios e, na maioria dos casos, sua inadequação aos usos atuais em face a sobrecargas de toda a espécie, no que concerne às instalações e à própria estrutura; de outro lado, a carência de recursos orçamentários para o atendimento das necessidades mínimas de conservação. [...] Desta forma, os serviços que puderam ser prestados quase sempre foram de natureza corretiva, relegando-se a um segundo plano, por insuficiência de meios, a manutenção preventiva. Esta, por sua vez, somente pôde ser desenvolvida onde se tornava imprescindível (elevadores, transformadores, condicionamento de ar e centrais telefônicas).³⁴⁰

³³⁶ Idem, p.62.

³³⁷ Idem, p.62-63.

³³⁸ Idem, p.63.

³³⁹ Idem, p.64.

³⁴⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1976, op. cit., p.70-71.

Em 1976, uma das primeiras ações do recém empossado reitor Só Jobim³⁴¹ foi a atualização do Estatuto e Regimento Geral da Universidade, visando a reestruturação da administração central. O projeto propunha a substituição das duas superintendências existentes (Administração e Ensino), criadas na gestão de Eduardo Faraco quando da implantação da Reforma Universitária, por seis pró-reitorias. As Pró-reitorias de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, e de Extensão ficando responsáveis pelas atividades-fim da Universidade, e as Pró-reitorias de Planejamento, de Assistência à Comunidade Universitária e de Administração, estas responsáveis pelas atividades-meio. A intenção com essas mudanças era de dotar “a administração central de maior agilidade, eficiência e criatividade no desempenho de suas diversificadas e complexas tarefas e atribuições”.³⁴²

Tendo a construção do novo campus como meta prioritária da sua administração, Só Jobim delegou esta tarefa ao Escritório Técnico do Campus³⁴³ que após a atualização do Estatuto e Regimento Geral ficou subordinado Pró-reitoria de Planejamento³⁴⁴. De acordo com as Diretrizes Gerais e Prioridades para o triênio 1979/1981, transcritas a seguir, o novo campus foi concebido numa perspectiva que transcendia a uma simples edificação de prédios:

Deveremos, nos próximos anos, construir a nova Universidade, equipá-la, operar a transferência física de suas instalações e atividades, sem comprometer a continuidade de seu funcionamento. [...] A construção do Novo Campus não se resume na edificação de prédios. [...] Teremos a oportunidade, que a poucas universidades foi dada, de repensar nossa experiência e projetar a concepção de uma Universidade que melhor realize seus objetivos e funções sociais. [...] Para tanto, de todos nós que constituímos a Comunidade universitária, será exigida uma mudança de mentalidade que nos habilite a enfrentar adequadamente os desafios da nova situação. Deveremos ter a capacidade de repensar nosso funcionamento, com ousadia e criatividade, tanto nas atividades-fim como nas atividades-meio; teremos que abandonar rotinas consagradas pelo tempo por novas formas de operação; precisaremos libertar nossa imaginação do contexto espacial em que estamos habituados a funcionar, para projetarmos as mesmas funções em novos espaços; [...] a responsabilidade de implantação ao Novo Campus significa, fundamentalmente, construir estruturas físicas e

³⁴¹ Homero Só Jobim foi reitor da UFRGS de 24.06.1976 a 23.06.1980. Foi também vice-reitor na gestão de Ivo Wolf (1972-1976), primeiro diretor do Instituto de Microbiologia e professor da Faculdade de Medicina.

³⁴² UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório 76-80: gestão Reitor Prof. Homero Só Jobim. Porto Alegre: UFRGS, 1980, p.7.

³⁴³ Através da portaria 1251/76 foram incumbidas ao Escritório Técnico do Campus as atividades de construção, fiscalização, manutenção e conservação do novo campus (UFRGS. **Relatório 1981**: [gestão Reitor Prof. Earle Diniz Macarthy Moreira]. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 1981, p.85).

³⁴⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1980, op. cit., p.11.

organizacionais suficientemente amplas e flexíveis, que permitam à Universidade, na pluralidade que essencialmente a constitui, construir-se ao longo do tempo, aproximando-se sempre mais daquele ideal de excelência, que é o objetivo último e perene da instituição universitária.³⁴⁵

O início efetivo do funcionamento do Campus do Vale ocorreu quando da conclusão Bloco II, composto por quatro edifícios iniciados ainda na década de 50 na gestão de Elyseu Paglioli. Sua construção, temporariamente sustada, foi reformulada e replanejada na gestão de Ivo Wolf para abrigar o Escritório Técnico do Campus, o Instituto de Ciências e Tecnologia de Alimentos e o 1º Ciclo, substituído no 2º semestre de 1977 pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. No dia 1º de setembro de 1977 fora então inaugurado o Campus do Vale da UFRGS em solenidade que contou com a presença do então Ministro da Educação Ney Braga³⁴⁶.

Com aproximadamente 100.000m² de obras concluídas entre 1976 e 1980, a área construída da Universidade foi praticamente duplicada em quatro anos. Através de convênios (242 milhões) e recursos próprios (60 milhões) foram aplicados no Campus do Vale um total de 302 milhões de cruzeiros neste período. Além disso, a Universidade herdou um quadro pessoal altamente especializado, composto de vinte especialistas e sessenta e seis funcionários, sendo capaz de desenvolver todos os projetos necessários ao novo campus, além de ter prestado, mediante convênio, consultorias à Universidade Federal do Espírito Santo, à Fundação Universidade Federal do Piauí, à PREMESU e outras IES tais como a FERVI de Bento Gonçalves, a FEEVALE de Novo Hamburgo, a UFPEL de Pelotas, a FATEA de Lajeado, além de outros órgãos federais como no projeto da nova sede da DENTEL em Porto Alegre³⁴⁷.

Ainda durante a gestão de Só Jobim, foi criada a Comissão de História da Universidade, através das portarias 474/77 e 233/97, justificada pela necessidade de “documentar os fatos, realizações e vultos mais relevantes de sua história”³⁴⁸. A Comissão tem como finalidade “recolher, classificar e recuperar a documentação pertinente à origem e ao desenvolvimento da Universidade, visando a preservação de sua memória cultural, através dos tempos”³⁴⁹.

³⁴⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1980, op. cit., p.11-12.

³⁴⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1980, op. cit., p.13.

³⁴⁷ Idem, p.19-20.

³⁴⁸ Idem, p.67.

³⁴⁹ Idem, ibidem.

Para Pesavento, a complexificação que a Universidade viveu nos anos 1970 corria paralela à complexidade da vida urbana da Capital:

Porto Alegre vivenciou a “era do concreto”, com vias elevadas, túneis, viadutos, remodelação de praças, conjuntos habitacionais, expansão de vilas populares, verdadeiras microcidades. Algo um pouco monumental, que acelerou a metropolização e que descaracterizou em parte a cidade e apagou vestígios de seu passado, com perdas irreparáveis para a memória urbana. Para muitos que aqui chegassem, após uma longa ausência, viajantes no tempo e no espaço, a cidade talvez estivesse irreconhecível.³⁵⁰

A nova gestão que assumiu a Universidade em 1980 teve como Reitor o Professor Earle Diniz Macarthy Moreira³⁵¹. Uma de suas principais metas foi solução de problemas referentes ao espaço físico da Universidade que vinham afligindo as unidades universitárias ao longo dos anos. Além da conclusão das obras do Novo Campus, a administração pretendia dotar as instalações da Universidade, localizadas em seus diferentes campi, de condições físicas adequadas para a continuidade de suas atividades³⁵².

Apesar de atravessar um período considerado crítico quanto à disponibilidade de recursos, a Administração Superior da Universidade conseguiu ir além da meta inicial de apenas manter as atividades e programas conseguindo inclusive desenvolver novas atividades. Do orçamento total de mais de 54 milhões de cruzeiros, foram investidos em reformas e adaptações de prédios existentes da Universidade um montante de quase 8 milhões, aproximadamente 15% do total. Estas benfeitorias consistiram, por exemplo, na adaptação de salas de aula em laboratórios ou mesmo a conclusão de obras inacabadas. A título de comparação, no Novo Campus foi investido quase o dobro deste valor, chegando a 27% do total, sendo que neste montante não estavam incluídos os valores de construção do Campus do Vale³⁵³.

Destaca-se, em 1980, o chamado Plano de Urbanização do 2º Quarteirão Universitário, consequência da nova dinâmica das Pró-Reitorias de Planejamento e de Administração. Tal plano tinha o objetivo de “racionalizar o tráfego e estacionamento de veículos no referido quarteirão, de organizar os caminhos de

³⁵⁰ PESAVENTO, 2004, op. cit., p.71.

³⁵¹ Earle Diniz Macarthy Moreira foi reitor da UFRGS de 06.08.1980 a 05.08.1984. Foi também professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

³⁵² UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório 1980**: [gestão Reitor Prof. Earle Diniz Macarthy Moreira]. Porto Alegre: Gráfica da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1980a, p.11.

³⁵³ Idem, p.48-50.

pedestres, de melhorar o aspecto paisagístico do conjunto, bem como as condições de pavimentação, ajardinamento e iluminação³⁵⁴. Neste mesmo ano, foram feitas ações de regularização do patrimônio imobiliário da UFRGS. Neste projeto prosseguiu-se na tarefa de atualizar os registros dos imóveis pertencentes à Universidade, nenhum deles localizados no Campus Centro³⁵⁵.

Em 1981, a administração dedicou especial atenção à melhoria das instalações da Universidade, com ênfase nas questões relativas ao espaço físico. Como destaque, está a transferência do Instituto de Química para o Campus do Vale, liberando o espaço ocupado no seu antigo prédio para outros setores carentes, não requerendo maiores instalações especiais. Houve ainda a continuidade da urbanização do segundo quarteirão do Campus Centro, iniciada em 1980 e acelerada em 1981³⁵⁶. Somente em 1982 com a colocação de luminárias, pavimentação asfáltica de superfície, paralelepípedos, laje de grês e enleivamento, concluíram-se as obras de urbanização do primeiro e segundo quarteirões do Campus Centro³⁵⁷.

Em um período considerado de escassez de recursos a PROPLAN criou o Programa de Investimentos com o objetivo de criar, estimular e expandir atividades e projetos considerados prioritários e que exigiam investimentos de grande volume. Este programa de investimentos conseguiu injetar um total de 13 milhões de cruzeiros no projeto de urbanização do Campus Centro³⁵⁸. Além da urbanização, o Campus centro recebeu obras e serviços de manutenção, conservação, ampliação e adaptação nas edificações existentes. Quanto a Urbanização dos quarteirões do Campus Centro, a obra abrangeu uma área de 36.600m², contando com pavimentação, reforço da iluminação externa e a instalação de cinco guaritas de fibra de vidro com as respectivas cancelas nos locais de entrada e saída de veículos³⁵⁹.

Em relação ao discurso institucional, nota-se que, diferentemente do que a pesquisa observou nos relatórios de gestões anteriores, a narrativa acerca da construção do novo campus e as motivações por trás de tal obra na gestão de Earle

³⁵⁴ Idem, p.54.

³⁵⁵ Idem, ibidem.

³⁵⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1981, op. cit., p.13.

³⁵⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório 1982:** [gestão Reitor Prof. Earle Diniz Macarthy Moreira]. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 1982.

³⁵⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1981, op. cit., p.63.

³⁵⁹ Idem, p.71-73.

Moreira, não eram mais acompanhadas por um discurso depreciativo em relação ao Campus Centro:

Um dos projetos de grande porte no qual vem se empenhando, nos últimos anos, a UFRGS, é a construção e transferência de instalações para seu novo Campus, o denominado Campus do Vale.

Inaugurado em setembro de 1977, o Campus do Vale objetiva proporcionar condições mais adequadas do que as atuais à realização do ensino, pesquisa e extensão. As novas instalações, ora em construção, estão localizadas cerca de 10 quilômetros do centro de Porto Alegre, no chamado Vale da Agronomia, em gleba de terras com 653 hectares. O Plano Diretor, baseado na concepção sistêmica trazida pela Reforma Universitária, atenderá a uma população discente máxima de 25 mil alunos, com 4 mil professores envolvidos em ensino, pesquisa e extensão, e 3.500 servidores. Ao todo serão construídos mais de 190.000 metros quadrados.³⁶⁰

Apresentando dificuldades já no final da gestão de Homero Jobim, o plano diretor original do Campus do Vale sofreu alterações. Fatores como a inflação e a restrição de investimentos, levaram ao reestudo tanto dos pressupostos norteadores do projeto, quanto ao modo adotado de condução de obras por empreitada global. Além disso, valores nominais de reajuste inferiores aos valores reais vinham colocando em risco a capacidade financeira das empresas contratadas. Devido à carência de recursos financeiros, a administração adotou como solução a alienação bens imóveis da Universidade. Além disso, partiu-se para a administração direta de obras, visando à redução de despesas³⁶¹.

Em 1983 o Plano Diretor do Campus do Vale foi reformulado novamente pelo Setor de Projetos do Escritório Técnico do Campus. Tal reformulação compreendeu alterações no sistema viário, criação de estacionamentos junto aos blocos, redefinição da localização do Instituto de Biociências, ocupação definitiva do bloco I e ainda um estudo do Parque Esportivo³⁶².

Reitor da Universidade entre 1984 e 1988, Francisco Ferraz³⁶³ foi responsável pela condução da Instituição na transição entre a ditadura civil-militar e a

³⁶⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1981, op. cit., p.85.

³⁶¹ Idem, p.86-87.

³⁶² UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1983, op. cit., p.95.

³⁶³ Reitor da UFRGS entre os anos de 1984 e 1988, Francisco Ferraz comandou a Universidade no período de transição entre a ditadura civil-militar e a redemocratização. Ferraz é formado em Direito pela UFRGS e pós-graduado em Ciência Política pela Universidade de Princeton nos EUA. Como professor de Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi criador e coordenador do Mestrado em Ciência Política da UFRGS (1971 a 1976). Em 2002 criou o sítio virtual "Política para Políticos", destinado à classe política e a cientistas políticos.

redemocratização. Sua gestão foi marcada pela proposta de reconstrução da Universidade por inteiro, integrada com os diferentes segmentos da comunidade universitária. Ferraz foi o reitor mais jovem da história da Universidade, assumindo o comando da Instituição em 17 de agosto de 1984, aos 43 anos de idade.

Com uma vasta experiência através de uma longa jornada em diversos cargos importantes dentro e fora da Universidade, participando das gestões dos reitores Homero Só Jobim (1976-1980) e Earle Macarthy Moreira (1980-1984), o novo Reitor acumulou a experiência necessária que a função exigia. Afundado em uma profunda crise econômica e política, após vinte e um anos de ditadura civil-militar, o país enfrentava um penoso processo de redemocratização após as “Diretas Já”³⁶⁴, no qual as universidades brasileiras, como um todo, desempenharam um importante papel.

Como vimos anteriormente, a Universidade tinha acabado de passar por uma grande expansão, onde diversos institutos do Campus Centro se mudaram para o moderno e recém-construído Campus do Vale. Conseqüentemente, especulava-se muito sobre o que fazer com o velho campus onde se originou a Universidade e o espaço ocioso gerado com a mudança dos institutos.

³⁶⁴ Segundo Nunes, a “Diretas Já” foi a “maior campanha popular do país desde o quererismo e provocou uma inédita união das oposições em torno de uma bandeira comum que, se conquistada, significaria o fim do regime militar” (NUNES, 2005, op. cit., p.93).

3.3 Os planos de salvaguarda e gestão

Desde a criação da Secretaria do Patrimônio Histórico (SPH) – hoje Setor de Patrimônio Histórico (SPH/SUINFRA) – o espaço da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) vive um período de “fortes incentivos à preservação do seu patrimônio edificado e ao ‘resgate’ da ‘memória’ e a ‘identidade cultural’”³⁶⁵ da Universidade.

Durante as três últimas décadas do século XX, quatro iniciativas identificadas pela pesquisa tiveram grande relevância no processo que permitiu que o acervo edificado da UFRGS, especialmente o do Campus Centro, fosse elevado à categoria de patrimônio, adquirindo a dimensão que lhe é atribuída na atualidade: a Comissão da História (1977); o Museu da Universidade (1984); o Projeto Centro Cultural (1986); e o Projeto Resgate do Patrimônio Histórico da UFRGS (1998).

O aumento da sensibilização em relação ao patrimônio da Universidade acompanhou a evolução do pensamento e da legislação acerca do tema. Segundo Meira,

Em Porto Alegre, nos anos 70, institucionalizam-se as ações de salvaguarda do patrimônio cultural da cidade, compreendendo legislações específicas, leis urbanísticas e ações gerais. As políticas públicas e a participação dos cidadãos revelaram diferentes sentidos e valores ao longo do tempo, implicando em imaginários diferenciados em relação àquilo que foi nomeado como patrimônio.³⁶⁶

A Comissão da História e o Museu da Universidade, contribuíram para a salvaguarda das memórias da Universidade. Essas ações tiveram vital importância no processo sensibilização, tanto da comunidade interna quanto externa à UFRGS, em relação ao patrimônio universitário agregado ao longo da história da Instituição.

O Projeto do Centro Cultural e o Projeto Resgate do Patrimônio Histórico da UFRGS utilizaram-se da base criada pelas iniciativas anteriores para alcançar seus objetivos. Centradas no patrimônio edificado, essas duas iniciativas investiram na relevância do conjunto urbanístico-arquitetônico da Universidade, tendo como foco principal o patrimônio edificado, sendo que a segunda ainda contou com a ação direta da comunidade através de doações oportunizadas pelas leis de incentivo à cultura.

³⁶⁵ CARVALHO, 2010, op. cit., p.6.

³⁶⁶ MEIRA, 2004, op. cit., p.9.

3.3.1 A Comissão da História da UFRGS

Nascida em 1977 a partir da consciência da necessidade de documentar os fatos, realizações e vultos mais relevantes da UFRGS “uma das mais antigas e tradicionais do país”³⁶⁷ a *Comissão da História da Universidade* foi criada através das Portarias 474/77 e 233/79. Composta por “professores de alta cultura”³⁶⁸ Comissão tinha por finalidade “recolher, classificar e recuperar a documentação e material pertinentes à origem e desenvolvimento da UFRGS”³⁶⁹.

A Comissão da História é considerada uma ação pioneira da Universidade na tentativa de preservar sua memória, dando início ao processo de valorização do seu patrimônio da Universidade através da busca por suas oringens³⁷⁰. Criada na época em que diversos cursos deixavam o velho Campus Centro, mudando-se para o recém-criado Campus do Vale, os ideais preservacionistas que norteavam suas ações são sentidos até hoje, devido o legado da contribuição da Comissão para a preservação do patrimônio universitário e de suas narrativas históricas.

A Portaria nº 233, de 1979, que regulamentou seu funcionamento, em seus artigos 3º e 4º, respectivamente, proibiu a destruição de documentos ou outros materiais de valor histórico, e conferiu a Comissão a responsabilidade de promover o tombamento e a recuperação de elementos de interesse histórico:

[...] Art. 3º - nenhum documento ou qualquer outro material de valor histórico, existente nos arquivos ou dependências das unidades universitárias, poderá ser destruído ou inutilizado, sem a prévia audiência da Comissão de História da Universidade. Art. 4º - a Comissão fica investida dos mais amplos poderes para promover o tombamento e a recuperação dos elementos que forem julgados de interesse histórico.³⁷¹

Chefiada por Dante Laytano (1977-1981 e 1985-1988) durante a maior parte de sua existência, a Comissão iniciou seus trabalhos elaborando uma monografia sobre a Universidade de Porto Alegre e divulgando fatos históricos da Instituição pelos meios de comunicação. Elaborou artigos temáticos e realizou entrevistas sobre a história da Universidade, tendo algumas delas servido de base para a publicação de

³⁶⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1980, op. cit., p.67.

³⁶⁸ Idem, ibidem.

³⁶⁹ Portaria nº 233/79, UFRGS.

³⁷⁰ CARVALHO, 2010, op. cit., p.16-17.

³⁷¹ Portaria nº223 de 1979, UFRGS.

1992, *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*³⁷². Também colaborou decisivamente para a exposição “*Implantação Física da UFRGS: Da fundação ao Campus do Vale*”, fato ressaltado no relatório de gestão do reitor Homero Só Jobim. O relatório ainda ressalta a instalação da Comissão em sala própria, o que demonstra a importância que já lhe era atribuída em 1980³⁷³.

Durante a gestão de Francisco Ferraz (1984-1988) a Comissão é transformada em Projeto Especial. Diretamente vinculados ao gabinete do reitor³⁷⁴, os *Projetos Especiais* de Ferraz eram uma estratégia administrativa que visava aumentar a horizontalidade e cooperação entre os diferentes órgãos da Universidade. Essa mudança conferiu maior destaque para a Comissão dentro da Instituição. A Comissão passou então a ocupar o espaço físico onde, posteriormente, seria instalada a SPH, no prédio do Instituto de Química.

Suas atividades mantiveram-se até 1989. Quando da sua extinção, o acervo e o programa do *Projeto Especial* foram transferidos para o Núcleo de Documentação e Memória Social³⁷⁵, coordenado por Sandra Jatahy Pesavento³⁷⁶. Essa documentação era composta por “monografias, atas, correspondência, conferências, currícula e alguma documentação referente a movimentos estudantis”³⁷⁷. A identificação e indexação desse acervo, denominado *Acervo Histórico da UFRGS* foram realizadas com a ajuda de um arquivista da equipe técnica do Núcleo, seguindo critérios previamente estabelecidos pela Comissão da História³⁷⁸.

A comissão produziu duas edições do Boletim da Comissão da História da UFRGS, nos anos de 1985 e 1986, e a Revista da Comissão da História da UFRGS, em 1987. De acordo com CARVALHO,

³⁷² CARVALHO, 2010, op. cit., p.17.

³⁷³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1980, op. cit., p.67.

³⁷⁴ FERRAZ, Francisco. Depoimentos reitores. In: OLIVEIRA, Carmem Regina; LICHT, Flavia Boni (Org.). **UFRGS 70 anos**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p.101.

³⁷⁵ Tinha como objetivos principais contribuir para o resgate e preservação da memória social da Universidade, assim como porto-alegrense e gaúcha, através de documentos, registros fotográficos e depoimentos, assim como novos temas e acervos, referentes aos “silêncios e lacunas” da memória social, buscando desta forma uma maior integração da UFRGS com a comunidade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1992. op. cit., p.45).

³⁷⁶ CARVALHO, 2010, op. cit., p.17.

³⁷⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1992. op. cit., p.49.

³⁷⁸ Idem, ibidem.

A busca pelas “origens” da UFRGS foi a tônica de boa parte dos artigos publicados pela Comissão da História, os quais discorriam sobre a fundação das Faculdades e dos Institutos pioneiros. Entretanto, seus membros insistiam que a função da Comissão não era “meramente rememorativa”, não se tratava de “um culto ao passado morto”. Logo, o “resguardo da memória da UFRGS” dependia tanto da “recuperação do passado” quanto do “registro do presente”.³⁷⁹

As ações da Comissão da História concentraram-se na preservação de documentos e elaboração de publicações sobre a história da Universidade, numa espécie de resgate das origens da instituição aliada ao registro do seu presente.

3.3.2 O Museu da UFRGS

Criado em 1984 como Projeto Especial, o Museu da Universidade surgiu no contexto das comemorações do cinquentenário da Universidade (1934-1984) e de implantação do Projeto do Centro Cultural. A primeira coordenadora do Museu foi a arquiteta Maria Helena Bered³⁸⁰, também professora da Faculdade de Arquitetura.

A partir do reconhecimento da importância dos acervos existentes na Universidade nas mais diversas áreas³⁸¹ e da autoridade científica e cultural da instituição UFRGS para obter licenças e exibir acervos de outras instituições, Ferraz situa o germen da ideia do museu universitário³⁸². Em seus primeiros anos de atividade o Museu da Universidade realizou uma sucessão de exposições que aconteciam ao longo do ano realizadas por departamentos e unidades universitárias de forma gratuita e aberta à população³⁸³.

Após a extinção dos Projetos Especiais, passou a se chamar Museu Universitário, tornando-se um centro de convergência de atividades culturais com foco na interação “com a comunidade em novas formas de educação não formal”³⁸⁴. O Museu tornou-se um espaço permanente de interação com a sociedade através da promoção de mostras, encontros científicos, oficinas de criatividade, palestras, apresentação de vídeos e exposições. A integração de atividades culturais aos

³⁷⁹ CARVALHO, 2010, op. cit., p.17.

³⁸⁰ FERRAZ, 2004, op. cit., p.101.

³⁸¹ Ferraz cita acervos de: paleontologia, mineralogia, botânica, zoologia, máquinas e equipamentos, mobiliário, livros, pinacoteca, fotografias, manuscritos, escultura, jornalismo e etc. (Idem, p.110).

³⁸² Idem, ibidem.

³⁸³ Idem, p.115.

³⁸⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1992. op. cit., p.43

eventos específicos do Museu possibilitou a comunidade usufruir mais de um bem cultural simultaneamente.

No entanto, o Museu enfrentava diversas dificuldades com relação ao seu espaço físico e equipamentos necessários ao funcionamento de suas exposições e atividades. À época instalado no prédio da Reitoria, realizava suas exposições nas áreas do segundo pavimento como a Sala Fahrion e o Salão de Festas, neste foram tomadas providências significativas para adequação do seu espaço físico, conforme o relatório de gestão da Pró-reitoria de Extensão (PROEXT) de 1988-1992³⁸⁵.

A partir de 1993, o Museu passou a fazer parte do Núcleo de Documentação e Memória Social da Universidade, coordenado pela professora Sandra Jatahy Pesavento. Seu acervo é composto por “imagens produzidas pela assessoria de imprensa da UFRGS, que constitui uma significativa coleção sobre a história da Universidade; exposições fotográficas e publicações sobre Porto Alegre e sobre o Rio Grande do Sul”³⁸⁶.

Ainda no mesmo ano, com equipe consideravelmente ampliada, o Museu encaminhou uma proposta para criação de novos museus na UFRGS ao Conselho Universitário. Para além do Museu da UFRGS, sugeriu-se a criação de um Museu de Ciência e Tecnologia e de um Museu de Memória Social³⁸⁷.

Em 2002, o Museu conquistou sua sede própria. A Secretaria do Patrimônio Histórico, através do Projeto Resgate, desenvolveu o projeto de restauro e readequação do antigo prédio de Curtumes e Tanantes, que havia sido interditado nos anos 1990. Com a mudança para a sede própria, o Museu passou a contar com um espaço adequado às funções museológicas, com reserva técnica, espaços expositivos e acessibilidade. Dois anos antes, o Museu passara por uma reestruturação e organização de um planejamento museológico coordenado pelo professor Francisco Marshall. A partir de sua reestruturação, ampliou o acervo através da incorporação de artefatos utilizados nas atividades de laboratório do antigo prédio, bem como doações de artistas e documentações do Centro Acadêmico dos Estudantes de Engenharia³⁸⁸.

³⁸⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1992. op. cit., p.43.

³⁸⁶ Museu da UFRGS, História. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/museu/museu/>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

³⁸⁷ CARVALHO, 2010, op. cit., p.24.

³⁸⁸ CARVALHO, 2010, op. cit., p.24.

Em 2009, o Museu realizou uma exposição em parceria com a Secretaria do Patrimônio Histórico. A exposição “UFRGS invisíveis lugares - serestarficar” apresentou a trajetória da Universidade através de fotografias de suas edificações³⁸⁹. Na publicação/catálogo da Exposição, André Luís Martinewski, Secretário do Patrimônio Histórico (2008-2012), descreveu o Museu da UFRGS da seguinte forma:

[...] o Museu da UFRGS se propõe a ser um Lugar de Memória, no qual lembranças individuais são resgatadas, construindo a nossa memória coletiva. Um lugar de investigação, através de pesquisas em mídia eletrônica e junto ao nosso acervo, constituído de coleções que remetem à história da UFRGS e da cidade de Porto Alegre. Um lugar de preservação porque o patrimônio material e imaterial constituem a nossa cultura. Um lugar de comunicação, pois aproximar o público do patrimônio cultural da UFRGS é sua finalidade educativa.³⁹⁰

Em 2011, foi criada a Rede de Museus e Acervos de Museológicos da UFRGS (REMAM). A iniciativa, coordenada pelo Museu da UFRGS, propõe potencializar a atuação museológica do conjunto dos segmentos envolvidos na valoração do patrimônio científico/cultural da UFRGS. Conforme o catálogo virtual da REMAM, vinte e duas instituições integravam a iniciativa em 2013³⁹¹.

Desde sua criação, as exposições do Museu da UFRGS também servem como recurso instrucional complementar para estudantes de ensino básico, além de atrair a visitação da comunidade universitária e da população em geral. Sobre as visitas escolares nos primeiros anos de funcionamento, Ferraz relatou a presença de “centenas de ônibus e milhares de alunos de nossas escolas [...]”³⁹²

Atualmente o Museu da UFRGS está ligado à Pró-Reitoria de Extensão. As linhas de atuação do Museu situam-se na Memória e Identidade da UFRGS e na cidade de Porto Alegre, através da realização de exposições temáticas ou como local de pesquisa através de seu acervo.

³⁸⁹ Curiosamente, a exposição inaugural do Museu teve como tema a criação da Universidade retratada através de uma mostra fotográfica (Idem, ibidem).

³⁹⁰ MARTINEWSKI, André Luis. Serestarficar e não parar no tempo. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Invisíveis lugares: serestarficar (catálogo da exposição organizada pelo Museu da UFRGS). Porto Alegre: UFRGS, 2009, p.11).

³⁹¹ REMAM, Rede de Museus e Acervos da UFRGS. Conhecendo os acervos e museus da UFRGS. Disponível em: <http://issuu.com/ufrgsmuseu/docs/remamcatalogo>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

³⁹² FERRAZ, 2004, op. cit., p.115.

3.3.3 O Projeto do Centro Cultural

Após sobreviver às diversas mudanças no Plano Diretor de Porto Alegre durante as primeiras oito décadas do século vinte, que impactaram diretamente no entorno do Campus Centro, e na instituição, o antigo campus central da UFRGS precisava de cuidados. Ao longo de mais de oitenta anos a situação dos chamados “Prédios Históricos” era a pior possível, pois, por mais que tivessem experimentado pequenas reformas e ampliações, ainda não haviam passado por um processo completo de restauro desde sua construção.

Partindo de uma ideia muito comum naquela época, Ferraz propôs um projeto que carregava consigo um sentido de conjunto para o Campus Central da Universidade, o Projeto do Centro Cultural. Este projeto tinha como ideia central a refuncionalização do velho Campus Central, considerado obsoleto para o uso acadêmico, transformando-o para o uso cultural, prática muito comum em projetos da mesma época.

Amplamente divulgado na mídia gaúcha na metade dos anos 1980³⁹³, o Projeto foi uma ação de readequação do Campus Central da UFRGS para entregar para a cidade de Porto Alegre, um espaço que funcionasse como centro de cultura para a cidade. Idealizador do projeto, Ferraz tinha como proposta a readequação do espaço físico do Campus Central para abrigar eventos culturais de todo o tipo, como exposições, palestras, espetáculos teatrais e musicais, criando assim um novo polo cultural para a Cidade³⁹⁴.

Dirigido de forma direta pelo reitor, foi criado a partir de diagnósticos relativos ao espaço físico da Universidade, à recuperação e destinação dos Prédios Históricos e à função cultural da universidade. Duas ações constituíam o Projeto do Centro Cultural: a Reestruturação dos Prédios Históricos e a Programação de Férias³⁹⁵.

³⁹³ Uma compilação dos recortes de jornal da época do Centro Cultural está reunida em quatro publicações chamadas: “*Programação de Férias: Documentação Imprensa / Depoimentos*”, “*Programação de Férias: Documentação Imprensa*”, “*Centro Cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Documentação Imprensa*” e “*Centro Cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Manifestações de Apoio*”.

³⁹⁴ FERRAZ, Francisco. Introdução. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto Centro Cultural**. Porto Alegre: UFRGS, 1987, n.p.

³⁹⁵ FERRAZ, 2004, op. cit., p.103.

A readequação do espaço físico no Campus do Centro previa obras de restauração dos prédios históricos considerando as diretrizes do Plano Diretor de Espaço Físico da UFRGS o qual já situava sua destinação às atividades do Centro Cultural³⁹⁶. Desta forma, o projeto do Centro Cultural:

[...] foi então concebido, contemplando a restauração tecnicamente adequada desses prédios, com a gradual eliminação dos apêndices e das “gambiarras” que os mutilavam. Previa também a eliminação de galpões e edificações provisórias - que se tornavam permanentes -, que destoavam e desvalorizavam o conjunto. Em seu lugar, o paisagismo cuidadoso tomaria forma, enobrecendo mais ainda o conjunto.³⁹⁷

Cyrillo Crestani, autor da proposta de intervenção urbanística do Projeto do Centro Cultural (Fig. 69 a Fig. 72), assim a descreve:

No primeiro quarteirão, aproveitando o posicionamento dos prédios, é criada uma praça central cuja composição aproveita as árvores ali existentes e cria planos verticais com vegetação de porte, demarcando assim espaços funcionais distintos, e dirigindo o olhar para os prédios recompostos, para os espelhos d’água ou para o monumento alusivo à fundação da Universidade. O desnível natural do terreno favorece a construção de um pequeno anfiteatro aberto. No segundo quarteirão, integrado ao primeiro por caminhos e aberturas, a composição é centralizada num lago circular de onde partem os planos verticais que formam e orientam as perspectivas para os pontos de interesse deste grande espaço. Há também áreas específicas para encontro, exposições ou apresentação de um coral ou de uma orquestra. Tudo está pensado para recriar os valores dos grandes espaços, sem perder, contudo, o senso da escala humana.³⁹⁸

A viabilização da restauração dos prédios históricos dependia de recursos financeiros que estavam sendo negados pelo MEC sob a justificativa da impossibilidade de repasse a um projeto isolado³⁹⁹. É diante dessas dificuldades que a Programação de Férias se conforma como estratégia para captar o apoio necessário. Entendeu-se que seria necessário criar fatos com grande impacto social de modo a demonstrar à sociedade “como seria a cidade com seu Centro Cultural”⁴⁰⁰.

³⁹⁶ FERRAZ, 2004, op. cit., p.105.

³⁹⁷ Idem, p.107.

³⁹⁸ CENTRO apud TONIOLI, 2014, op. cit. p.86.

³⁹⁹ FERRAZ, 2004, op. cit., p.108.

⁴⁰⁰ Idem, p.109.



Fig. 69 – Projeto Centro Cultural. Implantação geral. Fonte: UFRGS, 1987, op. cit.



Fig. 70 - Projeto Centro Cultural. Perspectiva geral. Cyrillo Severo Crestani. Fonte: UFRGS, 1987, op. cit.



Fig. 71 - Projeto Centro Cultural. Perspectiva segundo quarteirão. Cyrillo Severo Crestani. Fonte: UFRGS, 1987, op. cit.

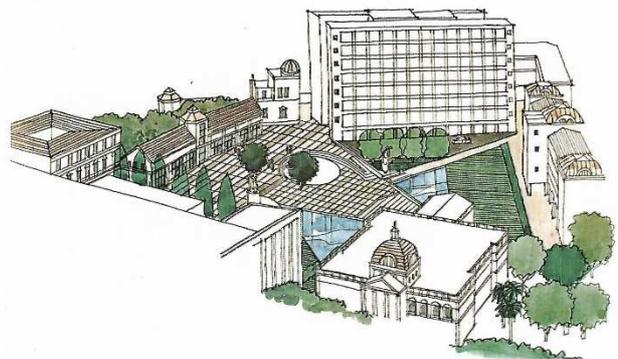


Fig. 72 - Projeto Centro Cultural. Perspectiva primeiro quarteirão. Cyrillo Severo Crestani. Fonte: UFRGS, 1987, op. cit.

Desta forma, Ferraz relata que a programação de férias ambicionava abrir a universidade à sociedade para programas culturais e educativos durante o período de férias, o que teria o efeito de mostrar a viabilidade e a necessidade social de tal Centro, sensibilizando as autoridades para o financiamento das restaurações planejadas⁴⁰¹. As programações foram realizadas em três períodos (julho de 1986, dezembro de 1986 e agosto de 1987) promovendo ampla participação da sociedade e sua integração com a universidade, demonstrando a viabilidade de um Centro Cultural e a importância de apoiar a restauração dos prédios históricos para sediar suas atividades⁴⁰².

Uma grande reformulação no Salão de Atos de Paglioli foi um legado dessa iniciativa. A visibilidade conquistada auxiliou na realização de um convênio com o governo estadual que garantiu os recursos necessários para concluir a obra⁴⁰³.

O antigo Salão, construído por Paglioli, histórica sede da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre e dos grandes eventos acadêmicos, científicos e culturais da nossa cidade, foi deixada apenas na sua “casca”. Toda a parte interna do salão foi desmanchada, escavadeiras e caminhões passaram a transitar no seu interior, enquanto se iniciava a grande obra de sua reconstrução.⁴⁰⁴

Sendo o Projeto do Centro Cultural uma iniciativa para a preservação do patrimônio cultural da Universidade, estranha-se o fato de não haver referências ao conceito de patrimônio tanto nos documentos do projeto, quanto na sua divulgação. Para Carvalho,

[...] o próprio texto do Projeto e os discursos de seu idealizador não faziam referências claras ao conceito de “patrimônio”; tampouco propunham a consagração formal das edificações da UFRGS via instrumentos oficiais de preservação. Então, a despeito da opinião daqueles que observavam tal iniciativa e apesar dos levantamentos relativos às técnicas construtivas dos prédios e à história das instituições que estes abrigaram, é sintomática a ausência de uma articulação explícita do conceito de “patrimônio” nesse projeto.⁴⁰⁵

Ao fim de sua gestão, Ferraz aponta a realização de parceria do setor privado com o governo federal para o financiamento das obras de restauro que, estando

⁴⁰¹ FERRAZ, 2004, op. cit., p.111.

⁴⁰² Idem, p.112.

⁴⁰³ Idem, p.113-114.

⁴⁰⁴ Idem, p.114.

⁴⁰⁵ Idem, p.107.

formalmente aprovada, através da Lei Sarney⁴⁰⁶, ficando em aberto somente a elaboração apenas o Termo de Contratação que viabilizaria o financiamento das obras necessárias⁴⁰⁷. No entanto, o término da gestão de Ferraz interrompeu a mobilização do Centro Cultural, não passando a fazer parte das prioridades da gestão seguinte.

3.3.4 O Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS

No início do reitorado de Wrana Panizzi⁴⁰⁸ (1996-2004) nasce o premiado Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS (PRPHC), ou apenas Projeto Resgate. Enquanto planejava as obras para a atual gestão, o professor Christoph Bernasiuk⁴⁰⁹, à época o responsável pela Superintendência de Espaço Físico (SUPEF) da Universidade, “constatara que a recuperação dos prédios históricos da UFRGS, além de um imenso significado cultural, ajudaria a Universidade a resolver parte de suas carências em termos de espaço físico”⁴¹⁰. Panizzi relembra o momento em que Bernasiuk lhe apresentou o Projeto:

Lembro bem da manhã em que o professor Christoph Bernasiuk veio ao meu gabinete portando grandes pranchas de papel para apresentar-me a sua proposta de recuperação dos prédios históricos da UFRGS, ideia que há anos vinha sendo cultivada por nossa comunidade.⁴¹¹

O Projeto tem por objetivo a recuperação e preservação dos prédios históricos de forma a possibilitar seu uso pela comunidade acadêmica e geral, de forma integrada em atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de buscar soluções para as demandas referentes a espaço físico na universidade em seu constante

⁴⁰⁶ Lei Federal nº 7.505, de 02 de julho de 1986, conhecida como Lei Sarney, é a primeira lei brasileira a utilizar incentivos fiscais de estímulo à cultura, iniciando a fase do mecenato no Brasil. “Com ela, consolidou-se a ideia do patrocinador cultural, podendo ser benfeitor a empresa ou a pessoa física que transfere parte do tributo federal que deveria recolher ao governo (no caso, o imposto de renda), para a realização de um determinado projeto cultural” (RODRIGUES, op. cit., p.73-74).

⁴⁰⁷ FERRAZ, 2004, op. cit., p.117.

⁴⁰⁸ Primeira mulher a ser eleita para o cargo de Reitora da UFRGS, Wrana Maria Panizzi esteve à frente da Universidade por dois mandatos consecutivos (1996-2000 e 2000-2004). Professora Titular da UFRGS, cargo que ocupa até os dias de hoje. Wrana também foi vice-presidente do CNPQ (2007-2011), Presidente da Fundação de Economia e Estatística do RS (FEE) e do SEBRAE-RS. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5859704174955618>. Acesso em: 30 de março de 2019.

⁴⁰⁹ Christoph Bernasiuk era professor e diretor do Instituto de Ciência e Tecnologia de Alimentos da UFRGS quando assumiu a SUPEF (1996-2000). Foi o primeiro Secretário do Patrimônio Histórico (2000-2008).

⁴¹⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2004, op. cit., p.18.

⁴¹¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2004, op. cit., p.18.

processo de ampliação. Uma iniciativa que ocorre em um momento decisivo para a conservação do patrimônio cultural da UFRGS tendo em vista a iminência da necessidade de restauração e adaptação das edificações históricas, sob risco de descaracterização e perda de funcionalidade⁴¹².

Este conjunto de edificações é também o mais descaracterizado relativamente aos programas originais em razão das frequentes intervenções improvisadas que buscavam soluções imediatas para adequá-los às novas necessidades geradas pela ampliação das atividades acadêmicas e modificação dos usos dos espaços da Universidade. Tais intervenções eram efetuadas sem qualquer critério de conservação e preservação das edificações como bens culturais.⁴¹³

Com a criação do Plano Diretor da UFRGS e a realização de um levantamento das necessidades das unidades, Bernasiuk deparou-se com uma demanda que extrapolava os recursos disponíveis⁴¹⁴. Um inventário realizado entre 1996 e 1998 já demonstrava o desgaste dos prédios históricos construídos entre 1898 e 1928, sendo que os prédios do Château e o do “Curtumes e Tanantes” chegaram a ser interditados⁴¹⁵. Desta forma, a situação compreendia problemas em vários dos prédios da primeira fase, decorrentes da falta de manutenção, acessibilidade, estrutura, bem como, das modificações e adaptações anteriormente realizadas⁴¹⁶. A necessidade das obras de restauro já tinha visibilidade pública no início dos anos 80, artigos publicados em jornal e em um livro auxiliaram a compor o cenário de urgência da intervenção nesses prédios⁴¹⁷.

O PRPHC deu início de uma abordagem patrimonial da UFRGS centrada nas práticas de preservação dos prédios históricos com foco nos aspectos técnicos envolvidos na sua conservação e restauração. Para Carvalho,

[...] embora a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) já fosse palco de uma construção social pela valorização de seu acervo cultural, o Projeto Resgate concretizou a ativação patrimonial da parcela edificada

⁴¹² RODRIGUES, 2015, op. cit., p.133-134.

⁴¹³ KOWARICK, Adriana Coelho Borges; QUADROS, Marta Campos de Quadros. Projeto de recuperação do prédio da Faculdade de Agronomia: Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, Categoria preservação de bens móveis e imóveis. Edição 2010. Porto Alegre: UFRGS, 2010, p.9. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/187982>. Acesso em: 27 de junho de 2019.

⁴¹⁴ EFROM, 2010, op. cit., p.36.

⁴¹⁵ RODRIGUES, 2015, op. cit., p.100.

⁴¹⁶ EFROM, 2010, op. cit., p.36.

⁴¹⁷ RODRIGUES, 2015, op. cit., p.100.

desses bens (“prédios históricos”), consolidando a entrada da instituição e de seus agentes no campo do patrimônio.⁴¹⁸

Diferente do Projeto do Centro Cultural, que tinha como foco apenas o Campus Centro da Universidade, este novo projeto abrangia tanto a recuperação do conjunto arquitetônico do Campus Centro, quanto a Faculdade de Agronomia no Campus do Vale. As preocupações relativas à deterioração e ao risco de perda do patrimônio edificado apontadas pelo Projeto, tiveram escuta na gestão da universidade, a qual, através da reitora em exercício, manifestou como prioridade a recuperação do conjunto:

Restaurado e aparelhado, devolvido a suas formas originais e dotado de modernos recursos, o conjunto de prédios deve expressar o desejo simultâneo de busca de atualidade e de resguardo da memória. Trata-se de recuperar o passado para dar-lhe a dinâmica do presente, preparando-o para o tempo futuro.⁴¹⁹

O inventário do Patrimônio Arquitetônico da UFRGS listado pelo PRPHC é composto por doze edificações remanescentes das escolas livres, portanto, anteriores à data de fundação da Universidade em 1934, abarcando no Campus Centro onze prédios construídos entre 1898-1928 e um em 1957 e um prédio no Campus do Vale, construído em 1913. Patrimônio esse, “pacientemente acumulado desde o final do século XIX pelos criadores da Escola de Farmácia e Química (1985), da Escola de Engenharia (1896), da Faculdade de Medicina (1989) e da Faculdade de Direito (1900)”⁴²⁰.

As edificações que compunham o Projeto original eram as seguintes: Escola de Engenharia, *Château* (atual Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico - SEDETEC), Castelinho (atual Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação - NORIE), Observatório Astronômico, Faculdade de Direito, Instituto Parobé, Instituto Eletrotécnico, Faculdade de Medicina (atual Instituto de Ciências Básicas da Saúde - ICBS), Rádio da Universidade, Museu da UFRGS, Antigo Prédio do Instituto de Química (atual Centro Cultural) e Faculdade de Agronomia⁴²¹.

Para além da restauração desses prédios, em 1998 foi encaminhada solicitação de tombamento do conjunto arquitetônico do Campus Centro, incluindo outros doze

⁴¹⁸ CARVALHO, 2010, op. cit., p.30.

⁴¹⁹ PANIZZI, 1998, op. cit., p.7.

⁴²⁰ Idem, p.17.

⁴²¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2007, op. cit., p.11.

prédios históricos e o da Reitoria. Tal solicitação tinha em vista a proteção do patrimônio cultural edificado, bem como, visava à aprovação do projeto de restauração no Ministério da Cultura para alcançar seu financiamento através da Lei Rouanet⁴²².

Em 1999 foi formada a Divisão do Patrimônio Histórico Edificado (DIPHE), vinculada à SUPEF. Coordenada por Luís Francisco Perrone e Edison Z. Alice, a DIPHE foi responsável pela elaboração do novo *Inventário do Acervo Edificado da UFRGS*, e pela *Proposta para tombamento do Campus Centro*⁴²³.

O tombamento foi aprovado pelo IPHAN em 1999 apenas para os prédios da Faculdade de Direito e do Observatório Astronômico, tendo sido indeferido o pedido para os demais sob a alegação de que não estavam em bom estado de conservação, além de profundas alterações realizadas em determinadas edificações. Entre suas considerações, o IPHAN reconheceu “o valor de conjunto dos prédios históricos como significativo patrimônio ambiental urbano para a cidade”⁴²⁴ e recomendou a mobilização de estado e município para um processo de corresponsabilização de seus órgãos na “preservação deste patrimônio cultural”⁴²⁵. Salientou ainda que o tombamento dos dois prédios seria uma resposta positiva à solicitação valorizando os esforços empreendidos pela reitoria da UFRGS⁴²⁶.

Nas justificativas que integram a aprovação do tombamento do Observatório Astronômico e da Faculdade de Direito, o IPHAN ressaltou como aqueles que melhor expressaram o período no qual foram construídos os prédios na universidade, pelas técnicas e materiais importados utilizados e atuação de arquitetos estrangeiros. Em específico, apontou o Observatório como: “um exemplar significativo da arquitetura *art nouveau*, cuja feição se integra ao programa de forma criativa e harmoniosa, resultando em um interessante exemplar do período e, também, pelo fato de se encontrar ainda em uso, o que mantém a conservação em estado razoável”⁴²⁷. Com relação a Faculdade de Direito, a relevância foi atribuída ao seu pioneirismo na construção do campus universitário: “sendo identificado com uma das unidades

⁴²² RODRIGUES, 2015, op. cit., p.100-101.

⁴²³ Proposta para tombamento do Campus do Centro/Inventário do Acervo Edificado da UFRGS, 2000 (Acervo do SPH. Não publicado).

⁴²⁴ IPHAN, 1998 apud RODRIGUES, 2015, op. cit., p.103.

⁴²⁵ Idem, ibidem.

⁴²⁶ RODRIGUES, 2015, op. cit., p.102-103.

⁴²⁷ IPHAN, 1999 apud RODRIGUES, 2015, op. cit., p.102.

básicas na organização da Universidade. Sua volumetria e o equilíbrio das proporções lhe conferem um caráter imponente, destacando-o no conjunto”⁴²⁸.

Diferentemente do caso da UFRGS que teve o tombamento da maioria dos prédios negados pelo IPHAN, entre outros motivos, pela alegada descaracterização das edificações, na UFRJ, prédios muito modificados, inclusive com adições de novos pavimentos e modificações na fachada, como o da Escola Nacional de Engenharia, foram tombados em nível Federal.

Em crítica à posição do IPHAN, Delphim defendeu o tombamento do conjunto e lamentou que a avaliação do IPHAN tenha se limitado a conceitos arquitetônicos desconsiderando justificativas “históricas, paisagísticas e simbólicas”⁴²⁹, a proteção necessária às demais edificações e o seu valor de conjunto, incluindo suas referências de espaço. Destaca-se a posição deste arquiteto com relação à proteção necessária ao Campus Centro, a qual requer preservar e qualificar, de forma imprescindível, os dois quarteirões incluindo os espaços vazios como constituintes de um conjunto, na medida que integram as edificações. Trata-se de adotar uma visão sistêmica levando em consideração a integralidade envolvida na preservação da história, dos espaços, das edificações, da memória e dos significados:

Hoje deve-se tomar todo um conjunto, seus elementos paisagísticos e, sobretudo, os vazios entre eles. A significação de um bem só é plena quando inserido em seu âmbito maior. Se for destacada do contexto máximo, passa só a conservar a dimensão menor, o sentido parcial. Mais perigoso do que incluir no perímetro tombado elementos insignificantes, é fracionar uma parte.⁴³⁰

A inovação do PRPHC está na construção de articulações da gestão universitária junto às esferas federal e estadual de governo que possibilitaram a obtenção de recursos. Diante dos inúmeros entraves que dificultavam a execução das restaurações almejadas, decorrentes da complexidade da intervenção nessas edificações históricas e o custo envolvido, o PRPHC constituía estratégias de captação de recursos para as obras necessárias por meio das leis de incentivo à cultura⁴³¹.

⁴²⁸ Idem, *ibidem*.

⁴²⁹ DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. A Paisagem como Documento: parecer sobre o Campus da UFRGS - Porto Alegre/RS. In: BRAGHIROLI, Ângelo Carlos Silveira (Org.) **Paisagens do Sul**. Porto Alegre: IPHAE, IPHAN. 2009, p.99.

⁴³⁰ DELPHIM, 2009, *op. cit.*, p.99.

⁴³¹ RODRIGUES, 2015, *op. cit.*, p.133-134.

Com sua aprovação no Ministério da Cultura ao final de 1999⁴³², o projeto foi inserido no Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) na modalidade Incentivo Fiscal da Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), o que viabilizou que a UFRGS pudesse captar recursos da iniciativa privada, tanto pessoas físicas quanto jurídicas⁴³³.

Primeiramente, os doze prédios foram beneficiados em conjunto, mais de 13 milhões de reais previstos em investimento, em um projeto de grandes proporções e complexidade. Tal configuração dificultava a captação de recursos, sua operacionalização e a logística de sua utilização. Diante disso, a alternativa encontrada foi o desmembramento em doze projetos parciais⁴³⁴. As exigências do PRONAC fizeram com que o Projeto colocasse a FAURGS como sua proponente junto ao Ministério da Cultura. Tal solução foi engendrada frente a exigência do PRONAC de conta bancária específica para cada projeto, tendo em vista que a movimentação de recursos da UFRGS é feita por meio de conta única, o que impossibilitava a captação de recursos em contas distintas para cada projeto parcial⁴³⁵.

A partir de então, se modificou a relação da sociedade com o patrimônio da Universidade, que através do Dia da Doação pôde colaborar diretamente com o PRPHC. Recursos significativos foram captados na primeira edição do Dia de Doação (dezembro de 1999), entre os quais, os que possibilitaram a restauração do Prédio do Observatório Astronômico - tendo seu custo coberto com doação de um único patrocinador⁴³⁶.

Na mesma data, também foi assegurado espaço de divulgação do PRPHC no Caderno Cultura do Jornal Zero Hora de forma gratuita. Nelson Sirotsky, presidente da RBS na época, afirmara seu apoio a campanha pela preservação dos prédios da universidade através da RBS em anúncios realizados nas emissoras de rádio, além de divulgação de reportagens e entrevistas em outros veículos de comunicação. Na

⁴³² Portaria nº 393, de 28 de outubro de 1999, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 1º de novembro de 1999 (p.4), permite o início da captação de recursos para a restauração dos seus prédios históricos. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/11/1999&jornal=1&pagina=4&totalArquivos=88>. Acesso em: 27 de julho de 2019.

⁴³³ RODRIGUES, 2015, op. cit., p.104.

⁴³⁴ EFROM, 2010, op. cit., p.37.

⁴³⁵ RODRIGUES, 2015, op. cit., p.104.

⁴³⁶ RODRIGUES, 2015, op. cit., p.104-105.

condição de ex-aluno da UFRGS, manifestou o sentimento de dívida para com a universidade, apelo que se repete ao identificar um colega de turma que estava na vice-presidência do Unibanco, patrocinador da restauração do Observatório⁴³⁷. Conforme Rodrigues,

A Lei Rouanet abriu caminhos para a colaboração dos incentivadores em prol do patrimônio cultural edificado da universidade. Ao longo dos anos essa ação participativa se consolidou, fortalecendo o sentimento de pertencimento nos indivíduos envolvidos no Processo.⁴³⁸

Além de um valor histórico e artístico, fora atribuído a este um valor de significância, em consonância com as mais recentes recomendações acerca do patrimônio presentes na Carta de Burra⁴³⁹. Segundo Wrana Panizzi,

Estamos recuperando nossos prédios históricos, todos, sem exceção, para que sejam utilizados pela comunidade acadêmica e pela população, para que se integrem plenamente ao cotidiano de nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão, para que mais uma vez sejam palco e suporte da aventura do conhecimento em todos os domínios das artes e das ciências, para que outra vez abriguem a polêmica que constrói sujeitos, identidades e valores. [...] Nossa Universidade é *res publica* e, como lugar, é – e deve continuar sendo – espaço público. Portanto, recuperar o Campus Centro e nossos prédios históricos, devolvendo a Porto Alegre espaços voltados para a convivência aberta, plural e democrática, significa também revitalizar a Cidade.⁴⁴⁰

O PRPHC ampliou o olhar para o patrimônio edificado da UFRGS, através da sua proteção advinda do tombamento das edificações de interesse histórico, da inserção do projeto em programas de captação de recursos, mesmo tratando tanto seus aspectos tangíveis quanto intangíveis. Pela primeira vez esse patrimônio foi visto como memória da sociedade gaúcha, parte da história e da cultura de um povo.

⁴³⁷ Idem, p.105-106.

⁴³⁸ Idem, p.133-134.

⁴³⁹ A Carta de Burra foi editada originalmente em 1980, posteriormente revisada em 1988 e 1999.

⁴⁴⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2004, op. cit., p.22-23.

4 A GESTÃO DA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA UFRGS

No início dos anos 2000, o Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS (PRPHC) estava devidamente adaptado às leis de incentivo à cultura (LIC/Rouanet) e aprovado junto aos órgãos responsáveis (MINC/PRONAC). No entanto, a complexidade do PRPHC exigiria mais do que uma comissão ou divisão da SUPEF poderia oferecer.

A segunda gestão de Wrana Panizzi tinha planos ambiciosos para o PRPHC. Segundo o Plano de Gestão 2000-2004⁴⁴¹ - item 8.2 (*Restauração do conjunto arquitetônico pertencente ao Patrimônio Histórico da UFRGS*) - seus objetivos eram: criar e consolidar a Secretaria do Patrimônio Histórico; estabelecer critérios de uso, preservação e intervenção nas áreas e edificações do Patrimônio Histórico da Universidade; consolidar sistemas de captação de recursos; e executar o Projeto "Resgate do Patrimônio Histórico da UFRGS". Imbuída da necessidade do aperfeiçoamento da gestão do PRPHC, a Universidade criou a Secretaria do Patrimônio Histórico (SPH)⁴⁴².

Formada por uma equipe multidisciplinar⁴⁴³, a Secretaria passou a ser responsável pela execução das ações relativas ao PRPHC, “recuperando, requalificando, modernizando e devolvendo a comunidade espaços de aula e de trabalho”⁴⁴⁴. Para sua sede foi destinada uma ampla sala no segundo pavimento do antigo prédio do Instituto de Química (atualmente Centro Cultural). Em 2004, a sala foi reformada especialmente para oferecer a infraestrutura necessária às atividades da SPH.

⁴⁴¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório:** projeto PAIPUFRGS/SINAES - 3. ciclo avaliação institucional permanente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. RAAI 2004-2005. Porto Alegre: UFRGS, 2004-2005, p.47-48. Disponível em: http://www.ufrgs.br/sai/avaliacao-interna/arquivos-3o-ciclo/relatorio_avaliacao_institucional_UFRGS_2004_2005.doc>. Acesso em 22 de julho de 2019.

⁴⁴²De acordo com o organograma da UFRGS, uma Secretaria está diretamente ligada à Reitoria, com status equivalente a uma Pró-Reitoria. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/organograma>. Acesso em: 15 de julho de 2018.

⁴⁴³ A multidisciplinaridade da equipe é frequentemente apontada como um ponto forte da SPH como pode ser visto nos relatórios de autoavaliação institucional da UFRGS (RAAI).

⁴⁴⁴ MARTINEWSKI, 2009, op. cit., p.11.

Com uma equipe sensivelmente maior, quando comparada com a antiga DIPHE⁴⁴⁵, o SPH dispunha de um grupo de trabalho heterogêneo, formado por profissionais de diversas áreas como: Arquitetura, Engenharia, Administração, Sociologia, História, Comunicação, dentre outras. Sua estrutura dividia-se em quatro setores: Secretaria Executiva, responsável pela captação de recursos e prestação de contas; Departamento de Projetos, responsável por levantamentos cadastrais, inventário dos prédios, diagnósticos de patologias das edificações e elaboração dos projetos arquitetônicos de intervenção e restauração; Departamento de Obras, responsável pelos orçamentos, especificações técnicas e fiscalização da execução das obras de recuperação, revitalização e restauração; Setor de Documentação, responsável pela pesquisa histórica, documental e iconográfica⁴⁴⁶.

O PRPHC previa a restauração de doze edificações, onze no Campus Centro e uma no Campus do vale, com o processo de captação iniciado em 1999. Quando do início de suas atividades, o SPH pôde dedicar-se à pesquisa e desenvolvimento de projetos para começar as primeiras obras de restauro.

Em 2004, foi lançada uma publicação - "*Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS*"⁴⁴⁷ - divulgando os resultados dos quatro primeiros anos da SPH. Nele foram apresentados os cinco primeiros prédios restaurados: o Museu da Universidade, a Rádio da Universidade, o Observatório Astronômico, o *Château* e a Faculdade de Direito. Além desses, foram iniciadas obras nos demais prédios da primeira geração, incluindo o prédio da Faculdade de Agronomia no Campus do Vale.

Ainda nesse ano, o último da segunda gestão da Reitora Panizzi, foi criado o Instituto Histórico-Cultural da UFRGS (IPaHC) através da Decisão nº 60/2004⁴⁴⁸ do Conselho Universitário (CONSUN). Este órgão complementar⁴⁴⁹ da Universidade foi

⁴⁴⁵ PERRONE, Luiz Francisco. **A Universidade Federal do Rio Grande Do Sul e a preservação de seu acervo histórico**– Dos primeiros anos até o Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural. 2019. Monografia (Especialização em Arquitetura e Patrimônio) FAVENI, Porto Alegre, 2019, p.11.

⁴⁴⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2007, op. cit., p.12.

⁴⁴⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2004, op. cit.,

⁴⁴⁸ DECISÃO Nº 60/2004. Disponível em: http://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/161170/norma_Dec_CONSUN_publicavel_2004_060_2396.pdf. Acesso em: 24 de julho de 2019.

⁴⁴⁹ Segundo o Art.38 do Regimento Geral da Universidade "os Órgãos Suplementares destinam-se a cumprir objetivos especiais de natureza científica, técnica, cultural, recreativa e de assistência". O Art.39 lista os seguintes Órgãos Suplementares da Universidade: I - Biblioteca Central; II - Centro de Processamento de Dados; III - Centro de Teledifusão Educativa; IV - Centro Nacional de Supercomputação; V - Cinema e Teatro; VI - Editora; VII - Instituto Latino-Americano de Estudos

criado com o objetivo de “transformar a SPH em um grande laboratório de pesquisa e desenvolvimento de ações de preservação e educação patrimonial”⁴⁵⁰. Desta forma, a SPH deixaria de ser uma ação pontual de gestão para se tornar um Instituto desta Universidade. Em junho do mesmo ano, a Decisão nº 74/2004⁴⁵¹ alterou o Artigo 39 do Regimento Geral da Universidade, objetivando a inclusão do IPaHC dentre os órgãos suplementares da Universidade. Segundo o Secretário do SPH na época, Christoph Bernasiuk, o IPaHC traria mais independência, deixando de depender das vontades de cada reitor “tanto na coordenação de despesas quanto para a própria manutenção da atividade”⁴⁵².

O sucessor de Panizzi na reitoria foi seu vice-reitor, José Carlos Ferraz Hennemann⁴⁵³. O novo reitor deu continuidade ao PRPHC e ao SPH, mantendo o Secretário Christoph Bernasiuk à frente da SPH durante o seu reitorado.

Em 2005, o prédio da Escola de Engenharia começou a ser restaurado. Depois de dez anos, alternando períodos de obras e de paralização, o prédio foi reinaugurado no final de 2015. A edificação centenária abriga, atualmente, a administração da Escola de Engenharia além de espaços de ensino e convivência da Escola. Em 2006, iniciaram-se as obras de restauro em mais dois prédios históricos: no prédio do Castelinho, o único prédio do conjunto do Largo Paganini que ainda não havia sido restaurado pois já havia passado por uma grande e polêmica reforma nos anos 1990 e hoje abriga o Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação (NORIE); e no prédio da Faculdade de Agronomia, reinaugurado em 2009, após “seis anos de trabalho ininterrupto”⁴⁵⁴.

Além da recuperação dos Prédios Históricos, o PRPHC teve um viés pedagógico desde sua criação, visando à conscientização da comunidade acadêmica

Avançados; VIII - Museu; IX - Centro de Microscopia e Microanálise – CMM; X - Instituto do Patrimônio Histórico-Cultural – IpaHC; XI - Centro Técnico de Inovação Pedagógica e Educação a Distância.

⁴⁵⁰ PERRONE, 2019, op. cit., p.12.

⁴⁵¹ DECISÃO Nº 74/2004. Disponível em: http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/161176/norma_Dec_CONSUN_publicavel_2004_074_2606.pdf. Acesso em: 24 de julho de 2019.

⁴⁵² BERNASIUK apud EFROM, 2010, op. cit., p.34.

⁴⁵³ José Carlos Ferraz Hennemann foi reitor da UFRGS entre 24.09.2004 e 23.09.2008. É professor da Escola de Engenharia.

⁴⁵⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de Gestão 2009**. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração. Porto Alegre: UFRGS, 2010b, p.246. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ufrgs-2009>. Acesso em: 23 de junho de 2019.

no sentido de conservação do patrimônio edificado da Universidade. Entre as atividades de educação patrimonial desenvolvidas pelo SPH destacam-se as publicações, caminhadas orientadas, visitas guiadas teatralizadas, seminários, exposições, cursos, mostras de cinema e etc.

Em 2007, foi criada a série *Manuais do Patrimônio Edificado da UFRGS*, marcada por um viés pedagógico e de divulgação do trabalho desenvolvido. A iniciativa contou com duas publicações chamadas “*Cartas Patrimoniais e Legislação*”⁴⁵⁵ e “*Faculdade de Direito*”⁴⁵⁶. A primeira publicação teve a intenção de apresentar os ideais preservacionistas que norteiam as ações da SPH, através de cartas patrimoniais e leis que relativas ao PRPHC. A segunda, visava apresentar a história do prédio da Faculdade de Direito, o projeto de restauração e a obra, além de instruções para conservação do bem recuperado. Apesar da ótima qualidade das publicações, a série resumiu-se apenas aos dois primeiros volumes.

Em 2008, com a saída de Hennemann da reitoria, Bernasiuk afastou-se da SPH, dando lugar a André Martinewski⁴⁵⁷, Secretário do Patrimônio Histórico escolhido pelo novo reitor Carlos Alexandre Netto⁴⁵⁸. Martinewski esteve à frente do SPH até 2012.

A crise econômica mundial de 2007-2008 afetou o PRPHC. Na época, 65% das doações eram provenientes de empresas que, a partir da crise, passaram a investir menos em marketing e patrocínios. O resultado foi uma captação insuficiente para os propósitos do Projeto que passou a concentrar-se mais nas ações de educação patrimonial. Para a conclusão das obras em andamento, foram necessárias complementações feitas com recursos da Universidade. Como resposta para reverter esse quadro, a SPH buscou realizar “ações conjuntas com outros setores da universidade, como também, outros segmentos da comunidade e da Administração Pública”⁴⁵⁹, como a inclusão do projeto de restauração do Instituto de Química nas

⁴⁵⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2007, op. cit.

⁴⁵⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2007a, op. cit.

⁴⁵⁷ André Martinewski foi Secretário do Patrimônio Histórico entre 2008 e 2012. É professor da Escola de Administração.

⁴⁵⁸ Carlos Alexandre Netto foi reitor da UFRGS entre 24.09.2008 e 23.09.2016. É professor do Instituto de Ciências Básicas da Saúde.

⁴⁵⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de gestão 2010**. Porto Alegre: UFRGS, 2011a, p.267. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ufrgs-2010>. Acesso em: 24 de junho de 2019.

ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas, além de esforços na ampliação da divulgação do PRPHC, que trouxeram em 2010, um incremento de cerca de 109% na arrecadação, se comparados com o exercício anterior⁴⁶⁰.

Apesar de Martinewski reconhecer que o IPaHC seria naturalmente o próximo passo para o SPH, o Instituto continuava existindo apenas no papel. Para o Secretário, a falta de interesse da gestão do reitor Netto e até mesmo a falta de recursos humanos poderiam se tornar um problema: “até por que hoje nosso quadro é muito enxuto e agregar mais essas atribuições, essas responsabilidades, talvez tenhamos problemas em fazer o que se deve fazer, perdendo-se na parte administrativa e burocrática”⁴⁶¹.

Com a diminuição do ritmo das obras de restauro, entre 2008 e 2012 o SPH ampliou as ações de educação patrimonial, passando a oferecer visitas guiadas teatralizadas, um programa de entrevistas semanal na Rádio da UFRGS, além de cursos, palestras e eventos em parceria com outros órgãos, dentro e fora da Universidade. Tendo em vista consolidar essas novas ações, o SPH criou o Departamento de Educação Patrimonial. Ao mesmo tempo, se estudava a criação de um departamento permanente de manutenção predial “que criaria as diretrizes para a manutenção de prédios históricos e supervisionaria manutenção, mas com a operacionalização cabendo à área competente da Universidade para tal”⁴⁶². Este departamento acabou não saindo do papel, permanecendo como uma demanda antiga do SPH.

Uma das tônicas do funcionamento da Secretaria sempre foi o engajamento da equipe com os objetivos do PRPHC e com a qualificação dos seus recursos humanos, através da participação em eventos do MINC, e órgãos como o IPHAN e do IPHAE⁴⁶³. No ano de 2009, o projeto de Incentivo à Capacitação levou a equipe a participar de 10 eventos, entre cursos, audiências e fóruns sobre patrimônio⁴⁶⁴, nos quais “foi possível estabelecer uma rede de relacionamento com diferentes instituições que

⁴⁶⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2011a, op. cit., p.267.

⁴⁶¹ MARTINEWSKI apud EFROM, 2010, op. cit., p.34.

⁴⁶² EFROM, 2010, op. cit., p.35.

⁴⁶³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de Gestão 2008**. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração. Porto Alegre: UFRGS, 2009b, p.157. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ufrgs-2008>. Acesso em: 23 de junho de 2019.

⁴⁶⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010b, op. cit., p.248.

tratam da preservação patrimonial⁴⁶⁵. Neste mesmo ano, a SPH apoiou a realização do XIII Congresso da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores (ABRACOR), que aconteceu nas dependências da Universidade, além de organizar a exposição “Serestarficar”⁴⁶⁶ em parceria com o Museu da UFRGS⁴⁶⁷.

Em muitos casos, este envolvimento foi para além da atuação no SPH. O que pode ser constatado pelo desenvolvimento de pesquisas⁴⁶⁸ envolvendo o patrimônio universitário da UFRGS, ou mesmo por meio de atuação profissional engajada na preservação do patrimônio cultural⁴⁶⁹ por parte de muitos dos bolsistas e profissionais que passaram ou ainda estão na SPH, este movimento possibilitou o desenvolvimento profissional, aplicado ao patrimônio universitário, de muitos dos servidores concursados lotados no SPH⁴⁷⁰.

Segundo Carvalho, que pesquisou as “*Práticas discursivas de preservação do patrimônio histórico e cultural da UFRGS*”, a ativação patrimonial da parcela edificada dos bens culturais da Universidade através do PRPHC ensejou:

Em uma espécie de transbordamento, penetrar neste campo de forças multiplicou as possibilidades de ação dos profissionais vinculados ao Projeto Resgate; por outro lado, passou a exigir deles a elaboração de complexas práticas discursivas, em consonância com as “regras do campo”.⁴⁷¹

A iniciativa do SPH é uma das pioneiras⁴⁷² na conservação de bens imóveis de interesse cultural em universidades no Brasil. O reconhecimento do trabalho desenvolvido ao longo de quase vinte anos de história, se deu não só pela participação da comunidade e de empresas que empenharam uma parcela de seus impostos no PRPHC, mas também através de prêmios nacionais e internacionais. A Prefeitura de

⁴⁶⁵UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010b, op. cit., p.246.

⁴⁶⁶ Mais sobre a exposição “Serestarficar” pode ser visto na Seção 3.3.2 (O Museu da UFRGS).

⁴⁶⁷UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010b, op. cit., p.246.

⁴⁶⁸ Alguns desses trabalhos que interessam a presente pesquisa podem ser encontrados na Seção 1.5 (*Estado da Arte*), item “b” (*Estudos sobre o patrimônio cultural da UFRGS e SPH*).

⁴⁶⁹Daniele Caron, Inês Martina Lersch e Luisa Gertrudis Durán Rocca, passaram pelo SPH e atualmente docentes da Faculdade de Arquitetura/UFRGS com pesquisas na área do patrimônio.

⁴⁷⁰ Entre ativos e aposentados, com pesquisas na área do Patrimônio Universitário, estão: Diego Devincenzi, Dóris Oliveira, Edison Alice, Francisco Perrone, Noêmia Rodrigues, Renata Tonioli, Rosângela Gomes da Silva e Sônia Piccinini.

⁴⁷¹ CARVALHO, 2010, op. cit., p.30.

⁴⁷² O Centro de Preservação Cultural da USP foi criado em 2002, no entanto, se originou em uma ação iniciada em 1986 chamada Comissão do Patrimônio Cultural. Ver mais sobre o CPC na Seção 2.2.2 (Cenário nacional: Universidades Federais com Patrimônio Edificado de relevância nacional), Item “b” (Universidade de São Paulo).

Porto Alegre, através do Prêmio Joaquim Felizardo em sua IV edição, reconheceu o trabalho desenvolvido pelo SPH. O IPHAN, em quatro oportunidades, selecionou a iniciativa para o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade⁴⁷³ – tendo sido vencedor em 2006.

O reconhecimento deste trabalho ultrapassou as fronteiras brasileiras quando em 2011, por decisão unânime do júri, obteve a Menção Honrosa no *VII Premio Internacional Reina Sofía de Conservación y Restauración Del Patrimonio Cultural*⁴⁷⁴ na categoria de Patrimônio Material, pelo “*trabajo de recuperación de su patrimonio inmueble*”.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelo SPH, até 2012 foram captados para o PRPHC, R\$19.163.358,93. Esse montante é composto por: 37,77% doações pessoa jurídica (Rouanet); 16,98% doações pessoa física (Rouanet); 13,12% doações LIC estadual; 12,00% emendas parlamentares; 7,64% PAC cidades históricas; 6,11% recursos UFRGS; 3,38% outros convênios; 3,00% fontes variadas. Do total, foram aplicados R\$15.400.107,72 em 11.224,58m² de área construída nos prédios históricos da Universidade⁴⁷⁵.

Ainda no mesmo ano, com a justificativa de aperfeiçoamento da gestão do PRPHC, a SPH foi absorvida pela Superintendência de Infraestrutura (SUINFRA), perdendo o status de secretaria e passando a ser um setor, porém, mantendo a sigla SPH. Na prática, a transformação em setor fez a SPH voltar a ser o que era antes dos anos 2000, quando era uma divisão da SUPEF (órgão equivalente a atual SUINFRA). Essa mudança, motivada por questões políticas a partir da ascensão do professor Alberto Tamagna ao posto de Superintendente na SUINFRA, não alterou as ações anteriormente realizadas pela SPH, que continuou responsável por desenvolver as ações do PRPHC, porém, com significativa perda de autonomia.

⁴⁷³Promovido anualmente pelo Iphan, o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade premia as ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro que mereçam registro, divulgação e reconhecimento público, devido sua originalidade, vulto ou caráter exemplar. O prêmio acontece desde 1987. (Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/172>. Acesso em: 23 de julho de 2019).

⁴⁷⁴Promovido desde 2001 pelo Ministério de Assuntos Exteriores e da Cooperação da Espanha, por meio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid), o Prêmio reconhece uma obra, iniciativa ou trajetória profissional que se destaque pela qualidade ou por seu impacto benéfico no desenvolvimento da região em que tenha sido realizada. A premiação é distribuída em duas categorias: Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial. (Prêmio Reina Sofía de Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/premio-reina-sofia-de-conservacao-e-restauracao-do-patrimonio-cultural/>. Acesso em: 25 de julho de 2019).

⁴⁷⁵ PERRONE, 2019, op. cit., p.14.

Entre as motivações levantadas por este pesquisador para o rebaixamento da SPH da posição de secretaria e sua consequente absorção como setor da SUINFRA estão: a vacância de um cargo equivalente a pró-reitor, podendo ser remanejado conforme a necessidade daquela gestão; a conveniência de contar com a equipe formada e comandar diretamente as ações da SPH, que historicamente realiza projetos para toda a área do Campus Centro, não se limitando somente aos restauros dos prédios históricos; e a possibilidade de trazer para a SUINFRA todo o prestígio acumulado, junto à comunidade interna e externa à UFRGS, durante o trabalho da Secretaria desde sua criação.

A segunda gestão do Reitor Netto, trazia em seu Plano de Gestão 2012-2016 apenas ações de adequação dos prédios históricos à acessibilidade, além de manutenção e recuperação dos edifícios, deixando de lado qualquer outra questão relativa ao patrimônio edificado da UFRGS, o que ajuda a explicar o fato daquela gestão relacionar essas tarefas com a SUINFRA⁴⁷⁶. Essa nova posição aponta uma mudança radical de entendimento acerca do patrimônio universitário em relação ao que vinha sendo praticado pelas gestões anteriores dentro da Universidade. Enquanto no Plano de Gestão 2008-2012 elenca-se o “compromisso com a preservação do Patrimônio Histórico”⁴⁷⁷ como um dos princípios daquela gestão, assim como a “promoção do exercício da cidadania, em especial com educação nas áreas ambiental, *patrimonial* e de segurança”⁴⁷⁸, esses temas não aparecem no Plano de Gestão seguinte.

O novo Setor de Patrimônio Histórico (SPH/SUINFRA), deixou de ter o professor Martinewski no comando. Para o seu lugar, foi designada para a chefia a servidora de carreira da UFRGS, Noêmia Fátima Rodrigues. Administradora de formação, Rodrigues vinha atuando como secretária executiva da SPH desde sua criação.

⁴⁷⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Gestão. Período: 2012-2016.** Porto Alegre: UFRGS, 2013, p.53. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/plano-de-gestao-2012-2016>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

⁴⁷⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Gestão. Período: 2008-2012.** Planejamento de Atividades de Órgão da Administração Central. Porto Alegre: UFRGS, 2009a, p.5. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/arquivos/plano-de-gestao-2008-2012>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

⁴⁷⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2009a, op. cit., p.10.

Uma das principais conquistas da gestão de Rodrigues à frente do SPH foi a delimitação⁴⁷⁹ da área de entorno dos prédios da Faculdade de Direito e Observatório Astronômico, ambos tombados em nível federal⁴⁸⁰, pelo IPHAN, através da Portaria de nº 479, em outubro de 2013. A área protegida engloba os dois quarteirões do Campus Centro. Segundo Rodrigues:

Esta Portaria disciplina o uso de publicidade, no polígono delimitado, e define as diretrizes urbanísticas no que se refere às construções, demolições, colocações de banners, placas, dentre outros, no local. A proteção do entorno dos prédios tombados está prevista no Decreto-Lei nº 25/37, no artigo 18.⁴⁸¹

Frequentemente chegam ao Setor solicitações consideradas lesivas aos bens tombados, como algumas instalações de alta complexidade em laboratórios – dentro e fora dos prédios –, instalação de mezaninos e a compartimentação das áreas internas – causando danos à estrutura, forros e esquadrias, muitas vezes de forma permanente –, instalação de banners em locais inapropriados e etc. A chancela do IPHAN para a proteção dos quarteirões do Campus Centro, uma demanda antiga do SPH, trouxe mais respaldo aos pareceres emitidos pelo Setor quanto às solicitações das unidades do Campus Centro, no sentido de zelar pelo seu patrimônio edificado.

A nova posição do IPHAN foi ao encontro do parecer do arquiteto Carlos Delphim sobre o Campus Centro – realizado a convite da EPAHC, IPHAE e Governo do Estado –, emitido após a negativa da entidade em tomba o conjunto arquitetônico do campus central da UFRGS em sua totalidade, protegendo apenas duas edificações. Em seu parecer, o arquiteto critica a adoção de conceitos exclusivamente arquitetônicos para o tombamento, e ressalta ser “imprescindível que qualquer forma de acautelamento do Campus deva estender-se aos dois quarteirões”, além de enfatizar o “compromisso de preservar e qualificar os vazios de forma tão enfática quanto a que contempla as edificações”⁴⁸².

Após quase quatro anos como chefe do SPH, Noêmia Rodrigues aposentou-se, e deu lugar a também servidora de carreira, Dóris Maria Demingos Oliveira,

⁴⁷⁹ Faculdade de Direito e Observatório Astronômico. DECISÃO DE TUTELA ESPECIAL (processo de tombamento nº 1.438-T-98), op. cit.

⁴⁸⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **RAAI 2014**: Relatório de autoavaliação UFRGS 2014, Projeto PAIPUFRGS/SINAES: 10º Ciclo, Avaliação Institucional permanente da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2015, p.142. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cpa/publicacoes/RAAI2014.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

⁴⁸¹ RODRIGUES, 2015, op. cit., p.107.

⁴⁸² DELPHIN, 2009, op. cit., p.99-100.

formada em Direito. É importante salientar que, para além de suas formações de origem, as duas servidoras têm pós-graduação na área de patrimônio (Memória e Bens Culturais), o que as qualificava para o cargo.

Em maio de 2015 foi assinado o contrato para restauração do prédio do Instituto de Química – à época, sede do SPH –, tendo suas obras iniciadas naquele ano.

A intervenção envolve a restauração, a adaptação à acessibilidade e a mudança de uso da edificação que passará a abrigar um centro de eventos com auditórios, salas para defesas de teses e exposições de trabalhos. Continuará sendo, sobretudo, a sede do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.⁴⁸³

Para tanto, o prédio foi desocupado, o que levou o SPH para o Anexo 1 da Reitoria. A equipe ficaria, de maneira provisória, dividida em duas salas, retornando para sua antiga sede no prédio do instituto de Química ao final das obras, o que não aconteceu.

A crise institucional e a perda de prestígio da SPH junto à reitoria com a transformação em setor da SUINFRA resultou na perda de “autonomia e poder de decisão sobre suas ações”⁴⁸⁴. Segundo Perrone,

A situação se agravou ainda mais a partir da posse da gestão 2016-2020 na Reitoria da UFRGS, quando o Setor de Patrimônio Histórico passou por um processo de desmantelamento e esteve em vias de ser definitivamente dissolvido.⁴⁸⁵

Até 2015, as ações do SPH/SUINFRA estiveram contempladas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), como consta no PDI de 2011-2015, capítulo IV (*Responsabilidade Social*)⁴⁸⁶. Ademais, como ações permanentes do SPH/SUINFRA, constantes no Relatório de Autoavaliação Institucional (RAAI) de 2016, estavam: a Gestão Documental; os Projetos de Intervenção; a Captação de Recursos; a Execução de Obras; a Educação Patrimonial; e a Comunicação⁴⁸⁷. No entanto, no PDI

⁴⁸³Assinado contrato para restauração de importante prédio histórico da UFRGS. Notícias. Portal da UFRGS. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/importante-predio-historico-da-ufrgs-sera-restaurado>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

⁴⁸⁴ PERRONE, 2019, op. cit., p.14-15.

⁴⁸⁵ Idem, ibidem.

⁴⁸⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **RAAI 2016**: Relatório de autoavaliação institucional da UFRGS, 12º Ciclo. Porto Alegre: UFRGS, 2017, p.90-95. Disponível em: http://www.ufrgs.br/sai/relatorios-de-autoavaliacao-institucional/relatorios-de-autoavaliacao/copy8_of_RAAI2016UFRGS.pdf. Acesso em: 28 de junho de 2019.

⁴⁸⁷ Idem, ibidem.

2016-2026, em suas 77 páginas, não há qualquer referência ao Setor, tendo apenas uma única passagem abordando a “preservação, conservação e manutenção do patrimônio histórico da UFRGS”, relacionada a “implantação da sustentabilidade como cultura”⁴⁸⁸, confirmando a preocupação com o desmantelamento do setor anteriormente relatada por Perrone. No capítulo 4.2.3 (*Responsabilidade Institucional: inclusão, ações afirmativas e sustentabilidade*) do PDI 2016-2026 da UFRGS:

Além disso, é de extrema importância dar continuidade na implantação da sustentabilidade como cultura, ampliando as ações concretas já realizadas dentro de nossa Universidade, mantendo um sistema de gestão ambiental que envolva ações no campo da educação ambiental, diagnósticos e planos de gestão ambiental monitorados por indicadores que permitam avaliar os avanços na direção da sustentabilidade. Dentro do conceito de sustentabilidade, a preservação, a conservação e a manutenção do patrimônio histórico da UFRGS deve ser imprescindível, pois implica, além do uso racional de nosso patrimônio, também a preservação da memória institucional.⁴⁸⁹

Uma nova investida no sentido de colocar em prática o IPaHC foi cogitada a partir do corpo técnico do SPH/SUINFRA em conjunto com professores da Faculdade de Arquitetura e Escola de Engenharia. Entretanto, não obteve apoio junto à Reitoria. A partir de 2017, com a saída de Dóris Demingos da chefia do SPH/SUINFRA, motivada por divergências com a coordenação da SUINFRA, a chefia do Setor continuou a ser confiada a servidores de carreira da UFRGS indicados pela SUINFRA, no entanto, com pouca ou nenhuma familiaridade com o tema do patrimônio cultural, muito menos formação na área.

O RAAI de 2017 apresentou algumas mudanças e dificuldades ocorridas no SPH/SUINFRA naquele ano. A Gestão Documental, essencial para o suporte às pesquisas do Setor, continuou a apresentar dificuldades por problemas como falta de espaço físico adequado e disponibilidade de pessoal. Como solução, foi realizada uma parceria com a PROEXT, a fim de que o acervo do Setor passe para a guarda do Museu da UFRGS⁴⁹⁰.

⁴⁸⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de desenvolvimento institucional: PDI 2016-2026**: Construa o futuro da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2016, p.35. Disponível em: http://www.ufrgs.br/pdi/PDI_2016a2026_UFRGS.pdf>. Acesso em 29 de julho de 2019

⁴⁸⁹ Idem, ibidem.

⁴⁹⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **RAAI 2017**: Relatório de autoavaliação institucional da UFRGS 2014, 13º Ciclo. Porto Alegre: UFRGS, 2019, p.109. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sai/RAAI2017UFRGS.pdf>. Acesso em: 28 de junho de 2019.

A outra mudança foi em relação a Educação Patrimonial, uma ação estratégica para os objetivos do PRPHC e consolidada ao longo da história da SPH, que também deixava de ser uma atribuição do Setor. O Relatório afirma que foi realizada uma parceria com a PROEXT para que a ação “seja executada da melhor forma possível, com equipe qualificada e de forma a trazer retorno para a comunidade interna e externa à Universidade”⁴⁹¹, complementarmente, o SPH continuaria a prestar suporte. Segundo o RAAI de 2017, “com o foco da equipe voltado para a Captação de Recursos, a área da Educação Patrimonial fica prejudicada pela falta de disponibilidade dos servidores”⁴⁹².

No entanto, mesmo com a mudança de foco do Setor para a captação, os montantes captados têm sido insuficientes, pois “as contribuições estão sendo feitas apenas por pessoas físicas”⁴⁹³. Conseqüentemente, os custos das obras de restauro têm sido quase integralmente financiados com recursos da Universidade.

Ainda no primeiro semestre de 2018, as obras do prédio do Instituto de Química foram concluídas, tornando-o o nono prédio totalmente restaurado através do PRPHC. O prédio rebatizado pela administração atual de “Centro Cultural da UFRGS”, uma clara alusão ao projeto do reitor Ferraz nos anos 1980, primeira ação de salvaguarda da universidade que teve o patrimônio edificado como foco. Com um orçamento inicial de aproximadamente R\$ 9,6mi⁴⁹⁴ a restauração custou um total de R\$ 11.559.662,59, entre recursos diretos, do PAC Cidades Históricas ou com incentivo fiscal da Lei Rouanet⁴⁹⁵.

É visível que o SPH vem sofrendo um processo contínuo de perda de prestígio institucional, tanto junto à Reitoria quanto da SUINFRA, desde que passou a ser um setor. Os motivos são variados. Pode-se elencar: a falta de interesse da gestão atual no PRPHC, o qual, nem se quer é citado no PDI 2016-2020; o remanejamento de pessoal do SPH para outros setores da SUINFRA; a saída de pessoal para outras unidades da Universidade; a aposentadoria de profissionais que trabalhavam no projeto há

⁴⁹¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2019, op. cit., p.108.

⁴⁹² Idem, p.109.

⁴⁹³ Idem, ibidem.

⁴⁹⁴ Assinado contrato para restauração de importante prédio histórico da UFRGS. Notícias. Portal da UFRGS. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/importante-predio-historico-da-ufrgs-sera-restaurado>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

⁴⁹⁵ PERRONE, 2019, op. cit., p.14.

muitos anos, alguns sem reposição de pessoal com experiência com patrimônio cultural, em alguns casos até mesmo sem reposição alguma.

Com uma equipe reduzida, espaço físico inadequado ou insuficiente e diante das várias tarefas necessárias ao funcionamento do PRPHC, o SPH/SUINFRA procurou parcerias para que as ações essenciais ao Projeto não fossem extintas. Outro problema recente está na diminuição da adesão da comunidade às campanhas de doação, resultando numa arrecadação cada vez menor, grande parte devido a não adesão das empresas, somada à crise de credibilidade que a Lei *Rouanet* vêm sofrendo nos últimos anos. A captação de recursos via leis de incentivo à cultura sempre foi uma peça chave do PRPHC, essencial no momento de crise financeira que a universidade pública vivencia nos últimos anos.

4.1 Captação de Recursos

A captação de recursos para o PRPHC é feita através da associação do Projeto a duas leis de incentivo à cultura. A Lei nº 8.313/91 no âmbito federal (conhecida como Lei *Rouanet*) e a Lei nº 10.846/96 no âmbito estadual (Lei de Incentivo à Cultura do Estado do Rio Grande do Sul - LIC). Com isso, o contribuinte pode colaborar com a recuperação dos prédios históricos da Universidade, através de contribuições dedutíveis do Imposto de Renda (IR) devido.

As duas leis são parecidas, uma vez que o incentivador abate 100% do valor doado do IR. No entanto, há diferenças entre elas no que diz respeito ao seu funcionamento. Na Lei *Rouanet*, estão aptos a fazer doações as pessoas físicas (PF) - até um limite de 6% do IR devido -, e pessoas jurídicas (PJ) - até um limite de 4% do IR devido. O incentivador deposita o valor da doação na conta bancária do projeto (aberta e supervisionada pelo MINC), enquanto o proponente do projeto, em contrapartida, emite um recibo ao doador para que este possa ser ressarcido no ano seguinte em forma de restituição ou abatimento do IR a pagar. Por outro lado, a LIC aceita somente doações de PJ em regularidade com a Secretaria da Fazenda do RS (SEFAZ) e contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS-RS), excluindo-se as empresas que aderiram ao Simples Nacional (regime

tributário simplificado, previsto na Lei Complementar nº 123/2006)⁴⁹⁶. Segundo Devincenzi:

Esses dispositivos visam promover, proteger e valorizar as expressões culturais nacionais, buscando conservar o patrimônio histórico e artístico no país por meio do estímulo à difusão da cultura brasileira e da diversidade regional e etnocultural. Nesse processo, asseguram benefícios às empresas e pessoas que aplicarem uma parte do imposto de renda em ações culturais.⁴⁹⁷

Uma das formas de promoção das campanhas de captação de recursos para a restauração dos Prédios Históricos é o Dia da Doação. O evento acontece anualmente sempre no mês de dezembro. Sua edição inaugural foi em 1999, antes mesmo da criação da Secretaria. Com foco na doação de pessoas físicas, sobretudo da comunidade universitária, o Dia da Doação também se propõe a sensibilizar a comunidade com relação a importância da preservação do patrimônio universitário. A ação foi reconhecida com o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (IPHAN)⁴⁹⁸, de 2006, na categoria Apoio Institucional e/ou Financeiro. Em 2018, o SPH realizou o 19º Dia da Doação, com foco na captação de recursos para o Projeto de Acessibilidade ao Prédio da Rádio da Universidade.

A divulgação das ações de captação de recursos para o PRPHC acontece por meio de “peças de comunicação de massa, anúncios no Caderno Cultura do jornal Zero Hora, e por comunicação dirigida, como livros, placas, banners, entre outros”⁴⁹⁹. Uma parceria com o Jornal Zero Hora, abriu um espaço semanal para divulgação do Projeto Resgate no Caderno Cultura. Segundo o SPH, “a manutenção dos anúncios semanais gratuitos no Caderno de Cultura do jornal Zero Hora constitui-se num importante instrumento de divulgação e incentivo à referida campanha”⁵⁰⁰. No entanto, mesmo com a parceria, outras ações eram levadas a efeito junto à mídia, como reportagens em outros jornais e grande circulação, como Correio do Povo e Jornal do

⁴⁹⁶ DEVINCENZI, 2015, op. cit., p.176-177.

⁴⁹⁷ DEVINCENZI, 2015, op. cit., p.177.

⁴⁹⁸ Divulgação dos vencedores do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1699/divulgacao-dos-vencedores-do-premio-rodrigo-melo-franco-de-andrade-2006>. Acesso em: 23 de julho de 2019.

⁴⁹⁹ EFROM, 2010, op. cit., p.130.

⁵⁰⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório: Avaliação Institucional Permanente da UFRGS: 2006-2008**. Projeto PAIPUFRGS/SINAES 4º Ciclo / Comissão Própria de Avaliação, Secretaria de Avaliação Institucional. Porto Alegre: UFRGS, 2010, p.188. Disponível em: http://www.ufrgs.br/cpa/publicacoes/UFRGS_RAAI_2006_2008.zip. Acesso em: 24 de junho de 2019.

Comércio, além de matérias televisivas em noticiários como o da TV Educativa (TVE)⁵⁰¹⁵⁰². Em 2014, o SPH deixou o espaço utilizado gratuitamente por quase quatorze anos no Caderno Cultura, da Zero Hora, quando o Jornal passou por uma reestruturação e encerrou a parceria⁵⁰³.

Inicialmente as campanhas de captação tiveram grande adesão, como refere o Relatório de Gestão da UFRGS de 2000:

A adesão da comunidade à campanha tem sido expressiva, e são muitas as colaborações espontâneas de ex-alunos, empresários, alunos, professores, servidores e pessoas da comunidade rio-grandense que têm estima pela Universidade e reconhecem a necessidade de conservar este patrimônio.⁵⁰⁴

No primeiro Dia da Doação, em dezembro de 1999, um banco “adotou”⁵⁰⁵ o Observatório Astronômico, proporcionando sua restauração através de um patrocínio único no valor de R\$ 128.698,86⁵⁰⁶.

Em setembro de 2000, foi assinado um convênio com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre objetivando “propiciar à população local um novo canal de acesso a serviços de utilidade pública e informações sobre eventos diversos, bem como a soma de esforços para a manutenção do patrimônio histórico-cultural da UFRGS [...]”⁵⁰⁷. Neste mesmo ano os esforços para arrecadação de doações atingiram o valor de R\$ 431.833,63, desse montante 27% provenientes de doações de PF e 73% de PJ⁵⁰⁸.

As estratégias da SPH para captação durante seu primeiro ano de existência foram divididas em duas frentes. A primeira, focada no doador PF priorizou a divulgação na mídia, por intermédio de anúncios em jornais e rádios, além da diversificação dos mecanismos de doação (contribuição on-line ou débito em conta do Banco do Brasil) e de palestras e encontros nas diversas unidades de Ensino. Para a

⁵⁰¹ Idem, ibidem.

⁵⁰² UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2009b, op. cit., p.157.

⁵⁰³ RODRIGUES, 2015, op. cit., p.105-106.

⁵⁰⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de Gestão 2000**. Porto Alegre: UFRGS, 2001, p.17. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ufrgs-2000>. Acesso em: 19 de junho de 2019.

⁵⁰⁵ Idem, ibidem.

⁵⁰⁶ RODRIGUES, 2013

⁵⁰⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2001, op. cit., p.17.

⁵⁰⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de Gestão 2001**. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p.15. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ufrgs-2001>. Acesso em: 21 de junho de 2019.

segunda frente, com foco no doador PJ, consistiu na realização de visitas pré-agendadas a empresas prospectadas levando em consideração seu porte e seguimento. Para essas, foram encaminhados dossiês contendo informações acerca dos “incentivos fiscais, formas de contribuição e retorno sobre o investimento, bem como, projeto específico para cada prédio”⁵⁰⁹.

Em 2001, iniciou-se a captação de recursos para o restauro dos prédios do Castelinho, Instituto Parobé, Escola de Engenharia, Instituto de Química, Faculdade de Medicina e Instituto Eletrotécnico⁵¹⁰. No ano seguinte, ao mesmo tempo que novos projetos foram concluídos e encaminhados para captação, foram alteradas as metas para captação com vistas a adequação junto ao MINC⁵¹¹. Segundo Rodrigues,

para conseguir perfectibilizar a captação dos recursos para cada projeto, dentro dos prazos estabelecidos pelo MinC, a UFRGS adotou, para algumas das suas edificações - notadamente nas de maior área construída, a solicitação de recursos ao Ministério da Cultura (Proposta Cultural) por fases.⁵¹²

Os resultados rápidos conseguidos pela SPH nos dois primeiros anos, com a entrega dos três primeiros prédios à comunidade acadêmica possibilitaram ao SPH concretizar diversas parcerias durante o ano de 2003:

a primeira com as empresas AGCO do Brasil e Cascavel Máquinas Agrícolas S/A que patrocinaram R\$ 500.000,00 e R\$ 100.000,00, respectivamente, para a restauração da Faculdade de Agronomia; a segunda, com a empresa John Deere Brasil Ltda, que destinou R\$ 540.967,00 para a restauração da Escola de Engenharia e R\$ 40.000,00 para o prédio do Château; a terceira com o Banco John Deere S/A, que patrocinou R\$ 250.000,00 para a restauração do prédio da Escola de Engenharia; e a quarta, com a empresa Agricredit do Brasil Ltda, que destinou R\$ 100.000,00 para o prédio da Faculdade de Agronomia.⁵¹³

Além dessas parcerias, ao projeto da Faculdade de Agronomia foi disponibilizado um montante de R\$ 690.000,00 em emendas parlamentares, ao mesmo tempo que foi aprovado o financiamento via LIC/RS para o mesmo projeto. No

⁵⁰⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2002, op. cit., p.15.

⁵¹⁰ Idem, ibidem.

⁵¹¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de Gestão UFRGS: Exercício - 2002.** Porto Alegre: UFRGS, 2003, p.92-93. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ufrgs-2002>. Acesso em: 21 de junho de 2019.

⁵¹² RODRIGUES, 2015, op. cit., p.119.

⁵¹³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de Gestão UFRGS: Exercício - 2003.** Porto Alegre: UFRGS, 2004a, p.55. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ufrgs-2003>. Acesso em: 21 de junho de 2019.

entanto, o cenário mudou drasticamente cinco anos mais tarde. Em 2008, o projeto começou a sentir os efeitos da crise econômica global de 2007-2008, o que causou reflexos diretos nas ações de “Execução de Obras de Restauração, visto que ações programadas não puderam ser executadas por falta de recursos financeiros”⁵¹⁴. Além disso, a demora na análise e aprovação de quatro projetos por parte do Ministério da Cultura também afetou negativamente os esforços de captação de recursos.

[...] no que diz respeito à Captação de Recursos, houve uma significativa retração por parte das empresas, como consequência da crise financeira internacional. Também ocorreu o cancelamento das Emendas Parlamentares de 2008 no valor de R\$ 700.000,00.⁵¹⁵

Essa retração só começou a ser revertida em 2010 quando “esforços despendidos na ampliação da divulgação do Projeto”⁵¹⁶ resultaram no “aumento do quantitativo dos recursos financeiros arrecadados, os quais superaram a previsão em 18,5% e, se comparados com o exercício de 2009, este aumento é de 109%”⁵¹⁷. Nesse mesmo ano, o projeto de restauro do Instituto de Química foi inscrito no PAC Cidades Históricas trazendo um aporte financeiro para o projeto. A UFRGS foi uma das oito universidades brasileiras a receber suporte do PAC em 2010⁵¹⁸.

Em 2012, o montante captado superou em quase 300% a meta estipulada, alcançando um montante captado de R\$ 440.017,56. A partir de 2013, os valores arrecadados foram diminuindo, não ultrapassando a soma de R\$ 129.551,33, captados naquele ano. Não constam informações sobre os valores de 2017, pois os dados sobre o SPH não estão disponíveis no relatório de gestão daquele ano⁵¹⁹.

Em 2016, foi concluída a captação para o restauro da Capela de São Pedro⁵²⁰. Atualmente estão sendo captados recursos para o projeto de acessibilidade da Rádio da UFRGS.

⁵¹⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2009b, op. cit., p157.

⁵¹⁵ Idem, ibidem.

⁵¹⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2011a, op. cit., p.267.

⁵¹⁷ Idem, ibidem.

⁵¹⁸ Idem, ibidem.

⁵¹⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de gestão do exercício de 2017**. Porto Alegre: UFRGS, 2018. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/RelatoriodeGestaoFinalcomanexosv23.pdf>. Acesso em: 29 de junho de 2019.

⁵²⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2017, op. cit., p.92-93

4.2 Projetos de Intervenção e execução de obras

As intervenções no patrimônio universitário edificado da UFRGS e seu entorno envolvem ações de readequação, revitalização, restauro e/ou manutenção, incluindo a adequação dos espaços a acessibilidade universal e segurança dos usuários. O método⁵²¹ para intervenção e restauro aplicado pela SPH na recuperação do seu conjunto edificado segue os seguintes passos:

- Sensibilização da comunidade com visitas a identificar o interesse na preservação do prédio;
- Pesquisa Histórica, Iconográfica e Documental do prédio e seu entorno;
- Relevância histórica, artística e arquitetônica do prédio;
- Descrição original e evolução da construção histórica e física do prédio;
- Análise do edifício quanto a espacialidade, sistema construtivo, ambiência e materiais;
- Análise do novo programa de uso;
- Registro e cadastro dos bens integrados como obras de arte, pinturas, murais, estatuárias e vitrais;
- Projeto de restauro do prédio adequando-os às novas necessidades e acessibilidade;
- Envio do projeto ao MINC para aprovação e consequente captação de recursos.

Integrada aos Projetos de intervenção, o SPH realiza a fiscalização das obras nos prédios históricos através do setor de Execução de Obras. Também trabalha em parceria com outros setores da Universidade, como as Prefeituras Universitárias, oferecendo consultorias, buscando o aprimoramento dos processos de manutenção dos prédios históricos, além de oferecer periodicamente treinamento para os funcionários terceirizados das áreas de limpeza e manutenção que atuam nessas edificações⁵²².

Ao longo de 2001, foi dado andamento nas obras de restauro dos prédios do Museu Universitário, Rádio da Universidade e Observatório Astronômico, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2002. Além disso, diversas obras

⁵²¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2009, op. cit., p.65.

⁵²²UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2017, op. cit., p.93.

foram iniciadas na área externa do segundo quarteirão contando com paisagismo e adaptação para acesso de pessoas com deficiência (PcD)⁵²³.

Em 2002, três edificações se encontravam restauradas: o antigo prédio de Curtumes e Tanantes – passando a abrigar o Museu da UFRGS –, o prédio da Rádio da Universidade e o prédio do Observatório Astronômico. Com a recuperação das três primeiras edificações, o projeto ganhou projeção diante da comunidade, dentro e fora da Universidade, tanto pelo resultado alcançado pelas suas obras, quanto pela sua divulgação na mídia. Dois anos mais tarde, foram concluídas as obras do restauro do prédio da Faculdade de Direito e do *Château* – que passou a abrigar a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico (SEDETEC) e a Vitrine Tecnológica do Laboratório de Metalurgia Física da Escola de Engenharia.

Com forte atuação no Campus Centro, os projetos e obras realizados pela Secretaria não se limitavam apenas aos prédios históricos. Constantemente eram realizados projetos e obras nos prédios do período da arquitetura moderna. A partir de 2004, a SPH “adotou” oficialmente esses prédios dividindo sua atuação em duas fases. A primeira compreendendo os prédios do período da arquitetura eclética, os ditos históricos. A segunda fase compreendia as ações nos prédios do período da arquitetura moderna⁵²⁴.

O acervo mais antigo é composto de 12 prédios localizados no Campus Central, além do prédio da Faculdade de Agronomia, representativos do Ecletismo e do Art Nouveau. Em virtude de serem os mais antigos e de apresentarem um avançado estado de degradação, o Projeto dedicou a primeira fase de intervenções nestes edifícios. Além deste acervo, também os 10 prédios do período mais recente são reconhecidos como patrimônio cultural da Universidade, representativos do movimento moderno. As intervenções de conservação e restauração nestes prédios estão previstas para uma segunda fase do Projeto.⁵²⁵

Naquele momento, uma das dificuldades enfrentadas estava na viabilização da aprovação dos projetos de cada prédio junto à Secretaria Municipal de Planejamento. Para tanto, foi identificada a necessidade da elaboração do Estudo de Viabilidade Urbanística do Campus Centro, além da necessidade recorrente de um Plano Diretor para o Campus.

⁵²³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2002, op. cit., p.15-16.

⁵²⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de Gestão UFRGS: Exercício - 2004**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ufrgs-2004>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

⁵²⁵ Idem, p.30.

A preocupação de compreender o conjunto de prédios como valor histórico, cultural e de paisagem urbana, e não somente como edifícios isolados, levou

também à elaboração do Plano Diretor do Campus Central, um plano geral de organização e ocupação das áreas dos dois quarteirões centrais. Portanto, além dos projetos de restauração dos prédios, o Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) tem sido uma das principais metas da SPH.⁵²⁶

Em 2009, após seis anos em obras, foi concluído o restauro do Prédio da Faculdade de Agronomia e Veterinária (Fig. 78). Também foram recuperados dois jardins do entorno do prédio, o Roseiral e o Jardim Filogenético⁵²⁷. Os jardins foram apreciados pelo arquiteto do IPHAN/RJ, Carlos Fernando de Moura Delphim, em seu “Parecer Sobre o Campus da Faculdade de Agronomia da UFRGS”, no qual classificou a Faculdade de Agronomia como um “exemplo da delicada relação do homem com a natureza, transcendendo os limites de um ensino meramente técnico [...]”⁵²⁸. Para Delphim, o Jardim Filogenético se trata de um monumento singular, sendo um documento da história dos jardins brasileiros⁵²⁹. Sobre o Roseiral, Delphim afirma que:

Sendo a rosa um símbolo de regeneração e ressurreição, o roseiral deve ser encarado com um símbolo do Resgate Histórico e Cultural da UFRGS, projeto animado pela mesma sensibilidade de um povo que erigiu as valiosas edificações históricas e artísticas e que, ainda, em um ato de amor, plantou rosas. Os valores do Roseiral deverão ser preservados, estudados, valorizados e interpretados para o público, devendo a zona servir a atividades didáticas, de lazer e contemplação.⁵³⁰

Segundo o Relatório de gestão de 2011, até o final do referido ano, sete prédios foram restaurados totalizando 11.224,58m² de área construída, sem contar os 2.751m² da obra do prédio da Escola de Engenharia que estava em andamento⁵³¹. No ano seguinte, a Universidade começou a tratar das demandas de acessibilidade a partir da criação do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da UFRGS, tendo entre seus

⁵²⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2005, op. cit., p.30.

⁵²⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório: Projeto PAIPUFRGS/SINAES: 5º Ciclo**, Avaliação institucional permanente da UFRGS, 2009, p.146. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: http://www.ufrgs.br/cpa/publicacoes/UFRGS_CPA_RAI2009.pdf. Acesso em: 24 de junho de 2019.

⁵²⁸ DELPHIM, 2009, op. cit., p.106.

⁵²⁹ Idem, p.109.

⁵³⁰ Idem, p.106.

⁵³¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de gestão 2011**. Porto Alegre: UFRGS, 2012a, p.295. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/RG2011.pdf>. Acesso em: 24 de junho de 2019.

objetivos realizar estudos para “adequar os laboratórios de informática, bibliotecas, auditórios e salas de aula da Universidade para usuários com deficiência de forma a atender à acessibilidade universal”⁵³². Responsável pelas intervenções nos prédios históricos, o SPH/SUINFRA⁵³³ absorveu essa demanda, inicialmente nos prédios da Faculdade de Direito, Centenário da Escola de Engenharia, Antiga Faculdade de Medicina, Instituto Parobé e Instituto de Química⁵³⁴. Desde sua criação, a SPH já vinha preocupando-se com a acessibilidade universal em suas intervenções – como no caso do restauro do prédio do Museu da UFRGS, onde foram instalados sanitários acessíveis e uma plataforma elevatória para cadeirantes acessarem o mezanino –, passando apenas a adequar-se às novas exigências da lei de acessibilidade universal e à norma NBR 9050. Segundo o SPH/SUINFRA,

Conciliar a preservação da memória com a adaptação dos prédios históricos à acessibilidade universal é um desafio a ser enfrentado a partir do diálogo entre as preexistências e a contemporaneidade. Preservar a arquitetura histórica torna-se uma das maneiras de salvaguardar os referidos bens como documentos referenciais de estudo e de pesquisa, transmitindo às futuras gerações o desenvolvimento do processo cultural.⁵³⁵

Em 2013, foi encaminhada licitação e contratação de empresa para execução das obras de acessibilidade do Núcleo Central do Prédio do Instituto Parobé, incluindo sanitários masculinos e femininos em todos os pavimentos, além de um elevador. A obra foi iniciada em 2014 e concluída em 2015. Também foi realizada a primeira estimativa orçamentária para a restauração da capela de São Pedro, na Estação Experimental Agrônômica (EEA) no município de Eldorado do Sul⁵³⁶.

Após dez anos em obras, o prédio da Escola de Engenharia foi reinaugurado em 2015. Este foi o oitavo prédio restaurado pelo PRPHC. Este prédio foi o primeiro

⁵³² UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2013, op. cit., p.48.

⁵³³ Em 2012 a SPH foi absorvida pela SUINFRA, transformando-se em Setor do Patrimônio Histórico.

⁵³⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de Gestão 2012**. Porto Alegre: UFRGS, 2013b, p.89. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/RelatriodeGesto2012versofinal.pdf>. Acesso em: 24 de junho de 2019.

⁵³⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório: Projeto PAIPUFRGS/SINAES: 9º Ciclo**, Avaliação institucional permanente da UFRGS, 2013. Porto Alegre: UFRGS, 2014, p.80. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cpa/publicacoes/livrorevisadoultima.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

⁵³⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de Gestão 2013**. Porto Alegre: UFRGS, 2014^a, p.359-360. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2013>. Acesso em: 24 de junho de 2019.

no estado a ser projetado especificamente para abrigar um curso superior⁵³⁷. No mesmo ano, iniciaram-se as obras no prédio do Instituto de Química, finalizadas em 2018, tornando-se o nono prédio totalmente restaurado pelo Projeto Resgate.

Atualmente o SPH tem concentrado esforços no projeto de acessibilidade da Rádio da UFRGS, composto por uma torre externa, dotada de elevador, sanitários acessíveis e portaria, a qual se tornará o acesso principal ao edifício⁵³⁸. Além disso, tem-se o início das obras da Capela de São Pedro, previsto para 2019.

4.3 Educação Patrimonial

As atividades de educação patrimonial da SPH visam promover a consciência junto à comunidade acadêmica acerca do valor das edificações e sobre o uso adequado dos espaços recuperados, além de divulgar o trabalho realizado pela SPH e efetivar as ações de preservação do patrimônio universitário edificado. Diversos instrumentos foram criados pelo SPH durante os seus quase vinte anos de atuação, dentre eles, publicações, caminhadas orientadas, visitas guiadas teatralizadas, seminários, exposições, cursos, mostras de cinema e etc. Segundo Devincenzi,

O SPH desenvolve ações educativas para sensibilização das comunidades interna e externa à Universidade quanto à importância do restauro, da conservação e da manutenção de seus prédios históricos, buscando conectar o patrimônio edificado com a vida das pessoas. Desse modo, a área de educação patrimonial do setor é um eixo estratégico importante para cumprir esses objetivos.⁵³⁹

Em 2004, no final da segunda gestão de Wrana Panizzi, foi editada uma publicação chamada “*Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS*”⁵⁴⁰ contendo uma breve história de cada Prédio Histórico, classificando entre *Obras Restauradas* e *Obras em Processo de Restauração*. A publicação apresenta um pouco do processo de restauro dos cinco primeiros prédios recuperados: Museu da Universidade (Curtumes e Tanantes), Rádio da Universidade, Observatório Astronômico, Château

⁵³⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **RAAI 2015**: Relatório de autoavaliação institucional da UFRGS 2014, 11º Ciclo. Porto Alegre: UFRGS, 2016b, p.149. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cpa/publicacoes/RAAI2015.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

⁵³⁸ Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/campanha-arrecada-doacoes-para-projeto-de-acessibilidade-do-predio-da-radio-da-universidade>. Acesso em 28 de julho de 2019.

⁵³⁹ DEVINCENZI, 2015, op. cit., p.179.

⁵⁴⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2004, op. cit.

e Faculdade de Direito. Também contou com uma lista dos colaboradores da campanha. Essa obra teve um caráter de divulgação dos resultados do Projeto Resgate até 2004, mas também, de apresentar a perspectiva de trabalho para as próximas gestões.

Com o intuito de apresentar os ideais preservacionistas que fundamentam as ações do PRPHC, em 2007, a SPH publicou o primeiro volume da série *Manuais do Patrimônio Histórico Edificado da UFRGS*, intitulado *Cartas Patrimoniais e Legislação*. A publicação aborda o tema do patrimônio da Universidade, por meio das Cartas Patrimoniais e da Legislação Nacional, sob o ponto de vista das entidades ligadas a preservação do patrimônio cultural e do sistema jurídico brasileiro.

Ainda em 2007 foi lançada a segunda publicação da série *Manuais do Patrimônio Histórico Edificado da UFRGS*. Essa publicação conta a história do prédio da Faculdade de Direito, o projeto de restauro, orientações para conservação e manutenção, a ficha técnica da obra e a lista de doadores para o projeto. As publicações também contavam com um breve relato acerca das motivações do Projeto Resgate e o funcionamento da SPH. Para Hennemann,

Os Manuais do Patrimônio Histórico Edificado da UFRGS tornam presente a preocupação da Universidade em contribuir para a preservação e a conservação dos conjuntos do Campus Centro, e, do prédio da Faculdade de Agronomia, juntamente ao seu entorno imediato, como sítios históricos de importância memoráveis. Os “Manuais” qualificam os esforços de tombamento do conjunto histórico da UFRGS, partindo do princípio de que a integridade do bem público se torna fonte interminável de ensino, sociabilidade e memória, para as comunidades sul-rio-grandense e brasileira.⁵⁴¹

Com um forte caráter educativo, além de divulgar os resultados do Projeto Resgate através da recuperação dos prédios históricos, o material pretendia contribuir para despertar o interesse na preservação dos bens restaurados. Segundo Bernasiuk, a série

Objetiva estimular o apreço a este conjunto arquitetônico, contribuindo par o crescimento das ações de manutenção preventiva àqueles que participam direta ou indiretamente do processo de conservação do patrimônio edificado a fim de preservar as características do bem restaurado.⁵⁴²

⁵⁴¹ HENNEMANN, 2007, op. cit, p.9.

⁵⁴² BERNASIUK, Christoph. Prefácio. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Patrimônio Histórico. **Manuais do Patrimônio Histórico Edificado da UFRGS: cartas patrimoniais e legislação**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007, p.13.

As publicações foram lançadas na Feira do Livro de Porto Alegre e distribuídas a todas as universidades do Rio Grande do Sul, às Superintendências Regionais do IPHAN e às bibliotecas públicas de todos os estados da Federação⁵⁴³. Ainda assim, mesmo com a intenção de expandir a série a todos os prédios restaurados, conforme Bernasiuk explicitou no prefácio da primeira edição, a série limitou-se apenas aos dois primeiros volumes⁵⁴⁴.

Em 2010, foi criado o Programa de Educação Patrimonial, elaborado no ano anterior⁵⁴⁵, tendo como objetivo geral ampliar as atividades do programa continuado de educação patrimonial registrado junto a PROEXT. Além disso, objetivava a realização de convênios “visando ações de interesse comum, abrangendo elaboração de estudos e pesquisas, bem como, propostas de ações nas áreas de ensino, pesquisa e extensão”⁵⁴⁶.

No mesmo ano foi realizado um curso de extensão universitária com ênfase na recuperação de alvenarias e revestimentos pela ação de sais e umidade, ministrado pelo professor e arquiteto alemão Jörg Seele. O evento, intitulado “Conservação e Restauração de Edificações do Patrimônio Histórico: experiências na Alemanha”, foi uma parceria entre a SPH, Faculdade de Arquitetura, NORIE, PROEXT e Museu da UFRGS⁵⁴⁷.

A partir do Programa de Educação Patrimonial, implementaram-se diversas ações em 2011. Entre elas, destacam-se a Visita Guiada Teatralizada (VGT), a exposição Resgatando Memórias e o Encontro de Educação e Patrimônio Cultural, assim como cursos de capacitação e extensão que atingiram uma audiência de 592 pessoas naquele ano⁵⁴⁸.

A mais importante delas foi a Visita Guiada Teatralizada (VGT), um projeto que utiliza o teatro como recurso para sensibilizar e despertar o interesse do público para

⁵⁴³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010, op. cit., p.188.

⁵⁴⁴ BERNASIUK, 2007, op. cit., p.13.

⁵⁴⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2009, op. cit., p.146.

⁵⁴⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2011a, op. cit., p.271.

⁵⁴⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório: Avaliação Institucional Permanente da UFRGS: 2010**. Projeto PAIPUFRGS/SINAES: 6º Ciclo / UFRGS. Comissão Própria de Avaliação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013a, p.155. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sai/relatorios-de-autoavaliacao-institucional/arquivos-inicial/RelatriodeAutoavaliacaoInstitucionalano2010VersoFinal.pdf>. Acesso em: 24 de junho de 2019.

⁵⁴⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2012a, op. cit., p.295 e p.299.

a importância de preservar o Patrimônio Cultural. Idealizada por Nei Vargas, responsável pela ação na época, a VGT foi sendo aprimorada pelos seus sucessivos coordenadores, sendo realizada até hoje. A partir de um elemento lúdico, atores apresentam informações sobre o conjunto edificado da UFRGS. O espetáculo é encenado por estudantes do curso de Teatro do Instituto de Artes, misturando personagens reais e fictícios da Universidade⁵⁴⁹.

Segundo Devincenzi, coordenador da ação a partir de 2014, a VGT já foi “tema de reportagens de emissoras locais e da própria TV UFRGS, o que contribui para uma maior visibilidade desse projeto teatral”⁵⁵⁰. É considerada um elemento importante para a memória e o auto reconhecimento de variados grupos sociais. A VGT é para Devincenzi,

[...] uma ação de conexão entre a Universidade e as pessoas, apresentada de modo divertido, que possa fomentar esse sentimento de pertença e reconhecimento. Assim a comunidade tem condições de compreender a história da Universidade, como seu espaço foi produzido pelos homens através dos tempos, e qual é o seu valor cultural, social e afetivo para os mais diversos grupos.⁵⁵¹

A visita piloto foi realizada ao término do Encontro de Educação e Patrimônio Cultural em novembro de 2011. Segundo Ferrugem:

Nessa ocasião ocorreu a encenação dos atores, por meio de esquetes [...] integradas por dois alunos (um ator e uma atriz) que representaram os papéis dos fantasmas de um professor de Medicina e da primeira mulher a ser aluna do Curso. Eles evocavam as suas memórias do tempo das aulas; as dificuldades de uma mulher em um ambiente tipicamente masculino (que a discriminavam, no princípio); os primeiros amores e os saudosos Bailes da Reitoria. A atividade constou, unicamente, de caminhada pelos prédios de Química, Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS) e antiga Faculdade de Medicina tendo as interferências dos personagens quando os visitantes adentravam as edificações.⁵⁵²

A exposição “Resgatando Memórias” foi uma mostra itinerante que avançou para fora dos muros da Universidade ao ocupar, além dos restaurantes universitários, o Mercado Público. Esta exposição alcançou um número significativo de pessoas, visto que à época, cerca de 150.000 pessoas circulavam diariamente pelo Mercado Público. Além da exposição, foram oferecidos dois cursos: um de extensão chamado

⁵⁴⁹ DEVINCENZI, 2015, op. cit., p.184-185.

⁵⁵⁰ Idem, p.185.

⁵⁵¹ Idem, p.184.

⁵⁵² FERRUGEM, 2015, op. cit., p.51.

“Preservação do Patrimônio Cultural: Autenticidade e Patrimônio Cultural” – em parceria com o Museu da UFRGS, Associação de Conservadores e Restauradores do RS e Prefeitura Municipal –, com grande adesão de público, tanto interno quanto externo à Universidade; e outro de capacitação chamado “Modos de pensar, preservar e habitar o Patrimônio Histórico”⁵⁵³.

Para consagrar definitivamente a inserção da SPH no campo da educação patrimonial foi organizado o “Encontro de Educação e Patrimônio Cultural: estratégias para o desenvolvimento de cidades”, ocorrido no período de 03 a 04 de novembro de 2011, na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), uma parceria da Secretaria com o Curso de Museologia da UFRGS, através da professora Zita Possamai. O evento contou com 130 inscritos, entre pesquisadores, representantes de órgãos públicos, profissionais e estudantes, para palestras com 22 especialistas brasileiros em Educação Patrimonial abordando o “Patrimônio Cultural como meio sustentável, a partir da valorização e desenvolvimento social, intelectual, político e financeiro de cidades”⁵⁵⁴. Entre os convidados, nomes como Kátia Bogéa (atual presidente do IPHAN), Eduardo Hahn (à época diretor do IPHAE), Ana Goelzer Meira (à época Superintendente do IPHAN-RS), José Itaquí, Luiz Antônio Custódio, além da própria Zita Possamai.

Em 2013 foi realizada, na Sala Redenção, a primeira “Mostra de Cinema de Patrimônio Cultural”, composta por três sessões comentadas. Também foi realizado o primeiro “Seminário Comemorativo ao Dia do Patrimônio Histórico”. O evento teve como tema “A Relação das Instituições de Ensino Superior com seus Patrimônios Edificados”, e aconteceu em parceria entre SPH, Faculdade de Arquitetura e Museu da UFRGS⁵⁵⁵. Este importante evento para a história recente do SPH/SUINFRA teve mais quatro edições, tendo sido realizado pela última vez em 2017.

No ano seguinte foi criada a “Caminhada Orientada”, uma atividade mais concentrada na transmissão de conhecimentos técnicos acerca das edificações, diferente da VGT, de narrativa mais leve e maior interação com o público. No entanto,

⁵⁵³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2012a, op. cit., p.295.

⁵⁵⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório, Projeto PAIPUFRGS/SINAES: 7º Ciclo**, Avaliação institucional permanente da UFRGS, 2011. Porto Alegre: UFRGS, 2013c, p.49. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sai/relatorios-de-autoavaliacao-institucional/arquivos-inicial/RelatoriodeAutoavaliacaoInstitucional2011.pdf>. Acesso em: 24 de junho de 2019.

⁵⁵⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2014, op. cit., p.80.

o objetivo é o mesmo, promover a história, a cultura e a memória da Universidade através do seu patrimônio edificado⁵⁵⁶.

Inspirada na série “Manuais do Patrimônio Histórico Edificado da UFRGS”, em 2016 o SPH/SUINFRA lançou o livro “*Château*”, primeiro volume da série “Preservação do Patrimônio Edificado da UFRGS”. A série pretende abranger todos os prédios históricos da Universidade, abordando desde a trajetória histórica e as características arquitetônicas de cada edifício, até as concepções técnicas que o projeto de restauro dessas edificações.

4.4 Gestão Documental

Como suporte à realização das ações de recuperação do patrimônio edificado da Universidade, o SPH/SUINFRA desenvolve pesquisas históricas e iconográficas. Essas pesquisas auxiliam na identificação e na sustentação de técnicas, de materiais e de usos nas intervenções. Para tanto, realiza o levantamento de dados e informações acerca da memória, identidade e da história do fazer da UFRGS. O levantamento contínuo de material relativo a história e evolução dos prédios da UFRGS, assim como o desenvolvimento da documentação relativa a obra contemporânea do Setor, possibilitou ao SPH acumular um acervo (físico e digital) formado por imagens, documentação relativa aos projetos realizados e bibliografia de referência acerca da temática de patrimônio e da história da Universidade.

Esse material foi sistematizado e catalogado de forma a agilizar o acesso às informações, tanto interna quanto externamente. Nesse sentido, a partir de 2010 foi implementado o projeto de Gestão Documental, tendo como objetivo geral a “implantação de um programa de gestão para o acervo documental da SPH”⁵⁵⁷, além de elaborar um instrumento que consolidasse a documentação em uma base única. Somente no primeiro ano foram analisadas 3.960 fotos e 1.086 documentos entre projetos, plantas, livros, dossiês e matérias de jornais⁵⁵⁸.

Em 2011, o número de arquivos analisados aumentou totalizando 5.262 – entre fotos e documentos –, dos quais 552 foram catalogados. Além disso, neste ano a SPH

⁵⁵⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2015, op. cit., p.104.

⁵⁵⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2011a, op. cit., p.268.

⁵⁵⁸ Idem, ibidem.

começou a disponibilizar as imagens do seu acervo no Lume (Repositório Digital da UFRGS), tendo mais de quatro mil acessos no primeiro ano⁵⁵⁹.

Foram disponibilizadas para consulta 421 imagens que tiveram 849 downloads e 4143 acessos, somente no período de julho a dezembro. A origem dos downloads e dos acessos é bastante diversificada: Argentina, Chile, China, Colômbia, Estados Unidos, Hong Kong, Peru e Portugal, entre outros.⁵⁶⁰

No ano seguinte, houve um incremento de 854 novas imagens no acervo⁵⁶¹. Atualmente, o Acervo Fotográfico⁵⁶² do SPH no Lume disponibiliza 2025 imagens para acesso da comunidade.

A gestão documental no SPH/SUINFRA sofre há vários anos com a falta de espaço físico e de pessoal, mesmo quando o Setor ainda ocupava o prédio do instituto de Química. Com a mudança ocasionada pelo início das obras no prédio, o problema se agravou e a perspectiva de retornar após a conclusão das obras não se confirmou. Em 2017, uma parceria foi firmada com a PROEXT, a fim de que o acervo do Setor passasse para a guarda do Museu da UFRGS, onde seria “mais bem aproveitado pela comunidade externa e interna à Universidade”⁵⁶³, além de fornecer um local adequado para a guarda desse acervo documental.

4.5 Comunicação

Uma peça importante para o sucesso do PRPHC é a divulgação do trabalho realizado. A ação de Comunicação do SPH dava suporte às ações de Captação de recursos e Educação Patrimonial, como na realização das campanhas de captação de recursos para as obras de restauro dos prédios históricos, bem como, na divulgação de projetos e andamento das obras realizadas. Para tanto, atualmente são utilizados os seguintes canais de divulgação permanente⁵⁶⁴: o programa Momento do Patrimônio, semanalmente veiculado na Rádio da UFRGS; o informativo eletrônico

⁵⁵⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2012a, p.297.

⁵⁶⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2012a, p.295.

⁵⁶¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2013b, op. cit., p.400.

⁵⁶² Acervo fotográfico do Setor do Patrimônio Histórico no Lume. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/40500>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

⁵⁶³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2019, op. cit., p.109.

⁵⁶⁴ Idem, p.108.

Patrimônio Cultural em Foco; o canal no Youtube⁵⁶⁵, contando com todos os programas Momento do Patrimônio, além de inserções do SPH na TV UFRGS; as páginas nas redes sociais Facebook⁵⁶⁶, Twitter⁵⁶⁷ e Instagram⁵⁶⁸; e o site⁵⁶⁹ institucional onde são veiculadas notícias e informações sobre o Setor.

⁵⁶⁵ Canal do SPH no Youtube. Disponível em: <http://www.youtube.com/user/canalsphufrgs>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

⁵⁶⁶ Perfil do SPH no Facebook. Disponível em: <http://www.facebook.com/sph.ufrgs>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

⁵⁶⁷ Perfil do SPH no Twitter. Disponível em: http://twitter.com/SPH_UFRGS. Acesso em: 29 de julho de 2019.

⁵⁶⁸ Perfil do SPH no Instagram. Disponível em: http://www.instagram.com/sph_ufrgs/. Acesso em 29: de julho de 2019.

⁵⁶⁹ Site institucional do SPH. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/patrimoniohistorico/>. Acesso em 29: de julho de 2019.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal contribuição desta pesquisa foi ampliar e aprofundar o conhecimento acerca do patrimônio universitário, matéria ainda pouco explorada no Brasil e no mundo quando comparada com áreas tradicionais relativas ao patrimônio. Este trabalho teve como tema a gestão do patrimônio edificado da UFRGS. Seu objetivo foi documentar e analisar o processo de elevação do conjunto edificado do Campus Centro da UFRGS a patrimônio cultural, desde sua criação até os dias atuais, perpassando pelas incidências das gestões da Universidade, dos governos - em todas as esferas -, das legislações e da evolução do conceito de patrimônio.

Ao abordar o caso do campus central da UFRGS foi possível perceber sua exemplaridade no panorama nacional, assim como as ações de salvaguarda surgidas no âmbito dessa Universidade nas últimas três décadas do século XX. Essas ações pavimentaram o caminho que possibilitou a criação do Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS (PRPHC) e de uma secretaria especializada para a gestão do patrimônio edificado da Universidade, a Secretaria do Patrimônio Histórico (SPH).

Após documentar quase vinte anos do PRPHC e da SPH, foi possível constatar seu pioneirismo no panorama nacional e sua importância para a correta proteção, conservação e difusão do patrimônio universitário edificado da UFRGS. No entanto, foram identificadas dificuldades enfrentadas dentro da instituição decorrentes das diferentes visões de cada gestão, desviando o foco ou enfraquecendo as ações do Projeto. As constatações realizadas indicam que iniciativas como o PRPHC e a SPH precisam ser valorizadas e fortalecidas para gozar de maior independência institucional, superando uma condição de programa de gestão para efetivamente se tornar uma política instituída na universidade.

Ao longo do tempo, os espaços das universidades abrigaram as elites progressistas e subversivas do planeta. As camadas intelectuais de maior instrução nelas disfrutaram da liberdade para pensar, se expressar e resistir. Esse é o espírito que habita as universidades. Por isso, ao poder sempre interessou instrumentalizar as universidades, tanto em democracias quanto nas ditaduras.

Em conferência⁵⁷⁰ sobre o patrimônio das universidades, Marta Catarino Lourenço ressaltou que um dos principais problemas dos museus universitários reside na questão da especificidade versus redundância. Em uma tentativa legítima de se consolidar, ao se comparar aos demais museus - essencialmente muito parecidos - os museus universitários não levam em conta a sua especificidade. Segundo Lourenço, as coleções e museus universitários “foram planejados, construídos, geridos, organizados, ampliados, negligenciados e desmantelados, por professores, estudantes, pesquisadores, reitores, bibliotecários e alunos”. Portanto, a natureza e a história dessa instituição secular – a universidade - deve ser levada em conta, do contrário, é inevitável que se considere “caótica a heterogeneidade e a complexidade dos museus, das coleções e do patrimônio das universidades”.

As Universidades Patrimônio Mundial (UPM), instituições reconhecidas pela UNESCO⁵⁷¹ pelo seu valor excepcional universal, são exemplos máximos da contribuição das universidades para a humanidade. A partir desse movimento de reconhecimento do valor do patrimônio universitário, iniciado em 1987 com a inclusão da Universidade da Virgínia (UVA) na Lista de Patrimônio Mundial, a pesquisa identificou uma série de encontros no sentido de ampliar as possibilidades de afirmar sua autonomia e criar uma rede de cooperação entre as universidades para proteger, conservar e difundir seu patrimônio.

Atualmente, a nível internacional, existem dois grandes fóruns que tratam do tema do patrimônio universitário: Universeum (2000) e UMAC (2001). O primeiro atua somente na Europa, tem um conceito de patrimônio universitário muito abrangente e resulta da reunião de doze das mais antigas universidades europeias, imbuídas da responsabilidade de preservar seu patrimônio. Esse conceito de patrimônio universitário, diferente do conceito que vem da comunidade do setor dos museus e da cultura, pode se chamar de transversal, pois abrange edifícios, bibliotecas, arquivos, museus, coleções, entre outros, não se restringindo a um ou outro patrimônio. Já o UMAC se concentra na preservação e difusão das coleções e museus universitários.

A questão da especificidade dos museus e coleções universitárias levantada por Lourenço pode ser estendida a todo o patrimônio universitário, em sua riqueza,

⁵⁷⁰ Realizada em julho de 2019 durante o 4º SEBRAMUS.

⁵⁷¹ Reconhecimento atribuído através da observação de ao menos um dos dez valores definidos pela entidade para a distinção de Patrimônio Mundial conforme Convenção sobre Patrimônio Mundial de 1972.

complexidade, heterogeneidade e singularidade. Ao longo da história, a universidade foi “ao mesmo tempo uma entidade estável e ultra-volátil”. Sendo uma das “três instituições⁵⁷² seculares a sobreviver desde a reforma protestante sem qualquer interrupção até os nossos dias”, a universidade tem na sua capacidade de adaptação às mais diversas circunstâncias políticas, sociais e econômicas; e na preservação de um “núcleo constante de valores” - como a curiosidade, a criatividade, a imaginação, a liberdade, o espírito crítico, a circulação aberta de pessoas e ideias – as principais razões para sua longevidade.

Tais valores são comuns não só às contribuições dessas instituições ao progresso da sociedade, como também às sociedades abertas, democráticas e plurais. O patrimônio universitário – em todas as suas dimensões - deve ser usado como testemunho desse conjunto de valores para cada nova geração, sendo imprescindível que seja preservado levando em conta toda a sua especificidade, que o diferencia e visibiliza sua relevância.

A história da UFRGS confunde-se com as de universidades como a USP, UFRJ, UFPR, UFMG e UFBA. As mais antigas e tradicionais universidades brasileiras têm raízes similares. Suas origens remontam a estabelecimentos de ensino isolados como as faculdades e as escolas livres. As primeiras universidades no Brasil surgiram em nível regional, a partir da justaposição de faculdades existentes, ainda na primeira metade do século XX. Sua consolidação acontece na segunda metade do mesmo século, marcado por instabilidade e disputas no campo político-ideológico. Entre tempos de autoritarismo e democracia, a universidade no Brasil se transforma e se moderniza influenciada pelo modelo norte-americano (Universidade-Sistema), deixando para trás os modelos que inspiraram sua criação – o modelo humboldtiano (alemão) e o modelo napoleônico (francês).

A natureza resiliente dessas instituições possibilitou que se expandissem para novos territórios, se aprimorassem com a consolidação da pesquisa e pós-graduação e se adaptassem, ao mesmo tempo que resistiam às transformações da sociedade brasileira. Ao longo de sua história, essas entidades construíram seu patrimônio com o esforço de diversas gerações, cada qual com sua contribuição, deixando um patrimônio ímpar para as próximas gerações, testemunho dos valores dessa instituição secular.

⁵⁷² São elas: a universidade; o Parlamento da Islandia; e o Parlamento da Ilha de Man.

Em Porto Alegre, o conjunto de prédios do Campus Centro é testemunha material da história da UFRGS. Os prédios ecléticos, sedes dos primeiros estabelecimentos de ensino superior da capital do Estado, foram construídos por iniciativa da comunidade, com o apoio dos governos municipal e estadual, interessados no desenvolvimento do ensino superior em nível regional. Mesmo tratando-se de unidades de ensino isoladas, coincidentemente, para sua localização foi escolhido o Campo da Redenção, uma “várzea” localizada na periferia do núcleo central da cidade.

Nesse local, durante as três primeiras décadas do século XX, edificou-se um complexo universitário composto por 13 edifícios⁵⁷³, projetados por arquitetos nacionais e estrangeiros, completamente integrado à malha urbana da cidade, somando-se à totalidade de prédios monumentais construídos em Porto Alegre naquele período e seguindo o estilo arquitetônico corrente à época, o Ecletismo. Ajudaram a construir os prédios universitários do *período da arquitetura eclética* nomes como Manoel Itaquí de Assunção, João José Pereira Parobé, Théo Wiederspahn, Adolph Stern, Chrétien Hoogenstraaten, Rudolf Ahrons, Francesco Andriquetto, Paolo Paganini, Herman Otto Menchen, entre outros.

Em 1934, a partir de um processo de expansão e modernização do ensino superior no Estado, nasceu a Universidade de Porto Alegre (UPA), através da união dessas escolas e faculdades. A partir de então, enquanto a Universidade crescia, planos de expansão eram desenvolvidos a fim de adequar o espaço físico da Universidade às novas demandas. Inicialmente planejados nas adjacências do campus, os planos foram se transformando a medida que as necessidades se modificavam.

Nas duas décadas seguintes, ao mesmo tempo que novos planos envolvendo a mudança da UPA para uma Cidade Universitária em outros locais da cidade eram estudados, apenas ampliações e reformas foram executadas nos prédios existentes. Pode-se afirmar que essas obras foram respeitadas às edificações, pois apesar de terem sido utilizadas técnicas construtivas diferentes da época em que foram

⁵⁷³ Incluem-se nesta soma dois prédios que não permaneceram: o Colégio Júlio de Castilhos (incendiado, dando lugar ao prédio da Faculdade de Ciências Econômicas) e o Instituto de Educação Doméstica e Rural (demolido, dando lugar ao prédio da Faculdade de Arquitetura). Não está incluído na soma o prédio da Faculdade de Agronomia, por não se localizar no Campus Centro.

construídas, as ampliações foram feitas por analogia respeitando seu aspecto formal, o que demonstra o reconhecimento de valor artístico da arquitetura eclética.

Nos anos 1950 a Universidade é federalizada, trazendo um novo ciclo de desenvolvimento, o período da arquitetura moderna, sendo liderada pelo reitor Eliseu Paglioli. Consciente da iminente necessidade de expansão, e sem poder esperar pela nova Cidade Universitária, Paglioli construiu nesse período 11 novas edificações, ocupando densamente o campus universitário. Esses edifícios possuem características da arquitetura do movimento moderno, vigente no Brasil naquela época. As novas edificações possuíam implantação mais solta e maior altura se comparadas aos edifícios ecléticos, acompanhando o processo de verticalização vivido em Porto Alegre a partir dos anos 1950.

Em um momento de disputas no campo político-ideológico no Brasil, a Universidade resiste e se expande mais uma vez. Devido a reforma do sistema de ensino superior brasileiro implantada no período da ditadura civil-militar, a UFRGS construiu um novo campus próximo a Faculdade de Agronomia, o Campus do Vale. A Reforma Universitária de 1968, inspirada no arquétipo norte-americano da Universidade-Sistema, modificou a estrutura da universidade brasileira, onde a cátedra foi substituída pelo departamento, considerado a menor fração da estrutura universitária. Entendendo que o novo modelo não funcionaria nas universidades formadas por unidades isoladas, pois necessitava de integração física em um campus compacto, nessa época foram construídos diversos campi universitários por todo o Brasil, entre eles o Campus do Vale⁵⁷⁴ da UFRGS.

O argumento das unidades isoladas fazia sentido em universidades em que seus edifícios se encontravam espalhados na malha urbana da cidade – contexto da maioria das universidades brasileiras na época. No entanto, não se adequava ao caso da UFRGS, que tinha a maioria de suas unidades reunidas no Campus Centro. Todavia, a Universidade necessitava de mais espaço físico para suprir o aumento do número de vagas gerado pelos novos cursos e departamentos criados desde a expansão de Paglioli, que já havia construído algumas edificações nos locais que futuramente abrigariam o Campus do Vale e o Campus Saúde.

⁵⁷⁴ Para além do Campus do Vale, a UFRGS expandiu-se para o Campus Olímpico e o Campus Saúde. Atualmente, a UFRGS possui unidades em Porto Alegre, Eldorado do Sul, Gramado, Tramandaí, Imbé e Capão da Canoa.

Em 1969, as edificações que pertenciam à Escola de Educação Física somaram-se à estrutura física da UFRGS, sendo o início do que hoje conhecemos como Campus Olímpico. Ao invés da UFRGS se mudar para um único campus, concentrando todas suas unidades, consolidou-se numa estrutura multi-campi. Entretanto, historicamente, forças externas geralmente advindas do poder municipal, traçavam planos antagônicos aos da Universidade para o “polígono universitário” formado pelos dois quarteirões do Campus Centro. O local, palco de inúmeras disputas desde que começou a ser ocupado pelas primeiras escolas, resistiu por mais de oitenta anos a diversos planos diretores, mas o tempo deixou suas marcas.

A Reforma Universitária trouxe consigo um aumento das atividades acadêmicas de ensino e pesquisa, fazendo com que os prédios do período eclético sofressem pelas adaptações e soluções precárias decorrentes do próprio desenvolvimento científico e tecnológico, forçando a expansão física através de patamares e vãos de escada, corredores e principalmente pela construção de mezaninos. Tal situação, combinada com a falta de manutenção, agravou ainda mais o desgaste natural que o tempo impôs a essas edificações.

A iminente mudança dos primeiros cursos para o Campus do Vale geraria espaços vazios no campus central, suscitando discussões sobre o que haveria de ser feito neles. Ao mesmo tempo, dentro da Universidade se iniciava um movimento de valorização do seu patrimônio através do resgate de sua história e memória. Considerado o primeiro movimento patrimonialista da UFRGS, a Comissão da História criada em 1977, trabalhou para a preservação dos bens culturais da Universidade, classificando e recuperando documentos e materiais pertinentes à origem e ao desenvolvimento da Instituição, além de elaborar publicações sobre sua história e memória. Ressalta-se que a Comissão entendia o resguardo da memória da UFRGS para além de um culto ao passado, abrangendo também o registro do presente, propiciando assim uma nova cultura na Universidade.

Em 1984 foi criado o Projeto Especial do Museu Universitário, a partir do reconhecimento da importância dos acervos da Universidade nas mais diversas áreas. O Museu tornou-se um espaço permanente de interação com a sociedade através da promoção de mostras, encontros científicos, oficinas de criatividade, palestras, apresentação de vídeos e exposições, atuando de forma itinerante por muitos anos até conquistar sua sede própria no início dos anos 2000.

O trabalho desenvolvido por essas duas iniciativas contribuiu diretamente para a salvaguarda das memórias da Universidade. Tais iniciativas foram essenciais para o processo de ativação patrimonial da UFRGS ocorrido nos anos seguintes, no sentido de que “só se conserva o que se valora”⁵⁷⁵.

O Projeto do Centro Cultural proposto pelo Reitor Francisco Ferraz em 1986, para além de proporcionar um grande acontecimento cultural para a cidade, constituiu uma estratégia de gestão para chamar a atenção da sociedade quanto a importância do patrimônio universitário através dos edifícios do período eclético da UFRGS. Propôs sua restauração, assim como intervenções nos espaços abertos adjacentes às edificações dos quarteirões do Campus Centro, transformando este espaço em um grande Centro Cultural para Porto Alegre. O financiamento do Projeto seria feito através de renúncia fiscal (Lei Sarney), similar ao que acontece atualmente através da Lei Rouanet. No entanto, como já apontado, o Projeto do Centro Cultural não se concretizou e o Campus Centro nunca foi desocupado.

Mais de uma década depois, um novo projeto é criado para dar conta da demanda dos prédios históricos do Campus Centro, alguns já interditados e apresentando avançado grau de degradação. Beneficiando-se da nova lei federal de incentivo à cultura, a Lei Rouanet, o Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural seria financiado através de doações de pessoas físicas e empresas (mecenato), pelo mecanismo chamado “Incentivo a Projetos Culturais” do PRONAC. Para tanto os prédios teriam de ser tombados em nível federal. Imbuída da necessidade de resolver o antigo problema dos prédios históricos, a gestão da Reitora Wrana Panizzi, juntamente com o Superintendente de Espaço Físico, Christoph Bernasiuk, trataram de adequar o projeto às leis de incentivo à cultura.

Em 1998 foi elaborado um inventário dos 11 prédios históricos do Campus Centro, acrescidos do prédio da Reitoria e da Faculdade de Agronomia. Remetido ao IPHAN para tombamento do conjunto, apenas foi deferido o tombamento dos prédios da Faculdade de Direito e do Observatório Astronômico. Uma alteração de 1999 nas exigências da Lei Rouanet permitiu que prédios com qualquer nível de acautelamento pudessem participar do PRONAC beneficiando-se da Lei. Diante dessa alteração, submeteu-se à assembleia legislativa do estado um projeto de lei para elevação à categoria de bens integrantes do patrimônio cultural do Estado os prédios do

⁵⁷⁵ Frase atribuída ao arquiteto Júlio Curtis, professor da Faculdade de Arquitetura da UFRGS e primeiro superintendente do IPHAN no Rio Grande do Sul.

inventário de 1998. Com isso o PRPHC estava apto a captar recursos para todos os prédios.

É nesse contexto, tendo em vista aperfeiçoar a gestão e conduzir as ações do PRPHC, que surge a SPH em 2000. A então Secretaria restaurou completamente seis prédios nos primeiros seis anos de atuação, incluindo as duas edificações tombadas em nível federal. Mesmo com as dificuldades de captação advindas da crise financeira mundial de 2007-2008, o SPH entregou a sétima restauração em 2009, o prédio da Faculdade de Agronomia no Campus do Vale. Além desses, o SPH realizou e executou projetos para todo o Campus Centro, inclusive nas áreas de entorno aos prédios.

Importante destacar que ao final do reitorado de Wrana Panizzi em 2004, foi criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural (IPaHC) da UFRGS, órgão complementar da Universidade, com a intenção de fortalecer e ampliar as ações do PRPHC. O IPaHC foi concebido para ser o próximo passo do PRPHC, de forma que a tendência esperada para os rumos da SPH era sua incorporação ao Instituto.

Em 2012, a partir de uma reformulação das prioridades da segunda gestão do Reitor Alexandre Netto, a SPH foi transformada em um setor da Superintendência de Infraestrutura (SUINFRA), mantendo suas funções básicas, porém com menor poder de decisão devido sua nova condição institucional. A partir de então, o SPH como setor passou a responder a demandas da SUINFRA, descaracterizando a finalidade que tinha quando secretaria.

Em 2013 uma importante vitória foi conquistada pelo SPH quando o IPHAN delimitou a área de entorno dos prédios da Faculdade de Direito e do Observatório Astronômico, área que engloba os dois quarteirões do Campus Centro. A proteção proporcionou maior respaldo para os pareceres técnicos do Setor em resposta às demandas de uso do Campus Centro pelas unidades de ensino.

Ao longo de sua história, o SPH desenvolveu uma cultura de Educação Patrimonial voltada para a preservação das edificações na Universidade, através de visitas guiadas teatralizadas, caminhadas orientadas, publicações, além de realizar palestras, exposições, cursos e seminários, em parceria com órgãos internos e externos à Universidade. Seus projetos de restauro e de educação patrimonial foram motivo de orgulho para a UFRGS com premiações nos âmbitos regional, nacional e internacional, tendo vencido em 2006 o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, maior honraria nacional no campo do patrimônio.

Em 2015 e 2018, respectivamente, foram entregues restaurados os prédios Centenário da Escola de Engenharia e o novo Centro Cultural (antigo Instituto de Química). Além disso, novos projetos estão em vista como o restauro da Capela de São Pedro na Escola Experimental Agronômica e a acessibilidade do prédio da Rádio.

Após quase 120 anos de história, o Campus Centro resistiu às mudanças propostas pelos planos diretores da cidade de Porto Alegre, mantendo seu valor de centralidade, embora carecesse de um plano diretor interno que regulasse sua expansão e gestão. Apesar de mencionado diversas vezes nos relatórios de gestão, o plano diretor do Campus Centro permanece sendo uma demanda atual. Com uma ocupação inicialmente dispersa e espontânea, o Campus Centro foi posteriormente expandido de forma vertiginosa na época de Paglioli. O resultado foi uma profusão de correntes arquitetônicas⁵⁷⁶, à primeira vista caótica pela sobreposição de estilos, mas que para olhos mais atentos revelam belezas escondidas e a vitalidade desse singular conjunto.

As experiências que ocorrem nas Universidades Patrimônio Mundial (UPM) servem como referência para as ações na UFRGS. Dentre erros e acertos, muito pode ser aprendido. No entanto, para os casos locais em universidades brasileiras, à semelhança dos casos internacionais, suas especificidades e diversidades precisam ser consideradas para que novas propostas ocorram de forma contextualizada à realidade local.

Nas UPM, identificou-se ações de gestão do patrimônio universitário análogas às realizadas na UFRGS, como a existência de escritórios especializados na identificação, valoração, conservação e promoção do patrimônio universitário. Todavia, o grande apelo daquelas instituições oriundo da nomeação como Patrimônio Mundial pela UNESCO as coloca em outro patamar. A exploração do seu patrimônio através do turismo é uma realidade, trazendo inclusive recursos financeiros para as UPM. A chancela da UNESCO proporciona maiores possibilidades de realização de parcerias a nível nacional e internacional – como aquelas vistas nas declarações de Alcalá e do México –, assim como o compromisso contínuo com o patrimônio universitário por parte das gestões dessas instituições para manter o título concedido pela UNESCO.

⁵⁷⁶ A delicadeza e os detalhes nas linhas naturais do Art Nouveau; o historicismo da arquitetura eclética, carregada de informação de variadas épocas; o proto-moderno Art Déco, que abriu as portas para o racionalismo e o funcionalismo da Arquitetura Moderna.

Destaca-se também a contemporaneidade do PRPHC em relação às experiências análogas internacionais observadas principalmente a partir dos anos 1990. O que demonstra que as ações da UFRGS estiveram em consonância com os avanços em relação ao patrimônio universitário a nível mundial. No Brasil, o Projeto teve caráter pioneiro, juntamente com a iniciativa do Centro de Patrimônio Cultural da USP. Esse destaque, foi reconhecido nacional e internacionalmente, todavia, pouco foi feito no sentido de criar e consolidar redes de colaboração com outras universidades, nacionais e internacionais, para troca de experiências e crescimento conjunto.

As ações anteriores ao PRPHC, como o Centro Cultural, o Museu da UFRGS e a Comissão da História, também estiveram em consonância com os avanços em relação ao patrimônio – cada qual em seu tempo – e pavimentaram o caminho para que o Projeto Resgate e a SPH pudessem se tornar uma realidade. Da mesma forma, as primeiras intervenções nos prédios históricos, ainda na primeira metade do século XX, foram respeitadas às edificações, reconhecendo de forma precoce o valor da arquitetura eclética.

As contribuições das ações que antecederam o PRPHC, principalmente no campo da memória, estabeleceram uma cultura de preservação dos bens culturais da Universidade. Ao mesmo tempo, criaram novas formas de relação com a comunidade dentro e fora da UFRGS, colaborando para a difusão do patrimônio universitário para além dos seus muros.

Desde 2000, o SPH restaurou completamente nove⁵⁷⁷ prédios históricos da Universidade, respondendo a diferentes demandas da comunidade universitária. Contribuiu também para a consolidação e manutenção de uma cultura de preservação do patrimônio universitário dentro da UFRGS através de ações de documentação e educação patrimonial.

Apesar de todas as dificuldades, o SPH vem desenvolvendo um trabalho reconhecidamente exitoso desde sua criação. Entretanto, em 2017, ações consideradas fundamentais para o sucesso do PRPHC, como educação patrimonial e gestão documental, que já vinham sofrendo com a falta de apoio institucional, passaram a ser conduzidas pelo Museu da UFRGS em uma parceria com a

⁵⁷⁷ Foram restaurados nove de um total de treze prédios da primeira geração, desses, os onze remanescentes no Campus Centro, a Faculdade de Agronomia no Campus do Vale e a Capela de São Pedro na EEA.

PROEXT. Fato que demonstra o crescente descaso das gestões da UFRGS para com o PRPHC notadamente a partir de 2012, quando a SPH foi absorvida pela SUINFRA. Em um momento de desvalorização da educação no país, com reflexos diretos nos orçamentos das universidades públicas, esse tipo de iniciativa deveria ser valorizada e fortalecida, uma vez que promove a preservação do patrimônio edificado da Universidade em parceria com a comunidade interna e externa, compartilhando a responsabilidade para com seu patrimônio.

Por fim, considerando as constatações realizadas na presente pesquisa, propõe-se as seguintes estratégias de gestão e salvaguarda do patrimônio universitário da UFRGS:

- Separar responsabilidades entre SUINFRA e SPH, visto sua desconexão conceitual;
- Garantir independência institucional através da efetivação do IPaHC⁵⁷⁸, tendo sua coordenação exercida por profissional com formação e experiência na área de cultura e patrimônio;
- Desenvolver e implantar um plano de conservação preventiva dos Prédios Históricos;
- Desenvolver plano diretor para o Campus Centro com base nas pesquisas já desenvolvidas para balizar futuras ações no referido campus, enfatizando o tratamento de conjunto arquitetônico – relação com a cidade, espaço intraurbano e suas demandas de sustentabilidade;
- Fortalecer e ampliar parcerias com outras unidades da Universidade considerando e valorizando a expertise dos seus profissionais e as pesquisas desenvolvidas em áreas que contribuam para a gestão do patrimônio universitário;
- Criar redes permanentes de cooperação com outras universidades nacionais e internacionais, tendo em vista a gestão, conservação e difusão do patrimônio universitário.

Sabe-se que a continuidade e vitalidade de um projeto de tal porte costuma ser relacionada com os resultados alcançados. No entanto, há de se considerar que os resultados desse projeto dependem do empenho e comprometimento dos reitores em

⁵⁷⁸ Órgão complementar da UFRGS criado em 2004 para ser um grande laboratório de pesquisa e desenvolvimento de ações de preservação e educação patrimonial.

suas gestões, da relação de cooperação com as unidades acadêmicas e com a comunidade, da capacidade de sua equipe inovar, implementar novas ações e adaptar-se a novas demandas que incidem sobre o patrimônio universitário. Portanto, ao conduzir as ações de gestão do patrimônio universitário é necessário levar em conta todo o processo de construção envolvido, incluindo seus antecedentes, para além de resultados pontualmente alcançados.

REFERÊNCIAS

ALICE, Edison Zanckin. **Cidade Universitária da Ilha do Fundão: Seus planos, seus edifícios.** 2004. 148 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de. **Patrimônio.** O seu entendimento e a sua gestão. Porto: Etnos, 1998.

BLANCO, Javier Rivera – **Declaración de Alcalá sobre la protección, conservación y difusión del patrimonio universitario.** Madrid: UAH, 2013.

BERNASIUK, Cristoph. Prefácio. In: Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul. Secretaria do Patrimônio Histórico. **Manuais do Patrimônio Histórico Edificado da UFRGS: cartas patrimoniais e legislação.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007, p.13.

CARVALHO, Clarissa de S. **Práticas discursivas de preservação do patrimônio histórico e cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998-2008).** 2010. 77 f. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de. **Conservação preventiva de edifícios e sítios históricos: pesquisa e prática.** Revista CPC, n. 18, p. 141-153, 17 dez. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/88655>. Acesso em: 30 de março de 2019.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: UNESP, 2006.

_____. **O Patrimônio em Questão. Antologia para um Combate.** Coleção Patrimônio. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

DECLARACIÓN DE SALAMANCA, 2008. **Declaración de Salamanca sobre o patrimonio histórico-cultural das Universidades.** Salamanca. 2008. Disponível em: http://saladeprensa.usal.es/files/Declaraci__n_de_Salamanca.pdf. Acesso em: 22 de julho de 2018.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. A paisagem como documento: parecer sobre o Campus da UFRGS – Porto Alegre/RS. In: BRAGHIROLI, Ângelo Carlos Silveira (Org.). **Paisagens do Sul.** Porto Alegre: IPHAE, IPHAN. 2009. p.97-101.

DEVINCENZI, Diego Speggorin. Ações de Educação Patrimonial na UFRGS: A Visita Guiada Teatralizada. In: **Semina – Revista dos pós-graduandos em História da UPF.** Passo Fundo, v.14, n.2, p. 176-192, 2015. Disponível em: <http://www.seer.upf.br/index.php/ph/article/view/5624/3594>. Acesso em: 25 de julho de 2018.

EFROM, Bianca. **A identidade e a marca da Secretaria de Patrimônio Histórico da UFRGS**. 2010. 153 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

ENCYCLOPEDIA of 20th-Century Architecture. New York: Abrams, 1987.

FERNANDES, Roberto Lima. **O valor econômico do mural 'As Profissões' de Aldo Locatelli, patrimônio cultural da UFRGS**. 2017. 147 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) Centro Universitário La Salle, Canoas, 2017.

FERRAZ, Francisco. Depoimentos reitores. In: OLIVEIRA, Carmem Regina; LICHT, Flavia Boni (Org.). **UFRGS 70 anos**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p.89-117.

FERRUGEM, Isabel Cristina Francioni. **Educação, Patrimônio e Luicidade: A experiência educativa do Setor do Patrimônio Histórico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SPH/UFRGS)**. 2015. 89 f. Monografia (Graduação em Museologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

FIGUEIREDO, Rita Maria Mendonça. Praia de Belas, o Campus da UFRGS que nunca existiu. In: FIALHO, Daniela Marzola; SANTOS, Nádia Maria Weber; MONTEIRO, Charles (Orgs). **Anais do 1º Colóquio Internacional de História Cultural da Cidade - Sandra Jatthy Pesavento**. 1ª Ed., p.764-774. Porto Alegre: Marca Visual, PROPUR & GT História Cultural/RS, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturals/53CDRitaMariaMendoncadeFigueiredo.pdf>. Acesso em 14 de junho de 2019.

GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta C. Reflexões sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia na Atualidade. In: **Revista Memória em Rede**, v.2, n.4, p. 85-104, dez. 2010 / mar. 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9535>. Acesso em: 30 de março de 2019.

HENNEMANN, José Carlos Ferraz. Apresentação. In: Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul. Secretaria do Patrimônio Histórico. **Manuais do Patrimônio Histórico Edificado da UFRGS: cartas patrimoniais e legislação**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007, p.9.

KOWARICK, Adriana Coelho Borges; QUADROS, Marta Campos de Quadros. **Projeto de recuperação do prédio da Faculdade de Agronomia**. Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, Categoria preservação de bens móveis e imóveis. Edição 2010. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/187982>. Acesso em: 27 de junho de 2019.

LOURENÇO, Maria Cecília França et al. Comissão de Patrimônio Cultural. **Bens Imóveis Tombados ou em Processo de Tombamento da USP**. São Paulo, Edusp/Imesp, 2002.

LUCCAS, Luís Henrique Haas. **Arquitetura moderna brasileira em Porto Alegre: sob o mito do "gênio artístico nacional"**. Tese (Doutorado em Arquitetura). Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, 2004.

MARTINEWSKI, André Luis. Serestarficar e não parar no tempo. In: UFRGS. **Invisíveis lugares**: serestarficar (catálogo da exposição organizada pelo Museu da UFRGS). Porto Alegre: UFRGS, 2009, p.11.

MEIRA, Ana Lúcia. **O passado no futuro da cidade**: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2004.

NUNES, José Luiz Martins. **Rupturas do Brasil recente**. Caxias do Sul: Maneco Livr. & Ed., 2005.

OLIVEIRA, Carmem Regina; LICHT, Flavia Boni (Org.). **UFRGS 70 anos**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

OLIVEIRA, Dóris Maria Demingos. **Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS**: Estudo do perfil dos incentivadores para o restauro do Prédio da Faculdade de Direito. 2017. 107 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) Centro Universitário La Salle, Canoas, 2017.

PERRONE, Luiz Francisco. **A Universidade Federal do Rio Grande Do Sul e a preservação de seu acervo histórico** – Dos primeiros anos até o Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural. 2019. Monografia (Especialização em Arquitetura e Patrimônio) FAVENI, Porto Alegre, 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um dia, um outro tempo. In: **UFRGS 70 anos**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p.9-75.

PICCININI, Sônia Maria. **Redes de Colaboração e Patrimônio de C&T**: O Papel do Herbário ICN da UFRGS na Transmissão e Preservação de Valores e de Práticas Científicas. 2015. 76 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) Centro Universitário La Salle, Canoas, 2015.

PINTO, Gelson De Almeida; BUFFA, Ester. **Arquitetura e educação**: câmpus universitários brasileiros. 1 ed. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

REIS FILHO, Nestor Goulart. A CPC e os Imóveis de Interesse Cultural. In: LOURENÇO, Maria Cecília França et al. Comissão de Patrimônio Cultural. **Bens Imóveis Tombados ou em Processo de Tombamento da USP**. São Paulo, Edusp/Imesp, 2002, p22-26.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos**: a sua essência e a sua origem. (Tradução Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel). São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. Cotidiano acadêmico e patrimônio universitário: Ritmos de duração na cidade. In: **Iluminuras**: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS. Porto Alegre, n.18. 2007. 12 p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/30147>. Acesso em: 25 de julho de 2018.

RODRIGUES, Noêmia Fátima. **Contribuições da Lei Rouanet para o Projeto Resgate do Patrimônio Histórico da UFRGS**: Estudo de caso. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) Centro Universitário La Salle, Canoas, 2015.

TONIOLI, Renata Manara. **Cidade e Universidade**: Arquitetura e configuração urbana do Campus Centro da UFRGS. 2014. 238 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

TORRES, Claudia Felipe. **Al Abrigo Del Alma Mater**. Patrimonio Cultural Universitario: valores y experiencias de gestión desde la Universidad de La Habana. 2015. 423 f. Tesis Doctoral (Programa doctoral: Historia y Artes) Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Granada, Granada, 2015.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Centro de Preservação Cultural. **Cidades Universitárias**: patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP. São Paulo: Edusp; Imesp, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Uma fase em sua história**. Relatório: reitorado do prof. Elyseu Paglioli: 13 de agosto de 1952 a 13 de abril de 1964. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 1964.

_____. **Relatório 1969**: gestão reitor Prof. Eduardo Z. Faraco. Porto Alegre: UFRGS, 1969.

_____. **Relatório da Gestão da Eduardo Faraco**: 1968-1972. Porto Alegre: Edições UFRGS, 1972.

_____. **Quatro anos de administração universitária**: a consolidação da reforma: relatório da gestão Ivo Wolf: 1972/76. Porto Alegre: UFRGS, 1976.

_____. Pró Reitoria de Planejamento. **Expansão do Ensino Superior**: estudo do fenômeno no RGS e na UFRGS. Porto Alegre: Gráfica da Universidade, 1977.

_____. **Relatório 76-80**: gestão Reitor Prof. Homero Só Jobim. Porto Alegre: UFRGS, 1980.

_____. **Relatório 1980**: [gestão Reitor Prof. Earle Diniz Macarthy Moreira]. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 1980a.

_____. **Relatório 1981**: [gestão Reitor Prof. Earle Diniz Macarthy Moreira]. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 1981.

_____. **Relatório 1982**: [gestão Reitor Prof. Earle Diniz Macarthy Moreira]. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 1982.

_____. **Relatório 1983**: [gestão Reitor Prof. Earle Diniz Macarthy Moreira]. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 1983.

- _____. **Projeto Centro Cultural**. Porto Alegre: UFRGS, 1987.
- _____. Pró Reitoria de Extensão. **Relatório**: gestão 1988/1992. Porto Alegre: Gráfica da Universidade, 1992.
- _____. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. **Relatório de atividades**: 1988-1992. Porto Alegre : UFRGS, 1992.
- _____. **Os prédios históricos da UFRGS**: atualidade e memória. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- _____. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural da UFRGS**. Primeiro Campus Universitário do Brasil. Primeira Universidade Técnica. Porto Alegre: UFRGS, 1998. (Acervo do SPH. Não publicado)
- _____. **Proposta para tombamento do Campus do Centro**: Inventário do Acervo Edificado da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2000. (Acervo do SPH. Não publicado).
- _____. **Relatório de Gestão 2000**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ufrgs-2000>. Acesso em: 19 de junho de 2019.
- _____. **Relatório de Gestão UFRGS: Exercício - 2002**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ufrgs-2002>. Acesso em: 21 de junho de 2019.
- _____. Secretaria do Patrimônio Histórico. **Patrimônio histórico e cultural da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- _____. **Relatório de Gestão UFRGS: Exercício - 2003**. Porto Alegre: UFRGS, 2004a. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ufrgs-2003>. Acesso em: 21 de junho de 2019.
- _____. **Relatório**: projeto PAIPUFRGS/SINAES - 3. ciclo avaliação institucional permanente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. RAAI 2004-2005. Porto Alegre: UFRGS, 2004-2005. Disponível em: http://www.ufrgs.br/sai/avaliacao-interna/arquivos-3o-ciclo/relatorio_avaliacao_institucional_UFRGS_2004_2005.doc>. Aceso em 22 de julho de 2019.
- _____. **Relatório de Gestão UFRGS: Exercício - 2004**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ufrgs-2004>. Acesso em: 22 de junho de 2019.
- _____. **Relatório de Gestão UFRGS: Exercício - 2005**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ufrgs-2005>. Acesso em: 22 de junho de 2019.
- _____. Secretaria do Patrimônio Histórico. **Manuais do Patrimônio Histórico Edificado da UFRGS: cartas patrimoniais de legislação**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

_____. Secretaria do Patrimônio Histórico. **Manuais do patrimônio histórico edificado da UFRGS: Faculdade de Direito**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007a.

_____. **Relatório Anual 2006**. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração. Porto Alegre: UFRGS, 2007b. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ufrgs-2006>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

_____. **Relatório de Gestão 2007**. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ufrgs-2007>. Acesso em: 19 de junho de 2019.

_____. **Invisíveis lugares**: serestarficar (catálogo da exposição organizada pelo Museu da UFRGS). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____. **Plano de Gestão. Período: 2008-2012**. Planejamento de Atividades de Órgão da Administração Central. Porto Alegre: UFRGS, 2009a. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/arquivos/plano-de-gestao-2008-2012>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

_____. **Relatório de Gestão 2008**. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração. Porto Alegre: UFRGS, 2009b. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ufrgs-2008>. Acesso em: 23 de junho de 2019.

_____. **Relatório: Avaliação Institucional Permanente da UFRGS: 2006-2008**. Projeto PAIPUFRGS/SINAES 4º Ciclo / Comissão Própria de Avaliação, Secretaria de Avaliação Institucional. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: http://www.ufrgs.br/cpa/publicacoes/UFRGS_RAAI_2006_2008.zip. Acesso em: 24 de junho de 2019.

_____. **Relatório de Gestão 2009**. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração. Porto Alegre: UFRGS, 2010b. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ufrgs-2009>. Acesso em: 23 de junho de 2019.

_____. **Relatório: Projeto PAIPUFRGS/SINAES: 5º Ciclo, Avaliação institucional permanente da UFRGS**, 2009. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: http://www.ufrgs.br/cpa/publicacoes/UFRGS_CPA_RAAI2009.pdf. Acesso em: 24 de junho de 2019.

_____. **Relatório de gestão 2010**. Porto Alegre: UFRGS, 2011a. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ufrgs-2010>. Acesso em: 24 de junho de 2019.

_____. **Relatório, Projeto PAIPUFRGS/SINAES: 8º Ciclo, Avaliação institucional permanente da UFRGS**, 2012. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sai/relatorios-de-autoavaliacao-institucional/avaliacao-interna/8o->

ciclo/RrelatriodeAutoavaliaoInstitucionalano2012VersoFinal.pdf. Acesso em: 24 de junho de 2019.

_____. **Relatório de gestão 2011.** Porto Alegre: UFRGS, 2012a. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/RG2011.pdf>. Acesso em: 24 de junho de 2019.

_____. **Plano de Gestão. Período: 2012-2016.** Porto Alegre: UFRGS, 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/plano-de-gestao-2012-2016>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

_____. **Relatório: Avaliação Institucional Permanente da UFRGS: 2010.** Projeto PAIPUFRGS/SINAES: 6º Ciclo / UFRGS. Comissão Própria de Avaliação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013a. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sai/relatorios-de-autoavaliacao-institucional/arquivos-inicial/RelatriodeAutoavaliaoInstitucionalano2010VersoFinal.pdf>. Acesso em: 24 de junho de 2019.

_____. **Relatório de Gestão 2012.** Porto Alegre: UFRGS, 2013b. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/RelatriodeGesto2012versofinal.pdf>. Acesso em: 24 de junho de 2019.

_____. **Relatório, Projeto PAIPUFRGS/SINAES: 7º Ciclo,** Avaliação institucional permanente da UFRGS, 2011. Porto Alegre: UFRGS, 2013c. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sai/relatorios-de-autoavaliacao-institucional/arquivos-inicial/RelatriodeAutoavaliacaoInstitucional2011.pdf>. Acesso em: 24 de junho de 2019.

_____. **Relatório: Projeto PAIPUFRGS/SINAES: 9º Ciclo,** Avaliação institucional permanente da UFRGS, 2013. Porto Alegre: UFRGS, 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cpa/publicacoes/livrorevisadoultima.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

_____. **Relatório de Gestão 2013.** Porto Alegre: UFRGS, 2014a. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2013>. Acesso em: 24 de junho de 2019.

_____. **RAAI 2014:** Relatório de autoavaliação UFRGS 2014, Projeto PAIPUFRGS/SINAES: 10º Ciclo, Avaliação Institucional permanente da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cpa/publicacoes/RAAI2014.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

_____. **Relatório de Gestão 2014.** Porto Alegre: UFRGS, 2015a. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2014>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

_____. **Château.** Secretaria do Patrimônio Histórico. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

_____. **Plano de desenvolvimento institucional: PDI 2016-2026:** Construa o futuro da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2016a. Disponível em: http://www.ufrgs.br/pdi/PDI_2016a2026_UFRGS.pdf>. Acesso em 29 de julho de 2019.

_____. **RAAI 2015:** Relatório de autoavaliação institucional da UFRGS 2014, 11º Ciclo. Porto Alegre: UFRGS, 2016b. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cpa/publicacoes/RAAI2015.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

_____. **Relatório de Gestão 2015.** Porto Alegre: UFRGS, 2016c. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/RelatorioGestao2015.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2019.

_____. **RAAI 2016:** Relatório de autoavaliação institucional da UFRGS, 12º Ciclo. Porto Alegre: UFRGS, 2017. Disponível em: http://www.ufrgs.br/sai/relatorios-de-autoavaliacao-institucional/relatorios-de-autoavaliacao/copy8_of_RAII2016UFRGS.pdf. Acesso em: 28 de junho de 2019.

_____. **Relatório de Gestão 2016.** Porto Alegre: UFRGS, 2017a. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2016>. Acesso em: 27 de junho de 2019.

_____. **Relatório de gestão do exercício de 2017.** Porto Alegre: UFRGS, 2018. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/RelatoriodeGestaoFinalcomanexosv23.pdf>. Acesso em: 29 de junho de 2019.

_____. Setor de Patrimônio Histórico. **Capela de São Pedro.** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/patrimoniohistorico/capela-de-sao-pedro/>. Acesso em: 15 de julho de 2018.

_____. **RAAI 2017:** Relatório de autoavaliação institucional da UFRGS 2017, 13º Ciclo. Porto Alegre: UFRGS, 2019. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sai/RAAI2017UFRGS.pdf>. Acesso em: 28 de junho de 2019.

WEIMER, Günter. A fase historicista da arquitetura no Rio Grande do Sul. In: **Ecletismo na arquitetura brasileira.** São Paulo: NOBEL, 1987, p.226-279.

_____. **Arquitetura.** 4ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. **Theo Wiederspahn: arquiteto.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

VASCONCELOS, Francisca de Brito Ribeiro de. **Universidade do Porto:** contributos para um roteiro digital. Estágio Curricular no CIC.Digital Porto (Volume 1). 2017. 156 f. Relatório de Estágio (Mestrado em História da Arte Portuguesa) Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2017.

ANEXO A – Lista de Edificações de Interesse Histórico da UFRGS

Lista De Edificações De Interesse Histórico Da Ufrgs (SPH/SUINFRA)⁵⁷⁹

CAMPUS	PRÉDIO		PROTEÇÃO A NÍVEL			
	Nº	DENOMINAÇÃO	MUNICIPAL ¹	ESTADUAL ²	FEDERAL ³	UFRGS ⁴
CENTRO	11.000/12.000	1º e 2º Quarteirões			X ⁵	X
	11.101	Prédio Centenário da Escola de Engenharia	Xa	X		X
	11.102	Château	Xa	X		X
	11.103	Castelinho (atual NORIE)	Xa	X		X
	11.104	Observatório Astronômico	Xa	X	X	X
	11.105	Prédio Novo da Escola de Engenharia	X			X
	11.106	Instituto Eletrotécnico	Xa	X		X
	11.107	Instituto Parobé	Xa	X		X
	11.108	Faculdade de Direito	Xa	X	X	X
	11.109	Faculdade de Ciências Econômicas	Xa			X
	12.101	Faculdade de Medicina (atual ICBS)	Xa	X		X
	12.102	Rádio da Universidade	Xa	X		X
	12.103	Faculdade de Arquitetura	Xb			X
	12.104	Museu da Universidade	Xa	X		X
	12.105/12.106	Instituto de Letras e Filosofia (atuais Anexo 1 e 3)	Xa			X
	12.107	Reitoria	Xa	X		X
	12.108	Salão de Atos	Xa			X
	12.109	Instituto de Química (atual Anexo 2)	Xa	X		X
	12.201	Faculdade de Educação	X ⁶			X
	12.202	Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia (atual Lancheria)				X
	12.203	Teatro e Cinema (Salas Qorpo Santo e Redenção)				X
	12.204	Pavilhão de Tecnologia (atual DEQUI da Escola de Engenharia)				X
	13.101	Casa do Estudante do Campus Centro				X
13.201	Instituto de Artes	X ⁶			X	
13.501	Departamento de Artes Dramáticas	Xa			X	
SAÚDE	21.106	Faculdade de Farmácia	Xb			X
	21.107	Instituto de Psicologia				X
	21.108	Faculdade de Odontologia	Xd			X
	22.101	Planetário	X ⁶			X
	22.201	Almoxarifado e Gráfico (atual FABICO)	Xd			X
OLÍMPICO	31.201	Piscina - Centro Natatório	X ⁶			X
	31.101/31.102	Ginásio e Administração (conjunto)				X
VALE	41.103	Plantas Forrageiras e Agrometeorologia				X
	41.106	Castelinho				X
	41.107	Central de Salas de Aula				X
	41.201 a 41.208	Antigas casas dos professores da Agronomia				X
	41.301	Faculdade de Agronomia	Xc	X		X
	41.401	Restaurante Universitário da Agronomia				X
	41.402	Casa do Estudante da Agronomia				X
	42.501	Hospital de Clínicas Veterinárias	Xc			X
EEA		Portão Histórico				X
	52.103	Alojamento				X
	52.106	Capela de São Pedro	X ⁶			X

1. Inventário do Patrimônio Cultural - Bens Imóveis - de Porto Alegre, Categoria Estruturação.

2. Lei Estadual nº 11.525 de 15 de setembro de 2000.

3. Tombamento no IPHAN, inscrição nº 1.438-T-98.

4. Prédios de interesse conforme SPH/UFRGS.

5. Portaria nº 479, de 15 de outubro de 2013 - MinC/IPHAN.

6. Em estudo para inclusão no inventário.

a. Diário Oficial de Porto Alegre, de 07 de março de 2008

b. Diário Oficial de Porto Alegre, de 28 de dezembro de 2011

c. Diário Oficial de Porto Alegre, de 18 de outubro de 2012

d. Diário Oficial de Porto Alegre, de 02 de agosto de 2013

ANEXO B – *Magna Charta Universitatum* (1988)

MAGNA CHARTA UNIVERSITATUM (1988)⁵⁸⁰

Preâmbulo

Os Reitores das Universidades europeias, abaixo assinados, reunidos em Bolonha por ocasião do IX centenário da mais antiga de entre elas, quatro anos antes da supressão definitiva das fronteiras comunitárias e na perspectiva de uma colaboração alargada entre todos os povos europeus, entendendo que os Povos e os Estados devem mais do que nunca tomar consciência do papel que as Universidades serão chamadas a desempenhar numa sociedade que se transforma e se internacionaliza,

Consideram:

1. que o futuro da humanidade, neste fim de milénio, depende em larga medida do desenvolvimento cultural, científico e técnico que se forja nos centros de cultura, de conhecimento e de investigação em que se tornaram as verdadeiras Universidades;
2. que a tarefa de difusão dos conhecimentos que a Universidade deve assumir para com as novas gerações implica hoje que ela se dirija igualmente ao conjunto da sociedade – cujo futuro cultural, social e económico exige, nomeadamente, um considerável esforço de formação permanente;
3. que a Universidade deve assegurar às gerações futuras uma educação e uma formação que lhes permita contribuir para o respeito dos grandes equilíbrios do ambiente natural e da vida.

Proclamam, perante os Estados e a consciência dos povos, os princípios fundamentais que devem sustentar no presente e no futuro a vocação da Universidade.

Princípios fundamentais

1. A Universidade é, no seio de sociedades diversamente organizadas e em virtude das condições geográficas e do peso da história, uma instituição autónoma que, de modo crítico, produz e transmite a cultura através da investigação e do ensino. Para se abrir às necessidades do mundo contemporâneo, ela deve ser, no seu esforço de investigação e de ensino, independente de qualquer poder político,

⁵⁸⁰ MAGNA CHARTA UNIVERSITATUM. **Magna Charta Universitatum**. Bolonha, 1988. Disponível em: <http://www.magna-charta.org/resources/files/the-magna-charta/portuguese>. Acesso em: 24 de julho de 2018.

económico e ideológico.

2. Nas Universidades, a actividade didáctica é indissociável da actividade de investigação, a fim de que o próprio ensino possa acompanhar a evolução das necessidades e as exigências da sociedade e dos conhecimentos científicos.
3. Sendo a liberdade de investigação, de ensino e de formação princípio fundamental da vida das Universidades, os poderes públicos e as mesmas Universidades, cada um no seu domínio de competência, devem garantir e promover o respeito dessa exigência fundamental. Na recusa da intolerância e no diálogo permanente, a Universidade é um local de encontro privilegiado entre os professores, capazes de transmitirem o saber e os meios de o desenvolver através da investigação e da inovação, e os estudantes, que têm o direito, a vontade e a capacidade de com isso se enriquecerem.
4. Depositária da tradição do humanismo europeu, mas com a preocupação constante de alcançar o saber universal, a Universidade, para assumir as suas missões, ignora as fronteiras geográficas ou políticas e afirma a necessidade imperiosa do conhecimento recíproco e da interacção das culturas.

Meios

A realização destes objectivos, no quadro de princípios semelhantes, exige meios eficazes e portanto adaptados à situação contemporânea.

1. Para preservar a liberdade de investigação e de ensino devem ser dados, ao conjunto dos membros da comunidade universitária, os instrumentos necessários à sua realização.
2. O recrutamento dos professores – bem como a regulamentação do seu estatuto – devem ser orientados pelo princípio da indissociabilidade da actividade de investigação e da actividade didáctica.
3. Cada Universidade deve garantir aos estudantes, respeitando a especificidade das situações, a salvaguarda das liberdades e as condições necessárias para atingirem os seus objectivos em matéria de cultura e de formação.
4. As Universidades – e nomeadamente as Universidades europeias – vêm na troca recíproca de informações e de documentação, e na multiplicação de iniciativas científicas comuns, os instrumentos fundamentais para o progresso contínuo dos conhecimentos.

Por essa razão, e encontrando aí as suas fontes, as Universidades encorajam a mobilidade dos professores e dos estudantes, e consideram que uma política geral de equivalências em matérias de estatuto, de títulos, de exames (preservando embora os diplomas nacionais) e de atribuição de bolsas constitui o instrumento essencial para garantir o exercício das suas missões contemporâneas.

Os Reitores abaixo assinados, em nome das suas Universidades, comprometem-se a tudo fazer para que cada Estado e as organizações supranacionais interessadas possam inspirar-se progressivamente nas disposições desta Charta, expressão unânime da vontade autónoma das Universidades.

Bolonha, 18 de Setembro de 1988

ANEXO C – Declaração de Halle (2000)

THE DECLARATION OF HALLE⁵⁸¹

The Declaration Of Halle, 16 April 2000

Academic Heritage and Universities - Responsibility and Public Access

Universities must acknowledge their wide cultural roles. Academic collections and museums provide special opportunities for experiencing and participating in the life of the University. These collections serve as active resources for teaching and research as well as unique and irreplaceable historical records. In particular, the collections of the oldest European universities provide windows for the public on the role of the university in helping to define and interpret our cultural identity. By valuing and promoting this shared academic heritage, our institutions demonstrate a commitment to the continued use of these resources by a broad public.

The Programme

The representatives of collections and museums of several European universities assembled at Halle agree to found a network, "Academic Heritage and Universities". The network is open to interested academic institutions with similar collections and will collaborate closely with other relevant initiatives.

The objective of the network is to share knowledge and experiences among its members and to undertake joint projects with the aim of enhancing access to the collections at all levels. In particular, the network will pursue the following objectives:

1. to establish a directory of collections in the respective academic units which contains information about the extent and nature of the holdings in order to

⁵⁸¹ Declaração de Halle. **Academic Heritage and Universities - Responsibility and Public Access**. Halle, 2000. Disponível em: <http://www.universeum-network.eu/the-declaration-of-halle/>. Acesso em: 24 de julho de 2019.

enhance access to and use by those collections by students, academics and a broad public;

2. to stimulate public awareness of the collections by facilitating the production of travelling exhibitions and the exchange of material, including loans, and to promote understanding of the collections through scholarly research and teaching;
3. in view of the growing use and potential of electronic media for cultural expression the network will particularly explore the use of the World Wide Web and the creation of "virtual" museum resources to promote access to the academic heritage;
4. to organise conferences and symposia on topics of common interest and, where appropriate, to facilitate the exchange and enhancement of technical skills and expertise amongst members. In view of the continuing need to promote the use and understanding of the academic heritage the network will continue to meet to develop joint projects which meet these objectives. Help for these initiatives will be sought from the EU-Program "Culture 2000".

ANEXO D – Recomendação Rec(2005)13

COUNCIL OF EUROPE

COMMITTEE OF MINISTERS

Recommendation Rec(2005)13 of the Committee of Ministers to member states on the governance and management of university heritage⁵⁸²

(Adopted by the Committee of Ministers on 7 December 2005 at the 950th meeting of the Ministers' Deputies)

The Committee of Ministers of the Council of Europe, under the terms of Article 15.b of the Statute of the Council of Europe,

Considering that the aim of the Council of Europe is to achieve greater unity among its members and that this aim can be pursued notably by common action in educational and cultural matters;

Having regard to the European Cultural Convention of 1954 (ETS No. 18);

Having regard to the Convention for the Protection of the Architectural Heritage of Europe (Granada Convention) (ETS No. 121) and to the European Convention on the Protection of the Archaeological Heritage (Revised) (Valletta Convention) (ETS No. 143);

Having regard to the Final Declaration and the Action Plan adopted by the Second Summit of Heads of State and Government of the Council of Europe (October 1997);

Having regard to the “Europe, a Common Heritage” campaign, undertaken between 1999 and 2000 on the decision of the Second Summit, and in particular to the project on the heritage of European universities within this campaign;

Having regard to the Joint Declaration of the European Ministers of Education signed in Bologna on 19 June 1999 launching the Bologna Process of higher education reform aiming to establish a European Higher Education Area by 2010;

Considering that the heritage of European universities encompasses elements of key importance to higher education today, such as academic and institutional autonomy, the ability to adapt and renew while preserving core values of independent scholarship,

⁵⁸² RECOMMENDATION REC(2005)13. **Recommendation Rec(2005)13 Of The Committee Of Ministers To Member States On The Governance And Management Of University Heritage.** Disponível em: [http://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?Reference=Rec\(2005\)13](http://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?Reference=Rec(2005)13). Acesso em: 24 de julho de 2018

and freedom of teaching and learning, and that these are fully compatible with the values of the Council of Europe;

Considering that university autonomy is an integral part of the heritage of European universities and one of the key principles of higher education in Europe;

Considering that this very university autonomy has confirmed the uniqueness of university heritage;

Considering that cultural heritage is the subject of international legal instruments, such as the Granada and Valletta Conventions, that address general issues of cultural heritage without specific reference to the heritage of universities;

Considering that the responsibility for the governance and management of the university heritage is shared between governments, other public authorities at national, regional and local levels and higher education institutions;

Considering the role played in the governance and management of university heritage by non-governmental organisations at international, national and regional levels;

Considering that the newer standard-setting texts on cultural heritage within the context of the Council of Europe provide a wider definition of the concept of cultural heritage with more emphasis on beliefs, perceptions, traditions and concepts that make reference to intellectual heritage;

Having regard to the Hague Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict of 14 May 1954 and its Second Protocol of 26 March 1999, the UNESCO Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage of 17 October 2003 and the World Intellectual Property Organisation's normative texts directly related to intellectual heritage, such as the Berne Convention for the Protection of Literary and Artistic Works;

Considering that cultural heritage is subject to national legislation, most of which deals with heritage in broader terms rather than specific aspects of heritage, such as university heritage and that, in some countries, higher education legislation may contain provisions that are also relevant to university heritage, but that there is little or no synergy between these two categories of laws;

Considering that no international standards exist specifically for university heritage and that policies and strategies for the protection of this heritage are highly diverse and range from fully developed structures to an absence of definition of management responsibilities other than informal precedent;

Considering that higher education institutions have a double mission as concerns training in heritage: on the one hand, they have a mission to train high level specialists in all heritage-related fields, while on the other hand, they also have a mission to provide training in the specific heritage of universities for both heritage specialists and members of the academic community specialising in other areas;

Considering that the European dimension is an integral part of university heritage, and vice versa, that universities are, by their history, their heritage and their current activities, European and international institutions par excellence, and that the European dimension should guide all activities related to university heritage,

Recommends that the governments of member states:

- a. take steps to implement in their policy, law and practice the principles set out in the appendix to this recommendation;
- b. promote the implementation of the principles and measures contained in the appendix where this is not the direct responsibility of governments;
- c. promote the implementation of these measures by relevant public authorities at all levels as well as higher education institutions;
- d. ensure that this recommendation is distributed as widely as possible among all persons and bodies concerned.

Appendix to Recommendation Rec(2005)13

Scope

1. The present recommendation aims to set out guidelines for and good practice in the governance and management of the heritage of European universities.
2. The provisions of this recommendation are applicable to higher education institutions and bodies seeking to adhere to the traditions and values that this heritage represents as defined in the present recommendation, and that assume responsibility for the protection and enhancement of these traditions and values as a common European heritage, regardless of the age of these institutions.
3. This recommendation is addressed to governments. However, in view of the shared responsibility for the governance and management of university heritage, its provisions may be implemented not only by governments, but also by other public authorities at national, regional and local levels, higher education institutions and public bodies responsible for the management and protection of cultural heritage, as the case may be.

Definitions

University/higher education institution

4. For the purposes of the present recommendation, the terms “university” and “higher education institution” shall designate an establishment providing higher education and being recognised by the competent authority as belonging to its system of higher education. For the purposes of the present text, the terms shall be used indiscriminately, even if it is realised that in some higher education systems, a formal and/or legal distinction is made between various kinds of higher education institutions, and that the right to the use of the term “university” may be protected by law.

Heritage of universities

5. For the purposes of this recommendation, the “heritage of universities” shall be understood to encompass all tangible and intangible heritage related to higher education institutions, bodies and systems as well as to the academic community of scholars and students, and the social and cultural environment of which this heritage is a part. The “heritage of universities” is understood as being all tangible and intangible traces of human activity relating to higher education. It is an accumulated source of wealth with direct reference to the academic community of scholars and students, their beliefs, values, achievements and their social and cultural function as well as modes of transmission of knowledge and capacity for innovation.

Institutional heritage policies

6. The heritage of European universities concerns individual higher education institutions as well as the academic community of scholars and students collectively, and European society at large. Higher education institutions should be encouraged to establish transparent institutional policies for protecting and raising awareness of their heritage both within the institutions and in the larger society. In so doing, institutions could make explicit their understanding, preservation and enhancement of their heritage and the goals for its conservation and for raising awareness of it, as well as specify the structure, instruments and means with which the institution intends to implement these policies, including its decision-making structures and a clear planning process.

Legislative framework

7. Competent public authorities and higher education institutions should be encouraged to make full use of existing laws and of external and internal regulations for the protection and preservation of the heritage of universities.
8. Competent public authorities and higher education institutions should, however, be encouraged to review their laws and/or internal regulations with a view to adopting adequate provisions to protect their heritage where such do not already exist. In their internal regulations, universities should be encouraged to take account of possible measures for protecting and raising awareness of the heritage of universities as outlined in the present recommendation through legislation as well as guidelines established by professional organisations.
9. The status of the university heritage and parts thereof should be clarified through law or internal university regulations, as the case may be.

Heritage governance and management at higher education institutions

10. University leaders should be encouraged to consider all parts of the heritage of a higher education institution as falling under their ultimate legal, administrative and moral responsibility.
11. Universities should be encouraged to define, as appropriate in the context of the particular institution, the political and administrative responsibility for the university heritage as well as appropriate reporting mechanisms.
12. Higher education institutions should be encouraged to make their goals and policies for the university heritage explicit, for example through the adoption of a heritage charter for the institution or a specific heritage plan.
13. Institutions and units managing parts of the university heritage, such as museums, collections, libraries, archives, building services or university departments, should be encouraged to make explicit their goals and policies for the parts of the university heritage that fall under their responsibility, taking due account of the overall heritage policies of the higher education institution of which they are a part.
14. The management of the university heritage and parts thereof should conform to the best national and international standards established by competent heritage bodies or authorities within or outside of the university.
15. In considering major overall decisions and developments, including strategic plans for the institution, plans for the use of its buildings and their surroundings and other

development plans, elected bodies as well as the administration of higher education institutions should be encouraged to give explicit consideration to the impact of such plans and decisions on the university heritage.

16. Universities should be encouraged to make acquisitions, bequests, loans, deposits and disposals an integral part of institutional policy and allow them to benefit from adequate conservation measures and administrative and financial safeguards, including insurance policies.

Finance

17. The financing of the policies for university heritage falls under the shared responsibility of government and of higher education institutions. In systems with public financing of higher education – whether entirely or partially – the competent public authorities should include provisions for the financing of the policies for the university heritage in the budgets allocated to higher education institutions. The institutions should in their turn be encouraged to make provision for the financing of their heritage policies within their own budget, whether publicly or privately funded, and seek to obtain additional funding from external sources.
18. Higher education institutions and bodies should be encouraged to provide and maintain suitable physical accommodation for their heritage and to provide balanced and reasonable funding for its protection and enhancement.
19. To the extent that the upkeep and protection of university heritage is financed through the general university budget, rather than through earmarked provisions from public or other sources, higher education institutions should be encouraged to set up the budget in such a way as to make it possible to identify the appropriations for heritage purposes.
20. Where required, institutions should be encouraged to seek supplementary external funds to enhance their heritage and implement their heritage policies. Such funds may be sought from local, regional, national or international sources.

Access

21. As far as compatible with the main missions of the university and with international and national standards of ethical practice, universities should be encouraged to make their heritage accessible to members of the academic community and/or the general public, as appropriate.

22. In some cases, access may need to be restricted in order to protect and conserve specific parts of this heritage or for reasons that have to do with the research and teaching of the institution. In such cases, institutions should be encouraged to make every effort to achieve a reasonable balance between heritage conservation needs, the needs of research and teaching and the desirability of providing wide access for the general public. However, at no time should the conservation of university heritage be endangered by institutional policies concerning access to this heritage.
23. Institutions should be encouraged to give access to their university heritage for members of the general public at affordable prices and within reasonable opening hours.
24. Higher education institutions and bodies should be encouraged to take appropriate measures to safeguard and protect their heritage.
25. As far as possible and in accordance with their general heritage policies, universities should be encouraged to take appropriate measures and develop methods for the promotion of the value, nature and interest of this heritage today.

Professionalisation

26. Higher education institutions, in co-operation with ministries or agencies responsible for higher education and cultural heritage and/or relevant professional organisations, as appropriate, should be encouraged to consider qualifications requirements, career structures and professional development plans for different categories of staff working on university heritage. In particular, they should be encouraged to credit academic staff with appropriate academic merit for their work with museums, collections, archives, libraries and other academic work related to university heritage.
27. Higher education institutions should be encouraged to consider elaborating specific instructions for heritage-related posts, emphasising the specific professional requirements.
28. They should be encouraged to advertise internationally at least those heritage-related posts that require a high level of heritage expertise, with a view to making it possible to fill some posts with foreign experts. Governments should take steps to abolish any remaining legislation stipulating that certain posts at higher education institutions or heritage institutions may only be filled by nationals.

29. Higher education institutions and bodies as well as ministries responsible for higher education and/or cultural heritage should seek to set up fora and networks, both nationally and internationally, for professional exchange and development among heritage professionals working on university heritage.

Training

30. Higher education institutions should be encouraged to establish training programmes in heritage-related fields. They should aim to provide balanced competences and skills combining an overview and a common-heritage approach with training in the specific knowledge and skills required of the various heritage-related professions as well as “instrumental” skills and, as far as possible, should be integrated with and draw on existing heritage units at the institution.

31. Students in heritage-related fields should be strongly encouraged to train for at least one semester at a foreign university, and universities should be encouraged to make every effort to recognise the period spent at a foreign institution as part of the degree to be earned from the student’s home institution. Higher education institutions should also be encouraged to seek co-operation with other institutions with a view to offering joint, advanced-level heritage courses involving staff and students from several universities.

Research

32. With due regard for the principle of institutional autonomy and for the freedom of academic staff to select the topics of their own research, higher education institutions should encourage research on heritage by their own staff as well as by other qualified researchers, taking an interdisciplinary and comparative approach and, as appropriate, seeking to co-ordinate such research.

33. Research councils, international research programmes, foundations and other bodies funding research should be encouraged to support programmes and projects to further research both on heritage in general and more specifically on the heritage of universities, in particular programmes and projects involving specialists from a variety of disciplines (conservation, restoration, inventories, core data systems and applied high technology) and/or from a variety of higher education institutions from various countries.

34. Higher education institutions and bodies should be encouraged to make all parts of their heritage available for research purposes in so far as this does not entail a

risk for the conservation of this heritage. In the latter case, they should be encouraged to seek alternative solutions for the proper use of this heritage for research purposes.

Awareness raising

35. Higher education institutions should be encouraged to make focused efforts to raise awareness of their heritage in the academic community of scholars and students, in their local communities, among political decision makers and in civil society at large.
36. Higher education institutions should be encouraged to include in their awareness-raising efforts activities which aim to improve knowledge and understanding of their heritage among pupils and teachers at schools, in particular local schools, in order to help them identify with this heritage and see it as a part of the heritage of their community and region as well as a part of the common heritage of Europe.
37. Higher education institutions should be encouraged to develop policies and strategies for co-operating with media on a regular basis to raise awareness of their university heritage. They should also be encouraged to prepare publications on their history and heritage and to aim at least some of them at general readers and be available at an affordable price.
38. Higher education institutions should be encouraged to provide staff members responsible for communication, external relations and awareness-raising activities with a background in the heritage of the institution as well as in the heritage of European universities.

Relations with the local community

39. True to their mission of teaching, research and awareness raising, higher education institutions should, in general terms, be encouraged to seek to develop and maintain close connections with the local communities of which they are a part and offer their services and expertise to these communities as appropriate.
40. Higher education institutions should be encouraged to seek to develop close relations with local authorities as well as with civil society in the communities in which they are located. Local and regional authorities should, for their part, also be encouraged to seek to develop and maintain close relations with higher education institutions in their area.

International co-operation

41. Governments should encourage universities as well as relevant public authorities to explore and make use of all possibilities to establish European and international co-operation activities in heritage-related fields, including, as appropriate, programmes of international organisations and institutions, such as the Council of Europe, UNESCO, the European Union, the European Science Foundation, University Museums and Collections (UMAC), International Council of Museums (ICOM/ICOMOS) or the International Council on Archives (ICA), regional co-operation programmes, university networks and bilateral university co-operation.
42. In the same way, universities should be encouraged to promote heritage research projects, including a comparative and/or European dimension, in particular where such projects include co-operation between staff at various European universities.
43. Governments should encourage higher education institutions as well as relevant public authorities to make full use of the opportunities offered for increased international co-operation within the framework of a European higher education area and of Council of Europe conventions and other legal instruments.

ANEXO E – Declaração de Salamanca (2008)

DECLARACIÓN DE SALAMANCA SOBRE EL PATRIMONIO HISTÓRICO-CULTURAL DE LAS UNIVERSIDADES (2008)⁵⁸³

Reunidos en Salamanca, el 11 de enero de 2008, los Rectores abajo firmantes, en nombre y representación de las universidades de Salamanca, Alcalá, Barcelona, Granada, Oviedo, País Vasco, Santiago de Compostela, Sevilla, Valencia y Valladolid,

Tomando como punto de partida

Las resoluciones, declaraciones, cartas y convenciones internacionales, desde la Carta de Atenas de 1931 a la de Cracovia de 2000, pasando por la de Venecia de 1964, que han ratificado el compromiso internacional con la salvaguarda del patrimonio histórico, cultural y artístico de la Humanidad.

Las actividades y resoluciones del Consejo de Europa y la Unión Europea en materia de patrimonio histórico, entre las que se subraya la campaña “Europa, un patrimonio común”, que destaca el papel de las universidades como elementos fundamentales del patrimonio histórico-cultural de la Humanidad.

La Convención del Patrimonio Mundial de la UNESCO (París, 1972), ratificada por España en 1982 (BOE de 1 de julio de 1982).

La Constitución Española de 1978, que, particularmente en su artículo 46, garantiza la conservación y promoción del enriquecimiento del patrimonio histórico, cultural y artístico de los pueblos de España y de los bienes que lo integran, por parte de los poderes públicos.

⁵⁸³ DECLARACIÓN DE SALAMANCA. **Declaración de Salamanca sobre o patrimonio histórico-cultural das Universidades.** Salamanca. 2008. Disponível em: http://saladeprensa.usal.es/files/Declaraci___n_de_Salamanca.pdf. Acesso em: 22 de julho de 2018.

La Ley 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español (BOE de 29 de junio), por la que, en su artículo 68, se constituye un fondo específico de financiación, a partir de la obligación de destinar en los contratos de obras públicas una partida de al menos el 1 por ciento a trabajos de conservación o enriquecimiento del Patrimonio Histórico Español.

El Real Decreto 111/1986, de 10 de enero, de desarrollo parcial de la Ley 16/1985 de 25 de junio del Patrimonio Histórico Español (BOE de 28 de enero de 1986).

Las funciones del Instituto del Patrimonio Histórico español, determinadas en la normativa vigente, entre las que figura la elaboración y ejecución de planes para la conservación y restauración de los bienes muebles e inmuebles del Patrimonio Histórico Español.

La legislación autonómica y municipal que garantiza la protección y conservación del patrimonio histórico por parte de las autoridades públicas.

Manifiestan que

Las universidades son depositarias de primer orden del Patrimonio Histórico, Artístico y Cultural de nuestro país y de Europa. El patrimonio universitario, rico y complejo, está constituido por bienes muebles e inmuebles, archivos, bibliotecas, edificios, objetos artísticos, jardines y árboles históricos, conjuntos urbanísticos y paisajísticos y colecciones móviles.

Este patrimonio se mantiene vivo y activo, y se encuentra directamente involucrado en las actividades de docencia, aprendizaje, investigación y gestión, características de la vida académica y universitaria, lo que favorece su rehabilitación y puesta en valor. Y, asimismo, contribuye a la dinámica económica y social de los entornos en los que se inserta.

La toma de conciencia sobre el patrimonio universitario ayudará a las universidades, instituciones altamente flexibles y con gran capacidad de respuesta a las demandas sociales, a afrontar los cambios a los que actualmente hacen frente en su misión como

centros de enseñanza, de aprendizaje y de generación de nuevo conocimiento en una sociedad en rápida evolución.

El cambio dramático experimentado en la segunda mitad del siglo XX en las universidades, con la multiplicación por diez de los estudiantes universitarios y su creciente referencia como foco de atracción turística, han supuesto una presión sobre el patrimonio universitario y el peligro de deterioro si no se actúa con determinación, urgencia y de manera integral y continuada.

Las universidades están comprometidas en el estudio, defensa, cuidado, mantenimiento y restauración de este patrimonio común.

Las universidades están comprometidas en la difusión de este patrimonio histórico artístico, en su conocimiento y valoración por toda la sociedad.

Las universidades están comprometidas también en la creación y mantenimiento de nuevo patrimonio, incorporándolo al acervo común para el servicio y disfrute de las generaciones futuras.

Junto a las universidades históricas donde el patrimonio es una de sus señas distintivas, existen universidades jóvenes, públicas y privadas, que han hecho una apuesta importante por la recuperación de edificios y por la salvaguarda de patrimonio histórico cultural de importancia para las generaciones del futuro.

Las universidades abajo firmantes se sienten orgullosas de su patrimonio histórico-cultural, responsables de su conservación, y preocupadas por la ausencia de un respaldo político y económico, suficiente y mantenido.

Acuerdan

Solicitar al Gobierno de España la incorporación dentro de los planes de acción del Ministerio de Cultura de un Plan de Patrimonio Histórico-Cultural de las Universidades. En la actualidad, al amparo del Ministerio de Cultura existen varios Planes para la conservación y restauración de los Bienes constitutivos del Patrimonio Histórico

Español: Plan de Catedrales, Plan de Arquitectura defensiva, Plan de Patrimonio Industrial y un Proyecto de Plan de Paisajes Culturales. La ausencia del patrimonio universitario es una omisión evidente e injustificable y debe ser incorporada de forma inmediata. La creación de un Plan de Universidades garantizará la racionalización, eficacia, convergencia y continuidad de las inversiones.

Solicitar a las Comunidades Autónomas la inclusión en sus presupuestos de un capítulo específico para restauración, mantenimiento, acrecentamiento y difusión del Patrimonio de las Universidades.

Solicitar a los partidos políticos la incorporación en sus programas electorales de un Plan de Patrimonio Histórico-Cultural de las Universidades y un compromiso presupuestario específico de las instituciones para la defensa y mantenimiento del patrimonio histórico-cultural universitario.

Solicitar a las empresas e instituciones públicas y privadas con programas de responsabilidad social corporativa, un mecenazgo ambicioso y continuado destinado específicamente a la defensa y conservación del patrimonio universitario.

Solicitar la inclusión en la "Lista de Patrimonio Europeo" del patrimonio universitario de España.

Invitar a todas las universidades españolas con patrimonio a adherirse a esta declaración.

José Ángel Valente, premio Reina Sofía de poesía Iberoamericana en 1998, advertía "que nunca llegue un momento en que los jóvenes miren hacia atrás y nos digan esperábamos vuestra voz y no llegó". Las universidades españolas, reunidas en Salamanca en defensa de su patrimonio histórico-cultural, quieren mediante esta declaración, hacer oír su voz en defensa del legado que reciben y del que quieren dejar para las próximas generaciones.

ANEXO F – Declaração de Alcalá (2013)

DECLARACIÓN DE ALCALA (2013)⁵⁸⁴

SOBRE LA PROTECCIÓN, CONSERVACIÓN Y DIFUSIÓN DEL PATRIMONIO UNIVERSITARIO

(Alcalá de Henares, España, 10 de mayo de 2013)

Reunidos en Alcalá de Henares, el día 10 de mayo de 2013, los firmantes de este documento, en su condición de representantes de las cuatro Universidades declaradas por la UNESCO como Patrimonio Mundial: la Universidad de Virginia, la Universidad de Alcalá, la Universidad Central de Venezuela y la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).

Considerando que en 1987 UNESCO declaró Monticello y la Universidad de Virginia en Charlottesville como Patrimonio Mundial en aplicación de los siguientes criterios:

"(i) Tanto Monticello como la Universidad de Virginia reflejan las numerosas lecturas que Jefferson hizo de obras clásicas y posteriores sobre arquitectura y diseño, así como su profundo estudio de la arquitectura europea de finales del siglo XVIII. Y como tales, ilustran la amplia diversidad de sus intereses.

(iv) Mediante estos edificios Thomas Jefferson hizo una contribución significativa al neo-clasicismo, el movimiento del siglo XVIII que adaptó las formas y los detalles de la arquitectura clásica a los edificios contemporáneos.

(vi) Monticello y los principales edificios de la Universidad de Virginia están directa y materialmente asociados a las ideas e ideales de Thomas Jefferson. Tanto los edificios universitarios como Monticello se inspiraron directamente en los principios derivados de su profundo conocimiento de la arquitectura y la filosofía clásicas".

⁵⁸⁴ BLANCO, Javier Rivera. **Declaración de Alcalá sobre la protección, conservación y difusión del patrimonio universitario**. Madrid:UAH, 2013.

Considerando igualmente que en 1998 UNESCO declaró la Universidad y el Recinto Histórico de Alcalá de Henares como Patrimonio Mundial en aplicación de los siguientes criterios:

"(ii) Alcalá de Henares fue la primera ciudad planificada y construida para ser sede de una universidad, y se convirtió en el modelo de otros centros educativos de Europa y las Américas.

(iv) El concepto de ciudad ideal, la ciudad de Dios (Civitas Dei), encontró su expresión material por primera vez en Alcalá de Henares, desde donde se difundió ampliamente por todo el mundo.

(vi) La contribución de Alcalá de Henares al desarrollo intelectual de la humanidad se expresa en la materialización del concepto de Civitas Dei, en los avances lingüísticos que allí tuvieron lugar, concretamente en lo que concierne a la definición de la lengua española, y en la obra de su hijo más ilustre, Miguel de Cervantes Saavedra y su obra maestra Don Quijote".

Considerando asimismo que en 2000 UNESCO declaró la Ciudad Universitaria de Caracas (Universidad Central de Venezuela) como Patrimonio Mundial en aplicación de los siguientes criterios:

"(i) La Ciudad Universitaria de Caracas es una obra maestra en cuanto al arte, planificación y arquitectura de una ciudad moderna, creada por el arquitecto venezolano Carlos Raúl Villanueva y un grupo de distinguidos artistas de vanguardia.

(iv) La Ciudad Universitaria de Caracas es un ejemplo excepcional de la realización coherente de los ideales urbanos, arquitectónicos y artísticos de comienzos del siglo XX. Constituye una interpretación creativa de los conceptos y espacios de las tradiciones coloniales y un ejemplo de solución arquitectónica abierta y aireada, adaptada a su entorno tropical".

Considerando asimismo que en 2007 UNESCO declaró el Campus Central de la Ciudad Universitaria de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) como Patrimonio Mundial en aplicación de los siguientes criterios:

"(i) El Campus Central de la Ciudad Universitaria de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) constituye un ejemplo único en el siglo XX, donde más de sesenta profesionales trabajaron juntos en el marco de un plan maestro para crear un conjunto urbano arquitectónico que da testimonio de los valores sociales y culturales de trascendencia universal.

(ii) Las tendencias más importantes del pensamiento arquitectónico del siglo XX convergen en el Campus Central de la Ciudad Universitaria de la UNAM: la arquitectura moderna, el regionalismo historicista, y la integración plástica, estas dos últimas de origen mexicano.

(iv) El Campus Central de la Ciudad Universitaria de la UNAM es uno de los pocos modelos en el mundo donde los principios propuestos por la arquitectura y el urbanismo modernos se aplicaron en su totalidad, con el fin último de ofrecer al hombre una mejora notable en su calidad de vida".

En virtud de todo ello, las cuatro instituciones signatarias adoptamos la siguiente

DECLARACIÓN DE ALCALÁ SOBRE LA PROTECCIÓN, CONSERVACIÓN Y DIFUSIÓN DEL PATRIMONIO UNIVERSITARIO.

1. Declaramos nuestro compromiso firme con la conservación de nuestro Patrimonio Mundial Universitario como espacio esencial para la educación superior y la autonomía universitaria, y adoptamos los valores de nuestro pasado como punto de partida para el avance, en libertad, del conocimiento y la enseñanza del futuro.
2. Declaramos que, en el curso del tiempo y la evolución de las sociedades, las universidades constituyen la esencia del conocimiento y que son el símbolo del esfuerzo realizado por algunas de las mentes más preclaras de la humanidad en el desarrollo del conocimiento universal y su transmisión a todas las culturas del mundo, y que el conjunto de nuestros recintos históricos se convierte en testigo excepcional de este hecho para todas las generaciones futuras.
3. Declaramos, como Universidades Patrimonio Mundial, nuestro compromiso para

trabajar juntas a la protección del Patrimonio Universitario en términos generales y, más especialmente, en el que corresponde a cada una de nuestras instituciones.

4. Declaramos nuestro común interés en compartir e intercambiar información académica, educativa y científica, así como en promover programas de movilidad para nuestros estudiantes, personal docente e investigadores en colaboración con el Centro de Patrimonio Mundial de UNESCO.
5. Declaramos nuestra intención de organizar seminarios y simposios científicos y de realizar publicaciones, especialmente en aquellas áreas relacionadas con la fundación, la historia y desarrollo de nuestras universidades, y con nuestro Patrimonio Cultural, material e inmaterial, en lo que concierne a nuestros bienes muebles e inmuebles, obras de arte, edificios y todos aquellos objetos e instrumentos vinculados a la ciencia y las artes.
6. Declaramos nuestra disposición a colaborar en programas científicos y técnicos que UNESCO pudiera desarrollar en el marco de esta Declaración y contribuir con nuestro conocimiento y experiencia a responder solicitudes de otras universidades que muestren interés por la protección, conservación y difusión de su patrimonio universitario histórico y cultural, todo ello en el marco y en virtud de las leyes y procedimientos de nuestras instituciones.

En prueba de todo ello, estas cuatro Universidades firmamos esta Declaración, en español y en inglés, en Alcalá de Henares en la fecha arriba indicada.

Por la Universidad de Virginia

Prof. Teresa Sullivan

President

Por la Universidad de Alcalá

Prof. Fernando Galván

Rector

Por la Universidad Central de Venezuela

Prof. Cecilia García-Arocha

Rectora

Por la Universidad Nacional autónoma de México

Prof. José Narro Robles

Rector

ANEXO G – Declaração do México (2015)

DECLARACIÓN DE MÉXICO SOBRE PROTECCIÓN, CONSERVACIÓN Y DIFUSIÓN DEL PATRIMONIO, LAS COLECCIONES Y LOS MUSEOS UNIVERSITARIOS (2015)⁵⁸⁵

Antecedentes

El día 10 de mayo de 2013 se reunieron en el Paraninfo de la Universidad de Alcalá representantes institucionales y expertos académicos de cada una de las cuatro universidades entonces declaradas Patrimonio Mundial por la UNESCO, esto es (y por orden cronológico del reconocimiento), la Universidad de Virginia (UVA; 1987), la Universidad de Alcalá (UAH; 1998), la Universidad Central de Venezuela (UCV; 2000) y la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM; 2007), para firmar y hacer público un documento de compromiso en defensa de su patrimonio universitario universal, la denominada “Declaración de Alcalá sobre la protección, conservación y difusión del patrimonio universitario” (2013). A su contenido e intenciones se sumó posteriormente, el día 20 de enero de 2014, firmando otro documento anejo al original, el Rector de la Universidad de Coimbra (UC), declarada Patrimonio Mundial el 22 de junio de 2013.

En el día de hoy, 22 de septiembre de 2015, los representantes institucionales de las cuatro universidades iberoamericanas, vuelven a reunirse en México, D.F., en la sede de la UNAM y firman la presente “Declaración de México sobre protección, conservación y difusión del patrimonio, las colecciones y los museos universitarios” (2015).

Estas universidades han sido distinguidas por la UNESCO, entre todas las existentes en el mundo, por su historia, por la categoría de sus fundadores, por sus organizaciones urbanísticas y edificios históricos y contemporáneos, por su

⁵⁸⁵ DECLARACIÓN DE MÉXICO. **Declaración de México sobre protección, conservación y difusión del patrimonio, las colecciones y los museos universitarios**. Ciudad de México. 2015. Disponible en: <http://umac.icom.museum/wp-content/uploads/2017/05/Declaración-Mexico.pdf>. Acceso en: 24 de julho de 2018.

trascendencia cultural y científica en sus países y en territorios afines, e incluso más allá de sus fronteras, por la labor realizada generaciones tras generaciones.

A lo largo de su existencia han sido instituciones preocupadas y dedicadas fundamentalmente a desarrollar el conocimiento, recibiendo, a su vez, un enorme caudal de valores históricos y materiales que se ha convertido en su patrimonio, el cual tiene un importante impacto en su entorno y en las sociedades que lo conocen y disfrutan. Es nuestra obligación gestionar este legado, conservándolo y mejorándolo, buscando para ello las fórmulas adecuadas de buenas prácticas para hacerlo sostenible en el tiempo.

En virtud de todo ello, las cuatro instituciones signatarias adoptamos la siguiente

DECLARACIÓN DE MÉXICO 2015 SOBRE LA PROTECCIÓN, CONSERVACIÓN Y DIFUSIÓN DEL PATRIMONIO, LAS COLECCIONES Y LOS MUSEOS UNIVERSITARIOS

1. Ratificamos todos los puntos de la Declaración de Alcalá, signada el 10 de mayo de 2013 y a la que se adhirió la Universidad de Coimbra (UC) el 20 de enero de 2014.
2. Declaramos la importancia que para las instituciones que hoy firman y para toda la sociedad internacional tiene la conservación del patrimonio cultural universitario, tanto material como inmaterial, generado desde el pasado y cuya necesidad de protección, conservación, restauración y difusión es un compromiso con las generaciones venideras de las mismas universidades y de todas las naciones de la tierra.
3. Declaramos que junto a la importancia que tiene el patrimonio inmueble es prioridad, asimismo, estudiar, investigar y divulgar el patrimonio inmaterial creado desde su origen y hasta el presente por todas las universidades del planeta. Por ello, entendemos que personas tales como sus fundadores, profesores, alumnos, trabajadores y otras personalidades destacadas, así como los hechos, legados, ideas, tradiciones, rituales, usos y costumbres, industrias, etc., constituyen parte fundamental de este patrimonio que es digno de valoración y preservación.

4. Declaramos que las universidades a lo largo de su historia han ido formando importantes conjuntos de objetos de la ciencia y de la técnica que hoy constituyen muestras de extraordinario valor de distintos momentos del pasado y del presente, por lo que todas las instituciones universitarias debemos custodiarlas con gran celo, estudiarlas y difundirlas entre sus miembros y entre la sociedad en su conjunto.
5. Declaramos que las universidades afrontamos en el momento actual un gran reto de adaptación y renovación en las tecnologías de la comunicación, y que todas hemos ido creando a lo largo de nuestra existencia importantes bibliotecas, archivos y diferentes elencos documentales que nos comprometemos a conservar con diligencia.
6. Declaramos que nuestras universidades, desde sus orígenes, encargaron retratos y obras de arte (religiosas y profanas) a afamados artistas; que otras veces recibieron legados y donaciones de mecenas y personas altruistas; y que con el paso del tiempo se han conformado notables museos de arte antiguo y contemporáneo con esos objetos, o con otro tipo de contenidos igualmente de gran valor intelectual y científico, y estudiados para conocimiento general, estímulo y enriquecimiento cultural de otras personas.
7. Declaramos que las cuatro universidades hemos asumido el compromiso de colaborar entre nosotras, y con otras universidades del mundo, y dentro del marco de la UNESCO realizar congresos, cursos, reuniones, talleres, publicaciones, intercambios, estudiando nuestros fondos, difundiendo nuestras colecciones, bibliotecas, archivos, museos y patrimonio. En tal sentido nos comprometemos a procurar el reconocimiento social de esa herencia y el intercambio de su comprensión entre todas las universidades, creando así redes de colaboración y cooperación internacional.
8. Asimismo declaramos nuestra intención de intercambiar y transferir nuestras experiencias y buenas prácticas para mejorar la gestión, la conservación y la divulgación de este patrimonio por parte de todos.

En prueba de todo ello, los representantes de estas cuatro universidades firmamos esta Declaración, en español y en portugués, en México D.F., el 22 de septiembre de 2015.

POR LA UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO

Prof. José Narro Robles Rector

POR LA UNIVERSIDAD DE ALCALÁ

Prof. Fernando Galván

Rector

POR LA UNIVERSIDAD CENTRAL DE VENEZUELA

Prof. Cecilia García-Arocha

Rectora

POR LA UNIVERSIDAD DE COIMBRA

Prof. João Gabriel Monteiro de Carvalho e Silva

Rector